

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Rotas da vinculação:

*O desenvolvimento do comportamento interactivo e a
organização da vinculação no primeiro ano de vida
do bebé prematuro*

Marina G. Gonçalves Fuertes Dionisio

-
2004

Marina G. Gonçalves Fuertes Dionisio

Rotas da vinculação

– O desenvolvimento do comportamento interactivo e a organização da vinculação no primeiro ano de vida do bebé prematuro

**Dissertação de Doutoramento apresentada à
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
sob a orientação do Professor Doutor Pedro Nuno A. Lopes dos Santos.**

Bolsa de estudos atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, equipamentos financiados pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação da Pessoa com Deficiência e despesas de formação pela Fundação Marquês de Pombal.

Agradecimentos

Bowlby e Ainsworth, pioneiros da teoria.

Pedro Lopes dos Santos pelas discussões científicas e pela orientação da tese.

Patricia Crittenden, pela inspiração, ensinamentos e constante exigência.

Aos meus pais, prova viva que a vinculação é um sistema que funciona *“from the crave to the grave”*.

Francisco Dionisio pelas discussões científicas, pelo apoio e por tudo o resto...

Ao meu irmão André, cujo o seu sentido de humor constituiu para mim uma verdadeira fonte de resiliência.

Aos pais e aos bebés que participaram no estudo, pela persistência de se manterem conosco ao longo de 12 meses.

À equipa do Centro de Medicina Desportiva, pela ajuda na recolha das medidas cardíacas. Em particular, à Dra. Paula que me forneceu um apoio inestimável.

Prof. Doutor Ovídio da Costa pelos ensinamentos e pelo tempo despendido.

À equipa do Hospital Pedro Hispano, pela ajuda no estabelecimento do contacto com as famílias.

À equipa de “estranhos” (Raquel, Gustavo, Sandra, Joana e Carla) que juntamente comigo colheram os dados na Situação Estranha.

Um agradecimento muito especial para a Antónia Costa pela amizade, pelo trabalho conjunto de tradução da Escala Care-Index e pela revisão da tese.

Sandra Carneiro e Pedro Lopes dos Santos por produzirem, testarem e cotarem comigo a Escala de Cotação do Still-Face.

Dra. Conceição Picoito, Coordenadora da Unidade de Ciências da Educação do Instituto Superior de Ciências e Educação, por me facultar o tempo necessário à conclusão da tese.

Sara Lemos pelo zelo profissional e pela boa colaboração na coordenação da formação especializada do ISEC.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, à Fundação Marquês de Pombal e ao Secretariado para a Reabilitação da Pessoa com Deficiência pelos financiamentos atribuídos.

Resumo

A presente investigação teve como objectivo estudar o desenvolvimento dos processos sócio-emocionais ao longo do primeiro ano de vida e analisar os factores que contribuem para as diferenças da qualidade da vinculação. Para o efeito seleccionámos uma amostra de 57 díades compostas por bebés nascidos entre as 31 e as 36 semanas de gestação e as suas mães. Mãe e filho foram observados aos 3 meses na situação experimental *Still-Face*, aos 9 meses em jogo livre e aos 12 na *Situação Estranha* (respeitámos o critério de idade corrigida). A variabilidade cardíaca infantil foi registada em todos estes momentos e também em repouso às 40 semanas de idade gestacional. A percepção materna do temperamento infantil e as representações sobre a maternidade também foram sujeitas a análise.

Tendo como pano de fundo a *perspectiva da maturação dinâmica*, utilizámos a escala diádica CARE-Index (Crittenden, 2003) para avaliar a prestação materna e infantil em interacção livre. Os padrões de vinculação foram aferidos segundo o sistema de cotação de Crittenden (2003) e as escalas de Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978). O recurso às duas metodologias permitiu-nos analisar as diferenças métricas entre os dois instrumentos.

Recorrendo a três dimensões comportamentais (*orientação positiva, orientação negativa e actividade de regulação de estado*), aferimos três “estilos comportamentais” distintos no *Still-Face*. Os três grupos revelaram diferenças quanto à variabilidade cardíaca ao longo dos três episódios da experiência e correlacionaram-se com os padrões de vinculação.

Nesta pesquisa a qualidade da vinculação foi explicada em grande parte por factores *ambientais*. Não obstante, verificou-se a presença de outras condicionantes que actuam directa ou indirectamente e, cujo peso variou ao longo do tempo de estudo.

À luz do estado de arte neste domínio de investigação (nomeadamente da teoria da maturação dinâmica) e das propostas da Psicologia Evolucionária procurámos discutir os resultados obtidos.

Abstract

The aims of this research are to study the development of social-emotional processes during the first year of life and to explore the factors that contribute for the differences in the quality of attachment. For that, we selected a sample of 57 dyads formed by preterms born with 31 to 36 weeks of gestation and their mother. Each dyad was observed when the baby was 3 months-old under the Still-face experimental setup, when the baby was 9 months-old under free play and at 12 months in the Strange Situation (always respecting the criterion of corrected age). In all these assessing moments, we measured the child heart rate and the vagal tone. We also measure cardiac variability at rest when the child was 40 weeks of gestational age. Moreover, we also registered mother's perception of their child temperament as well as their representation about maternity.

Having as reference the perspective of the Dynamic Maturation, we used the dyadic scale CARE-Index (Crittenden, 2003) to evaluate maternal and child behavior in free play situation. We applied both the coding system of Crittenden (2003) and the scales of Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978) to classify the attachment patterns. The use of these two methodologies allowed us to analyze the metric differences between the two instruments.

Using three behavioral categories (*positive oriented*, *negative oriented* and *activity of state regulation*), we were able to infer three distinct "behavioral styles" in the Still-Face. The three groups revealed cardiac differences and correlate with the attachment patterns.

The environment factors are the best ones to explain attachment quality. There are, however, other factors that act indirectly and the importance of these factors change during child development.

Finally, we discussed our results under the contribution of current research on attachment and the Evolutionary Psychology framework.

ÍNDICE

Introdução	11
Parte I - A organização da vinculação: modelos e processos..	17
Capítulo 1- Bases Biológicas da Vinculação.....	19
1.1 Fundamentos biológicos da vinculação.....	19
1.2 O sistema comportamental da vinculação	24
1.3 A influência das perspectivas evolucionistas contemporâneas	28
1.4 Fundamentos da Psicologia Evolucionária.....	32
1.5 Modelo da Maturação Dinâmica – uma tentativa de integração dos princípios da Psicologia Evolucionária na Teoria da Vinculação	35
1.6 Estratégias de auto-protecção: <i>defesa, ataque e imobilização</i>	41
1.7 <i>Considerações finais</i>	46
Capítulo 2 – A vinculação e as diferenças individuais	49
2.1 Base segura.....	49
2.2 Padrões de vinculação – A tipologia A-B-C de Mary Ainsworth	53
2.3 Vinculação Atípica	57
<i>Desorganização e Desorientação (Padrão D)</i>	58
<i>Os evitantes instáveis</i>	60
<i>Questões em torno do conceito de desorganização</i>	61
<i>Independência das classificações</i>	63
<i>Níveis de estruturação da vinculação atípica</i>	65
<i>Um modelo de síntese atendendo ao contributo infantil e materno</i>	68
<i>Prevalência e grupos associados à vinculação atípica</i>	71
2.4 Qualidade da vinculação à luz do modelo da maturação dinâmica.....	73
2.5 <i>Considerações finais</i>	92
Capítulo 3 – Determinantes da vinculação.....	95
3.1 Vinculação e qualidade da resposta materna.....	96
3.2 Diferenças Culturais	116
3.3 Temperamento infantil	119
3.4 <i>Considerações finais</i>	133

Parte II - O desenvolvimento da vinculação no primeiro ano de vida do bebés prematuro.....	137
Capítulo 4 – Enquadramento e Objectivos	139
Capítulo 5 - Métodos	151
5.1 Participantes	151
5.2 Procedimento e medidas.....	157
Capítulo 6 - Análise dos resultados.....	179
6. 1. Observação das 52/54 semanas	180
<i>O comportamento das crianças na Situação de Still-face.....</i>	<i>180</i>
<i>Factores associados às reacções das crianças na Situação de Still-face</i>	<i>189</i>
6.2. Observação das 76/78 semanas	203
<i>Os comportamentos interactivos na situação de jogo livre</i>	<i>204</i>
<i>Factores antecedentes associados às medidas das 76/78 semanas</i>	<i>206</i>
6.3. Observação das 88/92 semanas (cerca dos 12 meses corrigidos para IG)	215
<i>Comportamentos e organização dos processos de vinculação na Situação Estranha</i>	<i>215</i>
<i>Factores temperamentais e padrões de vinculação</i>	<i>225</i>
<i>Factores ambientais e padrões de vinculação</i>	<i>235</i>
<i>Comportamentos interactivos da criança às 76/78 semanas e padrões de vinculação.....</i>	<i>247</i>
<i>Padrões de vinculação à luz das variáveis do temperamento e da interacção</i>	<i>252</i>
<i>Como equacionar a ligação das variáveis maternas com as determinantes temperamentais?.....</i>	<i>255</i>
Capítulo 7 - Discussão dos Resultados.....	261
Conclusões	287
Bibliografia.....	291
Anexo 1	325
Anexo 2	329
Anexo 3	331

“For attachment theory, a significant challenge is to assimilate so many advances and remain coherent. The greatest risk is resting on the laurels of past successes – foregoing Bowlby’s commitment to rigorous theoretical and empirical analysis – and setting for research that can at best confirm what we already know.”

(Waters & Cummings, 2000, p.164)

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, John Bowlby teve a oportunidade de observar crianças e jovens que haviam sido privados de um relacionamento materno. Os efeitos destas experiências eram descritos, invariavelmente, por histórias de perturbação sócio-emocional. Nessa época, as perspectivas psicanalísticas explicavam o “laço” mãe-filho como decorrente da necessidade infantil de obter alimento. Contudo, se a vinculação fosse apenas um mero meio de obter a satisfação de necessidades básicas, como poderiam ser explicados os relatos de perturbação infantil face à separação materna quando essas necessidades estão satisfeitas?

Profundamente influenciado pela investigação etológica, pelas perspectivas da psicologia do desenvolvimento e pela teoria da evolução proposta por Darwin, Bowlby (1969/1982) concebe a vinculação como um sistema comportamental de origem instintiva que permite estabelecer, desde o nascimento, relações duradouras com figuras específicas. Este relacionamento privilegiado tem consequências no desenvolvimento sócio-afectivo subsequente. Embora postulando que esta organização de comportamentos tem por base uma motivação instintiva, Bowlby (*op.cit.*) concebeu a vinculação como um sistema flexível e permeável à experiência. Efectivamente, apesar de orientados pelo objectivo de obter a proximidade e assegurar a relação com a figura materna, os comportamentos de vinculação articulam-se de acordo com as expectativas de respostas e com as condições ambientais. A teoria da vinculação e a investigação que a suporta serão, brevemente, descritas no primeiro capítulo desta dissertação. No contexto da psicologia

evolutiva, surgiram novos modelos e vários contributos individuais para a teoria da vinculação. Entre eles, apresentamos o *modelo da maturação dinâmica* de Patricia Crittenden, segundo o qual a teoria da vinculação é uma teoria sobre a protecção individual contra o perigo. Para a referida autora (e para os evolucionistas em geral), os organismos para transmitirem a sua herança genética às gerações seguintes têm de assegurar a sua reprodução, a sua auto-preservação (pelo menos até à fase de reprodução) e a preservação da sua progenia. A vinculação é um elemento chave na auto-preservação individual porque permite às crias obter protecção e cuidados durante a infância e aos pais protegerem a sua descendência. Crittenden (1999) considera que, para evitar o perigo de serem abandonadas pela figura materna, as crianças pequenas podem demonstrar cooperação, submissão ou oferecer resistência. Por outras palavras, os estilos de interacção com o prestador de cuidados são estratégias organizadas e auto-protectivas para manter o relacionamento com a figura materna. Deste modo, a criança procura extrair o máximo benefício possível das condições ambientais em que vive. É de crer, segundo um posicionamento evolucionista, que aqueles que não tinham competências auto-protectivas no estabelecimento da vinculação (dado o seu carácter essencial à sobrevivência na infância) deixaram menos marcas no património filogenético da espécie do que os seus directos competidores mais “bem adaptados” a relacionar-se com os seus cuidadores. Na base desta aquisição está um órgão, o cérebro. Ao longo da evolução humana, o cérebro adquiriu a capacidade de adaptar respostas defensivas de acordo com as condições percebidas. Porges (2003), apresenta um modelo neurofisiológico do envolvimento social no qual as estratégias defensivas (ataque, defesa e imobilização) têm um papel central. Esta elaboração teórica ainda que sem referência directa aos trabalhos de Crittenden, parece-nos, em vários pontos,

complementar àquela abordagem. Estes tópicos foram explorados e desenvolvidos no primeiro capítulo da dissertação.

No segundo capítulo, depois de apresentada informação mais geral (“universal”) sobre o estabelecimento da vinculação, pretendemos descrever as tipologias e os modelos explicativos das diferenças de qualidade no apego. Na década de setenta, Ainsworth e colegas (e.g., Ainsworth & Bell, 1970; Ainsworth, Bell & Stayton, 1971; Ainsworth, Bell & Stayton, 1974; Ainsworth & Wittig, 1969; Bell & Ainsworth, 1972) estudaram os tipos de relacionamento mãe-filho em condições “normais”, i.e., sem que haja suspeita de “privação materna”. Para testar a qualidade da vinculação, Ainsworth & Wittig, (1969) propõe uma situação experimental – a *Situação Estranha* – na qual a criança vive a experiência de conviver com estranhos, num ambiente que desconhece e por duas vezes a mãe ausenta-se. Assim, o objectivo era perceber de que forma a criança recorria à figura materna para lidar com o stress vivido. Na maioria dos casos observados, a mãe servia de *base segura*, ou seja, quando a criança percepcionava “perigo” (e.g. a presença de estranhos ou a ausência materna) procurava a protecção materna e quando se sentia a salvo explorava o meio tendo o apoio materno como pano de fundo. No entanto, dentro dos quadros de vinculação típica, não existem apenas situações óptimas de relacionamento mãe-filho. Pelo contrário, existem algumas crianças que não usam a mãe como base segura. A este grupo de sujeitos Ainsworth et al. (1978) denominaram de “inseguros” (em oposição aos “seguros”) distinguindo dois grupos: os inseguros-evitantes e os inseguros-resistentes/ambivalentes. Depois de definida esta tipologia, restava ainda um pequeno grupo de crianças que não podiam ser classificados por estes critérios. Assim, o segundo capítulo prossegue com a revisão das diferenças de vinculação em “situações” ou com amostras

atípicas. Main e Solomon (1986) descreveram com detalhe os comportamentos destas crianças que apresentavam sinais de elevada perturbação. Os autores apelidaram este grupo de *desorganizado* ou *desorientado* por considerarem que nestes casos, não se observava uma estratégia organizada para funcionar com a figura materna. Em ruptura com esta proposta, Crittenden (1999) considera o comportamento atípico e inseguro como estratégico e explica-o em termos da sua adaptação ao adulto presente. Por esta razão, em alternativa a “inseguros-evitantes”, é proposta a denominação de *defensivos* e, em substituição de “inseguros-resistentes” surge o nome de *coercivos*.¹ Esta alteração de nomes é também uma modificação na compreensão dos funcionamentos das estratégias da vinculação. Na verdade, para a autora supra citada (1992) as estratégias de vinculação são modos de auto-perservação adaptados a determinados contextos relacionais. Por exemplo, face a um prestador de cuidados negligente ou muito exigente ou hostil, a melhor

¹ A diversidade de nomenclaturas, inscritas ao longo da tese, para designar os padrões de vinculação pode gerar no leitor alguma confusão. O padrão A é referido por Ainsworth et al. (1978) como inseguro-evitante (ou, apenas, evitante). Crittenden (1992) acrescenta a estas, as designações defensivo e compulsivo. O padrão C, nas palavras de Ainsworth et al. (*op. cit.*) é inseguro-resistente, ambivalente, resistente ou inseguro-ambivalente/resistente e nos trabalhos de Crittenden (*op.cit*) é apresentado sob o nome de coercivo. O padrão B obtém maior consenso, sendo geralmente referido por seguro, embora Crittenden (1997a, 1997b) também utilize a designação de equilibrado (por considerar que estes indivíduos são capazes de equilibrar, sem distorções, a componente emocional e cognitiva). Na parte teórica procurámos em cada momento da apresentação dos modelos, recorrer às formulações próprias dos autores dessas propostas. Na secção dos resultados e na discussão cingimo-nos às designações: A, B e C ou evitantes, seguros e resistentes por considerarmos que seriam, por ventura, as mais consensuais. A própria Crittenden socorre-se, em vários textos, indiscriminadamente destas expressões. Não obstante, a autora adverte para o perigo de rotulação abusiva dos sujeitos propondo que se excluam as designações adjectivas, bastando apenas as letras A, B e C. Por outro lado, por não estar carregada de significado, a enumeração por letras é mais aberta ao surgimento de novas propostas de interpretação e de análise dos padrões.

estratégia pode ser apresentar um comportamento compulsivo, obediente ou de acordo com as exigências do adulto i.e. defensivo (ou inseguro-evitante). Por outro lado, a coerção pode ser a forma de manter um prestador de cuidado não hostil mas distante ou ambivalente em interacção. Embora Ainsworth e Crittenden (1989) não discordem no que respeita às motivações do comportamento infantil ou nas descrições dos padrões, a última autora aproxima-se mais de um ponto de vista evolucionista moderno. Para além de reinterpretar a tipologia proposta por Ainsworth e pares (*op. cit.*), Crittenden (1988, 1989, 1992) descreve novos padrões do comportamento infantil. Na primeira infância são apresentadas outras formas do padrão A e do padrão C e também os novos padrões A/C. Este hiato entre propostas tem inspirado alguma controvérsia e também modelos conciliadores das várias perspectivas.

No terceiro capítulo, procurámos compreender os elementos que a criança considera na organização da sua estratégia de ligação à figura materna. A revisão de literatura revela que a prestação materna é um factor importante para explicar o comportamento infantil mas o não único. Com efeito, factores temperamentais, factores sociais e factores culturais também pesam na organização da qualidade de vinculação. O modo como as variáveis actuam ainda não está totalmente compreendido. O estudo que dá origem à presente dissertação tem como objectivo geral explorar o contributo de algumas variáveis maternas e infantis na organização dos processos da vinculação.

Numa segunda fase deste trabalho, passaremos a apresentar o estudo empírico que suporta a tese. Numa amostra de 57 bebés, nascidos entre as 31 e 36 semanas de gestação, avaliámos as transacções materno-infantis em momentos distintos do primeiro ano de vida das crianças. Julgávamos, assim, poder contribuir

para a compreensão da influência dos factores regulatórios (disposições maturo-consituacionais) e da experiência na génese dos padrões de segurança e de insegurança. Os nossos resultados indicam-nos que a organização da vinculação tem origem em precoces formações de comportamentos. Com efeito, observámos, logo aos três meses, três *estilos de regulação social* que se relacionam com a qualidade da vinculação. A provar a independência destes grupos, verificámos que estes *estilos* estão associados a diferentes registos regulatórios. No entanto, a qualidade da vinculação (avaliada aos 12 meses) é maioritariamente explicada por factores ambientais. Na discussão final, defendemos que o comportamento evolui (desde dos três meses) para formas organizadas que funcionam ao serviço da necessidade de adaptação. A qualidade dessa organização está sujeita à influência dinâmica de variáveis experienciais e às opções disponibilizadas pela biologia.

Parte I - A organização da vinculação: modelos e processos

“(...) acredito que vale a pena fazer a pergunta: porquê? A maior parte da ciência consiste na monótona questão de descobrir como funciona o universo, como brilha o Sol ou como crescem as plantas. Muitos cientistas vivem a vida imersos em perguntas “como”, não em perguntas “porquê”. Mas consideremos por momentos a diferença entre a questão “por que é que os homens se apaixonam?” e a questão “como é que os homens se apaixonam?”. A resposta à segunda questão é seguramente revelar-se-á uma questão de canalização. Os homens apaixonam-se devido aos efeitos das hormonas nas células cerebrais, e vice-versa, ou através de um fenómeno fisiológico semelhante (...).

Por que é que aquele homem se apaixonou por aquela mulher? Porque ela é bonita. Por que é que a beleza é importante? Por que os seres humanos pertencem a uma espécie essencialmente monógama e por isso os machos escolhem parceiras (os chimpanzés machos não o fazem); a beleza é uma indicação de juventude e saúde, que são indicadores de fertilidade. Por que é que um homem se preocupa com a fertilidade da parceira? Porque, se não o fizesse, os seus genes seriam eclipsados pelos dos homens que tivessem essa preocupação. Por que é que ele se preocupa com isso? Ele não se preocupa mas os seus genes agem como se o fizessem. Deste modo, todos nós descendemos de homens que preferiram mulheres férteis e cada pessoa herda desses antepassados a mesma preferência.

(...) Cada ser vivo é o produto do seu passado. Quando um neodarwinista pergunta “porquê?”, está, na realidade, a perguntar “como é que isto surgiu”? Ele é um historiador.”

(Ridley, 2004, p. 26)

Capítulo 1- Bases Biológicas da Vinculação

A teoria da vinculação, fortemente marcada pelos pressupostos da etologia, atribuiu, desde os seus primórdios, relevo particular às condicionantes biológicas do comportamento humano (Bowlby, 1958, 1969/82). As perspectivas de análise diferencial que, sob o impulso da obra de Ainsworth (e.g., Ainsworth, 1969; Ainsworth & Bell, 1970; Ainsworth, Bell & Stayton, 1972; Ainsworth, Bell & Stayton, 1974; Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Ainsworth & Wittig, 1969; Bell & Ainsworth, 1972) deram ênfase particular às variáveis psicossociais consideradas, independentemente, dos processos evolutivos. Estas abordagens ofuscaram a exploração do papel da Biologia na compreensão das funções adaptativas preenchidas pelos fenómenos da vinculação. Porém, os recentes avanços no domínio da Psicologia Evolucionária aliados ao aparecimento de novos enfoques como, por exemplo, o contido no modelo da maturação dinâmica (e.g., Crittenden, 1999) parecem reencaminhar a teoria para as motivações evolutivas dos comportamentos. Partindo das propostas originais de Bowlby, procuraremos, ao longo do presente capítulo, acompanhar esse percurso.

1.1 Fundamentos biológicos da vinculação

As teses psicanalíticas, vigentes até à década de 1930, interpretavam a emergência dos vínculos infantis como resultado de impulsos secundários decorrentes da satisfação de necessidades básicas e da conseqüente obtenção de prazer. As gratificações orais vivenciadas durante a alimentação, levariam a criança a associar a figura materna a essas experiências positivas que assim adquiria o estatuto de objecto de investimento libidinal. Pelo contrário, Bowlby (1958)

advogava que os laços estabelecidos não tinham origem em processos relacionados com a satisfação de necessidades básicas (e.g., obtenção de nutriente), mas que constituíam em si, um fenómeno de raiz instintiva.

Segundo o autor, a vinculação deverá ser vista como organização de comportamentos, emergente desde o nascimento, que permite ao bebé sinalizar e concretizar o desejo de proximidade à mãe. Em condições normais, as respostas de vinculação (e.g., o choro, o balbuciar, o olhar, o seguir ou o sorriso) emitidos pela criança atraem a atenção do adulto. Bowlby (1969/1982), postulou que a instauração de uma relação privilegiada com a figura materna levava à diminuição dos riscos de vida. Graças à experiência adulta dos pais, os filhos, mantendo-se próximos deles, aumentariam as oportunidades de adquirirem ensinamentos e de obterem protecção contra os predadores. Nas palavras de Cassidy (1999) “(...) *during the time in which humans were evolving, when humans lived in (...) ‘the environment of evolutionary adaptedness’ genetic selection favored attachment behaviors because they increased the likelihood of protection and provided survival advantage.*” (p. 4).

Bowlby recorre às descobertas da etologia –disciplina, então, emergente– para fundamentar a sua interpretação relativa às funções dos comportamentos de vinculação. De acordo com Montagner (1993), Heinroth dá em 1910 o primeiro contributo ao registar que, nas aves precociais, as crias recém-nascidas orientam-se para a mãe e utilizam-na como modelo comportamental (*imprinting*). Este etólogo define o *imprinting* caracterizando-o como o conjunto de “... *fenómenos pelos quais uma ave nidífuga recém-nascida, nas horas que sucedem à eclosão se impregna das características da mãe e da espécie*” (in Montagner, *op. cit.*, p.17). Assim, a motivação para estas aves seguirem a figura materna parece ser inata e determinada

por pressão selectiva. Com efeito, o fenómeno do *imprinting* deverá ter favorecido a adaptação e a aprendizagem daquelas espécies precociais, aumentando a sua probabilidade de vingarem e de deixarem descendência.

Posteriormente, os estudos efectuados com crias de patos e gansos celebrizam Korand Lorenz (1958). O investigador “toma o lugar” da mãe desses animais recém-nascidos e verifica que, após a eclosão do ovo, a ave nidífuga tem o impulso de perseguir o primeiro indivíduo ou objecto móvel que percepção, assimilando, selectivamente, as suas características. E tal como Tinbergen (1951) pôde, mais tarde, verificar junto do gato, Lorenz (1958) observa que esta identificação precoce condiciona as futuras preferências sexuais. Assim, na fase adulta, estes animais não manifestavam interesse sexual pelos seus coespecíficos, dado que eles não cheiravam, não vocalizavam e nem sequer se moviam como o seu modelo original de *imprinting*.

Harlow (1958), influenciado pelos estudos da privação materna e do *imprinting*, concebe uma brilhante e inventiva situação experimental, que consistia em criar um macaco *rhesus* em isolamento social, com um boneco de peluche e uma figura de arame com biberão anexo (ambas com tamanhos correspondentes aos de uma macaca adulta). Não menos admiráveis foram os resultados obtidos: o bebé macaco alimentava-se necessariamente na “mãe” de arame, mas passava em média 17 horas diárias abrigado nos braços da “mãe” de pêlo, sugerindo que, a satisfação alimentar não era a determinante principal da proximidade à mãe. Outro resultado bem revelador, foi a constatação de que a “mãe” de peluche era usada –como mais tarde Ainsworth (1967) viria a designar– base segura de exploração: agarrado a ela o macaquinho explorava objectos e, ao ganhar confiança, afastava-se para examinar

o meio; quando perante eventos inesperados se alarmava, voltava para essa figura como se de um refúgio se tratasse.

Estes resultados revelaram, noutras espécies, que o relacionamento com uma figura materna resulta de um “*instinto*” inato. Suomi (1999), revendo a literatura sobre a vinculação no *macacus rhesus* conclui que: “*Research with nonhuman primates has clearly provided compelling evidence in support of a strong biological foundation for attachment phenomena*” (p.194).

Em 1940, John Bowlby verifica que 44 crianças institucionalizadas por roubo evidenciavam o mesmo quadro de perturbação psicológica que outros grupos clínicos de adolescentes e de adultos. Quando o médico inglês procurou o denominador comum entre estes pacientes obteve relatos que assinalavam a ocorrência de fenómenos de privação materna na primeira infância (Bretherton, 1992). Igualmente, durante a Segunda Guerra Mundial Anna Freud e Dorothy Burlingham (Burlingham & Freud, 1944) registam (de maneira notavelmente sistemática dadas as circunstâncias históricas) comportamentos atípicos em crianças *institucionalizadas* (criadas em lares e separadas da família). Tais comportamentos coincidiam com os registos de Spitz e Wolf (1946) ou com a instabilidade registada por Roberston e Bowlby (1952) em crianças hospitalizadas (dos 18 meses aos 4 anos de idade). Este conjunto de observações possibilitou concluir que, face à privação materna, as crianças não só desenvolvem comportamentos estereotipados e dependência, como também, manifestam dificuldades de relacionamento, nomeadamente, lidando dificilmente com a frustração.

A convite da Organização Mundial de Saúde (OMS), Bowlby elabora, em 1951, um relatório sobre as sequelas de desenvolvimento decorrentes da perda ou

separação da mãe. A extensa revisão de literatura que efectuou permitiu-lhe determinar que a carência dos cuidados maternos era vivida com crescente prejuízo, numa sequência de três fases :

- *Protesto*: num primeiro momento, a criança demonstra aflição pela ausência da mãe através de um choro estridente, permanecendo num compasso de espera que a leva a rejeitar outras figuras alternativas;
- *Desespero*: corresponde a uma fase em que o comportamento da criança reflecte preocupação e um crescente desespero. Os movimentos activos de procura da mãe diminuem de intensidade, assim como o choro (agora intermitente ou monótono). A criança apresenta uma aparente quietude, que é por vezes interpretada como sinal de recuperação, mas que, assinala antes, um *estado de luto profundo*;
- *Desapego*: volta, por último, a interessar-se, e porventura aceita, brinquedos, cuidados ou a interacção com outras pessoas, podendo até mesmo ser sociável e sorrir. A chegada da mãe é vivida com indiferença ou distância, o que revela que a criança não superou a sua ausência. Esta fase de desencanto pode durar entre 12 dias a 21 semanas dependente da relação estabelecida da figura de vinculação.

No relatório da OMS são descritas as consequências da privação materna no desenvolvimento sócio-emocional. Bowlby refere que a criança tende para um estado permanente de desinvestimento das relações com os outros e para o bloqueio das relações íntimas, desenvolvendo uma sociabilidade meramente aparente. Alguns anos mais tarde, Heinicke e Wertheimer (1966) chegam a idênticas conclusões num trabalho de investigação assente numa rigorosa recolha de dados e análise estatística.

Em 1969, Bowlby publica o primeiro volume da sua trilogia “*Attachment and Loss*” definindo a arquitectura conceptual basilar da teoria da vinculação. No livro, o autor rejeita o cepticismo dos críticos e refuta a tese de que o *ambiente estranho* (seja a creche ou o hospital) e as condições de vida (porventura insatisfatórias), possam constituir as causas determinantes daqueles estados de perturbação infantil: a única variável efectiva era, inequivocamente, a ausência materna. Por esta razão, o autor considera que a vinculação é uma necessidade primária que quando não satisfeita conduz ao surgimento de quadros de alteração da personalidade. Argumenta que tal necessidade releva do repertório de sistemas instintivos da nossa espécie, sendo suportada por uma organização de comportamentos e representações ao serviço de funções biológicas precisas.

1.2 O sistema comportamental da vinculação

Um dos contributos mais relevantes da proposta de Bowlby (1969/1982) foi o de conceber a vinculação como um sistema comportamental. Inspirado pelas perspectivas evolucionistas, o autor defendeu que a espécie humana vem equipada com 5 sistemas comportamentais: *o sexual* (reprodutivo), *o parental* (prestação de cuidados), *o alimentar*, *o exploratório* (reconhecimento e experimentação do ambiente) e *o de vinculação*. Estes sistemas foram seleccionados ao longo da filogénese.

A ideia de sistema comportamental decorre das descrições dos etólogos. A observação animal (por exemplo, do comportamento sexual do esgana-peixe) permitiu descrever sistemas de comportamento característicos da espécie (programados geneticamente) que são activados por um conjunto de condições e cessados através de estímulos específicos. Esta organização dos comportamentos é

regulada por processos homeostáticos que desencadeiam a activação dos sistemas para atingir metas apropriadas à satisfação das necessidades biológicas do organismo e fazem cessar essa actividade quando o objectivo é atingido –impedindo, assim, o desperdício inútil de energia.

Numa primeira fase de elaboração da teoria, Bowlby (1969) considera que os comportamentos de vinculação são activados por um conjunto de informações sensoriais e desactivados por outros, segundo uma causalidade de tipo *Estímulo-Resposta*. Nesse sentido, condições como o cansaço, a dor, o frio, a fome, a ocorrência de situações inesperadas ou alarmantes, o aparecimento de uma figura estranha, a entrada num ambiente não familiar, a ausência ou o afastamento da mãe... surgem como estímulos susceptíveis de desencadear a acção. Uma vez obtida a proximidade à figura materna (satisfeita a necessidade), a activação do sistema de vinculação termina.

Reformulando, mais tarde, esta posição, Bowlby (1982) passou a defender que os processos de vinculação são regulados por um sistema comportamental em permanente conexão com o exterior. O autor sustentou, então, que um sistema de controlo só consegue desempenhar efectivamente a sua função se estiver dotado de sensores que o informem continuamente dos eventos relevantes. O efeito das acções desencadeadas constituiria uma fonte de inibição ou de reforço desses mesmos comportamentos. Com efeito, o desejo de proximidade pode ser revisto ou alcançado através de diferentes estratégias, atendendo ao prestador de cuidados e às características particulares do contexto. Nesse processo, a criança usará, potencialmente, uma variedade de respostas com significado análogo e função similar. Tal como Bowlby enfatiza (1969/1982) “*whether a child moves toward a*

mother by running, walking, crawling, shuffling or, in the case of a thalidomide child, by rolling, is thus of a very little consequence compared to the set-goal of his locomotion, namely proximity to the mother” (p.373).

Estas estratégias vão evoluindo dinamicamente com a experiência e ao longo do desenvolvimento infantil. Assim, a criança torna-se cada vez mais competente a ler os sinais exteriores (e.g., as expressões faciais da mãe) e a antecipar as condições externas. Graças a tal evolução, ela poderá adquirir, gradualmente, um maior autodomínio e exercer um controlo mais eficaz sobre os outros.

A experiência promove a utilização cada vez mais eficiente de um sistema, permitindo que as relações com os outros sistemas se adensem e complexifiquem. Deste modo, um determinado comportamento pode estar simultaneamente ao serviço de várias organizações comportamentais (e.g., o olhar é um meio através do qual a criança apreende o ambiente –comportamento exploratório– ou uma das formas que ela utiliza para monitorizar os movimentos da mãe, controlando a sua localização). Com efeito, nenhum sistema comportamental opera de modo totalmente independente.

Um exemplo paradigmático do princípio que acabamos de mencionar é o da alternância de funcionamento dos sistemas de exploração e de vinculação. Este último tem “prioridade” face ao primeiro. Ou seja, na ausência da figura materna, a necessidade de obter conforto e protecção é mais urgente do que o desejo de arriscar novas experiências. Igualmente na fase adulta, o sistema do medo/vigilância e o sistema de reprodução não conseguem ser activados em simultâneo, isto é, o acasalamento não ocorre em condições de perigo. A auto preservação do organismo sobrepõe-se, sempre, à necessidade sexual (Ainsworth, et al., 1978).

Marvin e Britner (1999) resumiam em cinco pontos a proposta de Bowlby sobre o funcionamento do sistema comportamental da vinculação:

- comportamentos simples são articulados em cadeias sequenciais; as condições que põem termo a um determinado comportamento são as mesmas que desencadeiam a activação do comportamento subsequente; este modelo reflecte muitas das sequências complexas de interacção adulto-bebé susceptíveis de serem observadas durante os primeiros meses de vida da criança;
- as cadeias comportamentais comportam caminhos de alternativos. Assim, se o objectivo não é atingido por determinada sequência de comportamentos é activada uma outra; os autores recorrendo a um exemplo fornecido por Ainsworth (1967), referem que quando os sorrisos ou a vocalização falham para atrair a mãe, a criança poderá optar pelo choro como forma obter a proximidade;
- padrões complexos de comportamentos corrigidos para a meta podem ser conjuntamente organizados em cadeias de sequências de tal forma que as condições de cessação de um primeiro padrão funcionam como factor de activação de um segundo (e.g., a criança procura obter, afanosamente, a proximidade com a figura de vinculação e quando vê tal objectivo satisfeito dá início a sequência de actividades de exploração);
- o comportamento de um sistema alterna com o de outro; de facto, a observação mostra que há, por vezes, sequências complexas derivadas da activação de dois ou mais sistemas conflituais, como por exemplo a criança interromper a aproximação à figura de vinculação,

momentaneamente, para explorar um objecto que se lhe depara à frente¹;

- comportamentos de um sistema parcialmente executados podem ocorrer simultaneamente com comportamentos parcialmente executados de um outro (e.g., nos pares de namorados é frequente constatarem-se “jogos” amorosos onde se combinam seqüências comportamentais típicas da organização vinculativa e do sistema de reprodução).

Importa acrescentar que, no caso do sistema comportamental da vinculação, Bowlby (1969/1982) concebe-o como uma organização orientada não para objectos mas para a instauração de estados. Conforme Cassidy (1999) explicita “(...) *the goal of a child is not an object (e.g., the mother), but rather a maintenance of the desired distance from the mother, depending on the circumstances*” (p. 6).

1.3 A influência das perspectivas evolucionistas contemporâneas

Os princípios gerais da teoria da vinculação continuam, no essencial, a merecer aceitação da parte dos investigadores. Contudo, esta teoria da vinculação é, na verdade, uma teoria evolucionária. Nas palavras de Bowlby (1979) “*Attachment theory is, at a fundamental level, an evolutionary theory of social behavior from the crave to the grave*” (p.129). Naturalmente, os conceitos vão-se refinando com os novos avanços do conhecimento acerca do processo de evolução das espécies.

Bowlby (1969) defendeu, inicialmente, que a selecção natural terá favorecido a procura de proximidade à mãe porque permitia à criança obter cuidados

¹ Em certos contextos, a alternância de seqüências contraditórias de comportamento resultantes da aparente activação de dois sistemas, podem, segundo vários autores, indiciar formas de desorganização da vinculação (e.g., Main & Solomon, 1990).

e protecção, aumentando, assim, as suas probabilidades de sobrevivência. Ainsworth et al. (1978) resumem, o pensamento daquele autor acerca do assunto, explicitando que *“Bowlby proposed that the biological function of the attachment system is protection, and he suggested that it was most specifically protection from predators in the environment of evolutionary adaptedness. Indeed, field studies of other species suggest that infants who get out of proximity to their mothers are very like to become victims of predation. He argued, however, that even in the present-day environment of Western society a child is much more vulnerable to disaster (for example, to becoming a victim of a traffic accident) if alone rather than accompanied by a responsible adult. Indeed he noted that even adults of any society tend to be less vulnerable to mishap if with a companion than when alone. Therefore, he felt comfortable about specifying protection as continuing to be the biological function of attachment behavior and its reciprocal parental behavior”* (pp. 8-7).

No entanto, para que determinada informação genética perdure não basta que o organismo portador subsista. É necessário haja descendentes para a transmitir às gerações seguintes. De facto, no processo evolutivo o que conta é apenas o número de descendentes que um indivíduo gera comparativamente aos seus coespecíficos (i.e. *o sucesso reprodutivo*). Os cavalos, por exemplo, não têm, em geral, mais do que dez crias em toda a sua vida. Contudo, isso não quer dizer que o seu sucesso reprodutivo seja menor do que o de uma cavala que, libertando na água do mar alguns milhares de ovos, terá potencialmente milhares descendentes. No caso vertente, o que conta é se uma dada variante de cavalo consegue ter mais filhos (e.g., quinze crias ao longo da vida) do que a média dos cavalos (e.g., sete crias no seu espaço de tempo vital); ou, se uma dada variante de cavala consegue libertar

quarenta mil ovos de uma só vez, enquanto que a maioria das outras cavalas liberta apenas *trinta milhares* de ovos.

Bowlby foi fortemente influenciado pela obra de Darwin no qual se defendia que as características vantajosas (*adaptativas*) favoreciam os seus portadores (*sobrevivência dos mais aptos*). Contudo, Darwin desconhecia o papel da recombinação genética, das mutações genéticas e, fundamentalmente, que a pressão selectiva funcionava ao nível dos genes. Em 1964, Hamilton resolve um importante paradoxo que havia intrigado Darwin: *porque é que alguns organismos (e.g., formigas, vespas ou abelhas) abdicam de se reproduzir para ajudar membros da sua espécie (família) a reproduzirem-se e a deixarem descendentes?* O autor da *Kin Selection* (selecção por parentesco) parte da hipótese de que a selecção é feita ao nível dos genes para afirmar que a protecção entre indivíduos que partilham uma parte considerável de semelhança genética (*genetic relatedness*) facilitaria a propagação desse mesmo conteúdo genético. Assim, se um organismo partilha 50% de informação genética variável com outro organismo (e.g., um irmão), poderá ser mais vantajoso para a perpetuação de tal informação colaborar com o indivíduo, em vez de cada um tentar, em condições muito adversas, a sua sorte. Assim, a protecção dada aos filhos permite aos pais assegurarem a reprodução da sua herança genética às gerações seguintes.

Atendendo ao refinamento das teses evolutivas, Bowlby (1978) revê a sua teoria, afirmando que a vinculação é um sistema comportamental infantil que funciona interligado com o sistema parental. A relação privilegiada que o bebé desenvolve com os pais possibilita-lhe obter protecção. Mas também, permite aos pais cuidar e proteger os seus "*parentes geneticamente mais próximos*" (i.e. os filhos).

A ideia de que a selecção não se dá ao nível individual mas ao nível dos genes, inspirou novas interpretações evolucionárias na teoria da vinculação. Para alguns autores, o investimento parental está directamente relacionado com a oportunidade de transmissão genética. Belsky, Steinberg e Draper (1991), por exemplo, procuram explicar à luz das modernas perspectivas evolucionistas as diferenças nos cuidados parentais. Os autores consideram que existem duas estratégias evolutivamente vantajosas: a aposta na *quantidade* (deixar um elevado número de descendentes) ou a aposta na *qualidade* (investimento no sucesso reprodutivo dos descendentes). Dificilmente um indivíduo pode optar pelas duas estratégias em simultâneo. A aposta na qualidade, é um modelo comum nas sociedades ocidentais. –implica tempo, recursos e energia que um grande número de descendentes não permitiria mobilizar. A opção pela quantidade caracteriza outras comunidades onde os níveis de bem estar são menos satisfatórios.

A este propósito, Crisholm (1993) considera que a taxa de mortalidade é um factor crítico na escolha da estratégia reprodutiva e na conduta parental. Em ambientes depauperados onde a esperança de vida é baixa e a taxa de mortalidade infantil é alta, a estratégia de longo prazo, de apostar na qualidade, não fará sentido. Assim, é mais vantajoso que o indivíduo procure ter um elevado número de filhos mesmo que, posteriormente, não possa investir tanto nos cuidados prodigalizados a cada um.

Estas abordagens, apesar, de tentarem conciliar os avanços da disciplina evolutiva com os estudos da relação mãe-filho, fazem-no numa óptica muito “economicista”. A prestação materna e infantil é interpretada, *a posteriori*, segundo o ganho “egoísta” dos genes, secundarizando a compreensão da organização dos

processos e dos comportamentos da vinculação. Certas teses de uma nova disciplina –a Psicologia Evolucionária– irá orientar-nos para a compreensão do efeito da pressão selectiva ao nível da organização das estratégias de auto-protecção e ao nível do funcionamento cerebral.

1.4 Fundamentos da Psicologia Evolucionária

A Psicologia Evolucionária procura compreender, à luz dos princípios da Teoria da Evolução e da Selecção Natural, o comportamento social e a organização mental dos indivíduos. Em primeiro lugar, esta disciplina atende à função dos comportamentos (i.e. *ao para quê?*). Assim, por exemplo, o que há em comum entre o comportamento da gazela que salta ostensivamente ao perceber a presença de um leão e a tendência da sociedade ocidental para tratar por “senhor” os indivíduos bem vestidos (e.g., com um fato de caro e de “marca”)?

De comum, o desempenho da gazela e o aprumo do senhor têm funções de certo modo análogas. Em ambos os casos, projectam uma imagem que recai em proveito próprio. Ao saltar freneticamente, a gazela emite a mensagem de saúde e vigor físico. Deste modo, o leão poderá ser levado a interessar-se por outras presas mais fáceis de caçar. Da mesma forma, alguns seres humanos gastam dinheiro em bens de consumo acima das suas necessidades reais, a fim de transmitirem aos outros o seu *status* social. No plano analógico, estes dois casos revelam que aqueles comportamentos possuem uma função auto-protectora. Tal como Bergstrom (2002) sublinha, ambos os protagonistas desejam “proteger-se” (ou retirar dividendos) através da imagem que projectam nos seus “interlocutores”. São, no fundo, exemplos ilustrativos de que os organismos enfrentam desafios aos quais tendem a

responder, seleccionando as melhores soluções que eliminam, naturalmente, as piores estratégias de auto-perservação.

Alguns estudiosos (e.g., Cosmides & Tooby, 2004; Caporael, 2001) argumentam que a maioria das abordagens em psicologia têm ignorado os potenciais contributos teoria da evolução. Por esse motivo, os enfoques dominantes olham os comportamentos, tentando entendê-los a partir das suas relações de causalidade, sem procurarem compreender as suas funções.

A generalidade da literatura da Psicologia Evolucionária (Cosmides & Tooby, 1992, 2004; Blasi & Bjorklund, 2003, Jones, 1999) aceita que a função última dos comportamentos é otimizar o sucesso reprodutivo. Este objectivo é conseguido de variadas maneiras. Os organismos têm, nomeadamente, de sobreviver até à maturação sexual (e.g., evitando a predação, fazendo alianças com os pares), encontrar parceiros sexuais (e.g., exibindo os “argumentos” da sua *atractibilidade*) e cuidar da descendência (e.g., enganar os predadores). Qualquer facto que ponha em causa qualquer uma destas tarefas primordiais é interpretado pelo cérebro como uma ameaça.

O segundo princípio fundamental é que os fenómenos da pressão selectiva levaram os sistemas de processamento da informação a dar particular relevo à detecção do perigo e as estruturas comportamentais a especializarem-se na organização de estratégias auto-protectoras (e.g., Cosmides & Tooby, 2004; Caporael, 2001; Fiddick, 2000).

A influência da pressão selectiva actua de um modo contínuo porque as competências que temos hoje são as que deram vantagem aos nossos antepassados. No entanto, podem estar ou não adequadas aos problemas actuais (Cosmides &

Tooby, 2004). As exigências da sociedade moderna correspondem à pressão selectiva actual que está moldar os futuros indivíduos. A SIDA, por exemplo, constitui, neste momento, um factor de pressão selectiva. Os indivíduos resistentes à infecção das diversas variantes do vírus HIV, têm maior probabilidade de sobreviverem e de deixarem descendência. É, então, provável que, dentro de algumas gerações, os indivíduos com essas características aumentem a sua incidência na população.

Mas as soluções adaptativas seleccionadas em dado momento tendem a perdurar no tempo, muito para além das condições que justificaram a sua emergência. Sabemos, por exemplo, que o cérebro humano lida hoje com exigências (e.g., a condução de automóveis) que não foram, exactamente, aquelas que moldaram o seu funcionamento. Por outras palavras, o cérebro resolve, no presente, problemas recorrendo a estruturas neurofuncionais que se revelaram vantajosas no passado. Em biologia, este princípio é intitulado de “Rainha de Copas”, nome atribuído com base na história infantil da *Alice no País das Maravilhas*. Nesse conto, a Rainha corre incessantemente sem sair lugar porque a paisagem se move com ela.

Ridley (2004) ilustra o princípio através do seguinte exemplo:

Consideremos um urso polar, que está equipado com uma espessa camada de pêlo branco. O pêlo é espesso porque os antepassados polares sobreviviam melhor para se reproduzirem se não sentissem frio. Houve um progresso evolutivo relativamente simples: pêlo cada vez mais espesso, ursos cada vez mais quentes. (...) Presumivelmente, no início era fácil aproximarem-se das focas porque estas não temiam inimigos no gelo, do mesmo modo que as focas do Ártico actuais são

completamente destemidas no gelo. Naqueles dias, os proto-ursos polares tinham uma vida fácil a apanhar focas. Mas, como as focas tímidas rapidamente tenderam a viver mais tempo do que as focas confiantes, as focas ficaram progressivamente mais desconfiadas. A vida tornou-se mais difícil para os ursos, que tinham de se aproximar das focas sem serem percebidos, mas estas podiam vê-los facilmente. Até que um dia (pode não ter sido subitamente, mas o princípio é o mesmo), por uma mutação aleatória, um urso teve crias brancas, em vez de castanhas. Elas tiveram sucesso e multiplicaram-se porque as focas não se apercebiam da sua aproximação. O esforço evolutivo das focas foi em vão, voltaram ao ponto de partida. A Rainha de Copas funcionou” (p. 28). Para o autor “a vida é um torneio de xadrez no qual, se o leitor ganha um jogo, inicia o jogo seguinte sem um peão”.

1.5 Modelo da Maturação Dinâmica – uma tentativa de integração dos princípios da Psicologia Evolucionária na Teoria da Vinculação

Crittenden (1999) concebe a teoria da vinculação como *uma teoria acerca da protecção contra o perigo*. Segundo as palavras da autora, “*Over the course of two decades, I have come to conceptualize attachment as a theory about protection from danger and the patterns of attachment as strategies for predicting and protecting oneself from danger. In this sense, I find all patterns adaptive –in the context in which they are learned*” (Crittenden, 2000a, p.9). Profundamente inspirada pela abordagens evolutivas, Patricia Crittenden considera que ao longo do processo de evolução, os seres humanos conviveram com muitos riscos. Nesse percurso, apenas sobreviveram e deixaram descendência aqueles que possuíam estratégias defensivas eficazes. O homem actual é, assim, “herdeiro” dessas estratégias que foram integradas no repertório da espécie. Nesta ordem de ideias, o

perigo será uma condição fundamental para a organização de estratégias comportamentais e para a modelação do funcionamento cerebral.

A concepção de ameaça avançada por Crittenden (1995c, 1997a, 1997b), é bastante próxima dos autores da Psicologia Evolucionária. O perigo é qualquer condição que ponha em causa a segurança e a reprodução. Nas palavras da autora, “*Successful species must solve two problems: staying safe and reproduction*” (Crittenden, 1997a, p.47).

Crittenden (*op.cit.*) considera que a informação relacionada com a sexualidade ou com a auto-preservação é considerada pelo cérebro como prioritária. Qualquer circunstância que possa pôr em causa o indivíduo ou qualquer possibilidade de envolvimento com um parceiro sexual são eventos rapidamente detectados e que requerem uma resposta imediata. Para lidar com o perigo, os indivíduos contam com diferentes centros de detecção e de processamento da informação. As estruturas cerebrais analisam as sensações produzidas das interações (*os efeitos*) e as condições que eliciam determinados acontecimentos (*as causas*).

Segundo Bowlby (1976) as emoções estão fortemente associadas à procura de proximidade. Na verdade, elas constituem um dos factores de activação do sistema da vinculação. A programação interna leva, por exemplo, o indivíduo a sentir raiva ou medo na ausência da figura materna. Ora, o afecto fornecido pelo adulto satisfaz a criança e permite-lhe experimentar conforto e prazer. Deste modo, o laço afectivo mãe-filho é alimentado pelas emoções sentidas. A informação originária de tais experiências é, posteriormente, integrada sob a forma de “*modelos internos dinâmicos*”. Estas representações, codificando os aspectos qualitativos da experiência relacional, constituem um sistema gerador de significados, à luz do qual

o indivíduo se avalia a si próprio e interpreta ou antecipa os comportamentos dos parceiros de interacção (Fuertes & Lopes-dos-Santos, 2003). Nas próprias palavras de Bowlby (1973), *“In the working model of the world that anyone builds a key feature is his notion of who his attachment figures are, where they may be found, and how they may be expected to respond. Similarly, in the working model of the self that anyone builds a key feature is his notion of how acceptable or unacceptable he himself is in the eyes of his attachment figures. On the structure of these complementary models are based that person’s forecasts of how accessible and responsive his attachment figures are likely to be should he turn to them for support. And, (...) it is on the structure of those models that depends, also, whether he feels confident that his attachment figures are in general readily available or whether he is more or less afraid that they will not be available – occasionally, frequently or most of the time”* (p. 203).

Crittenden (2000a) sustenta que a organização das estratégias de auto-protecção é regulada pela maturação. Quer isto dizer que à medida que o cérebro se desenvolve, cresce o número de soluções através dos quais o indivíduo consegue lidar com a percepção do risco. Nos primeiros anos, a criança dispõe, apenas, de dois modos de transformar a estimulação sensorial em ordem a representar a experiência.

O primeiro envolve estruturas de processamento cuja actividade as torna particularmente aptas a detectar *quando* há perigo. Falamos de um módulo cognitivo especializado em apreender a ordem temporal dos eventos, ligando-os em esquemas elementares de causalidade do tipo estímulo-resposta (Crittenden, 1997a). Estas estruturas dispõem de uma sensibilidade singular para elaborarem relações de contingência entre acontecimentos. O indivíduo observa e percebe, por exemplo,

que o comportamento A é sistematicamente sucedido pelo fenómeno B. A partir daí depreende que ambos se ligam segundo o modelo de conexão antecedente-consequente. Tal aprendizagem, associada ao *feedback* recebido, tenderá a orientar a acção futura. Assim, se a consequência B for percebida como favorável o comportamento subsiste; caso contrário, tende a desaparecer. Estamos, afinal, perante aquisições cuja complexidade não ultrapassa a dos mecanismos propostos pelo paradigma do condicionamento operante.

A informação resultante das experiências repetidas será armazenada na memória semântica². Contudo, a causalidade inferida pode ser errada. Um acontecimento ocorrido imediatamente após uma iniciativa do indivíduo não significa que esse evento seja, necessariamente, consequência do comportamento. Na verdade, o facto posterior pode ser aleatório ou surgir em relação de contingência com outros comportamentos. Muitas vezes o adulto irrita-se não em resposta aos actos imediatos da criança, mas pelo balanço que faz do seu comportamento naquele dia ou nas últimas horas. Simplesmente, sob o ponto de vista cognitivo, ela é ainda demasiado imatura para o entender. Assim, o sistema não está imune a inferir falsas regras. Nesse caso, a informação distorcida irá orientar erradamente as respostas do indivíduo.

² Tulving (1979) estudou os processos da memória e distinguiu dois níveis de armazenamento: a memória *semântica* e a memória *episódica*. Na memória semântica são armazenadas as sequências (causas e acontecimentos) dos eventos. Esta informação permite ao indivíduo organizar representações generalizadas sobre as experiências sociais. A memória episódica retém os acontecimentos específicos ou objectos com que houve contacto numa ocasião específica. Ou seja assegura a recollecção dos acontecimentos críticos (episódios) da vida referenciados a espaços e tempos precisos. A medida que as experiências codificadas na memória episódica se repetem, transformam-se em guiões de acção e de rotinas armazenadas na memória semântica.

A outra transformação baseia-se na intensidade relativa da estimulação e desencadeia respostas de tipo emocional. Sentimentos de ansiedade ou de desconforto podem ser eliciados, sem experiência ou aprendizagem prévia por certos estímulos. Os extremos de intensidade (e.g., escuridão/clarões, barulhos repentinos/silêncio, espaços abertos/condições de contenção) são normalmente associados ao perigo e activam processos fisiológicos (e.g., alterações da frequência cardíaca e respiratória) que preparam o organismo para a fuga (*flight*), para o combate (*fight*), ou, em casos extremos, para a imobilização (*freeze*). Contrariamente, os estímulos de intensidade moderada (e.g., sons suaves, embalos ritmados) despertam, tipicamente, sensações de conforto e segurança. Para Crittenden (1999), "*Affect serves an organizing function. Displayed as anger, it motivates a fight response and may elicit compliance from others; displayed as fear, it motivates flight and may elicit caregiving from others. These responses increase the probability of safety and of having access to protective attachment figures. When, however, in the past, affect has had no implications for subsequent events, it may be omitted from processing, and when it has elicited attack from others, it may be falsified*" (p. 148).

Operando ou não sobre os dados da experiência, estes sistemas de processamento asseguram a atribuição de significado afectivo à informação contextual. Poderemos, assim, dizer que, servindo de base à avaliação da segurança das situações, este sistema de processamento terá a vantagem de permitir ao organismo identificar os contextos *onde* o perigo pode ocorrer.

Os seres humanos dispõem de sistemas de processamento que integram os dados oriundos das fontes cognitivas e afectivas que interpretam os sinais de perigo. Quando a informação de ambas as fontes é congruente, as decisões relativas à acção

são simples, rápidas e eficientes. Contudo, se ela for dissonante, a actividade mental operará no sentido de elaborar um novo modelo de compreensão que gere concordância. Em termos piagetianos, que no primeiro caso, os dados são *assimilados* –activando de imediato as disposições para a acção– e que, no segundo, desencadeiam processos de *acomodação* –servindo a expansão das estruturas de interpretação da realidade. Poderá, também, suceder que a mente, face a incongruências “irresolúveis”, opte por aceitar uma fonte de informação em detrimento da outra.

Se as estruturas, se forem rígidas, tenderão a perpetuar os eventuais erros do seu funcionamento (i.e., formas desajustadas de interpretação ou de acção). No entanto, a total instabilidade das estruturas, fruto de experiências contraditórias, intermitentes ou de falsificação das expectativas, impede a formação consistente de representações que guiem o comportamento. Nestes casos, é vulgar observarem-se situações de ansiedade crónica (Crittenden, 2000a). O indivíduo experimentará, então, dificuldades em confiar nos outros, em avaliar as condições exteriores ou em acreditar na sua própria competência para lidar com a informação. Por outro lado, a rigidez das estruturas, resultante de experiências dolorosas mas sistemáticas e previsíveis, não favorece a adaptação à mudança e retira a criatividade na procura de soluções.

Resumindo partes substanciais do que dissemos, recorreremos às palavras de Crittenden (1995) –quando a propósito da ideia de que a adaptabilidade de uma espécie repousa na capacidade de os seus membros desenvolverem estratégias eficazes de protecção e de reprodução– comenta que o cérebro humano “(...) *has evolved to organize sensory information in ways that promote protection and*

reproduction. The brain does so (1) by attending preferentially to information relevant to protection and reproduction, (2) by attributing causation to temporally organized information so as to modify behavior in ways that increase desired outcomes and reduce undesirable ones, (3) by eliciting feelings of anxiety and sexual excitement and of comfort and satisfaction when we experience probable dangerous or safe contexts or conditions conducive to reproduction, and (4) by integrating information cortically.” (p.52).

1.6 Estratégias de auto-protecção: defesa, ataque e imobilização

Independentemente das assunções do modelo de maturação dinâmica, Porges (2001) procura explicar os fenómenos do envolvimento social, recorrendo à neurofisiologia. O autor elabora uma teoria (*modelo do envolvimento social*) que procura explicar a implicação dos mecanismos defensivos e não defensivos na interacção social. Em perfeita consonância com a proposta de Crittenden, Porges (2003) refere os níveis de processamento de informação e descreve as mesmas estratégias de auto-protecção. Face a condições ameaçantes, será previsível que o indivíduo se preserve mediante a fuga (*flight*) ou através do ataque, desarmando o adversário (*fight*). Se o perigo for de molde a que ele avalie como baixas as probabilidades da própria sobrevivência, as estratégias de imobilização podem permitir-lhe ganhar algum tempo ou enganar o antagonista. Já dentro de condições de segurança, os seres humanos sentem-se mais disponíveis para utilizarem o seu extenso e elaborado repertório de comportamentos sociais.

Este modelo prevê, assim, a existência de três de condições: a interacção social sem “perigo”, a interacção ameaçante e a interacção perigosa com risco

elevado para a vida do indivíduo. Cada contexto de interacção exige respostas diferentes, segundo os seguintes princípios:

- 1- existem circuitos neuronais que estão na base dos comportamentos de interacção social e das estratégias defensivas de fuga, de luta ou de imobilização;
- 2- esses circuitos neuronais formam uma hierarquia filogeneticamente organizada;
- 3- independentemente dos processos da consciência, o sistema nervoso avalia os riscos presentes no ambiente e regula a expressão adaptativa do comportamento de acordo com as percepções de segurança e de risco ou perigo;
- 4- os comportamentos de envolvimento social e os benéficos estados fisiológicos associados ao suporte social requerem uma concepção neurológica (*neuroception*¹) de segurança;
- 5- os comportamentos de envolvimento social associados à prestação parental, reprodução e formação de laços afectivos requerem a imobilização sem medo ou seja permanência;

A primeira distinção que merece análise neste modelo é a imobilização com medo e sem medo. O primeiro tipo de imobilização ocorre em situações de risco de vida. Neste modelo, a imobilização fruto do medo é considerada como uma resposta defensiva ou de auto-protecção. Este comportamento permite, em último reduto, a supressão neurovagal necessária para o organismo aceder a estados fisiológicos que

¹ Neuroception é uma estrutura neuronal responsável pela detecção do risco e do tipo de risco (perigo e perigo com risco de vida).

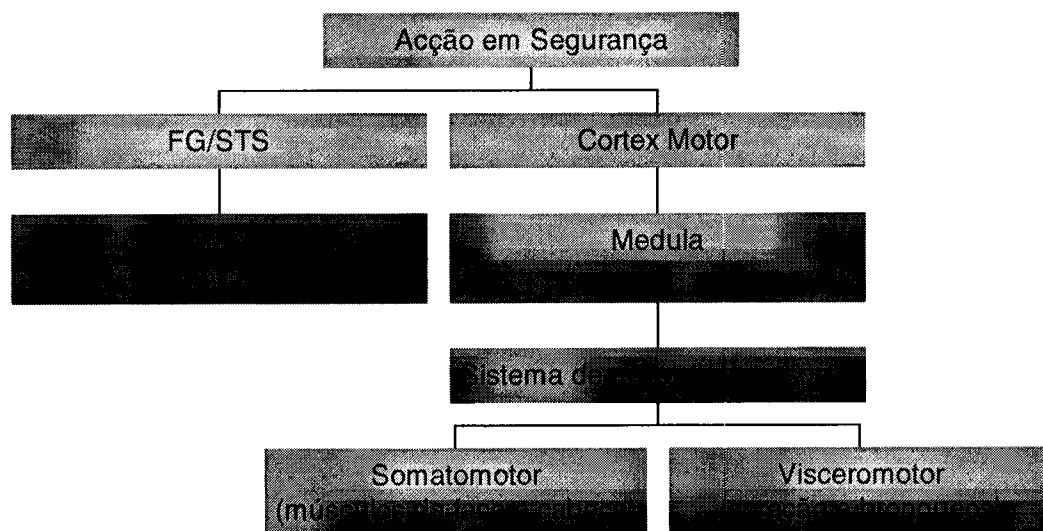
implicam, por exemplo, o congelamento, o fingir-se de morto ou o submeter-se de modo a desarmar o inimigo (Porges, 2001). A imobilização sem medo não representa um comportamento específico mas surge na continuidade do envolvimento social ou afectivo, sendo mediada pela oxitocina. Porges (2003, 2001) concebe a imobilização como uma estratégia defensiva e não como um sintoma de inadaptação.

De acordo com o autor (Porges, 2001) *“New technologies, such as MRI, have identified specific neural structures that are involved in detecting risk. The temporal lobe is of particular interest in expanding the construct of neuroception and in identifying neural mechanisms that modulate the expression of adaptive defensive behaviors and autonomic states. Functional imaging techniques document that areas of the temporal cortex, fusiform gyrus (FG) and superior temporal sulcus (STS), are involved in detecting features such as movements, vocalizations and faces which contribute to an individual being perceived as safe or trustworthy”* (p. 6).

Esta primeira fase de detecção do perigo ou da segurança permite ao indivíduo activar uma resposta para funcionar de acordo com as condições ambientais. A identificação do perigo tem primazia face ao “sentimento” de segurança. A evolução privilegiou a capacidade de detecção das condições ameaçantes para o indivíduo: *“The detection of safety subdues the adaptive defensive systems dependent on limbic structures. Thus, providing a plausible model of how neural detection of environmental risk (i.e. neuroception) would modulate behavior and physiological state to support adaptive behaviors in response to safe, dangerous and life threatening environments. Conceptually, the process of detecting safety is inclusive of the detection of risk. Thus, the neural circuits that mediate the more primitive defense systems have through the processes of evolution been co-*

opted to support the social behavior necessary for mammalian survival.” (Porges, 2001, p.7).

Estruturas e mecanismos envolvidos no envolvimento social quando o organismo percepção segurança (In Porges, 2003)

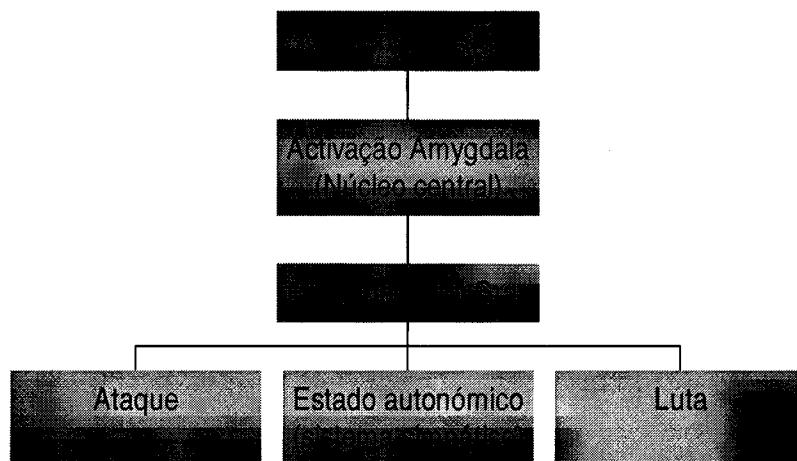


Como base nestes pressupostos Porges propõem modelos de neurofisiológicos que estão na base das respostas sociais. Em situações percebidas como seguras, a **comunicação normal** é regulada pelo actividade do *núcleo ambigus* que afecta a expressão facial, as vocalizações e a da atenção (nesta fase a actividade do núcleo central é suprimida)¹. No entanto, se indivíduo percepção perigo promove a **mobilização** ou seja a capacidade de agir em defesa própria através de comportamentos de fuga ou de luta (neste caso o sistema

¹ A criança pequena, enquanto não conta com a desenvoltura do tronco e dos braços, sinaliza o desejo de obter ou manter a proximidade com o adulto através das expressões faciais (e.g., sorriso reactivo, contacto ocular) e das vocalizações (e.g., choro). Estes comportamentos de vinculação são organizados a partir da acção das estruturas/ramificações cranianas (V, VII, IX e X) que regulam o funcionamento do tronco cerebral, dos músculos e da actividade somatomotora. Os movimentos faciais, os sons vocais, a orientação da cabeça permitem ao bebé manter a proximidade com o adulto ou criar distância nos casos em que este se torna intrusivo. A acção somatomotora, através da actividade vagal possibilita um maior ou menor nível de reactividade em função das características da interacção social (Porges, 2003).

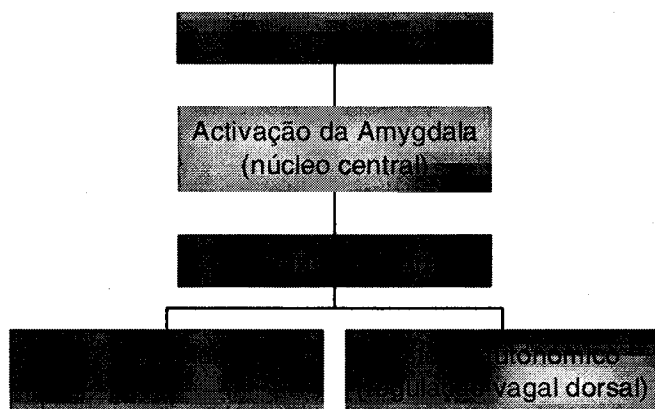
simpático activa as estruturas neurofisiológicas necessárias à reacção defensiva); Quando o perigo vivido é de risco de vida, a **imobilização** pode ser a única resposta possível (realizada através do congelamento comportamental e da supressão vaso-vagal).

Estruturas e mecanismos envolvidos na resposta ao perigo (In Porges, 2003)



Para o autor da teoria Polivagal, estes três níveis de resposta fazem parte do repertório dos mamíferos e têm uma função adaptativa. A imobilização é apresentada como uma estratégia de auto-protecção primordial nos répteis, embora o processo de imobilização dos mamíferos e dos répteis seja diferente.

Estruturas e mecanismos envolvidos na resposta ao perigo de vida (In Porges, 2003)



No caso dos mamíferos, eles não podem prescindir de oxigênio na fase de imobilização. Todavia, este comportamento (quer junto dos mamíferos e dos répteis) serve o mesmo propósito (i.e., permitir ao organismo passar despercebido ou “ganhar tempo” face ao adversário).

Embora provenientes de abordagens teóricas distintas, os modelos de Porges e de Crittenden são complementares. Crittenden descreve os processos e a motivação biológica que permite a activação de estratégias de auto-protecção e Porges fornece um modelo do funcionamento cerebral subjacente à activação dessas estratégias.

1.7 Considerações finais

A vinculação consubstancia a necessidade instintiva de estabelecer uma relação significativa como uma figura de protecção. À luz do quadro evolutivo, Bowlby (1969/1982) explica que, graças a este elo, os bebés obtêm os cuidados necessários à sua sobrevivência. Através da activação de um sistema comportamental, a criança regula a proximidade à mãe. As experiências relacionais são internalizadas sob a forma de modelos internos reflectem o modo como a criança representa o funcionamento do mundo, dos outros e de si própria. Os mapas de representação interna são actualizados ao longo da vida num processo dinâmico de trocas recíprocas com o meio.

Estes princípios propostos por Bowlby (*op. cit.*) são genericamente aceites pela comunidade científica. Uma vez que a teoria da vinculação se instituiu sob forte influência das abordagens evolucionárias, é natural que, à medida que a investigação avança, ela se desenvolva incorporando esses conhecimentos. A Psicologia

Evolutiva fez este trajecto e favoreceu o surgimento de novos modelos no seio da teoria da vinculação. Em 1995, Crittenden apresenta uma nova proposta (*modelo de maturação dinâmica*) em sintonia com os fundamentos da psicologia evolutiva:

- 1- os comportamentos sociais e a organização cerebral evoluíram de acordo com os processos da pressão selectiva;
- 2- a pressão selectiva favoreceu os indivíduos que tinham as melhores estratégias defensivas face ao perigo;
- 3- perigo é qualquer obstáculo à reprodução ou à sobrevivência (até à idade de reprodução);
- 4- o não estabelecimento de uma relação de vinculação inscreve-se na categoria de perigo por ameaçar a sobrevivência na infância;
- 5- o cérebro está, por isso, adaptado a resolver os problemas relacionados com o estabelecimento e manutenção da vinculação (i.e., com a obtenção de cuidados e protecção).

Em síntese, Crittenden considera que as respostas infantis de vinculação actuais são as que no passado maior vantagem trouxeram aos nossos antepassados. Porges, em sintonia com o modelo desta autora, fornece-nos uma explicação neurofisiológica do funcionamento das estratégias de auto-protecção: defesa, ataque e imobilização.

Capítulo 2 – A vinculação e as diferenças individuais

Os fenómenos da vinculação, enquanto manifestações de natureza instintiva, são universais na espécie humana. Contudo, a sua expressão revela grande labilidade relativamente às influências ambientais. Daí que sejam observadas variações individuais cuja tipificação foi tentada em diferentes abordagens. Começando por apresentar a noção de *base segura*, procuraremos dar conta, no presente capítulo, desses estudos.

2.1 Base segura

Anderson (1972) realizou, nos afamados espaços dos parques londrinos, um trabalho de natureza observacional onde verificou que as crianças de 3/4 anos tendiam afastar-se da figura materna com passitos lentos e de modo intermitente até uma certa distância. Atingido um determinado ponto, regressavam, rapidamente, para junto dela.

O desejo de explorar é regulado pela necessidade de proximidade. A criança procura adquirir autonomia e explorar o meio, mas também recupera a proximidade e o contacto com a figura de vinculação quando a distância instaurada entre ambas excede os limites do suportável. A aceitação e a disponibilidade manifestas na resposta materna ao seu regresso contribuirá para promover a confiança infantil na relação. Kobak (1999) enfatiza a importância da *disponibilidade e responsividade* dos prestadores de cuidados para o desenvolvimento sócio-emocional: “*First, when children or adults view their attachment figures as both available and responsive, they feel secure. Second, a child’s appraisal of a parent’s availability and responsiveness depends not only on the physical presence or absence of the parent,*

but, more importantly, on expectations of parental response and quality of parent-child communication. Third, closed communication in attachment relationships creates risk for adjustment problems, not only by increasing the child's anxiety about parent's availability, but also by distorting the expression of attachment-related emotions such as fear, anger and sadness" (p. 22).

Embora considerando que a necessidade de estabelecer relações de vinculação é resultante de uma predisposição seleccionada ao longo da filogénese, uma vez activado sistema de vinculação, ele é confrontado com as respostas do meio. Por essa razão, Bowlby (1969/1982) considerou que a vinculação não segue um único caminho. Para o autor, as diferenças individuais na qualidade da vinculação são moldadas pela experiência e pelas representações estabelecidas a partir dessas experiências (modelos dinâmicos internos). Por exemplo, a variação na acessibilidade e a diversidade de respostas por parte do adulto são, promotoras de diferentes expectativas infantis e, conseqüentemente, de diferentes organizações comportamentais.

Ainsworth (1965) no seu célebre estudo do Uganda descreveu dois tipos de padrões de interacção entre filho e mãe: o *seguro* e o *ansioso*. A vinculação *segura* revela um tipo de relacionamento caracterizado pela “confiança” da criança no adulto. As experiências vividas por ela terão permitido elaborar a expectativa de que em situações de alarme ou de perigo a mãe sairá em seu socorro. Por esta razão, a criança segura, sempre que sente receio, mobiliza, activamente, comportamentos de procura de proximidade e de manutenção do contacto relativamente à figura materna em ordem a obter conforto. A relação estabelecida dá, também, à criança, a confiança necessária para explorar em condições não alarmantes. Este fenómeno foi denominado por Ainsworth (1965) de “*base segura*” ou “*porto seguro*”

Em sentido contrário, a vinculação *ansiosa* resulta da experiência repetida de fenómenos de inacessibilidade, imprevisibilidade ou de baixa qualidade de resposta por parte do adulto. Tal circunstância suscita uma permanente ansiedade, que a leva a procurar a proximidade ou dirigir comportamentos de vinculação ao adulto, mesmo em momentos em que não existe qualquer situação objectiva de alarme. Deste modo, a criança diminui a exploração do meio, mesmo em circunstâncias, aparentemente, propícias.

O sistema exploratório e o sistema da vinculação funcionam de forma complementar. No perigo, o sistema de vinculação tem primazia face ao sistema de exploração porque atende a uma necessidade mais urgente – a obtenção de segurança.

Aceitando que o apego infantil pode ser exprimido de diferentes formas (posteriormente descritos por Ainsworth), importa saber qual valor adaptativo de cada estratégia e qual o papel da evolução na organização de diferentes respostas. Neste domínio, existem diferentes posições entre os autores. Weinfield, Sroufe, Egeland e Carlson (1999) defendem que, do ponto de vista evolucionista, os padrões seguro e ansioso são ambos adaptativos dado que nenhum dos dois compromete o sucesso reprodutivo do indivíduo e ambos permitem assegurar a protecção. No entanto, de um ponto de vista psicológico e desenvolvimental, os vínculos ansiosos estão associados a piores resultados em termos de desempenho ao nível de aspectos como a auto-estima ou o relacionamento social. Na esteira de Bowlby (1969/1982) e de Ainsworth (1979), estes autores, argumentam que a vinculação segura corresponde ao padrão normativo da espécie humana, sendo os restantes produtos da violação das condições normais de estabelecimento das relações vinculacionais. Em

apoio do argumento verifica-se que a vinculação segura tende a ser o padrão mais frequente (Belsky & Cassidy, 1994, van IJzendoorn & Sagi, 1999) nas amostras recolhidas em diferentes culturas.

Contudo, a elevada prevalência da vinculação segura foi, essencialmente, observada no mundo ocidental. Escasseiam, infelizmente, os estudos em países subdesenvolvidos, dominados por regimes totalitários ou em quase permanente estado de guerra. E no entanto, na história da humanidade, a fome, a pilhagem, as doenças foram perigos constantes. Será que a resposta segura é a mais adaptativa naqueles cenários? Do ponto de vista evolutivo, não é de esperar que a natureza privilegie apenas uma determinada resposta. Para Belsky (1999) a resposta segura é, apenas, mais um estilo de resposta. *“Although it may be the case in contemporary Western society that one pattern, which has come to be known as secure, predominates (as it still may in some aboriginal societies), this should not be taken to mean that in any particular EEA [environment of evolutionary adaptedness] this was the species-typical or normative pattern. Indeed, it seems reasonable to speculate that the organization of attachment behavior typically observed in strange situation reflects only those that current living conditions foster, rather than the full range of possibilities that could emerge from the evolved repertoire of attachment behavior.”* (p. 143). Por outras palavras, a diversidade de respostas permite a preparação do indivíduo para lidar com diferentes meios e condições. Nesta perspectiva, os tipos de vinculação não são apenas adaptativos, em termos evolutivos, mas também comportam vantagens individuais. As estratégias *ansiosas*, por exemplo, permitem através do evitamento amenizar respostas hostis do adulto.

Crittenden (2000a) considera que a evolução privilegiou a adaptação e a flexibilidade. Para a autora, a vinculação segura não pode ser vista como um “seguro de vida” para a vida psicológica e para o desenvolvimento. A segurança afectiva é apenas uma condição, aparentemente, favorável em determinados contextos (tornando a criança mais resiliente, mais confiante ou mais persistente na procura de soluções a problemas). No entanto, a face à mudança das circunstâncias de vida, o modelo seguro poderá não ser o mais adaptativo. Simpson (1999) defende a ideia segundo a qual “*each attachment pattern reflects a different ecologically contingent strategy designed to solve adaptive problems posed by different rearing environments*” (p.125). Na verdade, face ao perigo (e.g., negligência materna) a estratégia segura não será eventualmente tão eficaz como a coerciva. Por esta razão, assumir a posição “segura”, “evitante” ou “resistente” de acordo com as condições ambientais parece corresponder à melhor forma de adaptação.

2.2 Padrões de vinculação – A tipologia A-B-C de Mary Ainsworth

Em 1954, Mary Ainsworth desloca-se para o Uganda onde tem a ocasião de observar os fenómenos da interacção mãe-bebé fora do contexto civilizacional de onde era originária (Bretherton, 1992). Durante esse período, a psicóloga canadiana, apercebe-se da existência de diferentes “estilos” de relacionamento infantil para com a figura materna. Posteriormente, em colaboração com Wittig (Ainsworth & Wittig, 1969), imagina um procedimento experimental, concebido no pressuposto de que as respostas de vinculação são activadas na ausência da mãe, em particular perante pessoas e ambientes desconhecidos (*Situação Estranha*)¹. Este procedimento é

¹ Segundo Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978) a Situação Estranha é especificamente apropriada para avaliar o comportamento infantil entre os 12 e os 18 meses. Contudo, tem sido

constituído por oito breves episódios com duas separações e duas reuniões à mãe (cf. **quadro 2.1**) e foi pensado de modo a instituir, progressivamente, condições eliciadoras de *stress* moderado. Várias escalas avaliam o comportamento da criança ao longo da sessão. As mais relevantes para a determinação dos padrões de vinculação são as da (1) *Procura da Proximidade e do Contacto*, (2) *Manutenção do*

Quadro 2.1- Descrição esquemática da Situação Estranha.

Episódio	Participantes	Duração	Descrição da acção
1	M ¹ , B ² , E ³	30 segundos	E mostra a sala à mãe e ao bebé. Seguidamente sai.
2	M, B	3 minutos	M deixa B explorar livremente
3	E, M, B	3 minutos	E entra na sala: 1º minuto: E senta-se calada; 2º minuto: E conversa com M; 3º minuto: E aproxima-se de B; M sai discretamente.
4	E, B	3 minutos ou menos ⁴	E responde a B e se necessário conforta-o.
5	M, B	3 minutos	M entra e E sai: M saúda e/ou conforta B; M dirige B para o jogo; M sai, despedindo-se.
6	B	3 minutos ou menos ⁴	B fica sozinho.
7	E, B	3 minutos ou menos ⁴	E entra e interage com B e se necessário conforta-o.
8	M, B	3 minutos	M entra, saúda B, pega-lhe ao colo e sai E.

¹M = Mãe, ²B = Bebé, ³E = Estranha; ⁴a mãe ou experimentador podem encurtar o episódio.

utilizada (muitas vezes com alterações dos critérios de cotação) em idades posteriores sem evidente perda de validade ou fidelidade (e.g., Cassidy, 1988; Crittenden, 1992).

Contacto, (3) *Resistência* e (4) *Evitamento* (o **Quadro 2. 2** apresenta o seu conteúdo de forma sucinta). Cada uma delas permite quantificar as respostas do indivíduo entre 1 a 7 pontos de acordo com critérios exaustivamente definidos (*cf.*, Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978).

Quadro 2.2- Escalas interactivas utilizadas no contexto da Situação Estranha

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Procura da proximidade	Intensidade e persistência da criança para instaurar contacto físico ou proximidade espacial com a figura materna.
Manutenção do contacto	Grau de actividade e persistência da criança para manter o contacto físico com a mãe (resistência activa ao ser pousada, solicitar novamente o colo, protestos quando colocada no chão.
Resistência	Intensidade, frequência e duração das respostas negativas eliciadas pela mãe quando inicia contacto ou proximidade com a criança. Os comportamentos relevantes nesta categoria incluem empurrar deitar fora ou não segurar brinquedos oferecidos, movimentos corporais de resistência ao ser pegado ao colo. A resistência ao contacto pode alternar com esforços activos para alcançar ou manter contacto, sendo possível que ambas as respostas surjam com elevada persistência no mesmo episódio.
Evitamento	Sobretudo nos episódios de reunião, grau de intensidade, duração e persistência da criança para evitar a proximidade e a interacção com a figura materna. Incluem-se, aqui, a indiferença na reunião, o voltar da face e das quando saudada ou solicitada, a recusa em manter contacto visual ou em interagir

A partir, sobretudo, da análise global das reacções infantis durante os episódios de reunião Ainsworth pôde identificar três grandes padrões de vinculação (Ainsworth, *et al.*, 1978): o A (*seguro*), o B (*inseguro-evitante*) e o C (*inseguro-resistente/ambivalente*). Dentro de cada um destes tipos são descritas várias subcategorias (A1, A2, B1, B2, B3, B4, C1 e C2).

O grupo da vinculação *segura* (Tipo B) é o mais representativo, chegando a atingir incidência próxima dos 65% nas amostras típicas americanas (de classe média). Aqui, o prestador de cuidados serve como base segura para a exploração e o seu regresso suscita satisfação. A criança saúda-a ou sorri à sua chegada (B1 e B2) e pode procurar activamente a proximidade ou o contacto (B3 ou B4). A figura materna é recebida sem grandes manifestações de resistência ou de evitamento. Aliás, mesmo que a criança aceite a interacção com uma pessoa desconhecida a preferência é dada à mãe.

O grupo das crianças ditas *inseguras-evitantes* (Tipo A), constitui cerca de 20% das amostras típicas (Ainsworth, *et al.*, 1978). Os comportamentos predominantes são o evitamento da proximidade e do contacto, não se verificando respostas à chegada da mãe (ou quando surgem são dadas com considerável atraso). A generalidade das crianças com este padrão de resposta aceita a presença da Estranha. Este grupo reparte-se em duas modalidades de comportamento: as crianças do subgrupo A2 apresentam um registo contraditório, procurando a proximidade com comportamentos de evitamento, enquanto que as do subgrupo A1 são marcadamente evitantes.

Por último, o grupo das *inseguras-resistentes/ambivalentes* (Tipo C) revelam, ao longo de toda a sessão, preocupação em manter a proximidade com a

mãe. Porém, no seu regresso, reagem com assinalável resistência ou com demonstrações de irritação. Estas crianças são incapazes de utilizar a figura de vinculação como base segura de exploração. As do subgrupo C1 oscilam entre a procura e a manutenção de proximidade enquanto apresentam comportamentos de resistência. As do subgrupo C2 combinam a resistência com a passividade. Em ambos os subgrupos, o convívio com a estranha é difícil, particularmente, na ausência da figura materna.

2.3 Vinculação Atípica

Depois do estabelecimento da tipologia A, B, C, foi sendo observado que uma pequena percentagem das crianças estudadas na Situação Estranha não se comportava de acordo com nenhuma das estratégias descritas. De facto, cerca de 5% das crianças das amostras de Ainsworth (e.g., Ainsworth, *et al.* 1978) não correspondiam ao padrão seguro, evitante ou ambivalente/resistente. Mais tarde, van Ijzendoorn (1992) verificou em meta-análise que esta percentagem ascendia aos 15%, na generalidade dos estudos efectuados junto de populações normais. Da análise destes casos atípicos surgiram propostas de classificação complementares. Main e Solomon (1986, 1990a e 1990b) descreveram um quarto tipo onde se incluíam aqueles casos e que denominaram de padrão D (desorganizado/desorientado). Karlen Lyons-Ruth (e.g., Lyons-Ruth, Connell, Zoll & Stahl, 1987) distingue, por sua vez, o grupo U-A, também designado por padrão evitante instável.¹

¹ O modelo da maturação dinâmica oferece-nos, ainda uma terceira solução. Crittenden (1985) reconhece um padrão A/C e procede, posteriormente a uma expansão das sub-categorias tradicionais (e.g., Crittenden, 1999) de forma a enquadrar as crianças de classificação problemática e a melhor apreender a crescente complexidade das organizações comportamentais e

Desorganização e Desorientação (Padrão D)

Ao analisarem os comportamentos das crianças que não se “encaixavam” na tipologia A, B e C, Main e Solomon (*op. cit.*) concluíram que elas apresentavam uma postura “*desorganizada*” ou “*desorientada*”. Esta designação baseou-se na apreciação de que os comportamentos da criança não seriam congruentes com o contexto interactivo imediato e nem teriam por base uma estratégia coerente de vinculação. As reacções infantis combinavam uma mistura de reacções contraditórias, de medo e de confusão na presença da figura materna.

Com o intuito de caracterizar este grupo, os autores identificaram sete grandes indicadores do dito comportamento *desorganizado/desorientado*:

- seqüências contraditórias de resposta (e.g., fortes manifestações de afecto seguidas de evitamento, retraimento ou de comportamento confuso);
- Simultaneidade de comportamentos contraditórios (e.g., forte evitamento combinado com elevada procura de proximidade, ansiedade ou raiva);
- movimentos ou expressões indirectas, desviadas, incompletas ou interrompidas (e.g., procurar a proximidade à mãe e, a determinado momento, mudar de direcção ou ficar a meio caminho);
- comportamentos estereotipados, movimentos assimétricos ou postura anómala;
- congelamento, paralisia ou movimentação em “câmara lenta”;
- comportamentos de apreensão como encolher os ombros ou expressões de medo;

representacionais da vinculação decorrente do desenvolvimento dos indivíduos. Dado o destaque que lhe pretendemos conferir, trataremos este tópico numa outra secção do presente capítulo.

- indicadores de desorganização ou de desorientação tal como comportamentos sem nexos ou confusos.

A explicação encontrada por Main e Hesse (1990a) para o surgimento de padrão de um comportamento confuso e não estruturado, reside na perturbação da resposta dos prestadores de cuidados. Segundo estes autores, os pais que respondem ao alarme ou à ansiedade da criança com um comportamento “assustado” ou “assustador” aumentam a probabilidade da emergência do padrão D. As mães consideradas *assustadoras* potencializam o receio da criança porque a puniriam verbal ou fisicamente de forma sistemática e recorrente ou chegariam, mesmo, a praticar sobre elas abusos de índole sexual. Quanto às mães *assustadas*, procurariam a protecção dos filhos numa inversão de papéis que violará as expectativas infantis. Ao demonstrar aflicção, a mãe assustada certifica os receios da criança e revela-se incapaz de a apoiar. Bronfman, Parsons e Lyons-Ruth (1999) desenvolveram a escala AMBIANCE que, inspirada no sistema de cotação de Main & Hesse (1990) se intitula: "*Frightening, Frightened, Dissociated or Disorganized Behavior on the Part of the Parent: A Coding System for Parent-infant Interactions*" que permite diagnosticar estes dois perfis de comportamento materno.

Em suma, em vez de se instituir como base segura, a figura materna *assustadora* ou *assustada* não protege eficazmente do perigo, podendo mesmo intensificar o receio da criança. Segundo Main e Hesse (*op. cit.*), tal tipo de interacção não é propício à orientação e à organização da resposta infantil. Isto porque, em nenhum dos casos, o adulto fornece a protecção necessária à organização de uma resposta nem apresenta comportamentos que a criança possa prever ou com os quais possa funcionar estrategicamente.

No entanto, como veremos adiante, o ponto de vista segundo o qual as crianças com comportamentos “contraditórios” ou “perturbados” não estarão a funcionar de acordo com uma estratégia, encontra-se longe de ser pacífico.

Os evitantes instáveis

Este padrão foi identificado por Lyons-Ruth et al. (1987). Corresponde a uma categoria de crianças que apresenta forte evitamento à mãe no primeiro episódio de reunião da Situação Estranha, mas que diminuem, consideravelmente, essa forma de reacção no segundo regresso materno. Os autores consideram como *evitantes instáveis* os indivíduos cujo evitamento à mãe sofre uma queda de pelo menos quatro pontos nessa escala (tal com se encontra definida em Ainsworth et al., 1978). Assim, estes indivíduos podem demonstrar um evitamento passível de ser cotado com 5 a 7 pontos na primeira reunião, enquanto, na segunda o score flutuaria entre 1 a 3 pontos. Uma diminuição drástica do evitamento não é coerente com as previsões teóricas de Ainsworth nem com os pressupostos inerentes à Situação Estranha. Este procedimento suscita, tipicamente, um crescendo da ansiedade da infantil ao longo da sessão. Como tal, seria previsível que a estratégia defensiva da criança se intensificasse em vez de se retrair. Ora, uma vez que a organização dos comportamentos destas crianças parece contrariar as expectativas, Lyons-Ruth et al. (1987) consideram-na como expressão atípica a par das outras formas de desorganização. Barnett e Vondra (1999), discutindo a especificidade do Padrão evitante instável aduzem que a investigação “(...) suggests that the U-A pattern is related to having experienced more disturbed varieties of parenting than infants with Type A or other patterns of attachment” (p. 23). No entanto, logo de seguida comentam: “Why these parenting experiences would bring about unstable avoidance needs exploration” (Barnett & Vondra, *op. cit.*;p. 23).

Questões em torno do conceito de desorganização

Segundo Crittenden (1999), uma resposta será desorganizada caso não exista uma relação contingente entre ela e o contexto interpessoal da sua produção. Nessa ordem de ideias, autora nota que alguns comportamentos ditos desorganizados contribuem para diminuir os maus tratos e a negligência, tornando-se, assim, contextualmente significativos. A título de exemplo, realça que a troca de papéis com o adulto ou a exibição de uma solicitude e simpatia extrema (mesmo quando a criança necessita de conforto) tendem a funcionar como estratégias de controlo de comportamentos maltratantes por parte dos prestadores de cuidados (Crittenden, 1992).

Por outro lado, alguns indicadores de desorganização tem a função adaptativa de promover a segurança (Crittenden, 1999). Por exemplo, face a uma figura parental totalmente imprevisível, a melhor solução pode ser ficar imóvel (“congelar”) e aguardar pela clarificação da sua resposta. Se não foi possível elaborar expectativas e antecipar comportamentos cabe, à criança esperar estrategicamente, a fim de melhor perceber qual irá ser a actuação do adulto.

Crittenden (1992, 1999) considera que os comportamentos descritos por Main & Hesse (1990) enquanto expressões exageradas e contraditórias de evitamento e de resistência estão ao serviço da denominada organização A/C (padrão “defensivo/coercivo”). Segundo o seu ponto de vista, as crianças cujas mães são extrema e consistentemente pouco sensíveis, “(...) *may show in one observation period all of the major types of behavior described by Ainsworth: the high proximity seeking usually indicative of secure or anxious/ambivalent attachments, the high avoidance indicative of avoidant attachment, and the high resistance indicative of ambivalent attachment* (Crittenden & Ainsworth, 1989, p. 441). Com efeito, os

indivíduos que apresentam este padrão tendem a viver com mães e em ambientes, simultaneamente, abusivos e negligentes (Crittenden, 1988a, 1988b e 1995b): Em suma, a solução mais vantajosa para estas crianças é aliar as duas estratégias assumindo uma postura de alerta, de adaptação e de flexibilidade.

Após o segundo ano de vida, vários casos englobados na categoria A/C deixam de ter comportamentos gerais de evitamento e resistência para passarem a combinar sub-padrões do tipo coercivo (resistente) e do tipo defensivo (evitante). Por exemplo, algumas crianças tornam-se muito submissas mas revelam em simultâneo dependência, fingem incompetência e passividade. Na óptica de Crittenden (2000b), os fenómenos da vinculação permitem ao organismo obter protecção, cuidados e preparar-se para o desempenho de papéis futuros. O resultado do estabelecimento da vinculação pode ser o conforto psicológico mas esse não é o objectivo biológico desta organização comportamental. Compreende-se, pois, que os indivíduos possam organizar estratégias que garantam a sua preservação ainda que elas não o impeçam de sentir receio, ansiedade ou desconfiança. Do ponto de vista da evolução da espécie, evitar o desconforto é secundário.

Main e Hesse (1990a e 1990b) consideram que o padrão D reflecte a impossibilidade de a criança mobilizar qualquer estratégia coerente de vinculação, quando as condições externas o exigem. Num registo idêntico, Solomon e George (1999) propõem que *“Disorganized attachment behavior may reflect ‘segregated systems’, that is, a profound failure to integrate attachment-related behavior, feelings, and thoughts”* (p. 23). Encaradas numa óptica evolutiva, estas asserções dizem-nos que a organização de tipo D colocaria a criança em franca desvantagem face às pressões adaptativas do meio (diminuiria ao mínimo as probabilidades do sucesso reprodutivo). Por outro lado, os estudos ilustram que as formas

desorganizadas de vinculação não surgem com níveis de incidência marginais. De facto, a sua prevalência ronda os 15% junto de amostras normativas –nas quais os prestadores de cuidados parecem funcionar sem problemas a nível psicológico e revelam bons índices de envolvimento parental (Lyons-Ruth & Jacobvitz, 1999). Aliás, observações feitas em famílias da classe média, mostram que as mães das crianças posteriormente classificadas na categoria D, pouco se distinguem das dos indivíduos seguros, evitantes ou resistentes (e.g., Spangler, Fremmer-Bombik & Grossmann, 1996; Stevenson-Hinde & Shouldice, 1995). Se a desorganização se reflecte na incapacidade de o indivíduo orquestrar estratégias de vinculação coerentes e eficazes como compreender tais números? As disposições biocomportamentais que suportam as possibilidades de desenvolvimento das configurações do Tipo D não constituiriam propensões logicamente destinadas a serem eliminadas pelos processos de selecção natural? Tal ideia permite conjecturar que as diferentes configurações do padrão D podem, afinal de contas representar formas bem organizadas da vinculação cujas vantagens adaptativas se revelarão em certos contextos bem definidos.

Independência das classificações

Ainsworth (1989), em posição conciliadora das diferentes concepções da vinculação à margem da normalidade, defende que, embora exista apenas uma forma de ligação segura, podem existir inúmeras formas de vinculações insegura.

Aceitando que possam ser viáveis várias formas de vinculação atípica, importa averiguar até que ponto a sua descrição e o seu constructo teórico se intersectam. Com efeito, o padrão D pode incluir tanto os padrões A/C como U/A embora o contrário não seja verdade. Na verdade, a descrição de comportamentos de Main e Solomon (1990) é de tal forma detalhada e minuciosa que abarca quase todas

as possibilidades, embora não responda às questões de organização e de funcionalidade desses comportamentos. Por exemplo, a mudança no padrão A/C pode ser descrita através de sequências contraditórias de comportamentos ou com indicadores de desorientação, enquanto que a estratégia U/A pode ser encarada como um sinal de confusão por parte da criança.

Crittenden (1992, 1997a, 1997b, 1999, 2000b), na explicitação dos padrões que propõe, não consegue incluir todas as possibilidades comportamentais dos ditos desorganizados/desorientados. Para a autora, tal circunstância pode ser justificada pela imaturidade do organismo que até aos 18 meses ainda não é capaz de dissimular com eficácia a perturbação sentida e, desse modo, compor uma estratégia mais sofisticada.

Quanto à estratégia U-A, sempre que o evitamento é repostado na segunda reunião pela resistência trata-se, nada mais nada menos, do que a combinação de evitamento e resistência prevista na estratégia A/C. A categoria U-A é a mais débil por ser a única que não apresenta estabilidade no tempo: aos 24 meses as crianças classificadas U-A podem ser cotadas como seguras, desorganizadas ou evitantes/resistentes (Barnett, Ganiban & Cicchetti, 1999).

O estudo dos indivíduos avaliados como desorganizados cuja sua classificação é *forçada* às categorias segura (denominados de “desorganizados seguros”), ambivalente (“desorganizados ambivalentes”) ou resistente (“desorganizados resistentes”) traz mais alguns elementos para adicionar a este *puzzle*. Quando analisados em conjunto, *desorganizados/evitantes* e *desorganizados/ambivalentes* compõem um grupo (“desorganizados inseguros”) com característica robustas.

Num estudo acerca das *sub-configurações* do padrão D, Lyons-Ruth e Jacobvitz, (1999) encontram no grupo de *desorganizados/inseguros* uma postura ansiosa e contraditória, combinando resistência, evitamento e forte procura de contacto. O mesmo trabalho revela que as mães dos *desorganizados/inseguros* agem com igual ambivalência, misturando a intrusividade com o evitamento do contacto e, nalguns casos, no lugar de oferecerem conforto à criança procuram ser confortados pelos filhos (invertendo o papel parental). A expressão do comportamento destas cuidadoras caracteriza-se pela negatividade, desorientação e pela elevada demonstração de ansiedade.

Por seu lado, os desorganizados seguros –que numa segunda classificação foram avaliados como seguros– quando comparados com os desorganizados/inseguros têm uma postura menos ansiosa e mais coerente mas com alguns sinais de apreensão, de hesitação ou de atrito com as suas mães. Quanto a estas, apresentam um comportamento que é menos tenso mas mais desinteressado ou distante.

As diferentes propostas sugerem-nos as seguintes questões: Haverá ou não uma estratégia infantil subjacente aos comportamentos atípicos na ligação à mãe? Poderão coexistir diferentes explicações ou padrões *atípicos*?

Níveis de estruturação da vinculação atípica

Para Barnett e Vondra (1999) as formas atípicas da vinculação podem ser descritas de acordo a diferentes níveis de análise, nomeadamente:

- no âmbito da coordenação dos sistemas comportamentais;
- no âmbito da organização dos padrões interactivos;
- e ao nível específico dos indicadores comportamentais.

1- Coordenação dos sistemas comportamentais

Os sistemas comportamentais de vinculação, de afiliação, de medo-alerta e de exploração operam conjuntamente, compondo, assim, a resposta do indivíduo. Em circunstâncias normais, a activação e a desactivação dos sistemas depende da leitura das condições exteriores. Por exemplo, se a criança pequena percepção perigo, activa o sistema de vinculação (para obter protecção) e inibe o sistema de exploração (no intuito de diminuir a sua exposição ao perigo). Para assegurar o equilíbrio, os organismos possuem mecanismos de controlo e de coordenação dos vários sistemas.

O desenvolvimento trará competências de regulação e de aprendizagem que permitem aumentar a previsibilidade do funcionamento dos sistemas comportamentais. Assim, formam-se sequências de comportamentos coerentes com o tipo de estratégia utilizada pela criança. Para os “estrategas” do tipo C, a activação do sistema de vinculação é mais urgente, enquanto que os portadores da estratégia A refugiam-se na exploração. Contudo, as diferentes estratégias têm em comum a mesma finalidade: o estabelecimento de uma ligação que permita obter a protecção.

Na vinculação atípica a activação dos sistemas não será coerente com o fim esperado. De facto, a criança pode dirigir os seus apelos a uma figura desconhecida em vez de procurar a mãe para se refugiar. Main e Solomon (1990a 1990b) interpretam este comportamento como um sinal de desorientação. Em oposição, Crittenden (1999) considera que se o prestador de cuidados não for uma fonte fiável de protecção, é perfeitamente coerente que a criança procure ajuda junto de outras figuras. A função do *self* é assegurar a auto-preservação e o recurso aos sistemas

comportamentais da vinculação serve esse objectivo. Assim, a rota previsível de funcionamento dos sistemas é adaptada às necessidades do organismo.

2- Organização dos padrões interactivos

A configuração de resposta na vinculação atípica viola as condições observáveis nos três padrões tradicionais (e.g., a forte *resistência* é combinada com alto *evitamento*). Trata-se de uma conjunção inesperada porque, em princípio, estes comportamentos funcionam ao serviço de estratégias distintas. A forte resistência é coerente na interacção com prestadores de cuidados intrusivos ou ansiosos enquanto que o evitamento é aceitável para lidar com pais rejeitantes. No entanto, Crittenden (1988a) fala-nos um tipo de prestador de cuidados que é em simultâneo abusivo e negligente. Para lidar com este tipo desafio, a criança vê-se na necessidade de funcionar, combinando comportamentos de resistência e de evitamento (Crittenden,1992).

3- Comportamentos discretos de vinculação

Apesar de nenhum comportamento de vinculação, por si só, indiciar “*atipicidade*” no relacionamento mãe-filho, a sequência de determinados comportamentos ou acumulação de sinais de *má adaptação* podem constituir referência para esta classificação. Tal princípio critério tem sido, amplamente, discutidos por alguns autores (e.g., Barnett et al.,1999; Pipp-Siegel, Siegel & Dean, 1999) que receiam a confusão entre a resposta perturbada como consequência de uma relação afectiva diferenciada e uma resposta atípica própria de um quadro de alteração neurológica.

Independentemente do tipo de interpretação, Barnett e Vondra (1999) concebem a vinculação atípica como sendo aquela que:

- não reflecte um controlo “normativo” dos sistemas comportamentais;
- viola as combinações de organização das respostas sócio-emocionais próprias da vinculação típica;
- inclui anomalias ao nível da expressão dos comportamentos de vinculação.

Um modelo de síntese atendendo ao contributo infantil e materno

Barnett, Butler Vondra (1999) aceitam todas as propostas de classificação da vinculação atípica e procuram explicá-las à luz do contributo da criança e da figura materna no estabelecimento da relação. Numa alusão à resolução do dilema vivido na Física acerca da dualidade do comportamento ondulatório ou crepuscular da luz, os autores procuram reunir num único modelo toda a informação fornecida pela pesquisa no domínio da vinculação atípica. Perante os diferentes dados alinhados em múltiplas perspectivas, sugerem flexibilizar os modelos para comportar a evidência empírica. Assim, com base na combinação da existência (ou não) de alterações na sinalização da vinculação por parte da criança com a existência (ou não) de uma prestação perturbada dos cuidados maternos, são propostas quatro dimensões de organização da vinculação (ver **quadro 2.3**).

Quadro 2.3 – Modelo de classificação da vinculação atípica de Barnett, Butler e Vondra (1999).

Contributo infantil	Contributo materno	
	<i>Prestação materna no registo típico</i>	<i>Prestação materna anómala: postura assustadora, assustada ou extrema insensibilidade</i>
<i>Prestação infantil dentro dos quadros típicos</i>	Classificação tradicional A, B e C Quadrante 1	Comportamento atípico com uma estratégia de apego. Quadrante 2
<i>Prestação infantil anómala por imaturidade, atraso do desenvolvimento ou alteração neurológica.</i>	Falsos atípicos. Quadrante 3	Comportamento atípico com uma estratégia de apego. Quadrante 4

Antes de iniciar as trocas interactivas com a figura materna, o recém-nascido vem dotado de uma estrutura neurobiológica que o predispõe para o estabelecimento das relações afectivas (i.e., um pano de fundo biológico prévio à experiência). Contudo, a intensidade e o tipo de comportamento usado depende da qualidade de resposta materna (Goldsmith & Alansky, 1987). De facto, mesmo no contexto dos quadros de “normalidade”, a expressão emocional infantil pode ser segura ou insegura. De acordo com os autores, se a participação infantil e a prestação materna não se pautarem por posturas anómalas, a variação da vinculação circunscreve-se à tipologia A, B e C (quadrante 1 do **quadro 2.3**). Certos investigadores (e.g., Lyons-Ruth & Jacobvitz, 1999; Barnett et al., 1999; Main & Solomon, 1986) sugerem que na base da vinculação atípica estariam cuidados maternos atípicos. Em virtude de perdas na infância, de traumas infantis por maus tratos abusivos e negligenciais ou de doença mental (também de qualquer outra alteração neurológica que obstaculize a integração da informação afectiva e cognitiva), algumas mães poderão revelar

extrema insensibilidade (Crittenden, 1999), comportamento hostil e intrusivo ou manifestar receio e procurar o amparo na própria criança (Main & Hesse, 1990). Face à irregularidade da prestação materna, a criança pequena terá de encontrar estratégias adaptadas a essas circunstâncias. O presente modelo inclui na categoria dos cuidados anómalos à criança típica (segundo quadrante do **quadro 2.3**) as classificações (apresentadas anteriormente) de Patricia Crittenden A/C e de Lyons-Ruth D forçados a outras classificações desorganizados/inseguros e desorganizados/seguros.

No caso da criança com alterações biológicas e/ou com problemas de desenvolvimento, as suas dificuldades podem afectar a habilidade de expressar emoções de afecto (Barnett & Vondra, 1999; Pipp-Siegel *et al.*, 1999). No entender de Barnett *et al.*, (1999) se os cuidados maternos não apresentarem alterações de maior, então, as dificuldades da criança não serão suficientes para suscitar a atipicidade da vinculação. Contudo, dadas as alterações biológicas ou neuromotoras, a estratégia de vinculação pode surgir acompanhada de alguns comportamentos aparentemente desorientados ou desorganizados. Às crianças deste grupo, os autores apelidaram de “falsos atípicos” (quadrante 3 do **quadro 2.3**).

Se aos problemas da criança adicionarmos as dificuldades maternas, não só a vinculação tenderá para quadros atípicos como a composição de estratégias consistentes poderá ficar comprometida (quadrante 4 do **quadro 2.3**). Com efeito, os autores especulam que se a resposta materna não compensar a inabilidade da expressão infantil, as trocas afectivas tendem para um ciclo transaccional de envolvimento negativo. Nesta dimensão, os autores colocam os Evitantes Instáveis (incapazes de apresentar uma postura coerente com as contingências situacionais), a maioria dos Inclassificáveis (e.g., Atkinson, Chisholm, Scott, Goldberg, Vaughn,

Blackwell, Dickens & Tam, 1999) e os D que não podem ser forçados a outras classificações.

Este modelo concebe a vinculação atípica à luz das várias condicionantes de risco maternas e infantis. Para Barnett et al. (1999), "*Child factors that may lead to an atypical attachment patterns include an organically based inability to regulate autonomic arousal and any resulting inability to be regulate autonomic arousal and any resulting inability to be comforted, motoric delays that make it impossible to execute an organized strategy to gain the presence of the caregiver; and a developmentally based cognitive inability to form stable, integrated representations of the caregiver. Parents factors potentially contributing to atypicality include fearful, confusing and/or frightening behavior that is communicated to the child, rendering it difficult for the child to manage internal arousal and organize behavior patterns at the same time.*" (p.181). Contudo, os autores não explicam como conseguem conciliar no mesmo quadrante classificações que nascem de pressupostos antagónicos. De qualquer forma, este modelo sublinha a necessidade de considerar que a agregação do risco tem um potencial efeito nefasto superior ao de cada factor de risco isoladamente.

Prevalência e grupos associados à vinculação atípica

Independentemente da tipologia usada para classificar a vinculação atípica, a prevalência das suas formas tende a aumentar com o acréscimo das condições de risco. De facto, os casos classificados como U/A rondam apenas os 3% das amostras de baixo risco mas atingem os 40% nas amostras de alto risco (Lyons-Ruth et al., 1999). Mantendo a mesma tendência, a prevalência do grupo A/C é cerca: de 10% nos grupos de baixo risco, de 32% nos grupos de risco biológico e social (bebés de

baixo peso em famílias pobres e desprotegidas socialmente) e de 60% nas amostras de crianças vítimas de maus tratos, abusos ou negligência (Crittenden, 2000c).

Em revisão de literatura, Lyons-Ruth e Jacobvitz. (1999) encontram uma maior prevalência do padrão D nos grupos de alto risco (atingindo os 80%) do que nos grupos de baixo risco (entre os 10 e os 33%). Os grupos com maior incidência de *desorganizados* são aqueles cujos indivíduos revelam afecções do foro neurológico ou que estão sujeitos a maus cuidados maternos (Fuertes, 2003).

Estes resultados levaram Barnett e Vondra (1999) a questionar-se sobre qual o peso das variáveis relacionadas com a criança e das variáveis relacionadas com os cuidados maternos no desenvolvimento da vinculação desorganizada?

Embora, Fuertes (1998) tenha observado que as alterações neurológicas não são impeditivas da organização de uma estratégia de vinculação típica (incluindo a estratégia segura), Pipp-Siegel et al. (1999) verificaram que 15 a 43 % dos comportamentos previstos no sistema de classificação da tipologia D podem ser explicados pela sintomatologia associada a certas perturbações (e.g., paralisia cerebral, autismo). As alterações metabólicas decorrentes de doenças crónicas (e.g. Goldberg, Gotowiec, & Simmons, 1995), de trissomia 21 (e.g., Cicchetti & Ganiban, 1990; Cicchetti & Sroufe, 1976; Thompson, Cicchetti & Lamb, 1985) e de prematuridade (e.g., Frodi & Thompson, 1985, Wille, 1991) também estão relacionadas com a elevada prevalência de sinais de comportamento perturbado.

No entanto, a alta incidência do padrão D é também observado nas amostras vítimas de abuso e negligência (e.g., Carlson, Cicchetti, Barnett & Baunwald, 1989; Egeland & Sroufe, 1995; Lyons-Ruth et al., 1987), bem como junto de mães com diagnóstico de depressão crónica (e.g., De Mulder & Radke-Yarrow, 1991). Parece,

pois, que a prevalência da vinculação atípica é similar nas amostras em que há alteração da prestação materna ou em que existem problemas ligados á criança.

Importa, também ressaltar que, segundo a revisão de literatura de Fuertes (1998), nenhuma contingência de risco é suficientemente adversa para inibir totalmente o aparecimento das formas típicas de vinculação. Em todos os estudos sobre grupos de risco analisados pela autora (*ligados à criança, ligados aos cuidados maternos* ou com *associação de ambos os factores*), foi sempre possível encontrar o estabelecimento de todas as estratégias, nomeadamente, a do laço seguro. Risco e resiliência não são atributos específicos de determinados tipos de população e, na verdade, o mais poderoso factor de risco parece resultar do acúmulo das condições adversas.

2.4 Qualidade da vinculação à luz do modelo da maturação dinâmica

Tal como ficou já dito, o modelo de maturação dinâmica procura integrar a perspectiva evolucionária com a teoria da vinculação. Crittenden, não só descreve o funcionamento cerebral (em termos cognitivos e afectivos) que sustenta a organização dos comportamentos de vinculação, como reinterpreta essas mesmas estratégias.

As estratégias de vinculação segundo o modelo maturação dinâmica

Crittenden (1999) considera que as estratégias de vinculação são modos de organização adaptativa entre a criança e o prestador de cuidados. A autora defende que todo o comportamento actual comporta uma vantagem ancestral e foi, graças a ela, seleccionado. Em ruptura com alguns trabalhos anteriores sobre a qualidade da vinculação, Crittenden (2000a) discute o conceito de *segurança* versus *insegurança*.

Segundo a sua opinião, estas designações envolvem, implicitamente, uma falsa atribuição: *o comportamento da criança insegura (i.e. que não usa a mãe como base segura) é MENOS adaptativo do que o da criança segura*. Crittenden (*op. cit.*), sustenta, contrariamente, que, em ambos os casos, os comportamentos de vinculação são articulados para obter a proximidade e satisfazer o objectivo “programado”. No caso da criança com vinculação insegura, a estratégia utilizada será, eventualmente, mais “*desconfortável*” em termos psicológicos. No entanto, ela pode ser a mais vantajosa face a determinadas condições. Em termos individuais, a estratégia de pedir directamente conforto ou de procurar activamente a proximidade –característica do funcionamento seguro– poderia colocar em perigo a criança perante um prestador de cuidados hostil.

Esta nova interpretação dos padrões de vinculação levou Crittenden (1992, 1995c, 1997a, 1997b, 1999) a expandir a descrição dos grupos em termos de: estratégia, comportamentos de vinculação, tipo de negociação, regulação afectiva, fenómeno de base segura, adaptação do *self* e processamento de informação, distorções e uso da memória. A autora apresenta os três grandes padrões A-B-C como vias distintas do desenvolvimento sócio-emocional.

Estratégias

A estratégia segura leva à manutenção da proximidade com a figura de vinculação em contextos de alarme e nas outras situações propicia que o indivíduo se envolva com actividades de exploração. O tipo de parceria que a criança estabelece com adulto permite-lhe pedir ajuda em circunstâncias de perigo percebido e comunicar ou negociar planos para essas ocasiões. A criança não sente

qualquer inibição ou constrangimento em partilhar com a figura de vinculação os receios vivenciados.

Já no caso dos evitantes (ou defensivos como mais recentemente Crittenden prefere chamar-lhes), o objectivo parece residir na tentativa de, pelo menos, manter a interacção sem provocar a aversão do adulto. Esta estratégia entroncar-se-á no desconforto sentido pelos pais e na reprovação ou pouca aceitação que manifestam face às solicitações da proximidade e do contacto por parte da criança. Às vezes, suscitar a perturbação do prestador de cuidados pode ser mais danoso do que o próprio perigo exterior. Assim, a melhor solução será a de obter proximidade, evitando a intimidade. Em fases do desenvolvimento nas quais o indivíduo dispõe já de competências susceptíveis de suportarem formas mais elaboradas de comunicação verbal, a linguagem do evitante, dificilmente, faz referência aos estados internos, num registo onde se pode perceber a sua vergonha em exprimir ou falar sobre os afectos (principalmente os negativos).

A criança resistente adopta uma estratégia que consiste em usar comportamentos de coerção para provocar a permanente disponibilidade do prestador de cuidados. O exagero na expressão das emoções relacionadas com a vinculação é típico nestes indivíduos. O adulto aceita a proximidade e o contacto apenas quando a criança se debate, acesamente, por essas forma de conforto.

Comportamentos de vinculação

Segundo Ainsworth et al. (1978) os comportamentos específicos de vinculação não determinam por si a qualidade da vinculação. A criança segura poderá, num momento adequado evidenciar resistência ou evitamento sem, com isso, colocar em risco a organização geral do *self* (que permanece equilibrada e

segura). De acordo com Crittenden (1999) para compreendermos os padrões de vinculação é necessário interpretar de que modo os comportamentos funcionam ao serviço da estratégia usada.

Junto da criança segura, é possível observarem-se todas as possibilidades comportamentais: satisfação, coerção, procura de proximidade ou evitamento. As respostas de evitamento ou coerção são temporárias e contingentes a situações muito precisas. A criança pode, por exemplo, não gostar da saída da mãe da sala onde decorre a Situação Estranha e expressar, nesse momento, a sua raiva. Todavia, com o regresso da figura materna, recupera e volta a harmonizar-se com ela.

Os evitantes envidam todos os esforços para não exprimirem os seus sentimentos negativos. A raiva ou a tristeza são inibidos, em particular na presença dos prestadores de cuidados. As suas manifestações comportamentais parecem adaptar-se às exigências da figura de vinculação na tentativa de prevenir o conflito. A criança sabe que não pode contar com a figura materna para a ajudar a resolver os problemas ou para diminuir a ansiedade experimentada. Por vezes, apresentam comportamentos do tipo coercivo. Tal sucede, sobretudo, face aos seus pares ou quando as “relações de poder” se alteram. Isto é, quando a criança deixa de estar em desvantagem ou não necessita de se submeter.

Conforme já referimos, a criança resistente exagera a manifestação dos seus sentimentos –em particular os negativos– por forma a obter a atenção do adulto. Usam, potencialmente, dois tipos de coerção: a vitimização ou a agressão. No primeiro caso, a mostra-se carente, dependente ou vulnerável. No segundo, é punitiva, difícil e ambivalente. Estes comportamentos visam atrair a atenção do adulto e levá-lo a satisfazer as suas necessidades.

Padrões de negociação

A natureza e o conteúdo da negociação estabelecida pela criança é indicativa do seu modo de operar para obter a protecção e/ou o conforto de que necessita.

A criança segura sente-se confiante em partilhar com a figura de vinculação os seus objectivos e os planos para a sua concretização. De facto, as solicitações infantis reflectem, abertamente, as necessidades sentidas, abrindo a porta para uma negociação fácil, clara, directa e, em geral, rápida. A criança aprende uma estratégia de negociação que satisfaz (pelo menos em parte) ambos os membros da díade.

Já a criança evitante prefere, em vez de negociar, observar, atentamente, os desejos do adulto e submeter-se a eles. De uma forma genérica, não é “convidada” a demonstrar as suas necessidades ou a pedir a colaboração do adulto.

Os resistentes também não negociam, tipicamente, com figura materna. A criança está demasiado centrada na suas necessidades para atender ao ponto de vista do outro. Não se preocupa, tanto, com a rejeição do adulto mas mais com a eventualidade da sua indisponibilidade. De facto, obter a atenção e o interesse da figura de vinculação constitui o objectivo prioritário, sendo por isso, um ponto inegociável.

Regulação do afecto

Neste ponto colocam-se as seguintes questões: como é que a criança regula as suas emoções negativas? Com que facilidade aceita e acede a estes sentimentos? Os indivíduos seguros reconhecem os seus sentimentos e aceitam comunicá-los. A criança segura procura a proximidade com a figura de vinculação e, podendo aceitar outras, apenas se restabelece com a mãe. Para lidar com a ansiedade da separação

pode organizar comportamentos de auto-apaziguamento ou de auto-distração. A sua postura passa pela comunicação dos sentimentos próprios e pelo reconhecimento dos sentimentos dos outros.

No caso dos evitantes, o auto-conhecimento é baixo. A criança afasta-se do seu verdadeiro *self* e dos seus reais sentimentos, precavendo-se de os demonstrar e de lidar com eles. Para o efeito, pode inibir os seus sentimentos reais ou criar uma falsa aparência de alegria. A ansiedade sentida e os conflitos são resolvidos pela própria criança.

Os resistentes admitem, exageradamente, os seus sentimentos mas aceitam pouca ou nenhuma responsabilidade pela sua regulação. A criança mostra-se incapaz de resolver os seus problemas e comunica ostensivamente esta incapacidade ao adulto. Se o prestador de cuidados não interferir, assiste-se a uma progressiva escalada dos comportamentos de tipo coercivo.

Fenómeno de base segura

Em condições normais, a criança confia na vigilância e na disponibilidade da figura materna para assegurar as condições de segurança que lhe permitem explorar o meio. Quando tal não sucede, por vezes, o jogo deixa de estar ao serviço da exploração, podendo transformar-se em suporte da expressão do evitamento ou num meio para obter a atenção ou a proximidade do adulto.

O fenómeno da base segura consegue ser facilmente observado junto das crianças B. O jogo na presença materna é vivido sem sentimentos de ansiedade e espelha as reais competências e nível de desenvolvimento da criança.

A criança evitante usa a exploração para regular a ansiedade sentida. Em situações de alarme, a procura de proximidade pode ser substituída pelo falso comportamento de jogo. Embora, nestas situações, o jogo não seja interativo e, evidencie, por vezes, alguma imaturidade, pode servir de pretexto para a aproximação à mãe. Quando a figura de vinculação é punitiva ou intrusiva, o jogo pode ser transformado numa forma subtil de evitamento.

Por sua vez, junto dos indivíduos resistentes, a exploração é remetida para segundo plano. A preocupação infantil centra-se no estabelecimento da relação. A indisponibilidade ou passividade materna não permitem à criança utilizar a figura materna como base segura da exploração. O comportamento de jogo assume, por vezes, contornos “*hiperactivos*”, sendo desenvolvido numa constante rotação de actividades.

Adaptação do self

O *self* ajusta-se às condições externas para otimizar a adaptação. Na criança segura, a relação com a mãe é íntima, recíproca e baseia-se na aceitação mútua. Neste tipo de relacionamento ela tende a desenvolver um *self* autónomo e recíproco. O indivíduo pode reconhecer, assim, os seus próprios sentimentos conseguindo não distorcer a informação sobre os sentimentos da figura materna. Isso cria as condições indispensáveis para equilibrar as duas perspectivas. A aceitação do adulto permite à criança admitir as suas fraquezas sem qualquer prejuízo para a sua auto-estima.

No caso dos evitantes, o relacionamento com a figura materna é rejeitante ou intrusivo, fluindo no registo da não reciprocidade. A criança tem de aceitar a perspectiva do adulto para evitar desagradá-lo. O *self* passa a ser externo, rígido e

operacionalizado em termos das tarefas a cumprir (e.g., prestar a atenção ao adulto, ser obediente).

Para o indivíduo resistente, a relação com figura materna desenrola-se à luz da oposição (sem resolução) entre desejo de intimidade e afastamento. Na tentativa de manter e prolongar os momentos de satisfação, a criança vira-se para as suas próprias necessidades e rejeita aceitar outras perspectivas. O *self* coercivo torna-se egocêntrico, rígido e imprevisível.

Processamento da informação, distorções e uso da memória

As estratégias infantis são organizadas com base na recolha e na articulação da informação causal e afectiva¹.

Quando os prestadores de cuidados têm posturas previsíveis e respondem de modo sensível, a criança pode confiar, prever e planear as suas acções com base nessa informação. Efectivamente, a previsibilidade (causalidade) do comportamento materno promove a organização de representações internas coerentes enquanto a sensibilidade de resposta (qualidade) reforça a procura proximidade e a interacção (i.e. o comportamento adaptativamente programado). Deste modo, a criança pode confiar nos seus instintos e na informação que obtém (de índole cognitiva e afectiva) para ponderar as suas iniciativas. Apenas este grupo consegue uma correcta integração das duas fontes de informação sem distorções (i.e. sem falso afecto ou falsa cognição). Por esta razão, a criança segura não tem dificuldade em aceder à informação memorizada (semântica ou procedimental). O uso das estruturas é flexível. A actualização ou reestruturação da informação é realizada sem grande ansiedade ou resistência.

¹ A integração das dimensões cognitiva e emotiva foi já introduzida no capítulo precedente.

Perante prestadores de cuidados controladores ou ameaçadores, importará à criança prever e prevenir o perigo. Assim, a preocupação infantil é assegurar a obtenção de cuidados ou prevenir a agressão materna. Neste sentido, a informação causal (mais do que afectiva) é fundamental porque respeita às regras e às previsões apreendidas (O que provoca o comportamento materno? Como preveni-lo?). Esta informação é armazenada na memória procedimental, permitindo respostas defensivas rápidas e eficientes. Estes indivíduos são competentes a lidarem com a informação de índole cognitiva mas inibem a verdadeira expressão emocional (i.e. apresentam falso afecto). Dado que a informação emocional não é totalmente compreendida –e, por vezes, penosa–, a sua recordação posterior torna-se difícil e confusa. Por outras palavras, é como se estas crianças se afastassem do seu lado emocional. Howes (1999) refere que, por essa razão, os indivíduos ditos evitantes são bons nas tarefas cognitivas, sistemáticas e socialmente isoladas (e.g., programação de computadores) mas revelam maior dificuldade em tarefas que impliquem criatividade e cooperação.

Se o prestador de cuidados tiver um comportamento instável ou ambivalente, será difícil à criança realizar atribuições causais. A única fonte de previsibilidade acessível são as emoções sentidas como resultado das interações. Necessariamente, o indivíduo resistente fará uso privilegiado do processamento da informação emocional para calibrar a sua conduta. Como tal, conta com informação armazenada na memória episódica (autobiográfica) para prever as consequências dos actos alheios e responder exuberantemente. Embora tendo verdadeiras emoções como pano de fundo, a cognição destas crianças é, muitas vezes, exagerada, falsa ou premeditadamente enganadora (e.g., “como quero ser aceite é melhor não ver a verdade”). Segundo a óptica de Howes (1999), estes indivíduos na fase adulta,

embora tenham dificuldade em manter a persistência em tarefas sistemáticas e rígidas, tendem a ser criativos e a não recearem actividades que exigem exposição pública.

Quadro 2.4 – Síntese das componentes estruturais dos padrões A, B e C segundo o modelo de maturação dinâmica.

	PADRÃO A	PADRÃO B	PADRÃO C
Organização mental	Organizado cognitivamente (aprendeu a não confiar na informação afectiva).	Integração afectiva e cognitiva (com raras ou nenhuma distorções do self).	Organizado afectivamente (aprendeu a não confiar na informação cognitiva).
Orientação do self	Organizado de acordo com a perspectiva e necessidades do outro (<i>desligado do self</i>).	Equilíbrio entre as necessidades internas e externas.	Organizado de acordo com a sua própria perspectiva e necessidades (<i>self egocêntrico</i>).
Expressão afectiva	Omite o afecto negativo.	Verdadeiro afecto.	Exagera o afecto negativo.
Informação cognitiva	Exagera a informação previsível.	Verdadeira cognição.	Retira a informação previsível.
Equação dos problemas	Mínimiza os problemas pessoais.	Aceita os problemas e utiliza, fundamentalmente, a negociação aberta e directa para resolver os problemas.	Exagera os problemas pessoais.
Intervenção social	Tenta não atrair as atenções.	Socialmente competente.	Tenta atrair as atenções.
Referência ao passado	Distanciado do passado e das dificuldades passadas.	Livre acesso ao passado (tanto nas experiências felizes como nas difíceis).	Fixa-se no passado. Culpa a figura de vinculação ou outros pelos problemas actuais.

Partindo da perspectiva de que cada estratégia (*segura* ou *ansiosa*) é a melhor solução para obter protecção, Crittenden (1992) reformula a tipologia de

Ainsworth. Tirando o caso da categoria evitante/resistente, atrás já mencionada, a autora não chega, apesar de tudo, a abandonar o modelo A-B-C.

Expansão da tipologia da vinculação

A reelaboração tipológica proposta no modelo da maturação dinâmica adota os padrões detalhadamente descritos em Ainsworth et al. (1978), procedendo principalmente à expansão das suas subcategorias, como forma de apreender melhor variações ditadas pela experiência em contextos menos típicos e diferenciações determinadas pelo desenvolvimento psicológico. As grandes diferenças dizem respeito aos grupos A e C onde a multiplicação das subcategorias se tornou necessária para acomodar os dados de observações feitas em indivíduos de diversas idades e em amostras de risco (e.g., vítimas de maus tratos ou de negligência).

Considerando a evolução dos comportamentos da vinculação e das competências sócio-emocionais postuladas por Bowlby (1969/1982), Crittenden (1992) considerou que também a organização dos tipos de vinculação evoluía integrando esses desenvolvimentos.

Os primeiros padrões e sub-padrões da vinculação descritos por Ainsworth, *et al.* (1978) são observados no primeiro ano de vida da criança, ou seja, no período sensório-motor. No entanto, a maturação cerebral e a evolução dos contextos de vida podem promover o aparecimento de novas competências e novos comportamentos (Crittenden, 1992, 1995c). Estes ganhos, segundo Crittenden (*op. cit.*), servem de suporte à composição estratégias de protecção mais eficazes face a circunstâncias inusitadamente *perigosas*.

A proposta de sub-padrões que surgem ao longo da vida coloca o modelo da maturação dinâmica numa perspectiva *life-span*. Crittenden (1997a, 1997b) sugere

que cada período desenvolvimental proposto por Piaget constituirá uma nova oportunidade para surgirem mais formas de organização sócio-emocional. No entanto, a mudança no estilo de vinculação predominante num dado indivíduo não tem necessariamente que ocorrer. As novas formas (cada vez mais distantes do quadro de segurança afectiva) surgem, apenas, quando as estratégias adoptadas até determinado momento se revelam ineficazes. Num processo de investigação que se iniciou em 1984 e que ainda não está concluído, Crittenden (1997a, 1997b) desenhou dentro de um círculo todas estratégias de vinculação que pôde identificar.

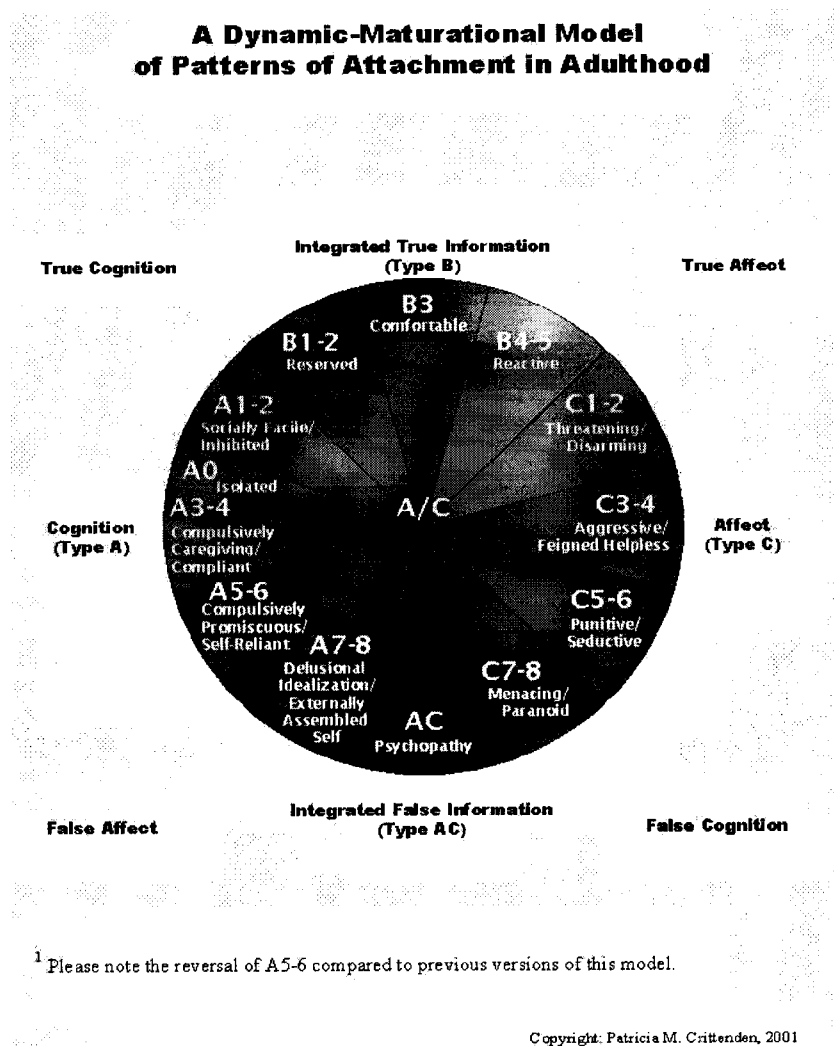


Figura 2. 1- Tipologia da Vinculação segundo o modelo da maturação dinâmica.

Dado o âmbito do presente trabalho, embora seja, apenas, nosso propósito explorar as estratégias organizadas até ao período pré-escolar, ressalta da modelo que o verdadeiro afecto e a verdadeira cognição vão progressivamente diminuindo a medida que as estratégias A ou C se afastam do tipo B3.

Sub-padrões da organização segura

O tipo B corresponde à única categoria cuja totalidade dos sub-padrões pode ser observável a partir do primeiro ano de vida. Os indivíduos seguros vivem em condições de segurança e confiam nas figuras de vinculação. Embora a confiança na figura de vinculação seja comum em todas as crianças seguras, a expressão emocional e a forma como resolvem os conflitos com as mães regista variações (Crittenden, 2003c).

As crianças B1 e B2 são denominadas de *reservadas* porque, embora comuniquem directa e claramente os seus desejos, preferem o envolvimento distal à proximidade física (Main & Cassidy, 1988). Parecem mais confortáveis e confiantes quando resolvem os assuntos verbalmente.

Os B3 ou ditos *seguros confortáveis* revelam abertura em relação à figura de vinculação tanto no que respeita às separações como às reuniões. Dado que os cuidados são satisfatórios e se sentem protegidos, os B3 não necessitam de elaborar grandes planos e confiam facilmente nos outros. O seguros confortáveis tornam-se equilibrados emocionalmente, resolvendo os problemas através do recurso à intimidade e partilha de sentimentos (sem distorções do tipos cognitivo ou do tipo afectivo). No entanto, apesar de representarem o grupo mais calmo, relaxado e confortável, em situações de perigo ou perante outras figuras não confiáveis, estes indivíduos são por vezes ingénuos e podem ser presas fáceis.

Os B4 também denominados de *seguros reactivos*, necessitam de se assegurarem dos sentimentos da figura de vinculação, procurando mais intensamente a proximidade. Embora exibam estilo de comunicação aberta, têm algumas dúvidas em relação ao seu valor. Por essa razão necessitam de ajuda para regular as suas emoções. Tal como os outros seguros, esperam que a figura de vinculação os apoie nessa tarefa e que constitua uma base segura para a exploração. Estas crianças podem ter demonstrações de raiva, de agressividade ou de choro na ausência da mãe, mas esses sentimentos são resolvidos na presença materna sem ressentimentos.

Sub-padrões da organização evitante

A criança defensiva tem de lidar com prestadores de cuidados controladores que desejam obter a submissão da criança. Nalgumas díades, estes objectivo é encoberto, dando a parecer ao observador externo de que se trata de uma interacção alegre e positiva (Crittenden, 2003b). Contudo, o comportamento do adulto é excessivo, intenso e directivo. As iniciativas da criança raramente são aceites e apenas são reforçados positivamente os comportamentos desejáveis do ponto de vista do adulto. Noutros casos, a hostilidade pode ser aberta, com intervenções agressivas e duras por parte do adulto (Crittenden, *op.cit.*). Quanto maior hostilidade ou desinteresse do adulto, mais sofisticada terá de ser a estratégia infantil.

Crianças classificadas com a designação A1 ou A2, ditas *inibidas*, evitam a proximidade ou possibilidade de contacto físico com a figura de vinculação. No entanto, esta distância física é discreta para não ser percebida pelo adulto. Se a criança rejeitar abertamente o prestador de cuidados pode provocar a sua raiva. Assim, estes indivíduos evitam a figura de vinculação mediante a adopção de

comportamentos aceitáveis do ponto de vista materno (e.g., através do jogo) ou sem deixar de responder às suas solicitações (Main & Cassidy, 1988). Inicialmente, o desejo da proximidade não foi, ainda, totalmente inibido e podem observar-se comportamentos (ou impulsos) parcialmente executados (e.g., a criança vai agarrar um brinquedo e aborta o seu comportamento porque o adulto não aprova o seu envolvimento no jogo).

No fim do período sensório-motor, sofisticar-se a capacidade de dissimular as demonstrações afectivas. Para os evitantes, esta competência pode ser muito útil porque lhes permite, por exemplo, sorrir em situações de desconforto físico ou psicológico ou, então, mostrarem-se interessados por uma actividade excessivamente exigente.

Um pequeno grupo destas crianças tem de lidar com prestadores de cuidados ausentes ou negligentes que não lhes fornecem os cuidados indispensáveis. Assim, para obterem a atenção do adulto, prestam-lhes cuidados ou exibem uma falsa alegria, como que convidando o adulto a juntar-se-lhes. (Bowlby, 1980, Main & Cassidy, 1988). Por trás desta criança radiosa e compulsivamente “cooperativa” –classificada enquanto A3 (*cuidadores compulsivos*)– reside uma ansiedade latente e constante.

Os A4 são *submissos compulsivos* (Crittenden & DiLalla, 1988), exibindo um comportamento marcadamente vigilante, assustado e obediente. A figura de vinculação tende a usar de maneira sistemática o castigo e/ou a agressão para reforçar a inibição do comportamento indesejado. Nas fases mais precoces, a submissão compulsiva é acompanhada de comportamentos receosos ou de alerta. Mais tarde, a criança, antecipando a intolerância do adulto, diminui a expressão de

medo. Mesmo nesta fase, a obediência é acompanhada por falta de espontaneidade, diminuição do jogo e perda de alegria. A função da submissão é prevenir o comportamento agressivo do adulto. Trata-se de um comportamento típico, mas não exclusivo, das crianças vítimas de abuso (Crittenden & DiLalla, *op. cit.*).

Sub-padrões da organização resistente

O comportamento coercivo é uma forma de “atacar”, mas também um meio de obter a atenção e cuidados. Alguns prestadores de cuidados só atendem à criança nestes períodos ou então dedicam-lhe uma atenção intermitente que depende mais dos comportamentos negativos do que positivos.

A estratégia coerciva é composta por duas fases: comportamento de raiva e comportamento desarmante. O comportamento de raiva, que vai desde a reactividade até ao comportamento agressivo, serve para atrair a atenção da figura materna. Este comportamento, por si só, não consegue eliciar os cuidados nem a expressão de afecto por parte do adulto. Aliás, se repetido, é provável que provoque a irritação do prestador de cuidados. Por isso, no momento em que o adulto deixa de tolerar a agressão da criança, ela inverte o seu comportamento, mostrando-se indefesa e necessitada de cuidados. O comportamento acanhado faz, segundo Crittenden (1995c), parte do repertório dos mamíferos. Numa disputa, quando um dos elementos percebe que está perante a derrota, mostra-se submisso para fazer cessar o comportamento agressivo do seu opositor e, nalguns casos, para evitar a morte. A submissão passa por baixar a cabeça e lançar olhares acanhados ao indivíduo que está na posse do poder, inclinar a cabeça ou exageradamente mostrar falta de agressividade (e.g., abrir a boca sem mostrar os dentes). Estes comportamentos também podem ser observados na criança pequena para desarmar a

raiva do adulto (Marvin, 1977). Quando o adulto se volta a distrair, o ciclo coercivo recomeça com nova agressão sucedida de nova submissão. Quase todas as crianças pequenas descobrem a estratégia coerciva mas a generalidade dos adultos redireccionam positivamente o seu comportamento. Os pais que não conseguem ter sucesso nesta tarefa consideram-nas como temperamentais, imprevisíveis e inconsequentes em relação aos riscos correm (Crittenden, 1997b). Em casos extremos, os prestadores de cuidados sentem que têm de se manter constantemente atentos e vigilantes porque a criança pode colocar-se a si ou aos outros em risco. Neste quadro, a ansiedade já não é meramente infantil mas diádica. Os dois parceiros da relação sentem que vivem uma luta sem resolução e ambos sentem-se subjugados nesse relacionamento (Crittenden, 1992).

As crianças do tipo C1 (subgrupo *ameaçador*) usam o comportamento irritado para ameaçar ou mostrar a sua insatisfação com a figura de vinculação. O comportamento reactivo raramente é agressivo. No entanto, a criança solicita constantemente a presença da figura materna e pode fazer “birra” se não a obtém. Tais comportamentos mantêm a figura de vinculação (não agressiva) atenta e ocupada.

As crianças ditas *desarmantes* (C2) utilizam o comportamento acanhado para obterem a simpatia ou para serem “salvos” pelo prestador de cuidados. Nalguns casos, a criança sinaliza a incompetência para sinalizar a necessidade de intervenção do adulto. Noutros, mostram-se passivas ou medrosas, instigando “pena” que leva os adultos a aproximarem-se e dar-lhes conforto. Apesar de parecerem envergonhados, estes indivíduos conseguem manter o adulto ocupado em torno da satisfação das suas necessidades.

A obtenção de atenção é crucial para os indivíduos do tipo C. Ora, com a introdução em contextos educacionais, a probabilidade de obter uma atenção privilegiada diminui substancialmente. Por isso os comportamentos de dissuasão e de ataque requerem maior sofisticação (Crittenden, 1992).

O grupo C3 –integrando os indivíduos denominados de *punitivos*– recorrem à mesma estratégia dos C1, mas com comportamentos mais intensos de ameaça e de antagonismo. Algumas destas crianças chegam mesmo a utilizar a auto-agressão para provocar a reacção do adulto.

Segundo o ponto de vista de Koslowska e Hanney (2002), A baixa responsividade das figuras de vinculação, “(...) *leaves the child either feeling unsafe or actually being unsafe. In reaction to this, the child evolves adaptive strategies that elicit parental attention, even if this involves angry or risk-taking behavior. (...) The child exaggerates displays of affect, so that anger involves threatening and aggressive behavior such as hitting, kicking, swearing, or screaming at parents*” (p. 300).

Os C4 –ditos, também de *falsos indefesos*– utilizam manifestações de aparente fragilidade ou incapacidade, para assegurarem que o adulto se envolverá no sentido de responder às suas necessidades. Os indivíduos que exibem este padrão aparentam uma “obsessão” por “serem salvos”. Agem como se estivessem à procura de alguém que os “afague” e que preencha as suas necessidades. Quando não obtêm que o desejam, culpam os outros. A coerção passa, assim, junto dos C4 pela vitimização.

Considerações em torno dos grupos A3-4 e C3-4

Uma boa parte dos comportamentos designados como *desorganizados* por Main e Solomon (1990a), são, segundo Crittenden (1999), formas imperfeitas ou precursoras de constituição destas novas estratégias. Numa fase, prévia à sua completa organização, surgem alguns comportamentos avulsos que, posteriormente, terão sentido no quadro destes sub-padrões. Crittenden (1992) concebe a “desorganização” como um período de *reorganização*. Para autora, existem comportamentos que permitem de reorganização de novos sub-padrões.

Em 2003, Crittenden conclui um novo manual da cotação da Situação Estranha onde são incluídas as estratégias Pré-A+ e Pré-C+. Com efeito, observamos que algumas casos cuja classificação pode ser forçada nos grupos A1, A2, C1 ou C2 apresentam alguns comportamentos ou sequências de resposta típicas das estratégias A3, A4, C3 ou C4. Algumas crianças apresentam “*falso afecto*” (comum nos A3) ou imediata submissão (como o fazem os A4) em situações de desconforto, alternadas por demonstrações de elevada perturbação. Parece que não conseguem sustentar a estratégia A3 ou A4 sucumbindo à intensificação da ansiedade. Algo de similar sucede no caso dos resistentes. Embora se observem comportamentos de provocação, agressão ou sedução ao adulto (típicos das formas C3 e C4) o ciclo contraditório de comportamentos dos C ainda não está completo.

Crittenden (1992, 2003) recorreu, tal como Bowlby havia feito quando elaborou a teoria da vinculação, ao contributo de várias disciplinas. A descrição das “novas” estratégias, embora seja em larga medida resultante da observação, só pode ser admitida uma vez aceites os pressupostos da psicologia evolucionária e integrando os novos conhecimentos da psicologia do desenvolvimento e da própria

neurofisiologia. De Ainsworth e de Bowlby, Crittenden conserva não só as bases teóricas como apresenta a mesma abertura a outras disciplinas e aos avanços do conhecimento resultantes da pesquisa. A futura investigação determinará quão válidas são as suas propostas.

2.5 Considerações finais

Mary Ainsworth (1969) defendeu que as mães que oferecem proximidade física e conforto psicológico quando os filhos solicitam apoio e que permitem a exploração em condições de segurança, constituem uma *base segura* para a criança.

Como previsivelmente nem todas as mães constituem um “porto seguro”, Ainsworth iniciou o estudo das diferenças de qualidade da vinculação. Para o efeito, a autora e a sua equipa imaginaram um procedimento experimental, constando de dois momentos de separação mãe-filho e duas reuniões. Observando crianças de doze meses, a autora descreveu 3 grandes padrões de vinculação: *seguro*, *inseguro-evitante* e *inseguro-resistente/ambivalente*.

Main e Solomon (1986, 1990b) efectuaram uma detalhada descrição das crianças “inclassificáveis” de acordo com a tipologia A-B-C, registando quadros de elevada perturbação. Chegaram, assim, à definição de um novo padrão que seria, doravante, designado de *desorganizado* ou *desorientado*. Para os autores, as crianças deste grupo não seriam capazes de arquitectar uma estratégia de vinculação.

Crittenden (1999), em oposição à abordagem de Main e Solomon (*op.cit.*), considera que a pressão selectiva exerce a sua influência favorecendo, sempre a organização. A criança necessita que, pelo menos um adulto a vigie e proteja e lhe preste cuidados (se possível sem exercer maus tratos). Na diversidade dos contextos de adversidade em que a espécie humana evoluiu, é lógico pensar que as “más”

estratégias (ou que a ausência delas) tivesse sido eliminada juntamente com o desaparecimento prematuro dos seus portadores. Por essa razão, Crittenden prefere procurar, nos(as) meninos(as) D, comportamentos contingentes com as respostas do adulto. Assim, chegou nos seus primeiros trabalhos à descrição do padrão A/C. Os portadores desta estratégia, tendo que lidar com os comportamentos contraditórios dos seus cuidadores, respondem combinando estrategicamente a resistência com o evitamento.

Barnett et al. (1999) procuram fornecer um modelo explicativo dos dois contributos considerando que os A/C seriam crianças com prestadores de cuidados assustados ou assustadores mas que não teriam alterações biológicas ou graves problemas de desenvolvimento, enquanto, que as crianças do tipo D estariam mais vulneráveis porque estavam sujeitos aos dois tipos de risco. No entanto, a análise da prevalência da vinculação atípica apenas suporta a tese de que o risco agregado é mais “corrosivo” do que o “alto risco” de um tipo só.

Crittenden (1992), no período em que estudava os quadros atípicos da vinculação, acabou por descrever novos sub-padrões: A3 (*cuidadores compulsivos*), A4 (*submissos compulsivos*), C3 (*punitivos*) e C4 (*falsos indefesos*). A autora verificou que estes padrões se consolidavam, sobretudo, a partir dos 18 e os 24 meses de vida. Entre os 12 e 18 meses, observou, já, quadros precursores ou versões incompletas destas estratégias. As novas estratégias levaram a autora a compor um modelo *life-span* da organização da vinculação. Nesse modelo, à medida que o desenvolvimento o permite e que o meio o exige, novas formas de organização são estabelecidas de modo a favorecer a adaptação dos indivíduos ao meio.

Capítulo 3 – Determinantes da vinculação

Os programas de investigação desenvolvimental tem procurado identificar os mecanismos e os factores que regulam os processos do desenvolvimento humano. Até cerca do terceiro quarto do século vinte, as abordagens dominantes ordenaram-se de acordo com linhas de clivagem epistémica cujos antecedentes filosóficos remontam à disputa entre as teses do idealismo escolástico e do empirismo inglês. De facto, os discursos acerca dos dinamismos que presidem aos fenómenos de mudança ontogénica tenderam a polarizar-se em referência aos termos de uma dicotomia fundamental. Num dos lados, encontravam-se os teóricos para quem o desenvolvimento seguia os guiões de uma agenda geneticamente determinada (*nature*). No outro, situavam-se aqueles que atribuem às influências ambientais o papel preponderante na “formatação” dos percursos e resultados do processo de ontogénese¹.

A acumulação de dados e a exegese dos conceitos mostrou quão incipiente era esta visão dicotómica que remetia a produção discursiva para domínios de um simplismo reducionista pouco consentâneo com a apreensão da complexidade dos fenómenos. É, assim, que as perspectivas contemporâneas reconhecem o papel da interacção dinâmica que os factores genéticos, constitucionais, neurobiológicos, bioquímicos, psicológicos, sociais e culturais mantêm entre si na determinação do curso do desenvolvimento (Lopes-dos-Santos, 1990). Tal reconhecimento está bem

¹ Várias dicotomias têm alimentado outros dilemas teoricamente relevantes. Terá o indivíduo um papel *passivo* ou *activo* no seu desenvolvimento? O desenvolvimento é um processo *continuo* ou serão as mudanças *descontínuas* e estruturais? Serão as principais etapas do desenvolvimento humano *universais* ou estarão elas associadas a factores particulares?

patente no conteúdo das abordagens transaccionais (e.g., Sameroff & Fiese, 1990) e ecológicas (Bronfenbrenner, 1979) que integram e articulam os diversos factores de influência na explicação dos fenómenos da ontogénese.

A dicotomia *nature/nurture* encontrou tradução em alguns trabalhos que considerando as noções do *temperamento infantil* e da *sensibilidade materna* procuraram alimentar a discussão sobre a origem das diferenças observadas a nível da qualidade da vinculação. Em que medida o temperamento infantil pode estar associado a determinadas formas de vinculação? Qual o papel da sensibilidade materna na organização da vinculação? Goldsmith e Alansky (1987), recorrendo a uma metodologia metanalítica, verificaram que nenhum destes constructos fornece uma justificação plenamente robusta para explicar os padrões de vinculação, embora salientem que as relações mais fortes se estabeleçam com as medidas da sensibilidade. Existem, actualmente várias modelos (e.g., Crittenden, 1999, Claussen & Crittenden, 2000; Belsky, 1999, Barnett, Butler & Vondra., 1999) que tentam não só conciliar estes posicionamentos, mas também propor modelos de análise multidimensionais, centrados em processos de risco e condições de resiliência.

3.1 Vinculação e qualidade da resposta materna

Um dos enunciados centrais da proposta teórica de John Bowlby sustenta que os modelos de relação instituídos entre o bebé e as figuras parentais irá influenciar, decisivamente, a organização dos processos de vinculação. Esta hipótese foi inicialmente investigada pela equipa que se reuniu à volta de Ainsworth na Universidade de Johns Hopkins (Baltimore). O trabalho então produzido deu, durante os anos de 1970, origem a um apreciável número de publicações (e.g.,

Ainsworth, 1975; Ainsworth, 1985; Ainsworth & Bell, 1970; Ainsworth, Bell & Stayton, 1971; Ainsworth, Bell & Stayton, 1974; Ainsworth & Wittig, 1969; Bell & Ainsworth, 1972) cujos resultados vieram a ser incluídos na célebre obra *Patterns of Attachment* (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978). Vários estudos de carácter longitudinal possibilitaram obter, então, todo um conjunto de informações que esteve na base de avanços teóricos deveras significativos. Sob o ponto de vista metodológico as amostras foram seguidas de acordo com um procedimento similar. Conforme Bretherton (1992) relata em texto de intuito histórico, "*Visits were made at 3 or 4 weeks intervals beginning in the first month and ending at 12 months. Each visit lasted 3 to 4 hours. During such prolonged visits the mother could more easily be induced to follow her normal routine and behave naturally. All visits for each quarter of the first year of life were grouped together for purposes of analysis. For each child there were altogether 72 hours of data collection. Raw data for the project took the form of narrative reports, jotted down in shorthand during the observations*" (pp. 22-23).

A análise dos transcritos narrativos permitiram elaborar dois tipos de medida: umas de natureza mais molecular, assentes na definição de unidades de observação bem precisas que davam azo à recolha de registos de frequência; outras baseadas em avaliações molares do comportamento materno efectuadas por intermédio de escalas. De uma forma geral, as primeiras eram predominantemente usadas nos seis meses iniciais de vida dos bebés e as segundas no semestre subsequente. Ainsworth e seus associados, procuravam determinar até que ponto os resultados dessas observações evidenciavam valor prognóstico relativamente às classificações dos padrões de vinculação identificados cerca dos doze meses no contexto da Situação Estranha.

Sem pretendermos oferecer, aqui, uma panorâmica exaustiva de tudo quanto foi constatado, sublinhámos que a diferenciação entre as crianças seguras (grupo B) e as não seguras (grupos A e C) podia ser, já, antecipada por algumas das observações feitas durante o primeiro trimestre. Efectivamente, conforme se pode apreciar no **quadro 3.1**¹ verifica-se que, comparativamente às restantes as mães das crianças B:

- 1- demoravam menos tempo a responder ao choro dos filhos;
- 2- eram mais afectuosas no modo como pegavam os bebés ao colo;
- 3- enquanto os seguravam no colo eram mais ternas e cuidadosas;
- 4- revelavam menor aversão ao contacto físico;
- 5- evidenciavam maior contingência das respostas diádicas.

Quadro 3.1- Padrões de vinculação das crianças aos doze meses em função dos comportamentos de interacção materna no primeiro trimestre (adaptado de Ainsworth, et al., 1978).

Comportamento materno	Grupo A	Grupo B	Grupo C	B ≠ não B
<i>Responsividade ao choro</i>				
Episódios de choro ignorados (médias)	3.08	1.60	1.59	n.s.
Ausência de resposta (minutos por hora)	6.77	3.64	9.35	P<.01
<i>Contacto Físico</i>				
Média dos episódios de colo (em minutos)	5.20	8.70	7.80	n.s.
% que pega afectuosamente ao colo	6.50	16.90	8.75	P<.05
% de tempo que é terna e cuidadosa	22.00	55.00	22.25	P<.001
Aversão ao contacto físico ^a	7.30	2.28	1.73*	P<.01
<i>Comportamento de interacção face a face</i>				
Contingencialidade das respostas	20.70	52.90	10.90	P<.01
Inicia silenciosa e sem sorrir	28.70	11.00	25.50	n.s.

^a médias de escala de avaliação; * a diferença relativamente ao grupo A é significativa

As análises que se socorreram, sobretudo, das escalas de avaliação forneceram dados teoricamente mais relevantes para a compreensão dos processos

¹ Este quadro agrega os dados provenientes de três amostras.

de desenvolvimento dos padrões de vinculação e tiveram repercussão maior na investigação posteriormente realizada. Elaborada de forma embrionária para examinar as observações originalmente feitas no Uganda (Ainsworth, 1967), a escala da *Sensibilidade* foi, sem dúvida, a que mostrou possuir maior importância. No entanto, a autora aperfeiçoou-a e construiu mais três (Ainsworth, Bell & Stayton, 1971), abrangendo aquilo que considerava ser as quatro dimensões principais do comportamento materno. Essas escalas –cujo conteúdo descrevemos, sumariamente no **quadro 3.2**– permitem a quantificação do estilo interactivo das mães de 1 a 9 pontos.

Quadro 3. 2- Dimensões interactivas do comportamento materno

Dimensões	Definições
Sensibilidade	Capacidade do adulto "(...) <i>to perceive and to interpret accurately the signals and communications implicit in her infant's behavior, and given this understanding, to respond to them appropriately and promptly</i> " (Ainsworth, Bell, & Stayton, 1974, p. 127). A sensibilidade da mãe parece, assim, revelar quatro componentes essenciais: (a) a tomada de consciência dos sinais enviados pela criança; (b) a capacidade para os interpretar correctamente; (c) adequação das respostas dadas (tendo em conta os estados emocionais do sujeito e o seu nível desenvolvimental); (d) a prontidão dessas mesmas respostas.
Aceitação	Diz respeito ao equilíbrio entre "(...) <i>the mother's positive and negative feelings about her baby and the extent to which she has been able to integrate or to resolve her conflicting feelings</i> " (Ainsworth et al., 1978, p. 142). A aceitação pressupõe que a mãe admite as responsabilidades e as limitações inerentes à sua condição materna, sem manifestar ressentimentos ou irritabilidade para com o bebé.
Cooperação	A cooperação significa o respeito pela autonomia do bebé e a aceitação de que ele é, em si, um ser distinto da mãe. Nessa medida, a mãe cooperante "(...) <i>respects her baby as a separate person and plans to avoid situations in which she might have to interfere with his activity or to exert direct control over him. When she does intervene, she is skilfull (...) so that the baby is persuaded that he wants to do what she wants to do</i> " (Ainsworth et al., <i>op. cit.</i> , p. 143).
Acessibilidade	A acessibilidade da mãe supõem atender aos sinais e comunicações do bebé, mesmo quando outras solicitações entram em concorrência ou quando factores perturbantes interferem em termos emocionais. A inacessibilidade pode ser vista em duas vertentes: a física e a psicológica. A inacessibilidade física significa ausência ou afastamento espaço-temporal da mãe. Em termos, psicológicos, a mãe inacessível está preocupada com os seus próprios pensamentos ou estados, ou demasiado centrada nas suas actividades, sem focar a atenção no bebé, mesmo quando este a solicita explicitamente.

O valor preditivo destas medidas foi testado através da análise das relações entre a prestação materna e os padrões de vinculação infantil identificados no contexto da *Situação Estranha*. As observações do último trimestre do primeiro ano de vida (cf., **quadro3.3**) indicaram, em termos globais, a existência de associações entre os modelos da vinculação infantil e as características do comportamento materno.

Quadro 3.4– Comportamento das mães observado em casa entre os 9 e os 12 meses de vida nas dimensões da Sensibilidade, Aceitação, Cooperação e Acessibilidade maternas em função dos padrões de vinculação (adaptado de Ainsworth et al., 1978).

Escalas do Comportamento materno	Grupo A	Grupo B	Grupo C
Sensibilidade-insensibilidade	2.42**	6.48	2.38**
Aceitação-rejeição	3.75**	7.62	5.38*
Cooperação-interferência	3.58**	7.30	4.25**
Acessibilidade	3.83*	6.62	3.50*

Comparação do grupo B com os grupos A e C (teste t): *p<.01; **p<.001

Relativamente aos dados que acabámos de transcrever, há dois aspectos a realçar:

- 1- o valor preditivo inerente às medidas das escalas de aceitação, cooperação e acessibilidade parece explicar-se, em grande parte, pela forte correlação existente com os valores da sensibilidade materna que, assim, assume papel de mediadora estatística no prognóstico da qualidade da vinculação;
- 2- qualquer uma das escalas só consegue diferenciar, significativamente, o grupo B dos grupos A ou C, não oferecendo bases empíricas para a

compreensão da dinâmica desenvolvimental que preside à distinção entre os *inseguros evitantes* e os *inseguros resistentes/ambivalentes*.

Estes resultados foram genericamente reproduzidos noutros estudos, contribuindo para reforçar a saliência heurística que os constructos da *segurança* e da *sensibilidade materna* doravante teriam na investigação. Contudo, Ainsworth et al. (1978) ensaiam algumas tentativas no sentido de traçarem os processos que subjazem à constituição dos padrões A e C. Relativamente a este último grupo avançam a hipótese de que “*Their mothers are much less responsive to crying and to signals and communication in general than are Group-B mothers. On the other hand, their mothers are not rejecting like Group-A mothers and in particular they seem to have no aversion to physical contact with their babies, nor do they tend to be as compulsive or as lacking in emotional expression as Group-A mothers*” (p. 314). Na versão de Ainsworth et al. (*op. cit.*), as crianças ditas evitantes fariam parte de um grupo de bebés cujas progenitoras revelavam mais rejeição com os eventuais sentimentos positivos para com os filhos submergidos pela raiva e irritação.

Posteriormente, Isabella (1993) sustenta, na base de estudo efectuado, que as origens do padrão A poderão decorrer quer da rejeição quer da adopção de um estilo de transacção sobrestimulante por parte da mãe. Nos casos em que as crianças formam expectativas na base das experiências de rejeição materna, a estratégia evitante constituiria o meio de o bebé conseguir manter o equilíbrio interno perante o conflito nascido da incompatibilidade entre o desejo de proximidade com a mãe e a antecipação de uma possível resposta de rejeição. Na outra circunstância, as reacções de evitamento preencheriam a função defensiva de proteger a criança face ao conflito nascido da vontade de querer estar perto da mãe e de ao mesmo tempo saber que os seus comportamentos a submergem ou a confundem. Isabella (*op. cit.*)

parece concordar com a tese de que as mães das crianças ambivalentes/resistentes não seriam rejeitantes, mas antes inconsistentes nas suas respostas. De acordo com a autora, tal facto levaria os indivíduos a desenvolverem uma representação da figura de vinculação como pessoa indisponível ou imprevisível, o que explicaria, por exemplo, a ambivalência observada no contexto dos episódios de reunião da *Situação Estranha*.

Os resultados da meta-análise de Martins (1996) não são, todavia, inteiramente coincidentes com os elementos avançados a propósito dos padrões A e C. Pese, embora, o facto de a autora reconhecer que não obteve efeitos estatísticos muito robustos, os dados que apresenta parecem infirmar a hipótese segundo a qual os níveis de rejeição seriam superiores nas mães das crianças evitantes: "*Relatively to Rejection defined in terms of Negative Affect, and contrary to our predictions, they were found not to be as rejective as C (insecure-resistant/ambivalent) babies' mothers. This latter group was found to be the least sensitive to infants' cues, in a way of not responding in a sufficient manner to their children. They also were found to be the most rejective ones*" (p. 61). Importa, no entanto, deixar dito que, em relação à sobrestimulação, as análises de Martins (*op. cit.*) parecem ser compatíveis com as explicações de Isabella (1993). Na verdade, os seus dados indicam que a *insensibilidade* das mães dos bebés evitantes tende a configurar-se no sentido da intrusividade.

Embora as relações entre as medidas da sensibilidade materna e a segurança da vinculação infantil seja dado profusamente observado, alguns autores sublinham que essas associações não se configuram tão importantes como originalmente se pensava. Goldsmith e Alansky (1987), por exemplo, na primeira meta-análise realizada sobre o assunto (feita com base em 13 artigos) concluem que "(...) *the*

actual size of the predictive effect of maternal sensitivity is much smaller than once was believed, suggesting only a weak relation between attachment security and parental sensitivity" (p. 811). Esta constatação inspirou reflexões acerca do conteúdo e da homogeneidade das medidas e do próprio conceito de “*sensibilidade materna*”.

Claussen e Crittenden (2000) argumentam que do ponto de vista da teoria da vinculação, qualquer enunciado acerca da adequabilidade da prestação materna deverá tomar em linha de conta as circunstâncias nas quais a protecção se torna tarefa premente. As autoras notam, a propósito, que quando Ainsworth enfatizou, por exemplo, a importância da sensibilidade baseou-se num conjunto grande de observações naturalísticas onde as respostas das mães eram fornecidas à expressão das necessidades de vinculação sinalizadas pelas crianças. Porém, na maior parte dos estudos, a sensibilidade parental é aferida no contexto de circunstâncias não ameaçadoras –tal como situações de jogo livre ou de “ensino”– em que a protecção está longe de representar tópico pertinente e os pais não são solicitados a desempenharem o papel de figuras de vinculação. Por conseguinte, Claussen e Crittenden (*op. cit.*) aduzem que “*When applied to nonthreatening situations, instruments that focus on sensitivity to attachment needs may not be directed toward appropriate behavior, whereas assessments directed toward other aspects of parental sensitivity may not capture those that are most relevant to patterning of attachment*” (p. 117).

De Wolff e van IJzendoorn (1997), sugerem, pelo seu lado, que a circunstância de vários resultados não indicarem associações tão robustas entre as medidas de sensibilidade e o desenvolvimento de uma vinculação de tipo seguro,

pode ser atribuída a diferenças ou a fraquezas no plano das metodologias usadas.

Nesse sentido, sublinham que:

- 1- algumas abordagens socorrem-se de procedimentos mais simplificados de avaliação que não abrangem, necessariamente, toda a extensão e riqueza do conceito original de sensibilidade;
- 2- determinados trabalhos recolhem amostras de comportamento relativamente exíguas, circunscrevendo as observações a uma só sessão de poucos minutos efectuada, muitas vezes, em contexto de laboratório;
- 3- vários estudos utilizam um intervalo demasiado longo entre a avaliação da sensibilidade dos pais e a obtenção das medidas da vinculação infantil, não controlando a eventual ocorrência de *life events* ou de outras mudanças importantes que podem alterar as atitudes face à criança e a expressão da própria sensibilidade.

Segundo Claussen & Crittenden (2000) importa ver que a noção de sensibilidade diz respeito a um processo comunicativo multifaseado. Olhando os critérios de definição de Ainsworth, Bell e Stayton (1974) existem, de facto, duas componentes a considerar:

- a- a leitura apropriada dos sinais do bebé;
- b- a implementação de respostas adequadas a esses sinais.

Sob o ponto de vista conceptual, esta dupla vertente poderá encerrar aspectos problemáticos, pois há diferentes passos envolvidos a nível da actividade de processamento da informação. A mero título de ilustração é possível imaginarmos que um adulto interpreta correctamente determinado sinal da criança sem a atender

porque julga que a resposta não é necessária ou porque ignora como a produzir. Por outro lado, sucederá, eventualmente, que tenha seleccionado a resposta mas haja obstáculos à sua implementação –seja por causa das solicitações de outro filho, um telefonema ou outro evento revestido de carácter de urgência. Claussen e Crittenden (*op. cit.*) concluem, assim, que “*At minimum, identifying which components of the process of interpersonal communication are being included in the construct of ‘sensitivity’ would help to clarify both data and the results of studies*” (p. 116).

Em termos globais, abordagens metanalíticas de De Wolff e van IJzendoorn (*op. cit.*) ou de Martins (1996) são formais no reconhecimento de que a sensibilidade materna, entendida como uma disposição para responder apropriada e prontamente aos sinais do bebé, representa um factor relevante para o desenvolvimento da vinculação segura. Martins (*op. cit.*) refere que “*as a final characterization of the mothers of the three attachment patterns (groups A, B e C), we can say that the B (secure) babies’ mothers are the most sensitive to their children’s cues as well as the most cooperative with them. Because sensitivity is one of their major characteristics, they then tend to give appropriate responses to their offspring avoiding giving them either intrusive or insufficient responses*”. Contudo, a meta-análise De Wolff e van IJzendoorn (1997) revela que, apesar do seu inegável relevo, a sensibilidade parental é um constructo ainda longe de merecer entendimento unânime entre os investigadores. Os resultados obtidos são distintos, quer se assuma a sensibilidade como uma característica materna, ou como a qualidade de funcionamento da díade. Com efeito, ponderando o peso das diferentes medidas avaliadas na literatura, os autores concluem que “*Several domains of maternal interactive behavior showed effect sizes that were similar to those for the domain of sensitivity*” (p. 585). Por esta ordem, as dimensões que obtêm relações

mais fortes com o desenvolvimento da segurança da vinculação são: a *Mutualidade* (trocas interactivas em que mãe e filho atendem ou se orientam para o mesmo objectivo), a *Sincronia* (grau em que as transacções diádicas são recíprocas e mutuamente gratificantes), o *Apoio* (grau em que a figura materna se mostra atenta e suporta os esforços da criança), a *Atitude Positiva* (expressão materna de afecto positivo) e a *Estimulação* (quantidade de acções dirigidas ao bebé). Perante estes dados, os dois autores admitem que o conceito original de sensibilidade poderá não apreender a dinâmica principal da organização dos processos relacionados com o desenvolvimento da segurança da vinculação.

Notemos, a propósito, que a mutualidade e a sincronia dificilmente podem ser considerados exclusivamente como um atributo da prestação materna. São, no fundo, medidas que avaliam mais o desempenho diádico do que o contributo individual. Como tal, à luz dos pressupostos da perspectiva sistémica, poderá fazer sentido conceber os indivíduos como unidades ou elementos de um sistema que mudam dinâmica e constantemente de acordo com a informação disponível e com as respostas obtidas (Bertalanffy, 1968). Os fenómenos de morfogénese são permanentes nas relações porque novos dados provenientes do processo experiencial, implicam a constante actualização das respostas e das representações.

O estudo dos grupos de risco trazem um importante contributo para a discussão da relevância do papel materno no estabelecimento dos diferentes tipos de vinculação. Verifica-se uma elevada prevalência das formas de organização atípica nos grupos cujos os cuidados maternos são de qualidade inferior. Carlson, Cicchetti, Barnett e Baunwald (1989) avaliaram, através da Situação Estranha, 22 crianças maltratadas aos 12 meses de vida. As suas observações indicaram que o padrão

seguro era praticamente inexistente neste grupo. Na verdade, 82% dos indivíduos observados foram classificados como inseguros-desorganizados/desorientados.

Estes resultados foram, posteriormente, replicados por Egeland e Sroufe (1995). Os autores estudaram a organização da vinculação em 31 crianças socialmente referenciadas como vítimas de abusos e maus-tratos. Quando comparadas com o grupo de controlo verificou-se que apenas 38 % das crianças maltratadas tinham uma vinculação segura contra 75% das crianças da amostra normal.

Também, nas amostras das mães depressivas se verifica um número anormalmente elevado de crianças inseguras ou exibindo formas de vinculação atípica (e.g., De Mulder & Radke-Yarrow, 1991; Teti, 2000). As conclusões da meta-análise de Martins (1996) são bem eloquentes a esse propósito quando estipulam que "(...) *depressed mothers tend to have fewer secure infants and more insecure infants, specially, insecure-avoidant (A) and insecure-disorganized (D). In relation to the insecure-ambivalent (C) pattern, the results are somewhat mixed, depending on whether we are comparing the depressed samples with the total of the control samples (higher proportion in depressed samples) or with the total of the low-risk normal samples (smaller proportion in depressed samples)*".

Main e Hesse (1990) levantam a hipótese de que o padrão desorganizado/desorientado poderá estar ligado à deficiente resolução da perda de uma figura de vinculação ou a outras experiências traumáticas não resolvidas (tal como o padecimento de maus-tratos na infância). O adulto tenderia, então, a relacionar-se ansiosamente com a criança, que por sua vez sentiria as manifestações dessa ansiedade (e.g., flutuações rudes a nível da voz, movimentos abruptos e

incoerentes, sinais contraditórios...) como potenciais ameaças. Para os autores, dois tipos de prestação de cuidados teriam esse efeito ansiogénico: os cuidados *assustadores* e os cuidados *assustados*. As mães ditas *assustadoras* provocam o receio dos filhos pela hostilidade que lhes manifestam, enquanto as *assustadas* revelam-se incapazes de os proteger, assumindo uma postura vulnerável e dependente. Neste último caso, observa-se que algumas crianças invertem os papéis com o adulto, providenciando-lhe conforto e cuidados (Lyons-Ruth & Jacobvitz, 1999).

Em ruptura com a perspectiva anterior, Crittenden (2003b) concebe a vinculação como um processo recíproco de adaptação ou, seja, como um atributo da díade. A autora propõe uma definição sistémica da noção de sensibilidade materna: “*Adult sensitivity is any pattern of behavior that pleases the infant and increases the infant’s comfort and reduces its distress*”. Assim, a sensibilidade é aferida numa base contextual tomando como referência o comportamento da própria criança. Da mesma forma, a acessibilidade do adulto é observada em resposta às solicitações da criança (e.g., o adulto não necessita nem poderá certamente estar sempre acessível mas deverá saber distinguir os momentos críticos nos quais a sua acessibilidade se torna imprescindível para a criança). A aceitação configura também, nesta perspectiva, a capacidade do adulto em utilizar as propostas da criança para a realização duma actividade que interesse a ambos. Por outro lado, a criança pode fazer exigências excessivas ou utilizar comportamentos coercivos; neste caso, a resposta adulta poderá ser “menos aceitante”. Interessa, por conseguinte, analisar a qualidade da resposta materna atendendo ao comportamento e necessidades infantis e aos factores contextuais que afectam o comportamento de ambos. Nesta

perspectiva, o comportamento da mãe será, sempre, concebido enquanto produto de duas contribuições.

Ao contrário de Main e Hesse (1990), Crittenden (1999; 2003b) não atribui grande importância à morfologia dos comportamentos, mesmo que eles se inscrevam, aparentemente em quadros de grande perturbação. A autora valoriza, primordialmente, a sua função, partindo do pressuposto que a evolução seleccionou determinadas possibilidades comportamentais por serem mais vantajosas para o sucesso reprodutivo individual. A questão central é *“qual o ganho previsível de determinado comportamento?”*

De facto, o mesmo comportamento pode ter várias funções (Crittenden, 2003b). Por exemplo, se o adulto sorri face a uma resposta positiva da criança, estará, provavelmente, a gratificar o seu bom desempenho ou a sua cooperação. Contudo, o sorriso face a manifestações de indisciplina, poderá estar a simular uma relação satisfatória com o propósito implícito de iludir eventuais observadores externos. Noutros casos, o adulto pode sorrir aleatoriamente, atribuindo à criança o papel determinante na regulação emocional da relação. Do lado da criança, também é possível observarmos comportamentos com diversas funções. Se ela olha, por exemplo, o adulto de modo estático ou receoso, isso pode significar uma resposta de submissão. Mas, se o olhar for radioso estaremos já, potencialmente, face a um sinal de interesse pelo adulto ou pela interacção que este proporciona.

Crittenden (1988/2003b) propõe três dimensões para avaliar a qualidade do comportamento adulto (sensibilidade, controlo/intrusividade ou passividade) e quatro para caracterizar a prestação infantil (cooperativa, compulsiva, difícil ou passiva). Com este sistema procura, afinal, aproximar uma descrição dos padrões de

adaptação mútua, afastando-se de modelos de análise centrados no indivíduo. Assim, baseada em conjecturas de índole teórica e nos seus próprios resultados (Crittenden, 1988; 1995a), a investigadora prevê uma associação entre: (a) a postura sensível do adulto e a cooperação infantil; (b) o comportamento controlador (encoberta ou abertamente) dos pais e a submissão infantil ou (c) entre a passividade ou ambivalência adulta e a condução da interacção por parte da criança. Embora Crittenden (2003b) não preconize relações lineares entre as dimensões interactivas e o comportamento materno ou infantil traça quadros gerais de associação. Por exemplo, uma mãe pouco responsiva pode não gerar muitas hipóteses de participação para a criança, remetendo-a, nesse caso, para a passividade. Contudo, se o nível de resposta não for suficiente baixo para promover o desinvestimento da criança, então, o mais provável é que ela demonstre activamente a sua insatisfação através da interacção que o prestador de cuidados lhe proporciona (Crittenden, *op. cit.*).

À luz do modelo da maturação dinâmica, a organização dos fenómenos da vinculação é entendida enquanto processo de adaptação mútua e não apenas como uma estrutura de comportamentos localizada na própria criança. Neste sentido, olha-se a qualidade da prestação materna como componente essencial do sistema de interacção mãe-filho. Crittenden (*op. cit.*) interpreta os actos de comunicação das figuras parentais no contexto dinâmico da relação e no quadro do desenvolvimento infantil. Na verdade, ao longo do seu crescimento, o indivíduo necessita de respostas distintas. Deste ponto de vista, um adulto pode ser “sensível” nalguns períodos da vida criança e não conseguir dar a resposta adequada noutras fases do desenvolvimento. Só no período pré-escolar a criança passa por várias fases de desenvolvimento. As aquisições resultantes dos processos de ontogenia devem ser

aproveitadas para manter as interacções estimulantes e um jogo instrutivo. É, assim, que Crittenden (2003b) propõem um guião desenvolvimental para as interacções dos primeiros 24 meses de vida:

1. Sincronia fisiológica e a capacidade do adulto em confortar o bebé no primeiros 2 a 3 meses de vida – a tarefa do adulto é manter o bebé alerta e calmo de modo a aumentar os períodos de interacção. Para manter a criança desperta e atenta, o adulto deve pegar-lhe de um modo confortável (com as costas e o pescoço bem seguros) e numa posição acessível ao rosto do adulto. Este deve, também, ajustar o seu ritmo e as suas acções aos movimentos do bebé de modo a aumentar, manter ou diminuir a excitação do bebé para um nível moderado dentro do estado de alerta. A expressão facial do adulto, a voz e o toque ao bebé devem ser gentis, agradáveis e variados.

2. Reciprocidade e partilha de prazer entre os 3 e os 9 meses de idade - O adulto, nesta fase, deve ser capaz de ajudar a criança a perceber e a participar em sequências comportamentais diádicas. Para o efeito, deve marcar o início de cada sequência procurando o contacto ocular, fazer pausas, sinalizar os momentos de “partida”, modular o curso das trocas interactivas e marcar, com clareza, a conclusão da sequência. A sequência deve ser repetida até que a criança a possa perceber e prever os comportamentos do adulto, de modo a encontrar formas mais activas de participação. Este processo conjunto e recíproco, deve desenrolar-se no registo da partilha de afectos positivos. Após o bebé ter aprendido a responder reciprocamente podem ser fornecidas sequências mais longas e variadas. As variações devem aumentar o interesse e também ensinar o bebé a prestar atenção às componentes da sequência como unidades intermédias de um determinado padrão. Este aspecto parece essencial para a aquisição das competências pragmáticas da comunicação sobre as quais se fundará, em grande parte, o desenvolvimento futuro da linguagem.

3. Partilha de prazer no jogo com sequências padronizados entre os 9 e os 15 meses de idade - Por volta dos 9 meses, os bebés aprendem os rudimentos da comunicação recíproca e estão prontos para aplicar esses conhecimentos. Um dos aspectos desta tarefa é a manutenção da atenção conjunta. As díades são capazes de partilhar a atenção em torno de um objecto ou de uma actividade, tecendo, entre si, comentários acerca dessa matéria.

4. Jogo baseado no objecto e na negociação não verbal entre os 15 e os 24 meses de idade – Nesta fase, as crianças desejam e tentam explorar incessantemente, sem saberem prever os riscos das suas acções. O papel do adulto é “ensinar” a criança a proteger-se, sem a assustar e sem a inibir de explorar. A segunda tarefa adulta é ajudar a regulação emocional infantil dado que, neste período, as crianças usam o afecto negativo para obter os seus objectivos. O adulto deve, através da negociação, equilibrar os desejos de ambas as partes e favorecer o comportamento positivo.

5. A linguagem na mediação do jogo, a comunicação recíproca e a negociação para estabelecerem planos em conjunto e para lidarem com as diferenças de interesses entre ambos (a partir dos dois anos) – a linguagem verbal vem substituir a linguagem não verbal nos processos de negociação. No fim do segundo ano de vida, assiste-se a um rápido processo de maturação neurofisiológica. As crianças adquirem, então, novas competências mentais incluindo a linguagem e a capacidade para gerarem planos em conjunto com os outros. Desenrola-se o fenómeno de transição entre o nível dos comportamentos de tipo sensório-motor que dão lugar ao uso do pensamento representacional e da linguagem. As negociações verbais passam a ser cruciais no desenvolvimento e no estabelecimento das relações interpessoais.

Este roteiro desenvolvimental das interações proposto por Crittenden é complementar da descrição que Bowlby (1969/1982) faz do percurso ontogénico dos processos da vinculação humana. Trata-se, contudo de uma proposta orientada pelo paradigma diádico e pela tentativa de conciliar a vertente cognitiva e emocional das relações. As respostas do adulto, em situação de jogo ou de *stress*, têm efeito em termos da organização afectiva e cognitiva. Segundo Claussen & Crittenden (2000) a resposta sensível é previsível (causalidade), calorosa (afectividade) e coerente (integração de informação causal e afectiva). Certos adultos são particularmente competentes com uma destas dimensões mas não com a outra (Crittenden, 2003b). Quando assim é, os tendem a promover o uso de um tipo de informação em detrimento da outra. Por exemplo, as mães das crianças defensivas são tendencialmente controladoras, directivas e punitivas. Do ponto vista da previsibilidade o seu comportamento é cognitivamente adequado mas do ponto de vista emocional suscitar o desenvolvimento de estratégias de auto-protecção não baseadas na comunicação aberta dos afectos e sentimentos. Em oposição, as mães das crianças coercivas, podendo, embora ser afectuosas, são também ambivalentes ou algo indisponíveis. A criança, ainda imatura do ponto de vista cognitivo, é incapaz de prever o seu comportamento. Por essa razão, tende a agir com base nos *inputs* emocionais.

A diversidade de experiências obriga, sob o ponto de vista adaptativo, à organização de diferentes estratégias de vinculação. De acordo com Crittenden (1997a), a criança *segura* obteve uma resposta materna equilibrada do ponto de vista causal e afectivo. Por essa razão, não terá dificuldades em integrar a informação de índole emocional e cognitiva de um modo flexível para interpretar e responder às solicitações do meio. A sua “segurança” psicológica decorre desta capacidade de

associar várias informações, o que lhe permite relativizar as suas experiências e não se cristalizar em torno de um único modelo interpretativo. Ao contrário, a criança insegura organiza-se mentalmente de acordo com a informação mais fiável. A criança evitante ou defensiva, teme o resultado da experiência emocional (por ser hostil ou controladora) mas torna-se muito competente a despistar as condições que eliciam o humor dos pais (Crittenden, 2003a). Por esta, razão centrar-se-á na previsão e prevenção dos comportamentos que não deseja por parte do adulto. Este esforço adaptativo, trás como benefício o controlo do comportamento do outro. No entanto, conduz progressivamente a criança para um *modelo cognitivo* de funcionamento, isto é, para a realização de tarefas mesmo em situações de desconforto. A título de exemplo, podemos referir o caso da criança que inverte o papel de prestação de cuidados com os seus pais (*cuidadora compulsiva*). Nesta situação, a estratégia infantil exige uma hipervigilância dos estados de humor do adulto, uma orientação para as necessidades do outro e um trabalho excessivo e permanente de monitorização do comportamento dos prestadores de cuidados. Nos antípodas desta organização encontramos os inseguros-resistentes ou se quisermos, antes, os coercivos. Estas crianças têm prestadores cuidados imprevisíveis ou vulneráveis. Por essa razão, procurar prever o seu comportamento é tarefa árdua que acaba por ser desinvestida. No entanto, como estes adultos não são, de um modo geral, hostis, permitem que a criança recorra a múltiplas estratégias para manter a atenção do adulto, e até mesmo a comportamentos coercivos. Para maximizar e manter a resposta dos pais, a criança faz uso de respostas pouco sociáveis e afasta-se, cognitivamente, da reversibilidade do raciocínio –que lhe permitiria, afinal, atender ao ponto do vista do outro.

Em síntese, segundo o modelo da maturação dinâmica a qualidade do comportamento interactivo materno é um atributo diádico não referenciado, apenas, à mãe. Crittenden (1999) considera que aspectos como a sensibilidade devem ser analisados à luz das situações vividas (e.g., situação de jogo livre, arranjos experimentais), de acordo com os estados de regulação e os ciclos fisiológicos da criança (e.g., o sono ou a fome), com o nível desenvolvimental, a cultura e a condição sócio-económica da família. O objectivo da autora é encontrar medidas unitárias que integrem todos estes factores. O tipo de funcionamento diádico ou, por outras palavras, o padrão de organização mútua entre mãe e filho, afecta a organização dos modelos internos dinâmicos descritos por Bowlby (1969/1982). No seio desta perspectiva, o próprio funcionamento cerebral –sob a forma da regulação dos processos emocionais e dos processos cognitivos– é afectado pelas experiências vividas. A circunstância de os dados experienciais promoverem o uso de um tipo de informação (cognitiva ou emocional) em detrimento de outra, permite a diferenciação da qualidade da vinculação.

Pode a qualidade dos cuidados maternos explicar as diferenças no estabelecimento da vinculação?

Independentemente da interpretação dos resultados, a tese de que a qualidade das interacções desempenha um papel importante no desenvolvimento dos vários modelos de vinculação obtém algum suporte empírico. Todavia, os factos actualmente disponíveis, mais do que clarificarem problemas, fazem surgir toda uma série de questões ainda não resolvidas. Com efeito, o resultado acumulado ao longo de vinte anos de pesquisa mostra-nos, desde logo, que o constructo da sensibilidade materna perdeu o seu estatuto privilegiado na explicação da génese dos padrões de

vinculação. Importa, hoje, perceber que dimensões do comportamento interactivo do adulto influenciam e moldam as diferentes estratégias de vinculação. Tudo isto sugere a necessidade de se reactualizarem ou reformularem as interpretações originais. Estamos, decerto, perante fenómenos complexos cuja elucidação não se compadece com o recurso a modelos conceptuais lineares.

3.2 Diferenças Culturais

Os processos da filogénese seleccionaram toda uma série de organizações comportamentais tendo em conta as suas vantagens para o sucesso reprodutivo individual. Nesta ordem de ideias, os sistemas de prestação de cuidados parentais não preenchem, apenas, funções de protecção, mas afirmam-se, também, como espaços de aculturação que proporcionam à criança a oportunidade de adquirirem os conhecimentos e as capacidades indispensáveis à integração e participação nas comunidades onde viverão. Por conseguinte, poderemos encarar, igualmente, os fenómenos de vinculação enquanto elementos integrantes dos dispositivos de *socialização política* dos indivíduos. Crittenden e Claussen (2000) salientam a propósito que a investigação não tem dedicado atenção devida ao modo como as culturas “*might affect the self protective strategies that evolve in populations (...). It is entirely possible, however, that such strategies are responsive not only to parent and infant characteristics but also to aspects of the environments in which adults raise children*” (p. 234).

Vários estudos mostram, efectivamente, que a prevalência dos padrões de vinculação pode variar em função dos contextos culturais. Sabe-se, por exemplo, que a maior proporção de crianças exibindo o padrão C (acima dos 30%) foi encontrada no Japão (Miyake, Chen & Campos, 1985). Também é conhecido que o

padrão A é mais comum no norte da Alemanha (Grossmann, Grossmann, Spangler, Suess & Unzner, 1985) e nos países de Leste Europeu (Ahnert, Meischner & Schmidt, 2000).

Infelizmente, estes e outros trabalhos limitam-se a fornecer o registo da frequência de casos observados sem ensaiarem interpretações conceptualmente satisfatórias. Tal constatação é em parte compreensível. Primeiro, porque os autores permanecem centrados nos processos diádicos propriamente ditos, remetendo os aspectos relacionados com o contexto da cultura para estatuto menor de variáveis distais cujas características –aliás mal explicitadas– são referidas como factores que marcam o estilo dos cuidados parentais. Por outro lado, os grupos de investigação neste domínio não incluem, geralmente, elementos com formação em Antropologia, História... que poderiam, num registo mais ideográfico, ajudar a esclarecer as influências culturais sobre os comportamentos.

Ciente de tais limitações, Crittenden (2000c) tenta, com o mero propósito de ilustrar as potencialidades de um outro tipo de abordagem, explicar as razões pelas quais em certas sociedades ocorrem prevalências inusitadas de determinados padrões. Assumindo a natureza especulativa do seu discurso, a autora avança a hipótese de que as culturas poderão estar enviesadas no sentido de favorecerem a emergência de padrões bem definidos. No seu texto dedica atenção ao caso da Finlândia, da Rússia, da Suécia da Itália e do Egipto. Uma vez que as intenções da investigadora visam, prioritariamente, suscitar a discussão acerca dos caminhos a percorrer na investigação destes fenómenos, limitamo-nos a sumariar, a título de exemplificação, as análises expandidas a propósito do caso Finlandês.

Crittenden (*op. cit.*) argumenta que na perspectiva da teoria da vinculação, a abordagem culturalista deve atender a duas facetas: (1) às fontes de perigo (históricas e actuais) e (2) às estratégias desenvolvidas para lidar com esses perigos. Prosseguindo com o raciocínio, a autora aduz que as Culturas “(...) *develop over long periods of time and reflect not simply the current conditions, but also historical sources of danger, including geographic/climatic conditions*” (p. 372).

Considerando a Finlândia, não podemos deixar de reconhecer que, sob o ponto de vista histórico, a grande fonte de perigo sempre foi o Inverno. O risco da doença e da fome só conseguiam ser minimizados se, durante o curto período de Verão, os indivíduos trabalhassem duro para se prepararem para os rigores daquela estação. Por conseguinte, os finlandeses –detentores de uma cultura enviesada no sentido do tipo A– ter-se-iam visto na necessidade de se organizarem face a um futuro previsivelmente perigoso, inibindo as actividades baseadas na expressão imediata dos afectos, em ordem a almejarem posterior segurança. “*Nevertheless, during the winter, the period of darkness was long, the food monotonous and meager, and the light and warmth faint. These conditions, particularly when feelings about them were inhibited and, therefore, also uncomforted, could lead to depression. On the other hand, expression of such feelings was futile and also dangerous*” (Crittenden, *op. cit.*, p.372). De facto, todos os membros da família experienciavam as mesmas condições e a expressão do desconforto por parte de alguém só lhes poderia fazer lembrar o seu próprio mal estar. Assim, através de mecanismos de contágio de afecto, “(...) *uncontrolled expression of negative affect could endanger both one’s self and one’s family and lead, through the opposite (Type C) route, to depression*” (Crittenden, *op. cit.*, p.372). A “aprendizagem” do

silêncio, da paciência e da contenção emocional representavam, sem dúvida, estratégias de funcionamento mais apropriadas àquelas circunstâncias.

A autora faz questão de notar que esta interpretação –inspirada, aliás, na constatação de que as medidas da qualidade da vinculação em amostras finlandesas revelam, junto do adulto e da criança, o predomínio da estratégia de tipo A– não deverá ser entendida como proposta necessariamente válida. Conforme já referimos, o seu intento foi o de demonstrar “(...) *a way of thinking about culture that applies to groups of individuals including cultural groups, the same concepts that are used to define individual self-protective attachment strategies*” (Crittenden, *op. cit.*, p. 371).

Tratando-se de uma via de investigação ainda sem sólidos referenciais heurísticos, o estudo da importância dos contextos culturais na determinação das formas de vinculação terá o mérito de realinhar partes significativas da produção teórica neste domínio com os paradigmas que acentuam o relevo das estruturas macrossistémicas nos processos do desenvolvimento humano.

3. 3 Temperamento infantil

Certas abordagens sugerem que a organização diferencial dos processos de vinculação seria o reflexo de disposições temperamentais genética e/ou constitucionalmente determinadas (e.g., Kagan, 1994; Rothbart & Bates, 1998). Contudo, a análise da literatura revela alguma heterogeneidade na tipificação e operacionalização do conceito de *Temperamento*.

Thomas e Chess (1977) rebatem a tese de que as diferenças individuais ao nível das capacidades de adaptação da criança se explicam pela qualidade da relação materno-infantil. Na opinião destes autores, esta linha de raciocínio inscreveu-se

numa linha de racionalidade que promovia, objectivamente, a culpabilização dos pais, representando um obstáculo ao estudo de outros possíveis contributos. Neste sentido, exploram o conceito de temperamento como um conjunto de atributos relativamente estáveis no tempo e resistentes à mudança. Por outras palavras, o temperamento é concebido como organização interna e inerente aos indivíduos desde o nascimento. Com o intuito de caracterizarem esses estilos comportamentais, os autores definiram 9 dimensões (*cf. quadro 3. 5*) que, na sua óptica, descrevem as componentes nucleares das disposições temperamentais.

Thomas e Chess (*op.cit.*) sustentam que a partir de tais dimensões se torna possível distinguir três grandes perfis ou padrões do temperamento: o *fácil* (tónus emocional predominantemente positivo, elevada adaptabilidade, tendência para produzir respostas de intensidade baixa a moderada) o *difícil* (instabilidade rítmica, propensão para o afastamento face a situações novas, baixa adaptabilidade e predomínio de afecto negativo) e o de *resposta lenta* (afastamento perante novas situações, reacções de intensidade média a moderada e baixa adaptabilidade).

Quadro 3.5- Dimensões do temperamento infantil (adaptado de Thomas e Chess, 1977)

DIMENSÕES	DESCRIÇÃO
1. Nível de actividade	Grau geral de mobilidade reflectido na frequência e tempo do movimento, locomoção e outras actividades motoras que permitem situar o indivíduo num contínuo de variação delimitado pelos níveis de altamente activo e altamente inactivo
2. Ritmicidade	Dimensão relativa à regularidade e previsibilidade das funções corporais como o sono, a alimentação ou a eliminação. Varia entre regular e irregular.
3. Aproximação/afastamento	Tipo de reacção inicial quando o indivíduo é confrontado com novas situações, tal como uma pessoa, local ou brinquedo desconhecido. As respostas revelam tendência para a aproximação ou o afastamento
4. Adaptabilidade	Diz respeito até que ponto a reacção inicial de recuo face a uma situação nova se modifica ao longo do tempo. Vai de adaptável a não adaptável

5. Intensidade de resposta	Intensidade típica da reacção a estados internos ou a estímulos ambientais. Pode ir desde elevada a baixa
6. Limiar de reactividade	Quantidade de estímulos necessários para eliciar uma resposta. pode ir desde limiar alto a limiar baixo.
7. Tónus emocional geral	Padrões típicos de comportamento relacionados com a qualidade geral do humor. Pode ir desde positivo a negativo.
8. Distractibilidade	Dificuldade ou facilidade com que as actividades que suscitam o envolvimento do indivíduo podem ser interrompidas por interferência de outros estímulos. Vai de alta a baixa.
9. Disposição para acalmar-se	Capacidade para manter o envolvimento numa actividade ou de Retornar à actividade após interferência de estímulo perturbador. Pode ir de alta a baixa.

Mais recentemente, outros grupos de investigação apresentaram propostas alternativas da dimensões do temperamento. Buss e Plomin (1975) defendem, por exemplo que as suas componentes principais são a emocionalidade, a sociabilidade e o nível geral da actividade.

Goldsmith e Campos (1986) enfatizam os aspectos relacionados com a intensidade da expressão dos afectos ao passo que Rothbart e Derryberry (1981) salientam aspectos como os da regulação da activação neurofisiológica e emocional.

Conforme Osório (2002) salienta, estas abordagens parecem evidenciar dois pontos comuns: *“O primeiro é o de que a variabilidade do temperamento está enraizada no código genético dos indivíduos. O segundo postula que, com o desenvolvimento, devem esperar-se modificações na configuração comportamental dos padrões do temperamento. Estas alterações podem surgir em função da maturação guiada geneticamente em interacção com o meio ambiente e pelo desenvolvimento de capacidades que estão subjacentes e moldam a expressão comportamental”* (p. 71). Esta ideia parece merecer o acordo de Kagan (1998) quando reconhece que, apesar de tudo, as tendências temperamentais revelam alguma permeabilidade à experiência. Segundo o autor, o temperamento continua a

ser interpretado como estrutura de organização comportamental inscrita na matriz biológica do indivíduo, mas com expressão “moderadamente estável no tempo”.

As técnicas usadas na avaliação do temperamento registam alguma diversidade. Conforme Teglasi (1998) salienta, há autores que recorrem, preferencialmente, à entrevista ou à administração de questionários aos pais das crianças. Outros investigadores privilegiam a recolha de informação através de procedimentos de observação naturalística, havendo, ainda, quem opte pelo recurso a estratégias de tipo laboratorial.

Os métodos baseados nos relatos ou apreciações parentais são, indubitavelmente, aquelas que usufruem, ainda hoje, de maior popularidade. Todavia, vários estudiosos colocam sérias dúvidas acerca da sua objectividade. Argumentam, nomeadamente, que os pais tendem a retratar o comportamento dos filhos em obediência a sistemas de representação idiossincráticos, maximizando ou minimizando determinadas características de acordo com expectativas pessoais, critérios de desejabilidade social ou de outros factores (*cf.* Kagan, 1998; Vaughn, Taraldson, Crichton, & Egeland, 1980). Contra esta opinião, Bates e Bayles (1984) sublinham que deveremos considerar três componentes nas avaliações parentais: a objectiva, a subjectiva e a do erro. Segundo, os dois investigadores, a evidência disponível sugere que a percepção dos progenitores não é, decisivamente, marcada pelos factores subjectivos e que apreende uma boa parte das características intrínsecas da criança. Na mesma linha, investigações posteriores parecem confirmar que este tipo de medida dispõe de um grau aceitável de validade (Rothbart, Ahadi, Hershey, & Fisher, 2001).

Admitindo que o método do questionário possui naturais fontes de enviezamento cujos efeitos não podem ser de modo algum menosprezados, Rothbart e Bates (1998) atribuem-lhe as seguintes virtualidades:

- a- a sua utilização trouxe, desde sempre, ganhos significativos em termos de conhecimento, contribuindo, de forma inegável, para melhorar a nossa compreensão acerca da estrutura do temperamento e dos processos psicofisiológicos que lhe são subjacentes;
- b- os dados fornecidos pelos *adultos próximos* repousam, necessariamente, sobre uma vasta base de conhecimento, pois, enquanto “observadores” privilegiados, têm a oportunidade de ver a criança agir numa grande diversidade de situações e durante períodos de tempo cuja extensão não consegue ser aproximada por qualquer outro procedimento de avaliação;
- c- o seu uso acarreta uma inestimável economia de esforços e de recursos, uma vez que envolvem menos custos quer na administração, quer na cotação e análise dos resultados;

A assunção de que as observações efectivas do comportamento ou a recolha de marcadores fisiológicos propiciam a obtenção de dados com validade superior está, pois, longe de representar um pressuposto inquestionável (Teglasi, 1998). Deparamo-nos, na verdade, face a um domínio de indagação cuja complexidade dos fenómenos aconselha a não descartar métodos ou técnicas de valor minimamente comprovado.

Vários estudos têm procurado esclarecer as relações entre temperamento e a configuração diferencial dos processos de vinculação. Alguns desses trabalhos socorreram-se do conceito de *dificuldade do temperamento*, operacionalizado em

perguntas efectuadas às mães através de questionários ou entrevistas. Poder-se-á, genericamente, dizer que os estudos incluídos nesta categoria revelam a presença de associações fracas e duvidosas entre as medidas da vinculação (Situação Estranha) e do temperamento. Em vários casos não foram, sequer, encontradas relações significativas (e.g., Egeland & Farber, 1984; Mangelsdorf, Gunnar, Kestenbaum, Lang & Andreas, 1990; Weber, Levitt & Clark, 1986). Noutros, os resultados oferecem um panorama incongruente e até contraditório. Kemp (1987) indica, por exemplo, que as avaliações maternas atribuem aos evitantes maior facilidade temperamental. Porém, já Frodi, Bridges & Shonk (1989) referem que as crianças A são, comparativamente às B e C, percebidas como mais difíceis.

Segundo a revisão de Vaughn e Bost (1999) entre os múltiplos estudos que utilizaram o *Attachment Q-sort* de Waters e Deane (1995), apenas três detectaram ligações significativas –embora modestas– entre a segurança da vinculação e o temperamento fácil (Seifer, Schiller, Sameroff, Resnick & Riordan, 1996; Stevenson-Hinde & Shouldice, 1992; Wachs & Desai, 1993). Tal constatação é, no mínimo, surpreendente “(...) *when dimensions such as positive and negative mood are assessed, because attachment and temperament theories contain postulates and propose hypotheses concerning mood and its vicissitudes (secure infants are supposed to display positive affect when interacting with their attachment figures). In addition, mood and other aspects of affect expression in the context of interaction with the mother play an important role in the definition of attachment security with the Attachment Q-sort*” (Vaughn & Bost, 1999; pp.212-213).

Outros autores procuraram ver até que ponto parâmetros objectivos do comportamento, normalmente referidos ao constructo do *temperamento difícil*, se

relacionavam com o desenvolvimento da segurança ou insegurança da vinculação. Waters, Vaughn e Egeland (1980) verificaram, por exemplo, que os recém-nascidos avaliados aos 7 dias como mais irritáveis tendiam a ser maioritariamente classificados, ao ano de vida, no grupo C (inseguros ambivalentes/resistentes). Da mesma maneira, Calkins e Fox (1992) mostraram que o grau de irritação revelado por bebês de dois dias à retirada da chupeta estava correlacionado com posteriores medidas da segurança. Estes resultados, na verdade interessantes, não deixam de suscitar algumas questões. Curiosamente, em ambos os trabalhos, os participantes eram maioritariamente oriundos de meios marcados por várias condições de adversidade. Assim, o estudo de Crockenberg (1981), realizado com crianças da classe média, não apurou, exactamente, as mesmas relações, verificando que, nas famílias com apoio social apropriado, a irritabilidade do recém-nascido não se reflectia, mais tarde, num aumento significativo do número de classificações dentro dos padrões inseguros.

A hipótese de que a irritabilidade neonatal pode ser identificada como traço do temperamento permanece duvidosa. Sabe-se que naquelas idades as características da criança tendem a ser pouco consistentes estáveis (Brazelton, 1981). Por outro lado, não podemos ignorar que mesmo no período intra-uterino o bebé vive experiências hormonais, físicas e sensoriais cujo impacte e persistência não estamos, actualmente, em condições de conhecer.

Alguns autores procuram estudar possíveis influências dos factores temperamentais recorrendo a indicadores de tipo fisiológico. Para Goldberg, Muir e Kerr (2000), esta linha de investigação tem o mérito de fornecer dados menos permeáveis à subjectividade do observador. Sroufe e Waters (1977) efectuaram o primeiro trabalho incidindo sobre os processos de regulação autonómica da

frequência cardíaca no contexto da Situação Estranha. Os resultados indicaram que a generalidade das crianças demonstravam alterações significativas da resposta cardíaca ao longo dos diferentes episódios. Tal como esperado, o afastamento materno suscitava a aceleração do ritmo cardíaco. Quando analisados os seguros, evitantes e resistentes separadamente, verificou-se que a recuperação (i.e. a desaceleração cardíaca) era mais rápida junto dos seguros do que nos restantes grupos. Os evitantes, mesmo quando não choravam ou se mantinham ocupados com a “exploração” nos episódios de separação, evidenciavam uma nítida aceleração do ritmo cardíaco. Curiosamente, a dificuldade dos resistentes para se acalmarem e regressarem à exploração após os episódios de separação reflectia-se na maior lentidão da recuperação fisiológica.

Em Portugal, Soares, Silva, Cunha, Costa, e Lopes-dos-Santos (1998), verificaram que a diversidade das estratégias de vinculação avaliadas ao longo da Situação Estranha correlacionavam-se, de alguma maneira, com a actividade cardíaca dos bebés. Estes autores verificaram, também, que a capacidade de recuperação e estabilização cardíaca por parte dos seguros era, durante as reuniões, maior do que a observada nos outros grupos.

Os estudos acabados de referir mostram a existência de um paralelismo entre os três grandes grupos de vinculação e diferentes tipos de regulação da actividade autonómica no decurso da Situação Estranha. Admitindo que estes tipos de regulação reflectem disposições de ordem constitucional, então, as distintas organizações comportamentais reveladas pelas respostas infantis aos episódios de separação e de reunião poderiam reflectir, em grande parte, tendências independentes da história da relação com a figura materna. Todavia, os dados não permitem descartar a hipótese de que a diversidade dos padrões de reacção

fisiológica seja mera consequência dos determinismos psicológicos relacionados com os quadros de significação construídos pela criança ao longo das experiências de vinculação. De facto, a limitação destes dois estudos reside na circunstância de se obterem os vários tipos de medida no mesmo espaço de tempo. Só um estudo de carácter longitudinal que avaliasse separadamente a evolução dos parâmetros de organização comportamental e fisiológica poderia esclarecer a questão.

Não obstante, há indicações de que a estabilidade intrapessoal dos padrões de regulação autonómica não constituirão a regra. Tais sugestões provêm, sobretudo, de trabalhos inspirados nas concepções de Porges.

A Teoria Polivagal (Porges 1995, 1996, 1999) sustenta que a actividade do sistema nervoso autónomo fornece uma matriz de regulação na base da qual se organizam os processos afectivos. Nesse sentido, Porges (1999) argumenta que os centros cerebrais de controlo do *vagus* e de outros nervos cranianos constituem um dos substractos da experiência emocional indispensável à adequada negociação das tarefas de adaptação social. Assim, as estruturas autonómicas limitam ou expandem a capacidade do sujeito para exprimir emoções que, por sua vez, são cruciais na determinação da qualidade do comportamento sócio-interactivo.

O constructo polivagal postula a existência de dois sistemas regulatórios. Um filogeneticamente mais primitivo –o *núcleo dorsal motor*– e um outro mais recente –o *núcleo ambiguus*– que possuem origem embriológica diversa. As estruturas vagais relacionadas com estes dois sistemas suportam estratégias de resposta diferentes e dão uma justificação neurofisiológica a outras formas de conceber as manifestações da ansiedade, da perturbação e da vulnerabilidade ao *stress*.

A actividade do *núcleo dorsal motor* está associada ao desencadeamento das reacções viscerais que surgem nomeadamente em resposta à estimulação do tipo emocional. O nível de excitabilidade deste sistema reflecte-se directamente no grau com que se manifesta a dimensão temperamental da reactividade. No entanto, os mecanismos de regulação activados a partir do *núcleo ambiguus* representam um factor potencial de resiliência.

Com base nestes pressupostos, os autores puderam estabelecer que os estilos de comportamento tinham tradução nas características do tónus vagal cardíaco (e.g., Beauchaine, 2001; Calkins, 1997; Fox & Card, 1995; Huffman, Bryan, Carmen, Pedersen, Doussard-Roosevelt & Porges, 1998). Porém, na linha de outros trabalhos, Bronstein e Suess (2000) verificam que há descontinuidades sensíveis nas características da actividade vagal. Em estudo longitudinal realizado junto de uma amostra de 81 bebés, entre os 2 meses e os 5 anos de vida, os autores verificaram que as relações entre as medidas do tónus vagal cardíaco mostravam índices de variabilidade e inconsistência ao longo do tempo. Tal observação, sugere que os processos de regulação autonómica, em vez de oferecerem um quadro estável para a organização do comportamento, poderão, antes, sofrer alterações qualitativas em função das mudanças de teor desenvolvimental reguladas pela experiência.

A consideração de medidas fisiológicas como forma de sustentar a hipótese da importância dos factores temperamentais na constituição dos padrões de vinculação, tem contemplado a análise de marcadores químicos. Sabe-se, por exemplo, que a hidrocortisona é uma hormona produzida pelas glândulas supra-renais, intervindo nos processos de síntese e reserva da glicose. Esta substância é importante na resposta ao *stress* porque permite, em situações de emergência,

libertar energia. Com a energia libertada, o indivíduo fica fisicamente mais apto para atacar ou para defender-se (Panksepp, 1998).

Ao contrário dos resultados obtidos nos estudos da variabilidade cardíaca, a análise da produção de hidrocortisona nos bebês avaliados na Situação Estranha é menos sonante. Num dos primeiros trabalhos de Gunnar (Gunnar, Mangelsdorf, Larson & Hertsgaard, 1989), foi avaliada a produção de cortisol através de recolhas de saliva sem serem encontradas diferenças significativas entre as crianças do tipo *seguro* ou *inseguro*. Posteriormente, Spangler e Grossman (1993) alteraram ligeiramente o método de recolha de dados. Em vez de realizarem a recolha da amostra salivar imediatamente após a conclusão do último episódio da Situação Estranha, aguardaram pelo menos 15 minutos. Talvez porque a acumulação de hidrocortisona na saliva não se verifique imediatamente após a vivência de condições ansiogénicas, os autores verificaram que as crianças inseguras produziam maior quantidade desta substância. Nachmias, Gunnar, Mangelsdorf, Parritz e Buss (1996) constataram que as crianças classificadas como desorganizadas produziam mais hidrocortisona do que as crianças dos outros grupos.

Estes resultados dificilmente poderão servir de sustentáculo inequívoco à hipótese temperamental. Na verdade, conforme Fox e Card (1999) comentam, eles apenas mostram que quanto maior é a perturbação infantil mais as glândulas supra-renais produzem e libertam a hidrocortisona. Aliás, a conclusão mais plausível seria a de que a qualidade da vinculação funcionaria como variável moderadora da actividade supra-renal. Efectivamente, a teoria da vinculação prevê desde os trabalhos de Ainsworth (e.g., Ainsworth, Blehar et al., 1978) que os inseguros tendem a experienciar no contexto da Situação Estranha níveis mais elevados de *stress* porque não obtêm o conforto desejado. Será, então, a produção de

hidrocortisona uma componente da organização temperamental dos processos sócio-emocionais ou mera consequência da ansiedade experimentada? A avaliação fisiológica à posteriori (i.e. quando a criança já tem 12 meses e estratégias de vinculação bem estabelecidas) não prova que as diferenças comportamentais possam ser explicadas por esse tipo de indicador. Na realidade, apenas, obtemos a validação daquilo que Ainsworth já havia intuído com base na análise dos comportamentos.

Tal como já foi, anteriormente, dito, a tipologia tradicional sustenta que o grupo B –Seguros– integra quatro subtipos. Embora as crianças de todos esses subgrupos recorram à figura materna como base segura de exploração, acontece que, os B1 e B2 podem demonstrar algum evitamento à mãe (ou uma postura mais reservada) e os B3 e B4 sinais de moderada resistência. Nesse sentido, Frodi e Thompson (1985), estudaram a expressão emocional das crianças classificadas na Situação Estranha em função de dois grandes grupos: o primeiro –A1/B2– incluía as crianças classificadas nas categorias A1, A2, B1 e B2; o segundo –B3/C2– agrupava os sujeitos B3, B4, C1 e C2. Os resultados mostraram a existência de diferenças significativas, verificando-se que o segundo grupo (B3/C2) revelava, em comparação com o primeiro (A1/B2), reacções emocionais negativas mais frequentes e intensas. Por sua vez, Belsky e Rovine (1987) compararam os mesmos dois grupos (A1/B2 e B3/C2) em função dos resultados da *Neonatal Behavioral Assessment Scale* (NBAS) aplicada nas duas primeiras semanas de vida dos bebés. Verificaram, então, que as observações do período neonatal estavam significativamente correlacionadas com as classificações da vinculação (aos 12 meses): *A1-B2 infants displayed more autonomic stability than B3-C2 infants, (...) and the former infants (A1-B2) were more alert and positively responsive as newborn* (p. 787). Avaliado, também, o temperamento infantil aos três meses

através de questionários respondidos pelas mães, verificou-se que os bebês mais tarde classificados na categoria A1/B2 eram percebidos como mais fáceis de lidar e tratar.

Em síntese, os resultados destes trabalhos indicam que as diferenças temperamentais não parecem estar associadas aos padrões de vinculação segundo a grande tipologia de Ainsworth (A, B e C), mas parecem ter alguma importância a nível da probabilidade ou da tendência de o indivíduo exprimir evitamento ou resistência. No entanto, a análise dos processos de regulação emocional confunde-se em determinados pontos com a própria expressão comportamental. Quer as componentes emocionais referidas à reactividade, quer os processos comportamentais relacionados com a auto-regulação envolvem aspectos valorizados na apreciação das estratégias de vinculação tal como se manifestam no contexto da *Situação Estranha*. O sorriso é um sinal de afiliação que o bebé utiliza para saudar a mãe nos episódios de reunião ou para comunicar com ela à distância. O choro, se intenso ou persistente, pode ter o valor de resistência. Também é possível perceberem-se analogias entre a inibição da reactividade e respostas como o evitamento. Há, por conseguinte, nas medidas do temperamento e da vinculação algumas zonas de sobreposição já que ambas avaliam aspectos emocionais do comportamento da criança.

Qual o peso explicativo do temperamento na organização das estratégias de vinculação?

Apesar de alguns resultados indicarem diferenças de reactividade, o conceito de temperamento como traço pré-definido é posto em causa pela circunstância de as classificações obtidas na *Situação Estranha* revelarem pouca estabilidade

intrapessoal quando as crianças são testadas em momentos diferentes com as respectivas mães e os respectivos pais (Grossmann, Grossmann Huber & Wartner, 1981; Main & Weston, 1981). Essa mesma ideia parece igualmente incompatível com os resultados de estudos de intervenção que, tendo produzido alterações do comportamento materno no sentido de uma maior sensibilidade interactiva, puderam verificar, em consequência, o aumento do número de vinculações seguras nos bebés pertencentes aos grupos intervencionados (van Ijzendoorn, Juffer & Duyvestyn, 1995).

Contudo, os resultados dos estudos comparativos de gémeos monozigóticos *versus* dizigóticos parecem dar algum alento às perspectivas do temperamento. Goldberg et al. (2000), por exemplo, indica que, no conjunto destes trabalhos, a componente biológica explica cerca de 25% da variação da vinculação contra 75% da parte ambiental. Independentemente de tal asserção, julgamos que a revisão efectuada permite duas conclusões:

- 1- a evidência existente, não parece suportar a hipótese de que os padrões de vinculação possam ser concebidos como tipos de temperamento;
- 2- em determinadas circunstâncias, certas características temperamentais –como, por exemplo, as tipificadas pelo constructo do temperamento difícil– podem introduzir factores de perturbação ou de facilitação ao nível do relacionamento materno-infantil, propiciando cadeias transaccionais (Sameroff e Fiese, 1990) que favoreçam o desenvolvimento de formas de vinculação seguras ou inseguras;
- 3- Os factores temperamentais poderão influenciar o modo como, dentro de cada estratégia, a criança exprime os comportamentos de vinculação (e.g., nível de actividade, intensidade e latência das respostas).

Importa, no entanto, salientar que estamos perante um domínio onde a produção científica é, apesar de tudo, relativamente escassa e os dados muitas vezes não conseguem ser, inequivocamente, replicados. Há, assim, um campo que a futura investigação deverá explorar mais sistematicamente no sentido de obter uma maior solidez dos factos. Somos, também, de opinião que os esforços deverão, sobretudo, orientar-se para a tentativa de esclarecer o modo como as determinantes biocomportamentais se interrelacionam dinamicamente com os factores diádicos no processo que gera a variedade das estratégias vincuativas.

3. 4 Considerações finais

A dicotomia entre o temperamento infantil e atributos maternos (e.g., sensibilidade) vem alimentando discussões sobre a origem das diferenças na qualidade da vinculação. Sabemos, por outro lado que as variáveis familiares, económicas e sócio-culturais afectam o modo como os cuidados são prestados à criança e por essa via acabam por influenciar a organização dos processo do desenvolvimento sócio-emocional. A multiplicidade de factores implicados orientam-nos para modelos ecológicos e transaccionais. Será, talvez, indispensável adoptar de futuro uma abordagem não reducionista que equacione as determinantes da qualidade da vinculação infantil numa perspectiva mais abrangente e compreensiva. Nesse sentido, Bremner (1994) comenta que *"There is already evidence that the form of attachment at one year can be predicted from the quality of the interaction between mother and infant, those interactions showing greatest synchrony between one and nine months being predictive of secure attachment, while those showing asynchrony predicting insecure attachments. The tendency, however, is still to look for and hence to interpret the sources of synchrony or asynchrony in terms of maternal sensitivity. But it has been shown that both maternal*

personality and infant temperament affect the quality of interaction. (...) there is evidence that interactional synchrony is contributed to by both partners in the exchange". Por conseguinte será mais realista considerar a segurança da vinculação como fenómeno determinado pelo modo como as variáveis da mãe e do bebé interagem reciprocamente e com os outros sistemas de influência.

Os fenómenos da vinculação devem, então, ser equacionados à luz de uma hierarquia de processos sistémicos que abrangem os sistemas intra-individuais (e.g., genéticos, bioquímicos, fisiológicos), diádicos, multipessoais (e.g., família) ou sócio-ecológicos. Todos estes sistemas funcionam como rede organizada em função da protecção contra o perigo.

Para Crittenden (1999), a evolução favoreceu um repertório de estratégias (seguras e ansiosas) que estão, desde a infância, à disposição dos indivíduos para melhor lidarem com as condições ambientais. Tanto em situações de segurança como de "alto risco", estas organizações comportamentais tem um papel defensivo. A aproximação desta tese à sociobiologia pode despertar alguns preconceitos que há muito parecem enterrados. No entanto, o modelo da maturação dinâmica mais não faz do que desenvolver a ideia de Bowlby segundo a qual a vinculação faz parte de das estruturas de carácter instintivo e universal moldadas pela evolução.

Ridley (1993) salienta as concepções do determinismo cultural ou genético são igualmente cruéis. O determinismo genético justificou, muitas vezes, as "limpezas étnicas" ou a institucionalização e segregação das pessoas com alterações físicas, psicológicas ou funcionais. O determinismo cultural serviu, pelo seu lado, a consolidação de uma estéril cultura de culpabilização dos pais, dos educadores ou da sociedade em geral.

Mas, na verdade, os fenômenos do desenvolvimento humano parecem representar um produto flexível da experiência e da programação genética enraizada na matriz evolutiva. Ou seja, *“Na medida em que somos o produto dos genes, existem e sempre existirão genes que se desenvolvem e são calibrados pela experiência, tal como o olho aprende a encontrar margens ou a mente aprende o seu vocabulário. Na medida em que somos produto do ambiente, é um ambiente a partir do qual os nossos cérebros escolhem aprender. Não respondemos à “geleia real” que as abelhas utilizam para alimentar certas larvas para as transformarem em rainhas. Nem uma abelha aprende que o sorriso da mãe é motivo de felicidade”* (Ridley, 2004; p.339).

**Parte II - O desenvolvimento da vinculação no primeiro ano
de vida do bebés prematuro**

Capítulo 4 – Enquadramento e Objectivos

As principais correntes da investigação de teor desenvolvimental deram, desde sempre, prioridade particular ao estudo dos fenómenos de mudança ontogénica que ocorrem na dimensão do normativo e do universal. Porém, conforme Lopes-dos-Santos, Silva e Sousa (1995) enfatizam, esta orientação não impediu que outros programas –voltados para o estudo da variabilidade humana– tivessem assumido posição de destaque. Assim, durante as últimas décadas, assistimos à proliferação de abordagens que vêm procurando “(...) esclarecer as dinâmicas e os trajectos de construção da individualidade em domínios como os do funcionamento cognitivo ou sócio-emocional” (Lopes-dos-Santos et al.; *op. cit.*, p.258).

O estudo diferencial permitiu averiguar o peso que as experiências relacionais vividas na infância têm nos processos de formação da personalidade. Na actualidade, esta linha de pesquisa, suscita interesse privilegiado por parte de um número significativo de investigadores.

A teoria da vinculação sustenta que as transacções interpessoais mantidas entre a criança e o adulto desempenham, desde os primeiros meses, funções estruturantes na organização dos esquemas que regulam a expressão sócio-emocional. Os seus efeitos começam a ser evidentes numa altura em que o indivíduo não consolidou, ainda, as competências para representar com clareza os objectos, os eventos ou o próprio *self*. Assim, vários meses antes de estar apto a recorrer aos mecanismos da mediação simbólica para apreender os sentidos do vivenciado, o bebé construiu, já, uma sólida organização cognitivo-emocional que lhe permite antecipar e responder de forma adaptativa às contingências do meio envolvente

(Fuertes & Lopes-dos-Santos, 2003). Nas palavras de Crittenden (2000a), trata-se de um processo que levará à transformação de “(...) *a largely undifferentiated human infant with almost infinite potential into a specific boy or girl who reflects his or her contextual 'address' in terms of unique familial relationships*” (pp. 379-380).

A estabilização do sistema comportamental da vinculação representa um ponto de viragem importante no percurso da ontogénese. Alcançada por volta do primeiro ano de vida (Marvin & Britner, 1999), ela surge na sequência de uma dinâmica de transformações desenvolvimentais que possuem grande labilidade face às características do meio. Nesse sentido, a maneira como o indivíduo irá construir e regular as ligações de tipo vincutivo é, em grande parte, marcada por componentes idiossincráticas que reflectem as vivências ocorridas no âmbito das interações com os outros significativos (Bowlby, 1969/82). Com efeito, inúmeros estudos de cariz longitudinal, prospectivo ou até experimental salientam o relevo da qualidade da relação mãe-filho na constituição dos padrões ditos seguros e inseguros da vinculação.

A teoria defende que os processos de vinculação se organizam a partir de uma base instintiva seleccionada ao longo da filogénese. Por conseguinte, uma das suas teses centrais é a de que estamos perante fenómenos com carácter universal. Desta ideia, decorrem duas hipóteses mais concretas. A primeira postula que, seja qual for o nicho cultural considerado, os indivíduos revelam propensão a vincularem-se à(s) figura(s) que lhes dispensam cuidados maternos regulares. A segunda refere que essas ligações vincutivas tenderão, dentro de certos limites, a evidenciar configurações morfológicas diversas em função da qualidade das experiências vividas durante as interações com os adultos a quem as crianças se vinculam. Nesta ordem de ideias, as abordagens de natureza inter-cultural

adquiriram um interesse teórico inequívoco. Aliás, Mary Ainsworth parece ter sempre avaliado as observações efectuadas no Uganda (Ainsworth, 1967) como a primeira peça de um extenso programa de investigação que deveria, num registo de comparação transcultural, esclarecer os antecedentes e consequentes dos vários tipos de vinculação. Esse trabalho vem sendo conduzido um pouco por todo o mundo com resultados que o grupo de van IJzendoorn (e.g., van IJzendoorn & Kroonenberg, 1988; van IJzendoorn & Sagi, 1999) tem procurado analisar com o recurso a técnicas de exame metanalíticas.

Quando olhamos o panorama da produção científica em Portugal, verifica-se que nenhuma pesquisa estudou, até agora, o desenvolvimento dos processos de vinculação infantil numa perspectiva longitudinal. A generalidade das investigações realizadas, no nosso país, sob inspiração das grandes linhas paradigmáticas traçadas por Bowlby, têm incidido sobre a qualidade da vinculação em grupos de risco (e.g., Fuertes & Lopes-dos-Santos, 2003; Osório, 2002), a relação entre vinculação e o desenvolvimento em domínios comportamentais diferentes (e.g., Costa, 2000; Izeda, 2000; Silva, 1998) ou analisam fenómenos noutras faixas etárias (e.g., Canavarro, 1999; Matos, 2002; Soares, 1996). Ora, o trabalho que, aqui, apresentaremos terá o mérito de avaliar os padrões de vinculação ao ano de vida junto de um grupo de crianças portuguesas observadas, longitudinalmente desde o parto, através de um conjunto de medidas, envolvendo dados fisiológicos, representações maternas e episódios de interacção mãe-criança.

Bowlby (1969/82) e Ainsworth (1979) argumentam que as vinculações de tipo seguro formam-se em resultado de uma propensão biológica universal da espécie humana. Nesse sentido, Main (1999) defende que o modelo da segurança

corresponde à estratégia primária de vinculação. Enquanto que as restantes formas emergiriam como resposta às exigências ou constrangimentos dos contextos.

Generalizou-se, assim, a ideia de que o padrão seguro –assinalado por um estilo de comunicação aberto e directo das intenções ou dos afectos– representaria o modelo normativo da organização vinculacional. Este pressuposto tem levado os autores a identificarem a segurança como sustentáculo da resiliência e da promoção da competência.

Belsky (1999) sublinha, porém, que a ênfase dada à vinculação segura se deve à insuficiente de enfoque evolucionista. Segundo o autor “(...) *the fundamental reason why security has come to be seen by many students as the ancestral psychological experience of the infant is that from the very inception of attachment theory, evolutionary theory and mental health theory became intertwined in a way that violated the former while reifying the latter*” (p. 144).

Conforme Bjorklund, Younger e Pellegrini (2002) destacam, tal ponto de vista ignora que a dispensa de cuidados favoráveis ao desenvolvimento das estratégias seguras da vinculação nem sempre vem ao encontro das necessidades ou interesses biológicos dos pais e da criança. Por conseguinte, se aceitarmos que factores de natureza evolutiva teriam seleccionado práticas parentais de promoção da segurança vinculativa, é também plausível admitirmos que razões do mesmo tipo teriam ditado a emergência e consolidação de estilos de relação apropriados à constituição dos chamados padrões inseguros (Belsky, *op. cit.*).

Simpson (1999) defende que as diferentes organizações comportamentais da vinculação surgem como estratégias ecologicamente contingentes activadas para resolverem problemas adaptativos específicos colocados pelas características

particulares dos meios nos quais os indivíduos se inserem. Crittenden (1999) coloca a tónica nos efeitos do *perigo* como a grande plataforma de estruturação do sistema da vinculação. A autora propõe que, no ser humano, a tendência para elaborar estratégias de auto-protecção inscreve-se no conjunto das disposições inatas da espécie seleccionadas a partir das pressões dominantes no dito “*environment of evolutionary adaptiveness*”. Uma vez que o risco teria sido um factor presente naquele meio, a sobrevivência dependeu da capacidade dos indivíduos para organizarem estratégias adequadas à protecção de si próprios e da sua progenia. Crittenden (*op. cit.*) nota, então, que apesar de a pesquisa ter prioritariamente incidido sobre a sensibilidade interactiva do adulto aos sinais da criança “(...) *danger in the environment constitutes an important influence. Caregivers not only must respond to infant signals, they must also prepare their children to be safe in their environment. An implication of this is that the secure strategy (...) might not be adaptive in all contexts; indeed, one can imagine contexts where it could be endangerous. Instead of conceptualizing attachment as promoting security, it should promote safety, with the strategy that best does so being considered most adaptive*” (p. 144). Desta perspectiva qualquer um dos padrões responde, potencialmente, às exigências do meio. Prestadores de cuidados que, por exemplo, evidenciem um estilo controlador e/ou hostil, requerem atitudes infantis de submissão e comportamentos que minimizem a possibilidade de ocorrência da coerção adulta. Em tais circunstâncias a criança terá de reagir adaptativamente ao “perigo” das manifestações de hostilidade. Mas caso ela se depare, em contrapartida, com uma disponibilidade ausente ou inconsistente –o perigo consistirá, então, em não lhe ser assegurada a protecção devida– a criança terá de mobilizar esforços no sentido de manter o adulto em interacção através da coerção e/ou da sedução.

O estatuto que a investigação conferiu à segurança vinculativa trouxe, sem dúvida, factores de enviezamento com várias repercussões. Um dos aspectos a destacar prende-se com a centração quase exclusiva da atenção nos antecedentes e consequentes associados ao padrão seguro. Embora, desde a década de 1990, os programas de investigação tenham, em parte, redireccionado o enfoque para as formas atípicas ou desorganizadas da vinculação a verdade é que continuam a existir vazios de conhecimento em relação às restantes estratégias. Que mecanismos regulam a sua emergência? Que funções desempenham no processo de adaptação dos indivíduos ao meio social circundante? Como se integram elas na complexa dinâmica de construção da personalidade?

Há, sem dúvida, um grande número de questões em aberto que exigem abordagens de maior abrangência. O trabalho que ora apresentamos procura determinar, numa perspectiva longitudinal, as variáveis relacionadas com a emergência dos diferentes padrões. Para o efeito, o nosso estudo contempla –a par da avaliação dos comportamentos de vinculação infantil no contexto da *Situação Estranha*– a recolha de medidas da qualidade das interacções mãe-bebé em dois momentos distintos do primeiro ano de vida das crianças. Pretendíamos obter, em ambas as circunstâncias, amostras do comportamento relacional materno com o propósito de averiguarmos até que ponto a diversidade das suas características permitia prognosticar as várias estratégias de vinculação infantil num horizonte de referência que ultrapassa a mera dicotomia das formações seguras *versus* inseguras.

Para além dos factores maternos, algumas pesquisas suportam a tese de que a as diferenças inter-individuais estão associadas à variação na organização das respostas de vinculação. Não obstante, a esmagadora maioria das abordagens tem

descurado a análise dos possíveis contributos da própria criança. Trata-se de uma situação difícil de entender porquanto a generalidade dos autores parece aceitar que os fenómenos de transacção diádica decorrem segundo registos de mútua determinação (e não apenas do contributo materno). Pesará, talvez, o argumento de que no caso da relação bebé-adulto estamos perante processos interaccionais qualitativamente assimétricos. Por essa razão, Cairns (1991) aduz que “(...) *it can be terribly misleading if it is assumed that mothers and infants exercise equal influence on each other*” (p. 25). Efectivamente, espera-se que a figura parental desempenhe o papel principal na condução da interacção.

Tal conclusão não descarta, todavia, a possibilidade de se observarem efeitos associados às proclividades do comportamento infantil que surgem independentemente de qualquer influência de natureza social. Grossmann e Grossmann (1991) chamam, por exemplo, a atenção para a importância das “(...) *constitutional differences between newborns with predictive effects on attachment classifications (...). Heritable differences must be assumed to exist between different individuals in their capacity to deal with the various environmental hazards, especially inadequate parenting, which influence vulnerability. By looking at infants who are characterized by hereditary features, perhaps as crudely as by ‘temperament’, and by assessing whether they are easy or difficult to care for, one may eventually be able to determine the infants’ contribution to their quality of attachment*” (p. 96). Parece existir, de facto, evidência que corrobora a tese segundo a qual a qualidade dos comportamentos de vinculação é, em certa medida, marcada por influências de teor constitucional (e.g., Belsky & Rovine, 1987; Calkins & Fox, 1992; Crockenberg, 1981; Frodi & Thompson, 1985;; Waters, Vaughn & Egeland, 1980). Nesse sentido, Braungart-Rieker, Garwood, Powers e Wang (2001) salientam

que os processos de regulação emocional, tipicamente, associados aos padrões seguros “(...) *can be detected before the establishment of attachment security status. That is, early-developing regulation skills such as reorientation of gaze and self-comforting behaviors may predict later attachment*” (p. 253).

O paradigma experimental conhecido sob a designação de *Still-face* (Tronick, Als, et al., 1978) introduz uma situação eliciadora de *stress* moderado, através da interrupção momentânea do fluxo normal da comunicação materna. Nessa perspectiva, tem sido um procedimento utilizado pelos investigadores em ordem a melhorar a compreensão acerca da experiência emocional do bebé. Admitindo como Crittenden (1997b) que os estados de alarme provocam a necessidade de o indivíduo organizar estratégias de resposta para lidar com a perturbação, pensámos que o recurso a este método, durante os primeiros meses, poderia fornecer informações pertinentes relativas às capacidades de regulação da criança, numa altura em que o impacte desenvolvimental dos factores da relação materno-infantil não será, ainda, muito significativo. Complementarmente, recolhemos, com base na administração de um questionário às mães, medidas da *dificuldade do temperamento* dos bebés. Do mesmo modo, monitorizámos a actividade cardíaca das crianças em circunstâncias e momentos distintos, com o propósito de captarmos manifestações dos processos de regulação autonómica. Privilegiámos a obtenção dos valores da *arritmia sinusal respiratória* nas semanas iniciais da existência das crianças, uma vez que eles são tidos como poderoso marcador psicofisiológico das disposições temperamentais (e.g., Beauchaine, 2001; Calkins, 1997). Usando, assim, diversos tipos de medidas pretendemos reunir elementos que possibilitassem avaliar a eventual importância das variáveis constitucionais no desenvolvimento dos padrões de vinculação.

Um estudo longitudinal que se propõe observar bebês e mães durante doze meses exige planificação cuidada a par do dispêndio de grandes quantidades de esforço. Operando num contexto caracterizado pela escassez de recursos, importará investir na adopção de estratégias metodológicas que favoreçam a maximização das chamadas fontes de variância primária. Tal desígnio implica, obviamente, opções criteriosas a nível da escolha dos instrumentos. Exige, também, que as decisões relativas à selecção dos participantes assegurem –dentro dos limites impostos pela necessidade de constituição de uma amostra homogénea– espectros razoáveis de variabilidade nas vertentes a avaliar. Sendo nossa intenção prioritária examinar relações entre factores e não proceder a um estudo de população, optámos por realizar a nossa investigação junto de bebês nascidos prematuramente.

Há um consenso generalizado em torno da ideia de que o processo da gravidez induz, nas gestantes, profundas mudanças ao nível dos afectos das atitudes e dos comportamentos. Estas transformações, muitas vezes acompanhadas de manifestações de valência ansiosa ou depressiva, reflectem uma dinâmica ligada a um trabalho psicológico de reformulação existencial que oferece à mulher a oportunidade de acesso a uma nova homeostasia mais apropriada à integração da experiência da maternidade. Nesse sentido, Lopes-dos-Santos (1990) nota que “(...) o período gestacional marca a emergência do comportamento materno que se explicita, então, através de elaborações e antecipações no plano do imaginário” (p. 109). Trata-se de um caminho pautado por várias etapas durante as quais a futura mãe lida com toda uma série de tarefas que a preparam para o exercício parental. Ora, a antecipação do parto significa, frequentemente, um corte abrupto desse curso preparatório, trazendo à mulher dificuldades acrescidas de adaptação (Barros, 2001; Lopes-dos-Santos, *op. cit.*).

A evidência mostra, por exemplo, que, quatro meses após o nascimento, as mães dos bebês prematuros tendem a vocalizar mais e a sorrir menos ao longo das interações (Crnic, Ragozin, et al., 1983). Outros estudos ilustram que são também mais intrusivas e menos responsivas aos sinais comportamentais dos seus filhos (Di Vitto & Goldberg, 1979). Estes padrões de resposta parecem revelar alguma estabilidade, persistindo ao longo dos dois primeiros anos de vida (Goldberg & Di Vitto, 1995).

A própria criança prematura revela fragilidades susceptíveis de introduzirem factores de perturbação ao nível das interações diádicas. Se os dados sugerem a presença acrescida de factores potenciais de perturbação na relação que a figura materna estabelece com a criança prematura, também se verifica que os próprios bebês revelam maior vulnerabilidade face às dificuldades nas interações sociais mantidas com suas mães. Quando comparados com os bebês nascidos de termo, estas crianças tendem a evidenciar expressão afectiva mais pobre, níveis de resposta menos elaborados e menor capacidade para organizarem estados de vigília calma ou envolverem nas sequências de jogo (e.g., Field, 1979; Di Vitto & Goldberg, 1979; Goldberg & Di Vitto, 1995; Macey, Harmon et al., 1987).

Uma vez que tais diferenças são estatisticamente explicadas pela circunstância das medidas relativas aos prematuros e suas mães se repartirem por um espaço de dispersão mais amplo, é de esperar que numa amostra deste tipo encontremos maior variabilidade. Trata-se, aliás, de uma hipótese que na área da vinculação parece ser corroborada pelos dados da literatura. Sabe-se, por exemplo, que, na maior parte das amostras ditas normativas, a percentagem de bebês seguros ultrapassa os 60% chegando em muitos casos a rondar os 70% (e.g., van Ijzendoorn & Sagi, 1999). Tal incidência, tem imposto constrangimentos de ordem quantitativa

que dificultam a realização de análises susceptíveis de permitirem uma caracterização e discussão mais aprofundada dos processos relacionados com a constituição das estratégias não seguras. Contrariamente, os estudos desenvolvidos com prematuros revelam uma distribuição mais equilibrada dos diferentes padrões. De facto, os resultados revelam percentagens se repartem entre os 45 e os 58% (e.g., Brown & Bakeman, 1980; Cox, Hopkins & Hans, 2000; Mangelsdorf, Plunkett, Dedrick, Berlin, Meisels, MccHale & Dichtellmiller, 1996; Wille, 1991).

Estas últimas observações de modo algum significam que a prematuridade enquanto tal está funcionalmente ligada ao desenvolvimento de vinculações inseguras. Fuertes (1998) nota a propósito “(...) *que esta condição não parece constituir, em si, factor impeditivo ou obstáculo insuperável para a elaboração da segurança do apego. Mas é inegável que a prematuridade, em particular, associada a dificuldades sócio-económicas ou à ausência de redes de suporte à família poderá representar uma vulnerabilidade no domínio sócio-emocional que se agrava no tempo*” (p. 61).

Quanto à selecção do grupo a estudar optámos por constituir uma amostra de bebés prematuros nascidos entre as 32 e 36 semanas. De acordo com as indicações do *National Vital Statistics Report* (2000) estamos perante um grupo classificável como sendo de risco moderado. Conforme sugerimos, esta amostra –por virtude dos factores relacionados com as mães e com as crianças– aumentava a probabilidade de obtermos um número maior de efectivos exibindo estratégias de vinculação não seguras. Evitámos, contudo, integrar bebés com marcada debilidade física ou com problemas do foro médico. Tal decisão, explica-se, desde logo, pela necessidade de reduzirmos a heterogeneidade da amostra. Por outro lado, se incluíssemos crianças

portadoras de grande vulnerabilidade física, deparar-nos-íamos com variáveis que condicionariam fortemente as atitudes maternas ou os processos de regulação e expressão emocional dos bebés. Correríamos, assim, o risco de lidar num domínio de especificidade que tornaria mais problemática a generalização das conclusões a um universo populacional de maior amplitude.

Poderemos, em resumo, dizer que o presente trabalho foi conduzido tendo em conta os seguintes objectivos principais:

1 - Identificar as estratégias de vinculação exibidas, cerca do ano de vida por um grupo de bebés portugueses nascidos prematuramente em condições de baixo risco médico;

2 - Verificar até que ponto a qualidade das interacções mãe-bebé observadas em momentos distintos do primeiro ano de vida estão relacionadas com a variação dos padrões de vinculação;

3 - Avaliar de que forma os contributos interactivos maternos e infantis que afectam a qualidade da vinculação se encontram especificamente associados à constituição das diversas estratégias de vinculação;

4 - Indagar em que medida os vectores de organização temperamental do comportamento contribuem para determinar a qualidade da vinculação;

5 - Averiguar qual a eventual importância relativa dos contributos relativos aos factores da interacção mãe bebé e às variáveis constitucionais da criança no desenvolvimento dos diferentes padrões de vinculação.

Capítulo 5 - Métodos

5.1 Participantes

Para concretizar os objectivos da nossa pesquisa, contactámos 64 mães cujas crianças, nascidas prematuramente, se encontravam internadas na Unidade de Cuidados Neonatais do Hospital Pedro Hispano (Concelho de Matosinhos). Estes contactos eram estabelecidos com a ajuda dos membros da equipa de neonatologia que nos apresentavam aos pais dos bebés depois de passadas as primeiras 24 horas após o parto. Referíamos, então, que nos encontrávamos a efectuar um estudo acerca da maneira como as crianças de pré-termo se desenvolviam e adaptavam progressivamente ao meio familiar durante o primeiro ano de vida. Expostos os propósitos da investigação, descrevíamos com o detalhe possível as medidas a recolher e os procedimentos a utilizar, solicitando, depois, às mães que aceitassem colaborar juntamente com os seus filhos no nosso trabalho. Esclarecíamos que tal colaboração se desenrolaria segundo os pressupostos do livre consentimento, podendo, elas, darem a qualquer momento por encerrada a sua participação. Enfatizávamos, também, que lhes era garantida a confidencialidade dos resultados.

Estas mães, contactadas entre Março de 2000 e Março de 2001, foram seleccionadas com base nos dados fornecidos pelos profissionais de saúde relativos às características e estado clínico dos bebés. Com o intuito de não dispormos de uma amostra demasiado heterogénea –que só iria aumentar as fontes da chamada variância secundária– decidimos que, sob o ponto de vista biomédico, as crianças a recrutar não deveriam evidenciar sinais de alto risco. Como tal a sua inclusão obedecia aos seguintes critérios:

- a) terem nascido entre as 30 e as 36 semanas de idade gestacional;

- b) não possuírem à nascença baixo peso para a idade gestacional;
- c) não apresentarem malformações congénitas;
- d) não revelarem sinais clínicos de cardiopatia.

Além destes factores exclusivamente respeitantes aos recém-nascidos, exigíamos igualmente que:

- a) não existissem referências a psicopatologia materna ou paterna;
- b) não houvesse suspeita de abuso de álcool ou drogas por parte dos pais.

Do total das 64 mães, 7 não aceitaram participar, sendo, por conseguinte, seleccionadas inicialmente 57 díades. Desde o começo do estudo mais 8 casos desapareceram da amostra em função dos seguintes motivos:

- a) falecimento de um bebé;
- b) falecimento de familiares de um outro bebé na tragédia da queda da ponte de Entre-os-Rios;
- c) diagnóstico posterior de cardiopatia em dois dos bebés;
- d) mudança de residência para fora do Distrito do Porto de três famílias;
- e) manifestação de indisponibilidade de uma mãe para continuar a participar no estudo.

A nossa amostra ficou, assim, circunscrita a 49 casos, dos quais apenas 44 estiveram em todos os momentos previstos da avaliação. De facto, a débil condição de saúde destes bebés (e.g., asma, bronquiolites, gastroentrites) dificultou a presença

de alguns deles em vários momentos de recolha de dados (teremos ocasião de detalhar mais concretamente este dados na descrição do procedimento).

A generalidade das mães foi obstetricamente vigiada desde o início da gestação (46 do total das 49). As excepções dizem respeito a 3 mulheres que só tomaram conhecimento da gravidez na 20ª semana depois da fecundação. No entanto, a partir de então, receberam cuidados de saúde regulares e apropriados.

A antecipação dos nascimentos ficou a dever-se a causas diversas. Conforme se pode apreciar no **quadro 5.1**, o desencadeamento espontâneo do trabalho de parto e as situações relacionadas com o envelhecimento da placenta representam os motivos mais frequentes da prematuridade (48.98%). As infecções e alterações relacionadas com a condição placentária tiveram, igualmente, expressão sensível ao contrário dos factores associados à hipertensão ou à ocorrência de episódios hemorrágicos que apresentaram prevalência menos elevada.

Quadro 5.1 - Frequência de casos em função dos factores mais directamente relacionados com desencadeamento do parto prematuro

Parto espontâneo	Placenta envelhecida	Perda de líquido amniótico	Infecção	Deslocação placentária	Hipertensão	Hemorragia
12 (24.50%)	12 (24.50%)	6 (12.24%)	7 (14.29%)	6 (12.24%)	3 (6.12%)	3 (6.12%)

À excepção de um recém-nascido, todos os nascimentos ocorreram no Serviço de Obstetrícia do Hospital. Neste caso específico, o trabalho de parto teve início e concluiu-se em casa, sendo, depois, a mãe e a criança levadas de imediato para aquele centro hospitalar. Verificou-se que 14 dos partos foram eutócicos e 35 de tipo distócico.

Considerando o universo dos 49 bebés, 19 pertenciam ao género feminino e 30 ao masculino. As suas idades gestacionais ao nascer –determinadas, obviamente, por critério neurológico– variavam entre as 31 e as 36 semanas (média= 33.94; D.P.= 1.73). O **quadro 5.2** indica a distribuição dos recém-nascidos em função das semanas de gestação. Como se pode verificar, a repartição das crianças pelas diferentes idades está longe de ser uniforme, verificando-se uma concentração predominante de casos nas 32, 34 e 36 semanas. De notar, ainda, que a maioria dos efectivos (59.18%) se situa no macro intervalo definido pelas 31-34 semanas de gestação.

Quadro 5.2 - Frequência de casos em função dos valores da Idade Gestacional.

31 semanas	32 semanas	33 semanas	34 semanas	35 semanas	36 semanas
3 (6.12%)	13 (26.53%)	2 (4.08%)	11 (22.45%)	6 (12.24%)	14 (28.57%)

O peso dos prematuros à nascença variou flutuava entre os limites de 1050g e de 2900g (média= 2104.59; D.P.= 495.33).

O **quadro 5.3** mostra a frequência de recém-nascidos tendo em conta a idade gestacional e os intervalos dos valores ponderais avaliados no parto. Conforme será fácil apreciar, os dois factores parecem manter entre si uma relação de covariação que a análise estatística confirma (rho de Spearman= .70; P= .000). O peso dos bebés em estudo tende a aumentar à medida que nasceram com maior período de vida intrauterina.

Quadro 5.3 - Número de recém-nascidos em função dos intervalos de peso e a sua idade gestacional à nascença.

	31 semanas	32 semanas	33 semanas	34 semanas	35 semanas	36 semanas
1001g - 1250g.	0	2	0	0	0	0
1251g - 1500g	1	3	0	1	0	0
1501g - 1750g	0	4	0	1	0	0
1751g - 2000g	2	2	2	2	1	0
2001g - 2250g	0	1	0	3	1	2
2251g - 2500g	0	1	0	0	2	3
2501g - 2750g	0	0	0	4	2	6
2751g. - 2900g	0	0	0	0	0	3

Os índices do Apgar –indicadores da vitalidade da criança logo após o parto– foram em média de 7.71 (D. P.= 1.76) ao primeiro minuto e de 9.24 (D.P.= 0.88) ao quinto minuto. O **quadro 5.4** ilustra que 6 dos 49 bebês nasceram em situação de sofrimento fetal (com valores de Apgar igual ou inferior a 6): 2 apresentavam dificuldades respiratórias e 4 tiveram, mesmo, de ser sujeitos a manobras de reanimação. Porém, cinco minutos depois, todos estavam medicamente restabelecidos.

Quadro 5.4 - Número de recém-nascidos em função dos índices de Apgar ao 1º e 5º minuto

	Apgar ao primeiro minuto	Apgar ao quinto minuto
2 pontos	2 (04.08%)	0 (00.00%)
3 pontos	1 (02.04%)	0 (00.00%)
4 pontos	1 (02.04%)	0 (00.00%)
5 pontos	0 (00.00%)	0 (00.00%)
6 pontos	2 (04.08%)	0 (00.00%)
7 pontos	9 (18.37%)	3 (06.12%)
8 pontos	15 (30.61%)	5 (10.20%)
9 pontos	18 (36.73%)	18 (36.73%)
10 pontos	1 (02.08%)	23 (46.94%)

Todas as mães habitavam com os pais dos seus bebés. A esmagadora maioria dos casais estava ligado pelo regime do casamento (N=43), registando-se 6 casos em que a coabitação obedecia à figura da união de facto.

A idade das mães variava entre os 18 e os 42 anos (média=27.98; D.P.= 5.69). No que diz respeito aos pais, a dispersão etária dos 21 aos 49 anos (média=31.29; D.P.= 6.54). Dentro do total das 49 mulheres estudadas, 34 (69.39%) eram primíparas, 14 (28.57%) possuíam outro(a) filho(a) e 1 (2.04%) tinha mais duas crianças.

Em termos da escolaridade, nota-se que há uma percentagem importante de progenitores dispendo, apenas, até seis anos de estudo (*cf. quadro 5.5*). Globalmente, o nível compreendido entre os 6 e os 9 anos é o menos representado. Assinale-se que os casos com dez ou mais anos de escolaridade rondam os 40% (17 mães frequentaram ou tinham diploma de curso superior ao passo que só dez dos pais se encontravam nessa condição).

Quadro 5.5- Anos de escolaridade das mães e dos pais

Anos de escolaridade	Mães	Pais
Até 6 anos	13 (26.53%)	18 (36.73%)
Entre 6 e 9 anos	14 (28.97%)	12 (24.49%)
10 ou mais anos	22 (44.90%)	19 (38.78%)

Tendo como base o sistema de Classificação Nacional de Profissões verificamos que as mães e os pais das crianças da nossa amostra exercem funções distribuídas por 11 categorias distintas (*cf. quadro 5.6*) – desde quadros superiores até à situação de desemprego.

Quadro 5.6 - Profissões das mães e dos pais das crianças da nossa amostra

Profissão	Mães	Pais
Quadros Superiores	3 (6.12%)	7 (14.29%)
Profissões. Intelectuais	6 (12.24%)	4 (8.16%)
Técnicos. Intermediários	5 (10.20%)	6 (12.24%)
Administrativos	8 (16.33%)	3 (6.12%)
Serviços	3 (6.12%)	6 (12.24%)
Agricultores	0 (0.00%)	1 (2.04%)
Operários	15 (30.61%)	7 (14.29%)
Trabalhadores	0 (0.00%)	7 (14.29%)
Trabalhadores não especializados	3 (6.12%)	7 (14.29%)
Estudantes	1 (2.04%)	0 (0.00%)
Desempregados	5 (10.20%)	0 (0.00%)

Na maioria dos casos, as suas ocupações correspondem ao estatuto de classe média ou média baixa. Repare-se que, embora pouco expressiva, a situação de desemprego afecta, apenas o grupo das mulheres. No caso dos homens constata-se uma maior heterogeneidade de profissões, notando-se uma ligeira tendência para ocuparem, comparativamente, mais lugares na categoria dos técnicos superiores.

5.2 Procedimento e medidas

O presente trabalho foi planeado de forma a que se obtivessem várias medidas ao longo do primeiro ano de vida das crianças. Considerando que lidávamos com uma amostra de bebés nascidos prematuramente, a programação da recolha da maioria dos dados tomou como referência, não os tempos cronológicos de vida, mas os marcos etários corrigidos para a idade gestacional. Os vários momentos do estudo aparecem mencionados no **quadro 5.7**.

Quadro 5.7 - Sinopse dos momentos de avaliação e das tarefas dos participantes no estudo

Participantes	Momento	Actividades
Mãe	3-4 dias após o parto	Entrevista
Bebé e Mãe	40-42 semanas (idade gestacional da criança)	Mãe- preenchimento de questionário sobre o Temperamento do(a) filho(a) Bebé- monitorização da actividade cardíaca (em repouso)
Bebé e Mãe	52-54 semanas (idade gestacional da criança)	Interação mãe-filho(a) de acordo com os procedimentos da Situação laboratorial conhecida sob a designação de <i>Still Face</i> com monitorização da actividade cardíaca do bebé. Mãe- preenchimento de questionário sobre o Temperamento do(a) filho(a)
Bebé e Mãe	76-78 semanas (idade gestacional da criança)	Interação mãe-filho(a) em situação de Jogo Livre.
Bebé e Mãe	88-92 semanas (idade gestacional da criança)	Interação mãe-filho(a) seguindo os procedimentos do paradigma laboratorial da Situação Estranha com monitorização da actividade cardíaca do bebé.

As actividades aludidas neste último quadro tiveram lugar em vários locais. Assim, a entrevista às mães decorreu no Hospital onde os recém-nascidos se encontravam, ainda, em regime de internamento. Por sua vez, o exame de monitorização da actividade cardíaca dos bebés às 40/42 semanas efectuou-se no Centro de Medicina Desportiva do Porto. Também, aí, foi preenchido o questionário relativo ao temperamento infantil. As restantes avaliações (às 52/54, 76/78 e 88/92 semanas) realizaram-se em sala de observação montada nas instalações da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).

Conforme tivemos ocasião de mencionar, não nos foi possível assegurar que os 49 casos estivessem presentes em todos os momentos da avaliação. Efectivamente, a exigência de recolhermos as medidas em prazos bem definidos confrontou-se, por vezes, com a indisponibilidade das famílias para se deslocarem aos locais onde elas deveriam ser efectuadas. Perante o risco de termos de eliminar um número importante de casos, optámos por continuar a incluí-los na amostra desde que estivessem presentes na observação final e as faltas não contemplassem mais do que uma das anteriores sessões de avaliação.

O **quadro 5.8** resume a evolução da amostra ao longo do estudo. Nota-se que o ponto crítico se situa na fase das 52-54 semanas. Nessa altura, estava previsto que comparecessem para observação 53 díades, mas apenas conseguimos a participação de 48.

Quadro 5.8 - Evolução do tamanho da amostra durante as várias fases do estudo.

	Terceiro dia	40-42 semanas	52-54 semanas	76-78 semanas	88-92 semanas
Abandonos¹	0	0	1	3	0
Casos eliminados²	0	1	2	1	0
Casos observados	57	56	48	49	49
Faltas	0	0	5	0	0
Participantes	57	56	53	49	49

¹ Por desistência ou impossibilidade dos pais. ² Por motivos relacionados com o bebé não foram contactados.

Desses 48 casos, 4 acabaram, depois, por deixarem de ser considerados no estudo: 1 por decisão nossa e 3 por impossibilidade das famílias. Felizmente, foi viável assegurar a continuidade de 5 díades que faltaram à sessão pelo que o número total de participantes se fixou em 49. Daqui decorre que o número de casos vai

variar em cada momento de análise. Por exemplo, sempre que no próximo capítulo avaliarmos as associações entre as observações das 40/42 semanas e das 88/92 semanas trataremos os dados de 49 sujeitos e nas análises das 52/54 e 88/92 semanas atenderemos a 48 casos.

Foi já referido que os primeiros dados provinham de uma entrevista realizada às mães por volta do **3º/4º dia após o parto**. Esta entrevista, seguindo os trâmites de um protocolo previamente estabelecido (**anexo 1**), tinha como propósito central explorar as suas representações relativamente ao desenrolar da gravidez, ao nascimento antecipado, à maternidade e ao seu filho prematuro. Concretamente, os objectivos específicos eram os seguintes:

- Conhecer a reacção materna à notícia da gravidez;
- Averiguar até que ponto a gravidez tinha sido desejada;
- Recolher, ainda que retrospectivamente, informação acerca dos sentimentos, receios e expectativas que acompanharam o processo da gestação;
- Averiguar a qualidade percebida do suporte médico e familiar prestado à gestante;
- Conhecer a reacção à notícia da prematuridade do parto;
- Averiguar as primeiras reacções e sentimentos de ligação ao bebé;
- Conhecer as expectativas e conhecimentos da mãe relativamente ao comportamento e às competências sensório-perceptivas do seu bebé;
- Indagar as expectativas relativamente à prestação de cuidados à criança.

Às **40/42 semanas** de idade gestacional recolhemos indicadores da variabilidade cardíaca das crianças em repouso que foram, depois, examinados através de procedimentos de análise espectral com o propósito obtermos, para cada caso, medidas do tónus vagal. Para o efeito, contámos com a preciosa ajuda do Centro de Medicina Desportiva do Porto que colocou à nossa disposição os recursos humanos e materiais necessários.

Os registos da actividade cardíaca, orientados por uma técnica especializada, eram feitos mediante a utilização de um Holter. Após vários ensaios piloto nos quais foram testadas várias soluções ficou decidido que a recolha dos dados seria efectuada com o bebé deitado numa marquesa na companhia da mãe. A tarefa iniciava-se com a limpeza da pele do bebé com um creme dermatológico apropriado, sendo, seguidamente, colocados 6 eléctrodos pediátricos que ficavam ligados ao Holter através de um sistema de pequenos cabos. A fim de se proporcionarem as melhores condições de conforto, a sala era previamente aquecida, mantinha-se a luz ambiente e revestia-se a marquesa com atalhados e um lençol.

O Holter possuía, de acordo com os consultores do Centro, todas as características técnicas indispensáveis ao tipo de avaliação pretendida (12-lead ECG Recorder/2.5 microvolts/0.05 a 60 HZ de frequência de resposta). Os dados ficavam armazenados em flashcard (20 mbytes) que eram, posteriormente, descarregados para computador. Aí –após prévia depuração dos artefactos– o programa informático HRV processava os registos e fornecia, entre outras, as estimativas do tónus vagal.

Durante esta visita ao Centro de Medicina Desportiva, as mães respondiam a um questionário destinado a avaliar as representações parentais do temperamento

difícil. Os fundamentos teóricos que presidiram à elaboração desta escala foram já descritos num outro lugar (Lopes-dos-Santos & Fuertes, 2004). Trata-se de um instrumento de fácil e rápida administração cujo conteúdo dos itens se encontra especificamente adaptado à realidade desenvolvimental do primeiro trimestre. Assim, as questões incidem sobre aspectos relacionados com a regularidade dos ciclos biofisiológicos e a competência ao nível da organização dos estados (**anexo 2**). Sob o ponto de vista psicométrico, o questionário apresenta propriedades bastante aceitáveis, revelando bons índices de sensibilidade e de fidedignidade estes últimos determinados por teste-reteste e a partir do cálculo dos coeficientes alpha de Cronbach); da mesma forma a análise das componentes revelou que um factor único explicava para cima de sessenta por cento da variância total dos resultados, detectando-se, igualmente, níveis de correlação elevados entre as estimativas das mães e dos pais (*cf.* Lopes-dos-Santos & Fuertes, *op. cit.*).

Cada um dos seus itens –em número de 9– produz uma afirmação sobre dada característica do comportamento da criança (e.g. O meu bebé pára de chorar quando se fala para ele). A tarefa que incumbe aos respondentes consiste em avaliar qual o grau de predominância dessa característica no filho. Para tal, socorrem-se de uma escala de *tipo Lickert* que vai de 1 a 7 pontos. Nas indicações para a utilização desta escala explicita-se que a pontuação de 1 corresponde à situação de *quase nunca* e a de 7 a *quase sempre*. Conforme, sobejamente, referimos, o questionário visa medir a dificuldade do temperamento. No que toca a alguns itens (e.g., o meu bebé é difícil de acalmar; o meu bebé só consegue adormecer ao colo) a gradação de 1 a 7 indicia um crescendo normalmente associado à dificuldade das características da criança. Relativamente a outros (e.g., o meu bebé aceita ser vestido ou despido sem resmungar; o meu bebé sossega facilmente com a chupeta) sucede o inverso.

Por conseguinte, no apuramento do *score* global, as notas de certos itens deverão ser invertidas (esta situação acontece em 4 dos 9 casos).

O mesmo instrumento foi administrado na avaliação das **52/54 semanas**, igualmente, antes de uma sessão de observação da interacção materno-infantil. Essa observação utilizou como guião estruturante os procedimentos do paradigma experimental do *Still-Face*. O paradigma em causa foi originalmente criado para estudar os processos de regulação emocional no bebé e consta de 3 episódios (ver **figura 5.1**). No primeiro, a mãe deverá interagir com o(a) filho(a), *do modo como habitualmente o faz* (e.g., com sorrisos, fala ou toque mas sem suporte de brinquedos), ao longo de três minutos. Decorrido esse tempo, ela vira o rosto para o lado durante cerca de 15 segundos, após o que volta a olhar de frente o seu bebé (três minutos), mantendo, contudo, uma postura rígida e um *facies* inexpressivo³. Findo o episódio, segue-se um outro intervalo de 15 segundos no qual o adulto se vira para o lado para depois retornar à interacção por mais três minutos.

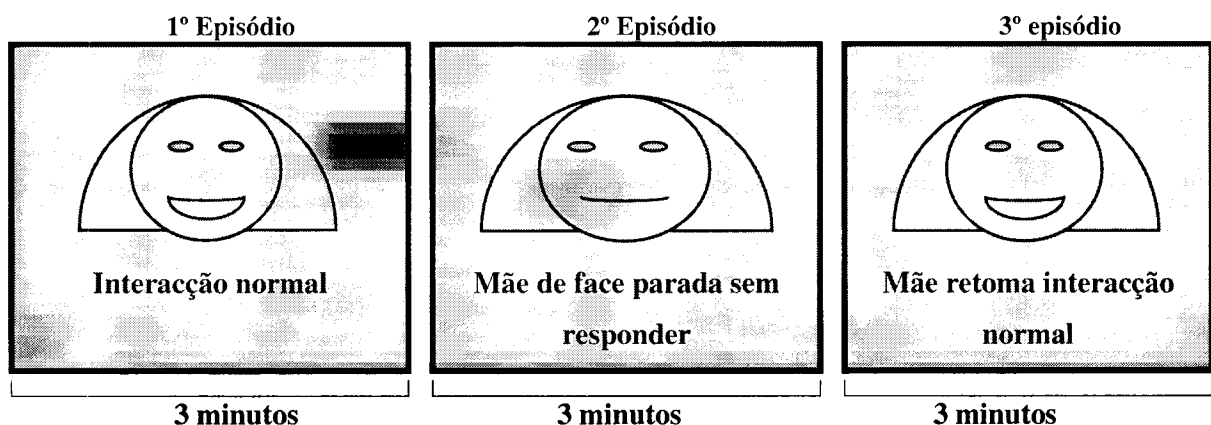


Figura 5.1 - Esquema do procedimento do *Still-Face*.

³ Aversão original do Situação de *Still-Face* prevê, apenas, dois minutos para o segundo episódio. Estando interessados em monitorizar a actividade cardíaca do bebé ao longo da sessão, tivemos que fixar em três minutos a sua duração dada a impossibilidade do programa em analisar períodos de actividade cardíaca iguais ou inferiores a dois minutos.

Efectuámos o registo videográfico de todo o procedimento através de duas câmaras (uma focava frontalmente o bebé e a outra a mãe) ligadas a um sistema misturador de imagem. Desta forma, a informação gravada por ambas era reproduzida simultaneamente no écran, ocupando respectivamente uma das suas metades.

Antes do início da sessão, mostrávamos às mães o dispositivo de gravação e explicávamos, detalhadamente, como deveriam agir. A marcação dos tempos era feita pela investigadora que se encontrava num pequeno compartimento onde um espelho unidireccional ocupava parte da substancial da superfície da parede. Sempre que terminava um episódio ou terminavam os 15 segundos de um dos dois intervalos, dava com os dedos um toque audível ou, caso necessário, lembrava verbalmente a postura a adoptar (e.g., “cara séria!”). Somente, três dos participantes adultos evidenciaram alguma dificuldade no cumprimento imediato e rigoroso das instruções, nomeadamente em compor a chamada expressão de *Still-Face*.

Uma vez que pretendíamos monitorizar a actividade cardíaca das crianças, colocámo-lhes seis eléctrodos pediátricos ligados a um Holter. O aparelho possuía, exactamente, as mesmas especificações técnicas do utilizado às 40/42 semanas no Centro de Medicina Desportiva. Infelizmente, por problemas de ordem vária, os registos foram defeituosos em seis dos casos, pelo que só obtivemos 42 válidos.

Colhendo, embora, inspiração de diversas fontes (e.g., Brazelton, 1981; Tronick & Weinberg, 1996), o sistema de avaliação das respostas do bebé foi construído por nós. O sistema em causa –cuja descrição integral poderá ser apreciada no **anexo 3**– considera três grandes conjuntos ou categorias de comportamento: (1) *Orientação Social Positiva*, (2) *Expressão Negativa* e (3)

Actividades de Regulação de Estado. Cada uma das categorias inclui várias unidades de comportamento susceptíveis de ocorrerem isoladamente ou em várias combinações. As unidades relativas à primeira categoria são as seguintes¹: (a) olha o rosto do adulto, (b) olha o corpo do adulto, (c) sorri, (d) alcança o adulto e (e) vocalização positiva. No que respeita à *Expressão Negativa* consideram-se: (a) vocalizações de protesto, (b) escapa, (c) arqueia-se (d) empurra e (e) chora. Relativamente às *Actividades de Regulação de Estado* temos: (a) afasta o olhar, (b) fecha os olhos, (c) mão à boca, (d) oral outro, (e) toca-se (f) aperta as mãos uma contra a outra e (g) baloiça-se.

Os registos videográficos foram passados para formato digital, permitindo que, com a ajuda de um programa informático, estas unidades de comportamento fossem analisadas em computador e contabilizadas segundo a segundo. Na quantificação dos dados, é fácil constatar que em cada uma das três grandes categorias, as várias unidades não representam com a mesma intensidade a dimensão que pretendem avaliar. Tomando a título de exemplo o caso da *Expressão Negativa*, ninguém duvidará que a ocorrência de uma instância de choro possui uma carga expressiva superior ao mero registo de uma vocalização de protesto. De igual modo, a intensidade inerente à co-ocorrência de duas ou mais unidades será, em princípio, superior à ocorrência de uma só delas (e.g., supõe-se que *olhar o rosto do adulto sorrindo* indicará um nível de orientação social mais positivo do que simplesmente a resposta de *olhar o rosto do adulto*). Nesta ordem de ideias, decidimos conferir diferentes ponderações às unidades de comportamento bem como às suas diversas combinações. Para o efeito, visionámos inúmeras vezes os filmes, examinámos repetidamente diversas sequências de resposta, ensaiámos

¹ A definição operacional de cada uma das unidades enumeradas consta do Anexo 3.

várias hipóteses, chegando, por fim, à definição do sistema de pontuação que é apresentado no **quadro 5.9**.

Quadro 5.9 - Comportamentos e critérios de ponderação para a análise da situação de *Still-Face*

ORIENTAÇÃO SOCIAL POSITIVA	
Unidades de comportamento	Sistema de ponderação
- olha o corpo do adulto	1- Olha o rosto do adulto
- olha o rosto do adulto	2- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que sorri
- sorri	3- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que vocaliza positivamente
- alcança o adulto	4- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que o alcança
- vocalização positiva	5- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que o alcança e sorri
	6- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que o alcança e vocaliza positivamente
EXPRESSÃO NEGATIVA	
Unidades de comportamento	Sistema de ponderação
- vocalização de protesto	1- Vocalização de protesto
- escapa	2- Escapa ou arqueia-se ou empurra ¹
- arqueia-se	3- Escapa ou arqueia-se ou empurra ao mesmo tempo que produz vocalização de protesto
- empurra	4- Chora
- chora	5- Escapa ou arqueia-se ou empurra ao mesmo tempo que chora
ACTIVIDADE DE REGULAÇÃO DE ESTADO	
Unidades de comportamento	Sistema de ponderação
- afasta o olhar	1- Afasta o olhar ou fecha os olhos
- fecha os olhos	2- Mão à boca ou oral outro ou toca-se ou aperta as mãos uma contra a outra ou baloiça-se ²
- mão à boca	3- Afasta o olhar ou fecha os olhos ao mesmo tempo que evidencia qualquer um dos restantes comportamentos
- oral outro	
- toca-se	
- aperta as mãos uma contra a outra	
- baloiça-se	

¹ Na amostra analisada estes comportamentos nunca co-ocorreram ² Ler nota precedente

O processo de cotação considerou as dimensões como mutuamente exclusivas. Quer isto dizer que em cada segundo só poderia ser registada uma instância de *Orientação Social Positiva* de *Expressão Negativa* ou de *Actividade de Regulação de Estado*. Importa, porém, referir que, em certas passagens, o princípio da mútua exclusividade levanta problemas de observação. De facto, por vezes, a criança manifesta, em simultâneo, comportamentos próprios de diferentes categorias (e.g., chora ao mesmo tempo que olha o rosto do adulto). Embora não estejamos perante fenómeno frequente, a sua possível ocorrência e a pertinência de mantermos o princípio da exclusão ditou a necessidade de definirmos os seguintes critérios de anotação:

- a observação de uma unidade de comportamento pertencente à categoria da *Expressão Negativa*, exclui a possibilidade de se registar no mesmo intervalo de tempo quaisquer instâncias de resposta agrupáveis nas outras duas categorias;

A observação de comportamentos incluídos no grupo das *Actividades de Regulação de Estado* impede a cotação concorrente de qualquer reacção agrupada na categoria da *Orientação Social Positiva*.

Ficou já dito que os registos observacionais eram feitos segundo a segundo. Assim, para cada bebé obtinha-se, potencialmente, um total de 180 períodos de registo por episódio⁴. Em ordem a elaborarmos os scores, dividimos o tempo dos episódios em intervalos de 10 segundos. Nesses intervalos somávamos os pontos alcançados pela criança em cada dimensão. A título de ilustração, mostra-se na figura

⁴O sistema de observação não contempla toda a gama de comportamentos susceptíveis de serem evidenciados pelo bebé ao longo da situação de *Still-face*. É, por isso, de esperar que em vários intervalos do tempo de observação não se verifique qualquer registo.

2 os sequenciogramas de dois intervalos consecutivos relativos à categoria da *Orientação Social Positiva*.

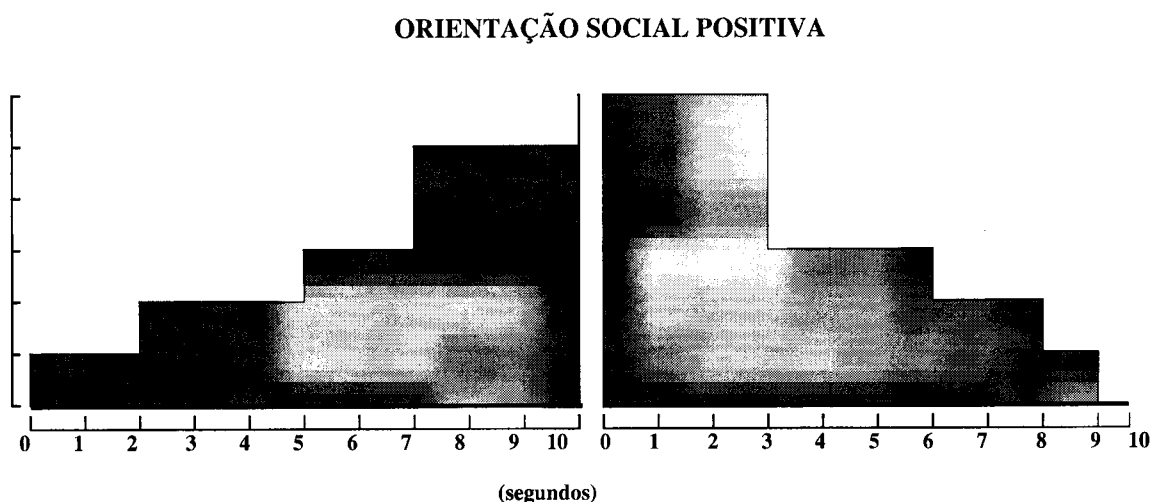


Figura 5.2 - Sequenciograma das pontuações em dois intervalos de 10 segundos.

Durante os dois segundos iniciais do primeiro intervalo o bebê apenas fixou o rosto da mãe (1 ponto para cada um deles). Nos três segundos imediatos além de manter a mesma orientação visual foi visto a sorrir (três vezes 2 pontos). Seguidamente acrescenta vocalizações positivas (duas vezes 3 pontos), para durante mais três segundos –conservando o sorriso e a direcção do olhar– procurar alcançar o adulto (três vezes 5 pontos). Assim, neste intervalo contabiliza-se um total de 29 pontos. Adoptando o mesmo critério de contagem, verifica-se que os pontos atingem um somatório de 32.

Uma vez determinados os pontos em todos os 18 intervalos de um episódio calcula-se a sua média, obtendo-se, assim, o *score* relativo aos três minutos. Seguindo este método, os filmes relativos à situação de *Still-Face* foram analisados por um psicólogo com prática na observação de bebês. Doze desses casos foram,

igualmente visionados por uma psicóloga, constatando-se entre ambos um *acordo inter-observador* de 87%. O investigador que procedeu à cotação de todas as crianças analisou de novo quinze filmes, anteriormente cotados obtendo um índice de *acordo intra-observador* de 92%.

O comportamento das mães foi avaliado no primeiro e terceiro episódio através das escalas maternas da versão mais recente do *Child-Adult Relationship Experimental Index* (Crittenden, 2003b) que se encontra popularizada na literatura sob a designação de CARE-Index. As escalas, cuja definição operacional sucinta fornecemos no **quadro 5.10**, quantificam o padrão de resposta do adulto, repartindo entre elas, um total de 14 pontos.

Quadro 5.10 - Caracterização sumária das escalas maternas do CARE-Index

ESCALA	ACTEEN
Sensibilidade	Traduz fundamentalmente a sincronia da actividade do adulto relativamente às respostas da criança. Trata-se de uma qualidade ligada, no essencial, à manifestação de comportamentos que tendem a facilitar a participação do bebé na interacção ao mesmo tempo que lhe proporcionam um clima de satisfação, aumentando o seu conforto e reduzindo, potencialmente, a sua ansiedade.
Controlo	Está basicamente relacionada com padrões de resposta ditos intrusivos. Podem-se manifestar sob a forma de reacções que indiciam hostilidade aberta ou encoberta. Surgem, muitas vezes, como comportamentos pseudo-sensíveis nos quais se entrevê a aparente intenção de aumentar o envolvimento da criança, mas que só conseguem irritá-la ou levar à diminuição do seu nível de participação activa.
Não-responsividade	Reflecte a ausência da implicação activa do adulto na interacção que se manifesta através de um retraimento e passividade face às aberturas ou sinais da criança.

Em ordem a adquirir proficiência no uso do instrumento, a autora deste trabalho frequentou, em Inglaterra, o curso e o treino de cotação do CARE-Index ministrado por Patricia Crittenden entre Março e Junho de 2003. No teste final, revelou níveis apropriados de fiabilidade, sendo, então, certificada como “observadora fidedigna” para a avaliação clínica e para a classificação no âmbito da investigação científica. Fez, seguidamente, formação a uma colaboradora (recém-licenciada em Psicologia) que cotou as escalas maternas de vários vídeos da Situação de Still-Face e com quem obteve médias de acordo superiores a 60%. Repetida pela autora a cotação de 20 casos, constatou-se um índice de *acordo intra-observador* na casa dos 80%.

Às **76-78 semanas de idade gestacional**, as crianças voltaram a ser observadas nas instalações da FPCEUP juntamente com as respectivas mães. Aí, dentro de uma sala preparada para o efeito, as díades foram filmadas em situação de jogo livre durante 10 minutos através de duas câmaras vídeo ligadas a um sistema de mistura de imagem (uma suspensa no tecto junto de um dos cantos do compartimento, a outra manuseada por operador encontrava-se escondida por trás de um biombo). Depois de explicado às mães o sistema de recolha dos registos videográficos, dissemos-lhes que durante a sessão de observação deveriam escolher os brinquedos presentes no local e que interagissem com os filhos(as) de um modo espontâneo, o mais próximo possível do que faziam habitualmente em casa.

Socorremo-nos, novamente, do CARE-Index para avaliar a qualidade das interacções. Simplesmente, desta vez, utilizámos todas as suas escalas; ou seja, as três relativas à mãe –às quais já nos referimos atrás– e as quatro referentes ao comportamento do bebé (*cf.* Crittenden, 2003b). As escalas da criança (cooperação,

compulsividade-complacência, dificuldade, passividade) repartem, também, entre si um total de 14 pontos. No **quadro 5.11** apresentamos as suas definições operacionais.

Quadro 5.11 - Caracterização sumária das escalas da criança do CARE-Index

ESCALA	CARACTERIZAÇÃO
Cooperação	Identifica padrões de comportamento associados à expressão de prazer ou satisfação bem como à facilitação dos turnos comunicacionais. Manifesta-se através de expressões faciais riosas e atentas, iniciativas de contacto e aceitação participante face às aberturas sociais do adulto. Os resultados nesta escala mantêm, usualmente, correlações positivas elevadas com a escala da sensibilidade.
Compulsividade- Complacência	Diz respeito a padrões de comportamento que indicam submissão face às iniciativas do adulto. Postura dominada por nível baixo de espontaneidade, participação pouco entusiasmada nos jogos propostos pelo parceiro de interacção sem contudo manifestar sinais de resistência. Notória preocupação em agradar (ou pelo menos em não desagradar) ao adulto que pode manifestar-se mediante ofertas de prestação de cuidados ou de uma atenção fixa, sem grande envolvimento activo, às iniciativas daquele.
Dificuldade	Descreve padrões de comportamentos marcados pelo selo da oposição e resistência aberta às respostas do adulto. Revela-se por comportamentos como o choro, esgares de irritação, empurrar objectos oferecidos...
Passividade	Indica padrões de comportamento com baixo nível de envolvimento e iniciativa com respostas cujo resultado previsível é o de reduzir o contacto com o adulto –expressões faciais vazias, ausência de resposta às aberturas sociais, participação errática no jogo interactivo.

O CARE-Index prevê ainda uma oitava escala que quantifica globalmente o funcionamento da díade. O seu processo de cotação entra em linha de conta com as

ponderações nas escalas maternas e das crianças. Mantendo, tipicamente, coeficientes de correlação muito elevados com a maioria dessas escalas, trata-se de uma medida que, na esmagadora maioria dos casos, é estatisticamente redundante. O adulto e a criança são avaliados separadamente após prévio trabalho preparatório que implica o visionamento repetido de cada filme.

A análise de todos os casos foi efectuada pela autora do presente trabalho. O casos que a investigadora teve maior dificuldade de cotar foram discutidos com a autora da escala no âmbito da segunda fase de treino em Junho de 2003.

Entre as **88-92 semanas de idade gestacional**, avaliámos a organização comportamental da vinculação das crianças. Para almejarmos o propósito observámo-las no contexto da *Situação Estranha*. Como é amplamente sabido, este procedimento laboratorial institui, ao longo de 8 curtos episódios, uma sequência de eventos que, suscitando no bebé estados de *stress* moderado, elevam os níveis de activação do sistema instintivo da vinculação (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978). No decurso da Situação Estranha a actividade cardíaca das crianças era monitorizada através da mesma aparelhagem e das técnicas utilizadas na *Situação de Still-Face*. Infelizmente, por deficiências técnicas ou outras causas acidentais, não foi possível obter este indicador em 9 casos pelo que ficámos apenas com um total de 40 registos cardiológicos.

A observação decorreu numa sala especialmente equipada existente dentro das instalações da FPCEUP. Em ordem a recolher as medidas cardíacas no decurso da Situação Estranha tornou-se necessário efectuar alguns ajustes relativamente ao guião típico do primeiro episódio. Tal como na versão original o procedimento

constou, aqui, de oito episódios. Nos parágrafos subsequentes descrevê-los-emos em detalhe.

1º Episódio: Mãe e Criança eram levadas para a sala experimental pela investigadora. A mãe sentava-se ligeiramente ao lado da criança disponibilizando-lhe alguns brinquedos, enquanto, eram colocados os eléctrodos pediátricos. Esses eléctrodos encontravam-se ligados ao Holter que permanecia dentro de uma pequena bolsa situada nas costas da criança. O momento exacto em que o dispositivo era accionado ficava registado no vídeo de toda a sessão de maneira a que fosse possível estabelecer as correspondências entre os episódios e as medidas cardiográficas. Finalmente, a investigadora saía, deixando na sala a Criança com a Mãe.

2º Episódio: Tinha início logo que a investigadora abandonava a sala. A Criança era sentada num tapete no chão, e a Mãe deveria, na medida do possível, manter-se sentada na sua cadeira deixando-a brincar. A Mãe respondia quando solicitada, podendo mesmo interagir com o(a) filho(a) ou interessá-lo(a) pelos brinquedos (duração: 3 minutos).

3º Episódio: Iniciava-se com a entrada da Estranha (adulto do género feminino que a criança nunca havia, até então, visto) na sala. Depois de dizer “*Olá, eu sou a Estranha!*”, dirigia-se para a outra cadeira vaga, permanecendo calada durante o primeiro minuto. No minuto seguinte encetava conversa com a Mãe e no terceiro procurava iniciar a interacção directa com a Criança. No fim deste minuto era dado um sinal à Mãe para sair que ao fazê-lo se deveria despedir-se da Criança (duração: 3 minutos).

4º Episódio: Neste episódio ocorria a primeira separação. A Criança ficava com a Estranha, que na medida do possível deveria manter-se afastada. A Estranha

respondia às solicitações da Criança, ou acalmava-a caso ela revelasse ficar ansiosa com a saída da Mãe (duração: 3 minutos ou menos)¹.

5º Episódio: Era dado sinal à Mãe para se juntar novamente ao(à) filho(a) –primeira reunião. Batia à porta, entrava e cumprimentava a Criança ao mesmo tempo que a Estranha se retirava. Por último, a Mãe voltava a sentar-se a menos, que aquela continuasse a demonstrar sinais de perturbação (e.g., choro). Neste caso, deveria procurar consolá-la. No fim do episódio, a Mãe voltava a receber novo sinal para sair, despedindo-se da Criança (duração: 3 minutos).

6º Episódio: Iniciava-se, então a segunda separação, ficando a Criança sozinha na sala com os brinquedos (duração: 3 minutos ou menos).

7º Episódio A Estranha entrava saudando a Criança –reunião com a estranha– e procurando consolá-la se esta estivesse a chorar. Caso contrário, sentava-se na sua cadeira e deixava-a brincar com os objectos sem interferir (duração: 3 minutos ou menos).

8º Episódio: A Mãe recebia novo sinal e voltava a entrar saudando a Criança ao mesmo tempo que a Estranha saía –segunda reunião. Era dada à Mãe a indicação de pegar no/a filho/a ao colo. Estando a criança calma (porque não chegou a chorar ou por ter sido consolada) deveria, então, procurar interessá-la pela exploração dos brinquedos (duração: 3 minutos).

⁵ O tempo estipulado é de 3 minutos. No entanto, se face à agitação da criança a mãe o quisesse encurtar, poderia fazê-lo. Caso o desconforto da criança fosse demasiado elevado, a iniciativa de terminar o episódio poderia pertencer à própria investigadora. Os mesmos critérios foram adoptados nos episódios 6 e 7.

A sala onde decorria o procedimento era bem iluminada e tinha um pequeno espelho. No seu interior, encontrava-se pouco mobiliário e alguma (escassa) decoração típica dos espaços de utilização infantil. Os brinquedos e jogos presentes no compartimento encontravam-se numa prateleira acessível à mãe e a criança.

Os participantes eram filmados, simultaneamente, por duas câmaras vídeo ligadas a um misturador de imagem manuseado pela autora do presente estudo. Tal como na sessão 76-78 semanas uma das câmaras estava implantada no tecto do compartimento e a outra encontrava-se escondida atrás de um biombo. Esta câmara era dirigida por um operador que acompanhava as movimentações da criança.

Antes de se iniciar o procedimento, era pormenorizadamente explicado à mãe o que iria suceder e como ela era suposta agir. Tais explicações encontravam-se, igualmente, escritas num papel que esta podia consultar em qualquer momento. Durante as separações, um circuito interno de televisão permitia-lhe ver constantemente o(a) filho(a).

A partir dos registos videográficos foram avaliados os comportamentos das crianças nas escalas interactivas de *Procura de Proximidade e de Contacto*, *Manutenção do Contacto*, *Resistência ao Contacto* e *Evitamento da Proximidade e da Interação*, segundo os critérios de cotação propostos por Ainsworth et al. (op. cit.).

A Procura de Proximidade, a Manutenção do Contacto e a Resistência foram quantificadas relativamente à Mãe nos episódios 2, 3, 5 e 8. Em relação à Estranha foram-no nos episódios 3, 4 e 7. Por sua vez o Evitamento foi alvo de classificação nos momentos em que se dava a entrada do adulto na sala. Desta forma obteve cotação nos episódios 3 (Estranha), 5 (Mãe), 7 (Estranha), 8 (Mãe).

Após acurada análise dos vídeos procedemos à classificação dos padrões de vinculação evidenciados pelas crianças, recorrendo aos critérios propostos por Crittenden (2003c). Segundo a autora esses padrões reflectem diferentes estratégias que os indivíduos adoptam a fim de obterem protecção e/ou conforto em condições de moderada ameaça. Representam, fundamentalmente, estruturas pré-conscientes organizadas a partir da experiência acumulada ao longo das interacções com os prestadores de cuidados.

Relativamente aos procedimentos de classificação defendidos por Ainsworth et al. (1978), o método de Crittenden difere em três aspectos fundamentais:

Em vez de privilegiar especialmente a análise das respostas da criança durante as alturas de reunião com a mãe (episódios 5 e 8), considera relevante a observação do comportamento infantil em todos os episódios da *Situação Estranha*;

Dando ênfase particular à função dos comportamentos no processo da sua interpretação, as respostas do adulto são tidas como factor a atender na compreensão das reacções da criança, devendo, por isso, serem tidas em conta quando se determinam os padrões de vinculação infantil;

Os padrões de vinculação não se esgotam no sistema A-B-C, sendo proposta uma quarta grande categoria (padrão A/C); do mesmo modo contempla-se uma expansão dos sub-padrões A e C que, sobretudo por volta dos 18 meses⁶, podem integrar as classes A3, A4, C3 e C4.

⁶ O marco etário dos 18 meses, institui-se, apenas, como simples referência genérica baseada em considerações de ordem teórica. Esta proposta é suportada pelo facto dos sub-padrões A3, A4, C3 e C4 exigirem recursos de manuseamento simbólico que, aparentemente, só são possíveis depois de atingido o nível do estágio 6 do período sensório-motor (tal como se encontra descrito por Piaget). De qualquer forma, aos 11-12 meses é possível observar bebés cujo

Esta expansão dos sub-padrões é teoricamente crítica já que neles se incluem características consideradas por Main e Solomon (1990a), como indicadores de comportamento desorganizado ou desorientado (cf. Crittenden, 2003c). No caso da nossa amostra, a Situação Estranha foi aplicada aos 12 meses portanto as estratégias do tipo A3, A4, C3 e C4 ainda não estão totalmente organizadas (*ver footnote*). Nesta situação, Crittenden classifica os casos que evidenciam partes dessas estratégias como Pré-A+ ou Pré-C+ .A sua sugestão foi, por nós, seguida no âmbito do presente trabalho.

Em ordem a assegurarmos a fiabilidade das observações, a avaliação das variáveis *procura de proximidade, manutenção do contacto, resistência ao contacto e evitamento da proximidade e da interação*, foi discutida e monitorizada pelo orientador desta dissertação cuja fidelidade na cotação da Situação Estranha (sistema A-B-C) segundo os critérios de Ainsworth et al. (1978) havia sido internacionalmente certificada (Karin Grossmann, da Universidade de Regensburg). Relativamente à classificação dos padrões, contámos com a ajuda de Patricia Crittenden que nos forneceu preciosas indicações e se disponibilizou para satisfazer dúvidas específicas. Os contactos pessoais ou mantidos por via e-mail culminaram com a frequência certificante do curso de avançado de formação em cotação da Situação Estranha por ela ministrado que decorreu na Universidade de S.

comportamento possui componentes que os aproximam mais das categorias A3-A4 ou C3-C4 do que das A1-A2 ou C1-C2. Nestes situações, Crittenden propõe que se classifiquem estes casos como *pré A+* e *pré C+* ou *endagerous strategies*. Estas estratégias correspondem a estilos de comportamento só presente em contextos “perigosos” (i.e. face à presença de abusos, negligência ou ambos).

Petersburgo, no mês de Setembro de 2003. Aí, houve oportunidade de visionarmos e de classificarmos conjuntamente vários vídeos da nossa amostra.

Capítulo 6 - Análise dos resultados

A análise preliminar dos resultados permitiu identificar todo um conjunto de variáveis que não mantiveram directa ou indirectamente relações com os padrões de vinculação nem propiciaram uma melhor compreensão dos factores e dos processos associados à sua constituição. Entre essas variáveis contabilizam-se:

- os dados obstétricos e pediátricos recolhidos na altura do recrutamento dos participantes (acompanhamento médico durante a gestação, tipo de parto, causas desencadeadoras da prematuridade, idade gestacional, peso e valores do Apgar à nascença);

- diversos elementos de natureza demográfica (género dos bebés, idade e estatuto ocupacional dos pais, estado civil das gestantes, número de crianças na fratria);

- os sentimentos e atitudes das mães face à gravidez, à prematuridade do parto, ao bebé (planeamento da gestação, desejo ou aceitação da gravidez, receios e apoio sentido enquanto gestantes, reacção perante a notícia da antecipação do parto, momento em que pela primeira vez experimentaram verdadeira ligação afectiva com a criança, sentimentos à separação do recém-nascido exigida pelo seu internamento na UCN);

- expectativas relativas à futura prestação de cuidados ao bebé;

- Representações acerca do comportamento e das capacidades sensório-perceptivas dos recém-nascidos.

Tendo em conta o seu parco relevo, optámos por não lhes fazer menção nas análises que, doravante, relataremos.

A nossa exposição organizar-se-á contemplando vertentes sincrónicas e diacrónicas. No plano da sincronia, examinaremos as relações entre variáveis referenciadas a uma mesma idade das crianças. Ao nível da diacronia, procuraremos determinar até que ponto as observações feitas nos diversos momentos do estudo são prognosticadas pelos dados recolhidos em alturas precedentes. Nesta perspectiva, tomaremos como ponto de partida as avaliações efectuadas às 62/64 semanas.

6. 1. Observação das 52/54 semanas

Conforme indicámos no capítulo anterior, quando os bebés atingiam as 62/64 semanas de idade gestacional, eram observados juntamente com as suas progenitoras ao longo dos três episódios da *Situação de Still-Face*.

O comportamento das crianças na Situação de Still-face

Considerando as variáveis do comportamento infantil, podemos verificar (**figura 6.1**) que, globalmente, as respostas das crianças variaram em função dos episódios. No caso da *Orientação Social Positiva* ($F_{medidas\ repetidas} = 36.30$; $P = .000$) verifica-se uma diminuição sensível da incidência média de resposta do primeiro para o segundo episódio ($P = .000$)¹ com uma recuperação no terceiro ($P = .000$). Esta recuperação não chega, porém, a reinstituir os níveis inicialmente observados, já que entre o primeiro e o terceiro episódio as diferenças permanecem significativas ($P = .024$). No que concerne à *Expressão Negativa* ($F_{medidas\ repetidas} = 38.68$; $P = .000$), os resultados apresentam configuração inversa, notando-se um aumento das médias do primeiro para o segundo episódio ($P = .000$) e uma diminuição do segundo para o

¹ Os níveis de significância estatística das diferenças entre os episódios foram calculados mediante o teste de Bonferroni.

terceiro ($P=.000$). As diferenças entre este episódio e o primeiro continuam, à semelhança do que sucedeu anteriormente, a ser significativas ($P=.000$). Finalmente, no que toca às *Actividades de Regulação de Estado* ($F_{medidas\ repetidas}= 32.78$; $P=.000$), as tendências observadas revelam idêntico perfil. Assim, a média referente ao segundo episódio contrastou, de forma clara, com as apuradas no primeiro ($P=.000$) e terceiro ($P=.000$), observando-se, igualmente, diferenças significativas entre estes dois últimos episódios ($P=.005$).

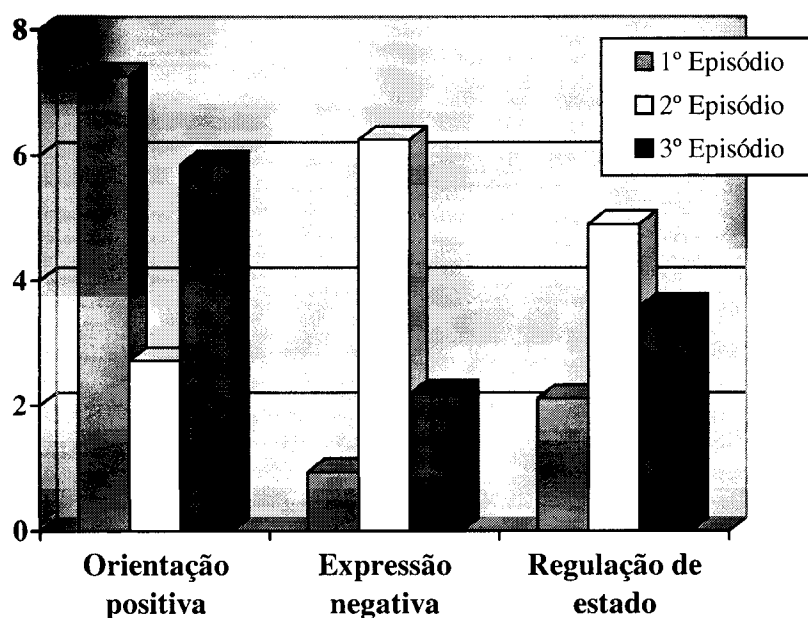
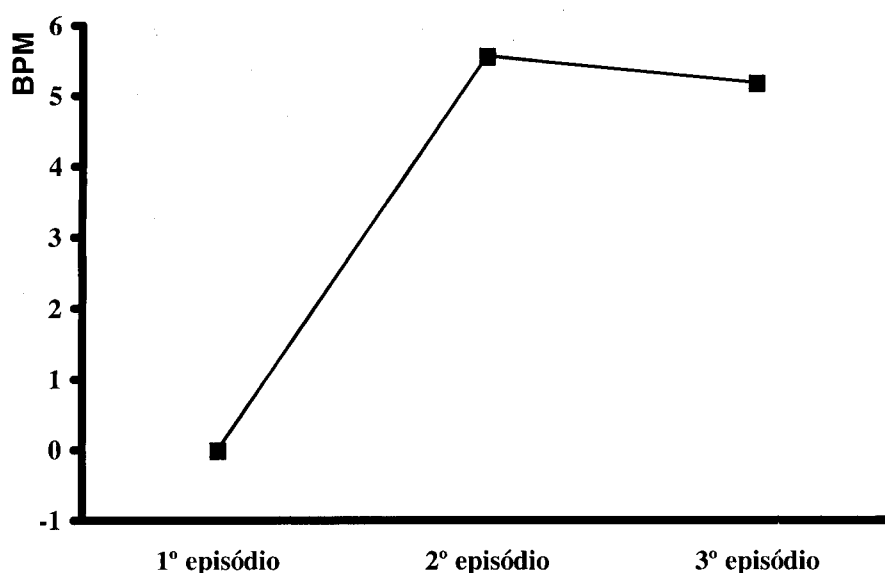


Figura 6.1- Médias das pontuações relativas às escalas de *Orientação Social Positiva*, *Expressão Negativa* e de *Actividades de Regulação de Estado* em função dos episódios da Situação de Still-Face.

Os resultados parecem, pois, confirmar que a disrupção do curso normal da comunicação diádica exerce efeitos perturbadores sobre o comportamento dos bebés. De facto, no segundo episódio da *Situação de Still-face*, assiste-se a uma diminuição dos seus níveis de envolvimento positivo com o parceiro de interacção a par do aumento da expressividade negativa e das respostas de regulação de estado.

Este padrão possui correlatos fisiológicos susceptíveis de serem verificados a partir de marcadores da actividade autonómica. Efectivamente, tomando como linha de base a média de batimentos cardíacos por minuto (BPM) durante o primeiro episódio, constata-se (*cf.* **figura 6.2**) um incremento sensível do ritmo cardíaco no segundo episódio que perdura, aparentemente, sem diminuição maior ao longo do terceiro. Embora analisando com alguma cautela, a literatura sugere que o aumento da actividade cardiovascular surge muitas vezes, em resposta a estímulos aversivos, estando associada, entre outros factores, à experiência psicológica do *stress* (Light & Obrist, 1983; Soares, Lopes dos Santos, Jongenelen, Henriques, Silva, Figueiredo, Mascarenhas, Machado, Neves, Serra, Silva, Cunha, & Costa, 1997; Soares, Silva, Cunha, & Lopes dos Santos, 1998; Spangler & Grossmann, 1993).

Figura 6.2- Ritmo cardíaco médio no segundo e terceiro episódio da *Situação de Still-face* considerando como linha de base os valores do BPM durante o primeiro episódio.



Se em termos gerais foi possível identificar um padrão de variação do comportamento relacionado com os episódios, as análises revelaram, igualmente, uma certa consistência intra-individual das respostas das crianças. De facto, como se

pode apreciar no **quadro 6.1**, os valores obtidos pelos bebês nas escalas comportamentais de *Orientação Social Positiva*, de *Expressão Negativa* e de *Actividades de Regulação de Estado* estão positiva e significativamente correlacionados entre os três episódios da *Situação de Still-face*. Quer isto dizer que os bebês que nos primeiros três minutos evidenciaram mais respostas incluídas nas categorias de orientação social positiva, de expressão negativa ou de regulação de estado também as manifestaram nos dois episódios subsequentes.

Quadro 6.1. Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os três episódios da *Situação de Still-face* em função de cada escala.

ORIENTAÇÃO SOCIAL POSITIVA			
	1º episódio	2º episódio	3º episódio
1º episódio	1.000	—	—
2º episódio	.510**	1.000	—
3º episódio	.717**	.395*	1.000
EXPRESSÃO NEGATIVA			
	1º episódio	2º episódio	3º episódio
1º episódio	1.000	—	—
2º episódio	.677**	1.000	—
3º episódio	.754**	.572**	1.000
ACTIVIDADES DE REGULAÇÃO DE ESTADO			
	1º episódio	2º episódio	3º episódio
1º episódio	1.000	—	—
2º episódio	.757**	1.000	—
3º episódio	.829**	.640**	1.000

* P= .006; ** P= .000

Curiosamente, essa consistência parece, também, sobressair quando examinamos as relações entre os vários tipos de comportamento em cada um dos

três episódios. Com efeito, a leitura do **quadro 6.2** permite-nos destacar os seguintes aspectos:

1- A pontuação obtida pelas crianças na escala de *Expressão Negativa* tendeu a variar de forma inversa à das escalas de *Orientação Social Positiva* e das *Actividades de Regulação de Estado*;

2- Essa relação foi, sempre, mais forte entre a *Expressão Negativa* e as *Actividades de Regulação de Estado*;

3- A associação entre as medidas referentes à *Orientação Positiva* e às *Actividades de Regulação de Estado* só atingiram níveis de significância estatística nos dois primeiros episódios, não sendo possível rejeitar a hipótese nula no terceiro.

Quadro 6.2. Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os valores das diferentes escalas do comportamento infantil em função dos três episódios da *Situação de Still-face*.

PRIMEIRO EPISÓDIO			
	Orientação positiva	Expressão negativa	Regulação de estado
Orientação positiva	1.000	—	—
Expressão negativa	-.293*	1.000	—
Regulação de estado	.305*	-.737**	1.000
SEGUNDO EPISÓDIO			
	Orientação positiva	Expressão negativa	Regulação de estado
Orientação positiva	1.000	—	—
Expressão negativa	-.677**	1.000	—
Regulação de estado	.301*	-.737**	1.000
TERCEIRO EPISÓDIO			
	Orientação positiva	Expressão negativa	Regulação de estado
Orientação positiva	1.000	—	—
Expressão negativa	-.319*	1.000	—
Regulação de estado	.132	-.595**	1.000

* P> .05; ** P= .000

Os resultados sugerem, pois, a existência de diferenças inter-individuais com alguma estabilidade ao longo das diversas condições. Em face disto, torna-se pertinente interrogarmo-nos até que ponto tais diferenças reflectem a presença de organizações comportamentais distintas.

A fim de melhor esclarecermos a questão, quisemos verificar se seria possível identificar grupos de crianças tendo em conta as suas características de comportamento. Nessa ordem de ideias, recorreremos ao método da análise dos clusters que, conforme é sabido, permite detectar classes homogéneas entre conjuntos de objectos definidos pela marca da heterogeneidade. Pese embora o facto de as operações de clusterização não se basearem em nenhuma teoria matemática, a verdade é que muitas abordagens consideram-nos como procedimentos descritivos de inegável alcance heurístico e hermenêutico (Everitt, 1993).

Uma vez que o espaço de dispersão das escalas de comportamento dos bebés não possuíam limites coincidentes, decidimos uniformizar a extensão da sua variabilidade, padronizando os resultados de cada uma delas. De acordo com este procedimento, as notas padronizadas (*standard scores*) obtêm-se por transposição dos pontos de uma distribuição amostral para uma outra na qual o valor da média é fixado em zero e o do desvio padrão em 1.00 (Guilford & Fruchter, 1973). Esta transformação dos resultados tem a virtude de gerar medidas uniformes entre diferentes escalas, o que facilita a visualização das tendências verificadas e uma percepção mais diferenciada dos vários *clusters*.

Operando sobre os valores padronizados das escalas de *Orientação Social Positiva*, de *Expressão Negativa* e de *Actividades de Regulação de Estado* nos três episódios da *Situação de Still-face*, procurámos identificar os *clusters* recorrendo ao

método *k-means*. Após vários ensaios, optámos pela extracção de três grupos uma vez que tal solução nos pareceu ser aquela que possibilitava uma melhor discriminação entre os padrões de comportamento dos bebés¹(ver **figura 6.3**).

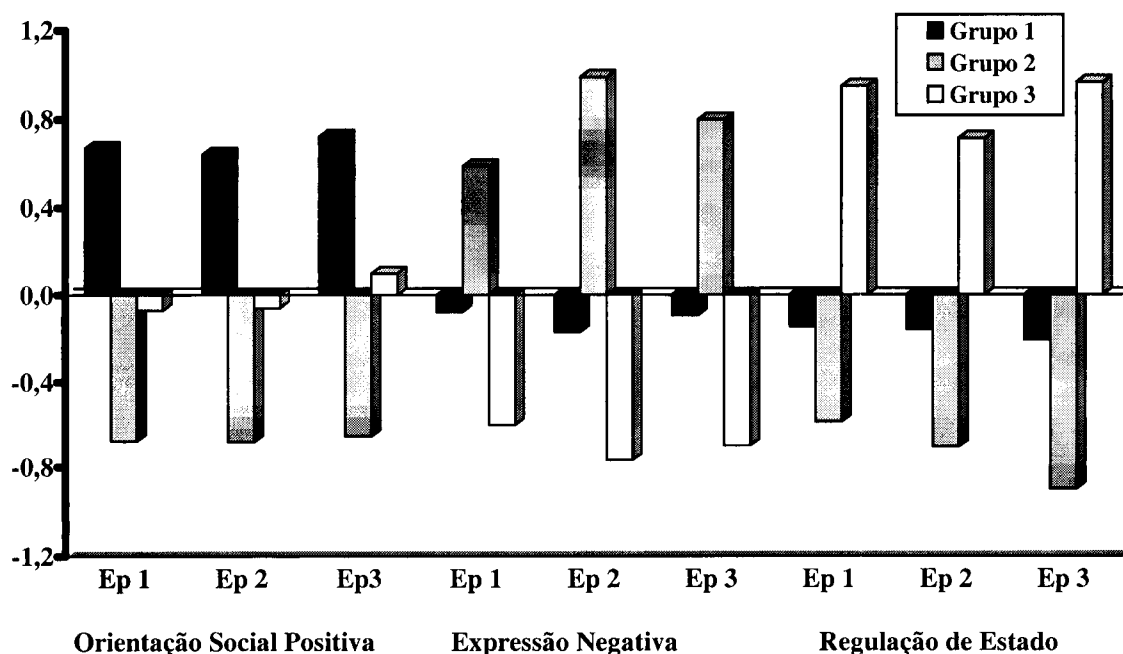


Figura 6.3- Média das notas padronizadas nos três episódios da Situação de Still-face em função das escalas do comportamento infantil e dos grupos de bebés.

A análise dos dados representados na **figura 6.3** ilustra que o grupo 1 (incluindo 15 crianças) se distingue dos restantes por evidenciar as pontuações mais elevadas na escala de *Orientação Social Positiva*. Os valores referentes à *Expressão*

¹ Procurámos determinar alguns indicadores de validade interna que suportassem mais objectivamente a legitimidade desta opção. Para tal, utilizando as mesmas variáveis, comparámos a solução apurada com a determinada pelo do método hierárquico aglomerativo. Os dados mostraram que os dois procedimentos classificaram 87.76% das crianças nos mesmos grupos. Da mesma forma, a nossa classificação original foi contrastada com a produzida através do procedimento de análise da função discriminante (DISCRIM), verificando-se que a concordância entre ambas se elevou a 85%.

Negativa e aos processos de *Regulação de Estado*, próximos de zero, indicam que, nestas duas variáveis, os membros do presente grupo evidenciaram níveis de resposta rondando os valores da média amostral. Assim, os bebês classificados no primeiro *cluster* parecem adoptar, privilegiadamente, uma postura de abertura social como forma de se organizarem face às características do contexto onde foram observados.

O grupo 2 (integrando 13 casos) caracteriza-se por manifestar índices de expressividade negativa superiores e as médias mais baixas nas categorias de *Orientação Social* e de *Regulação de Estado*. Os elevados indicadores de irritação demonstram menor disponibilidade para se envolverem na interacção e menos propensão para recorrerem a estratégias de auto-regulação em ordem a lidarem com circunstâncias de eventual desconforto.

Finalmente, o grupo 3 revela a menor incidência de comportamentos pertencentes à categoria da *Expressão Negativa*, a par da mais alta frequência média de reacções de controlo de estado. Aparentemente, os seus baixos níveis de desorganização denotam uma contenção dos sinais de perturbação mediante o uso de procedimentos de auto-regulação.

O estudo das variações inter-episódio das médias do ritmo cardíaco apoia a diferenciação dos três grupos, ao mesmo tempo que permite conjecturar hipóteses acerca da especificidade das suas características (*cf. figura 6.4*).

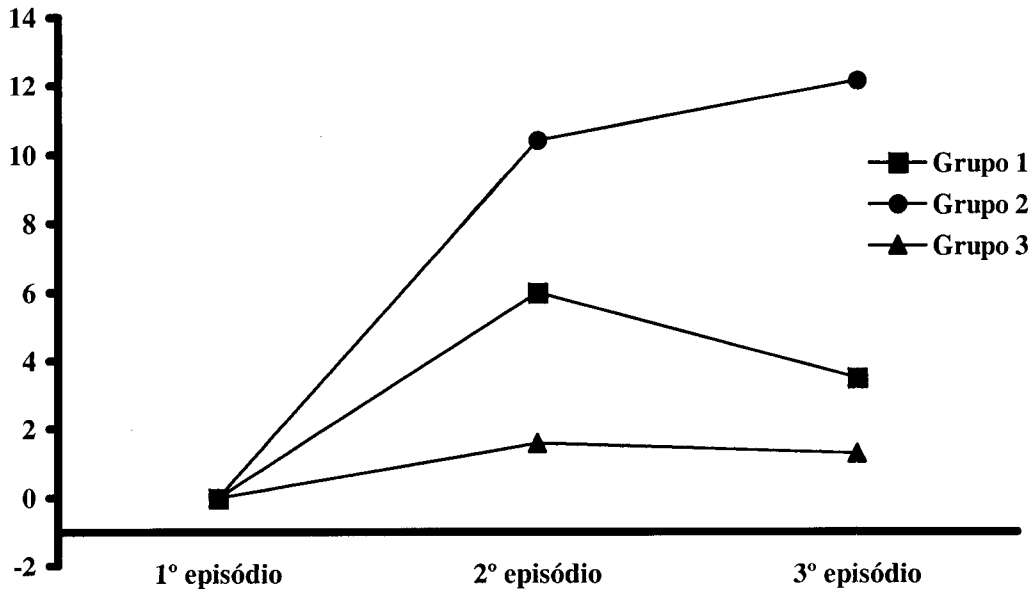


Figura 6.4- BPMs no segundo e terceiro episódio da *Situação de Still-face* para os três grupos.

Em ordem a examinarmos tais alterações, avaliámos as diferenças entre os valores observados no primeiro episódio (linha de base) e os apurados nos outros dois. Uma abordagem inicial indicou, desde logo, que, naquele episódio, as frequências cardíacas médias não distinguiram significativamente os grupos. A fim de avaliarmos os resultados nas restantes condições em função da distinção tipológica dos bebés, socorremo-nos do teste da Análise da Variância com medidas repetidas (MANOVA), controlando a heterogeneidade da variância através do método de Greenhouse-Geisser. As comparações efectuadas mostraram que há, globalmente, diferenças significativas relacionadas com os grupos ($F= 14.444$; $P=.000$). Não se verificaram efeitos devidos aos episódios analisados ($F= 0.82$; n.s.) nem a existência de interacção entre esta última variável e os grupos ($F= 0.924$; n.s.).

O teste de Bonferroni com ajustamento para as comparações múltiplas revelou que o segundo grupo regista o aumento mais importante da frequência cardíaca média entre a linha de base e os episódios 2 e 3, distinguindo-se, claramente do primeiro ($P=.007$) e do terceiro grupo ($P=.000$). Assim, os bebés incluídos no *cluster 2* parecem ser os que reagem com índices de maior activação autonómica às alterações do curso da interacção diádica introduzidas pelo guião experimental da *Situação de Still-face*. Em contrapartida as análises não evidenciaram contrastes estatisticamente significativos entre as crianças agrupadas nos *clusters 1 e 3* ($P=.240$)

Factores associados às reacções das crianças na Situação de Still-face

Os resultados até agora examinados parecem revelar a presença de padrões de comportamento a partir dos quais é possível diferenciar os bebés. Que factores poderão estar associados a essas discrepâncias?

Ao equacionarmos o problema importa, desde logo, atender à natureza, eminentemente, social do contexto onde as respostas foram eliciadas. Com efeito, apesar de as análises incidirem, apenas, sobre o comportamento das crianças, a verdade é que estas reagiram enquanto parceiras de trocas interactivas diádicas. Torna-se, pois, legítimo questionar até que ponto essas diferenças não se inscrevem no quadro de padrões relacionais emergentes, reflectindo, já, organizações primitivas cuja origem remete para processos construídos ao longo das transacções diádicas? A sustentabilidade desta conjectura levar-nos-ia a esperar que as reacções dos bebés durante os episódios da *Situação de Still-face* estivessem, de alguma forma, relacionadas com a qualidade dos comportamentos de interacção materna. Ora, o **quadro 6.3** revela, em termos globais, a ausência de associações

significativas entre as respostas das crianças e as medidas do comportamento das mães, tal como puderam ser avaliadas através das escalas do CARE-Index.

Quadro 6.3. Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os valores das variáveis do comportamento de interacção das mães e as medidas referentes às respostas dos bebés nos episódios da *Situação de Still-face*.

VARIÁVEIS DO COMPORTAMENTO DE INTERACÇÃO DAS MÃES			
BEBÉS	Sensibilidade	Controlo	Passividade
Primeiro episódio			
Orientação positiva	.128	-.014	-.136
Expressão negativa	.139	-.249	.191
Regulação de estado	.042	.170	-.232
Segundo episódio			
Orientação positiva	-.239	-.194	-.080
Expressão negativa	.234	-.209	-.096
Regulação de estado	-.070	.220	-.236
Terceiro episódio			
Orientação positiva	.176	.032	-.236
Expressão negativa	-.036	-.173	.220
Regulação de estado	-.160	.260	-.238

Quando as análises consideraram os três grupos de bebés (*cf.* **figura 6.5**), os resultados mostraram tendências similares. Efectivamente, os grupos não se distinguiram em função das variáveis da sensibilidade (H de Kruskal-Wallis= 1.550; n.s.), do controlo (H de Kruskal-Wallis= 3.330; n.s.) ou da passividade maternas (H de Kruskal-Wallis= 0.114; n.s.).

Por conseguinte, os dados disponíveis não parecem suportar a hipótese de que a qualidade das interacções explicam as diferenças entre os comportamentos das

crianças verificados no contexto da *Situação de Still-face*. Tal facto torna necessário a procura de justificações alternativas.

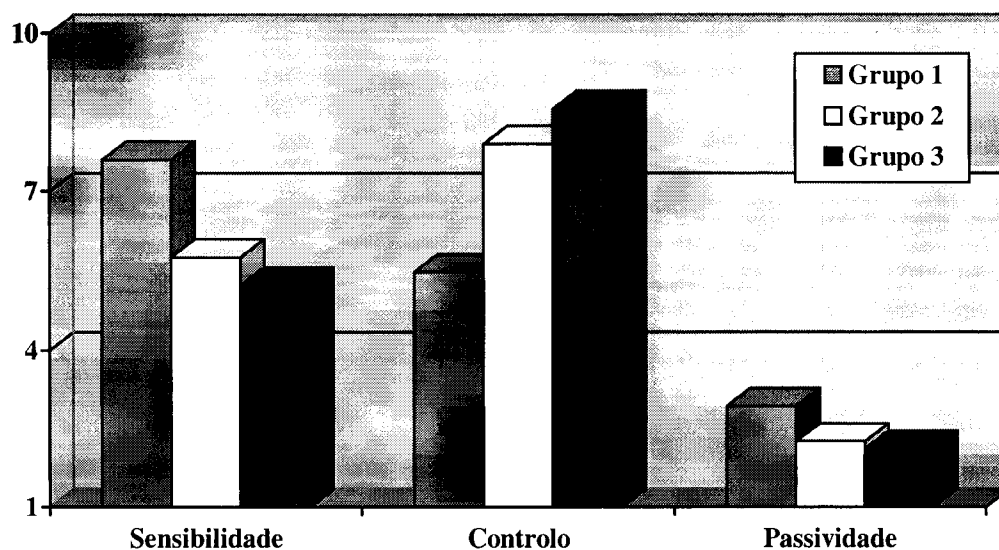


Figura 6.5- Médias nas escalas de sensibilidade, controlo e passividade maternas em função dos grupos de crianças.

Uma vez que as reacções dos bebés se mostraram coerentes ao longo dos episódios é plausível pensarmos que tal consistência poderá exprimir disposições de tipo temperamental. Enquanto constructo descritivo das variabilidade humana, o temperamento reflectirá “*constitutionally based individual differences in emotional, motor, and attentional reactivity and self-regulation*” (Rothbart & Bates, 1998; p. 109). À luz desta definição uma componente central do conceito de temperamento diz respeito à dimensão emocional que referencia as diferenças individuais na expressão dos afectos positivos e negativos face à estimulação ambiental (Beauchaine, 2001). De uma forma genérica, a avaliação das tendências temperamentais na primeira infância tem privilegiado indicadores como a regularidade do sono, da alimentação ou dos processos de eliminação, o nível de responsividade face aos estímulos de natureza social, a capacidade para manter

condições de vigília atenta ou a latência em restaurar condições de homeostasia após episódios de agitação. Esta enumeração, longe de representar uma listagem exaustiva, revela zonas de sobreposição com o universo abrangido pelas variáveis operacionalizadas no nosso estudo. Importa, também, salientar que diversas abordagens consideram os aspectos em causa na definição da chamada categoria do *temperamento difícil*.

Recorrendo às mães como informantes, obtivemos, através de escala apropriada, medidas da dificuldade do temperamento dos bebés às 40/42 e às 52/54 semanas. Conforme se pode verificar no **quadro 6. 4**, as estimativas maternas não estiveram

Quadro 6.4- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os resultados da escala de temperamento e as medidas referentes às respostas dos bebés nos episódios da *Situação de Still-face*.

RESULTADOS DA ESCALA DO TEMPERAMENTO		
BEBÉS	Avaliação 40/42 semanas	Avaliação 52/54 semanas
Primeiro episódio		
Orientação positiva	-.221	-.209
Expressão negativa	.010	.110
Regulação de estado	-.086	-.136
Segundo episódio		
Orientação positiva	.088	.111
Expressão negativa	-.186	-.140
Regulação de estado	-.159	.151
Terceiro episódio		
Orientação positiva	-.219	-.174
Expressão negativa	.077	.171
Regulação de estado	-.045	-.086

significativamente relacionadas com qualquer uma das medidas das crianças na *Situação de Still-face*. Tampouco foi possível diferenciar, consistentemente, os grupos de bebés –atrás discriminados através dos procedimentos de análise dos *clusters*– a partir das avaliações maternas dos seus atributos temperamentais (cf. **figura 6.6**) avaliados no primeiro (H de Kruskal-Wallis= 0.161; n.s.) e no segundo momento (H de Kruskal-Wallis= 1.962; n.s.).

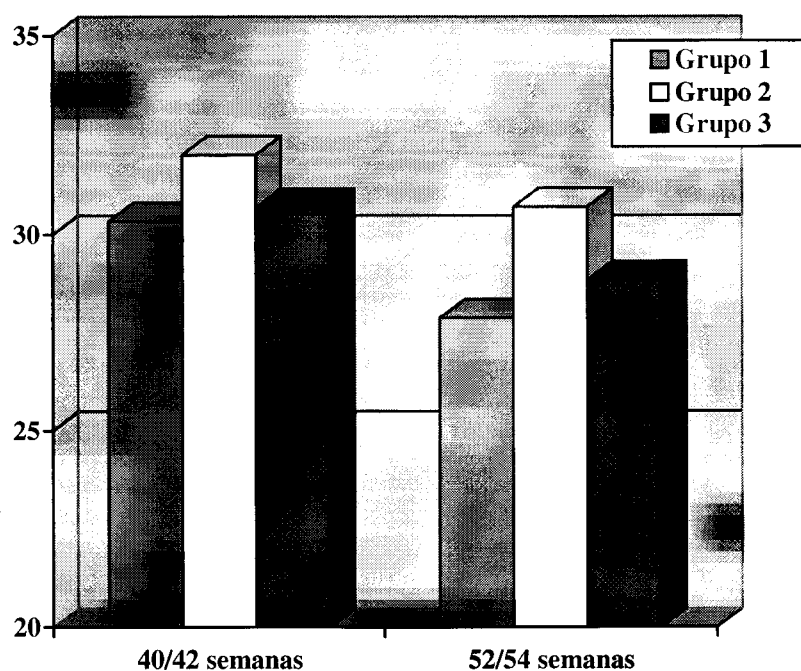


Figura 6. 6- Pontuações médias na escala do temperamento em função dos grupos de bebés.

A circunstância de não se detectarem associações estatísticas significativas entre a escala do temperamento e as reacções das crianças na *Situação de Still-face* (ou os grupos constituídos com base nelas) está longe de descartar a possibilidade de que os factores de índole temperamental fossem irrelevantes na explicação dos resultados. Há, de facto, fontes potenciais de erro eventualmente relacionadas com o método usado.

É sabido que a entrevista ou o questionário são as técnicas que usufruem de maior popularidade na avaliação do temperamento (Teglasi, 1998). Porém, vários autores levantam dúvidas acerca da sua objectividade argumentando que as respostas do adulto se encontram enzeziadas por múltiplos factores idiossincráticos, nomeadamente, porque os pais tendem a descrever o comportamento dos filhos de acordo com expectativas pessoais, critérios de desejabilidade social ou de outros factores (*cf.* Kagan, 1998; Seifer, Sameroff, Barrett & Krafchuk., 1994; Vaughn, Taraldson, Crichton, & Egeland, 1980).

Apesar, de algum exagero nesta apreciação –que não reúne o acordo de todos os investigadores (e.g., Bates & Bayles., 1984; Rothbart & Wang, 2002)– parece indesmentível que há componentes subjectivas nas avaliações parentais. O seu peso poderá ser maior ou menor em função de todo um conjunto de variáveis como, por exemplo, a idade das crianças, as características do instrumento, a personalidade dos pais ou as determinantes sócio-contextuais que rodeiam o processo de prestação da informação. Ora, um dos meios de aquilatarmos até que ponto as marcas da subjectividade afectam, decisivamente, as estimativas acerca da dificuldade do temperamento, consiste em verificar se as avaliações se encontram menos relacionados com os indicadores comportamentais observados junto dos bebés e mais associados às características das mães.

Apesar das respostas infantis, anteriormente analisadas, se cingirem ao quadro específico dos episódios da *Situação de Still-face* –o que poderá suscitar questões acerca da representatividade da amostra de comportamentos obtida– verificámos que os juízos maternos denotavam acurácia duvidosa. Perante tal circunstância, quisemos averiguar se esses mesmos juízos mostravam relações com

características próprias das mães. Tendo em conta os dados disponíveis, as análises consideraram, aqui, duas variáveis: (1) o nível de escolaridade materna e (2) a qualidade dos seus comportamentos interactivos avaliados durante o procedimento do *Still-face*.

A **figura 6.7** sugere que a percepção do nível dificuldade do temperamento infantil tende a decrescer com o aumento dos anos de escolaridade das inquiridas.

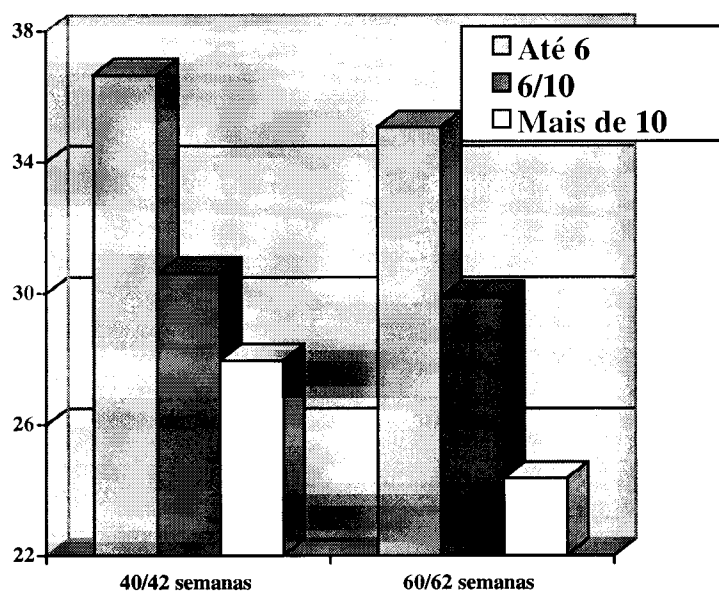


Figura 6.7- Média das estimativas maternas acerca da dificuldade do temperamento dos bebés em função dos anos de escolaridade das respondentes.

Na verdade, o estudo das significâncias estatísticas confirma tal sugestão relativamente às estimativas das 40/42 semanas (H de Kruskal-Wallis= 10.758; P = .005) e das 52/54 semanas (H de Kruskal-Wallis= 11.040; P = .004).

De forma idêntica, o **quadro 6.5** ilustra que as pontuações na escala da dificuldade do temperamento estiveram negativamente relacionadas com os valores observados da sensibilidade interactiva das mães e positivamente associadas com os

níveis da passividade. No que respeita à dimensão do controlo, os coeficientes de correlação não foram estatisticamente significativos.

Quadro 6. 5- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os resultados da escala de temperamento e as medidas referentes ao comportamento interactivo das mães no contexto da *Situação de Still-face*.

	<i>Avaliação 40/42 semanas</i>	<i>Avaliação 52/54 semanas</i>
<i>Sensibilidade</i>	-.339*	-.421**
<i>Controlo</i>	.089	.275
<i>Passividade</i>	.438**	.345*

*P< .02; **P< .005

Estes resultados parecem compatibilizar-se com a hipótese de que as avaliações maternas efectuadas através da escala do temperamento reflectiram, essencialmente, a influência de mecanismos cognitivos de assimilação. Invocando um dos conceitos nucleares da abordagem piagetiana, George e Solomon (1999) enfatizam que a assimilação “(...) *is the process by which new experiences and information are integrated into existing schemes*” (p.655). Sucede, muitas vezes, que “(...) *under normal circumstances, a mother integrates her experiences with her child into her mental schemes*” (George & Solomon, op. cit.; p. 655), elaborando, em consonância, as percepções acerca do seu bebé.

Interessa, todavia, lembrar que, no âmbito do presente trabalho, o registo do comportamento das crianças se fez numa circunstância laboratorial singular, onde os fenómenos examinados se circunscreviam a um espaço de tempo limitado. É, por conseguinte, legítimo questionarmo-nos até que ponto os dados da nossa observação espelham modos de funcionamento mais gerais, cuja expressão não se confina,

apenas, à particularidade da situação de estudo. Dito de outro modo, dispomos de algum critério susceptível de validar a ideia de que os padrões de comportamento dos bebés traduzem uma organização identificável com o constructo do temperamento?

Sabe-se que o tónus vagal cardíaco constitui um poderoso marcador psicofisiológico dos fenómenos do temperamento infantil (e.g., Calkins, 1997). Segundo Beauchaine (2001), "*In infant and child samples, individual differences in indices of vagal tone and vagal reactivity have been demonstrated to reflect temperamental reactivity*" (p. 183). Nesta ordem de ideias, parece lógico supor que a detecção de relações entre medidas do tónus vagal e os padrões de comportamento exibidos pelas crianças na *Situação de Still-face* constituirá um indicador de que tais padrões exprimem factores de índole temperamental.

Embora, na actualidade, seja tecnicamente impossível medir directamente o tónus vagal, existe, entre os autores, um consenso alargado em torno da ideia de que os valores da *arritmia sinusal respiratória* (ASR) representam os marcadores mais fiáveis das eferências vagais. Nessa perspectiva, examinámos os registos electrocardiográficos dos bebés obtidos às 40/42 semanas, extraíndo os índices da ASR através de dois métodos equivalentes –FFT e ARMA– que integravam o *package* informático do sistema de análise utilizado.

Conforme era esperado, estas medidas não mostraram qualquer associação relevante com as estimativas das mães feitas acerca da dificuldade do temperamento das suas crianças (*cf. quadro 6.6*).

Quadro 6.6- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os índices do tónus vagal cardíaco e as estimativas da dificuldade do temperamento.

Tónus vagal	Temperamento (40/42 semanas)	Temperamento (52/54 semanas)
índice FFT	-.234	-.161
índice ARMA	-.230	-.160

Porém, relativamente às respostas infantis observadas na *Situação de Still-face*, os dados (*cf.* **quadro 6.7**) mostram uma configuração diversa. Efectivamente, pudemos verificar que, em cada um dos três episódios, as medidas do tónus vagal cardíaco estiveram significativamente relacionadas com as escalas do comportamento dos bebés. Os coeficientes são negativos no que respeita à *Orientação Social Positiva* bem como às *Actividades de Regulação de Estado* e positivos no que toca à *Expressão Negativa*.

Estas constatações parecem acordar, claramente, com os dados da literatura. De facto, no primeiro trimestre de vida, os bebés que tendem a manifestar níveis superiores de afecto negativo revelam, também, índices mais elevados do tónus vagal cardíaco (e.g., Di Pietro & Porges, 1991; Porges et al., 1998). Se aceitarmos que a magnitude dos valores da ASR constituem um marcador do temperamento, então os nossos dados suportam a interpretação, atrás, avançada para as medidas comportamentais.

Quadro 6. 7- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os índices do tónus vagal e o comportamento dos bebés na *Situação de Still-face*.

	Índice	
Primeiro episódio		
Orientação positiva	-.419**	-.409*
Expressão negativa	-.669***	-.677***
Regulação de estado	-.395*	-.401*
Segundo episódio		
Orientação positiva	.609***	.596***
Expressão negativa	.746***	.762***
Regulação de estado	.443**	.444**
Terceiro episódio		
Orientação positiva	-.554***	-.530***
Expressão negativa	-.500***	-.479**
Regulação de estado	-.457**	-.421**

*P< .01; **P< .005; ***P< .001

A **figura 6.8** mostra as médias dos índices FFT e ARMA em função dos grupos de crianças definidos pela análise dos *clusters*. A análise estatística revela que os grupos se diferenciam globalmente entre si, independentemente de considerarmos os índices FFT (H de Kruskal-Wallis= 7.898; P= .02), ou ARMA (H de Kruskal-Wallis= 8.884; P= .01). Compatível com a verificação que os bebés do grupo 2 evidenciam níveis superiores de reacções incluídas na categoria da *Expressão Negativa*, constata-se que estas mesmas crianças apresentam o tónus vagal cardíaco mais elevado.

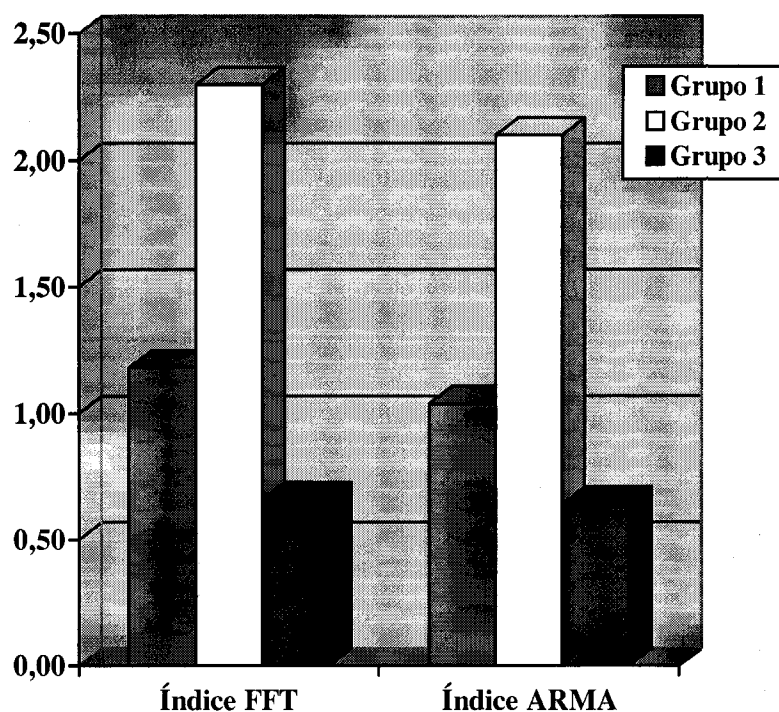


Figura 6. 8- Médias dos índices do tónus vagal cardíaco em função dos grupos de bebés

Curiosamente, a comparação entre os resultados dos grupos 1 e 3 infirma a hipótese nula quer tomemos em conta o índice FFT (H de Kruskal-Wallis= 4.447; $P= .034$) ou o ARMA (H de Kruskal-Wallis= 4.550; $P= .033$).

Não deixa de ser interessante ponderar este dado à luz dos perfis de comportamento exibidos por ambos os grupos na *Situação de Still-face*. Recordemos a propósito que, em contraste com as crianças do primeiro grupo, as do terceiro caracterizavam-se por exteriorizar maior pobreza de reacções, evidenciando menos respostas de *Orientação Social Positiva* e de *Expressão Negativa*. Os estudos de Fox (1989) e de Stifter et al. (1989) ilustram, a propósito, que os bebés com mais contenção emocional (positiva ou negativa) durante jogos interactivos diádicos tendem a revelar os índices de ASR menos elevados.

Tivemos, já oportunidade de apreciar que os valores de cada uma das escalas de avaliação do comportamento dos bebês estavam positivamente correlacionadas ao longo dos episódios da *Situação de Still-face*. Tal facto explica que se observem elevados coeficientes de concordância entre as diferentes séries de medidas das variáveis *Orientação Social Positiva* (W de Kendall=.542; P=.000), *Expressão Negativa* (W de Kendall=.747; P=.000) e *Actividades de Regulação de Estado* (W de Kendall=.607; P=.000). Assim, na mira de uma eventual redução de dados, ponderámos até que ponto seria legítimo obter, apenas, um *score* para cada um dos factores, dividindo por três as somas das pontuações alcançadas nos diversos episódios.

Um dado susceptível de apoiar a validade desta redução consistirá na circunstância de se vir a constatar que as medidas, então, geradas descrevem os atributos dos *clusters* de forma compatível com a sua caracterização original. Em termos concretos, isto significará que o primeiro grupo se distingue dos restantes por evidenciar pontuações significativamente mais altas na *Orientação Social Positiva*, o segundo na *Expressão Negativa* e o terceiro nas medidas relativas às *Actividades de Regulação de Estado*.

Ora, como a **figura 6.9** sugere, parece que estamos, efectivamente, perante tal situação. Corroborando a sugestão em causa, as análises estatísticas confirmam que os bebês reunidos no *cluster 1* obtêm notas superiores nos *scores* globais da *Orientação Social Positiva* quando comparados com os integrados nos *clusters 2* (U de Mann-Whitney= 6.00; P=.000) e 3 (U de Mann-Whitney= 33.00; P=.000). No que toca à *Expressão Negativa*, os resultados das crianças do grupo 2 superiorizam-se, inequivocamente, aos verificados junto dos grupos 1 (U de Mann-Whitney= 22.00; P=.000) e 3 (U de Mann-Whitney= 0.00; P=.000). Em relação às *Actividades*

de *Regulação de Estado* os participantes incluído no terceiro *cluster* distinguiram-se, claramente, dos do primeiro (U de Mann-Whitney= 39.00; P=.000) e segundo (U de Mann-Whitney= 20.00; P=.000).

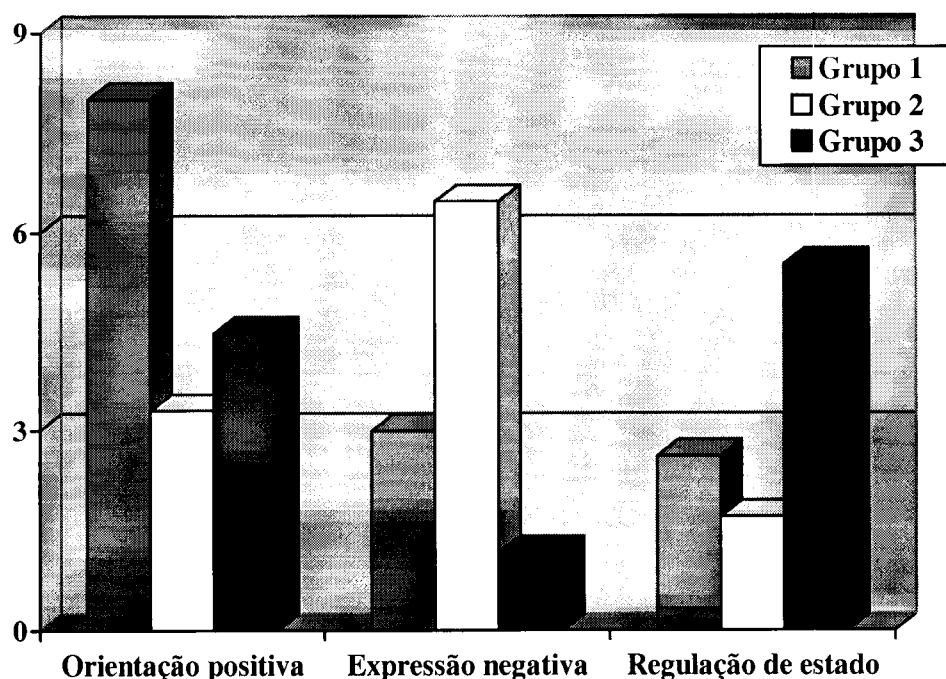


Figura 6.9- Valores médios relativos às variáveis da criança globalmente consideradas em função dos grupos.

Uma vez que estas variáveis operacionalizam, hipoteticamente, disposições temperamentais é de esperar –face aos resultados anteriormente apurados– que os seus valores não estejam associados às representações e comportamentos interactivos das mães, mostrando, ao mesmo tempo, fortes relações com as medidas do tónus vagal cardíaco.

Os coeficientes de correlação apresentados no **quadro 6.8** parecem concretizar, plenamente, essa previsão. As medidas globais da *Orientação Social Positiva*, da *Expressão Negativa* e das *Actividades de Regulação de Estado* só estiveram significativamente relacionadas com os valores do tónus vagal, não

evidenciando qualquer ligação estatística com as restantes. De notar, ainda, que à semelhança do observado em análises precedentes, a primeira e a terceira variável mantiveram associações positivas com as medidas cardíacas ao passo que as relativas à segunda foram de sentido negativo.

Quadro 6.8- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre as variáveis do comportamento infantil e as medidas da resposta interactiva das mães, da percepção materna do temperamento dos bebés e do tónus vagal cardíaco.

	Orientação positiva	Expressão negativa	Regulação de estado
Comportamento das mães			
Sensibilidade	.162	.177	-.063
Controlo	.000	-.188	.195
Passividade	-.188	.019	-.160
Percepção do temperamento			
Avaliação 40/42 semanas	-.132	-.060	-.067
Avaliação 52/54 semanas	-.204	.000	-.110
Tónus vagal			
Índice FFT	-.397*	.714**	-.537**
Índice ARMA	-.396*	.733**	-.505**

*P<.01 **P<.001

Face aos resultados, aqui, expostos legitima-se que, em análises futuras onde os valores destas escalas devam ser considerados, prescindamos das medidas discriminadas em função dos episódios da *Situação de Still-face*, substituindo-as pelas três grandes variáveis compostas a partir daquelas mesmas medidas.

6.2. Observação das 76/78 semanas

Cerca das 76-78 semanas de idade gestacional, as crianças voltaram a ser observadas com as respectivas mães. Tal como esclarecemos no capítulo precedente, as díades eram filmadas em situação interactiva de jogo livre. Esclarecendo que poderiam escolher os brinquedos presentes no local, solicitávamos às progenitoras

que brincassem com os bebés de modo espontâneo, à semelhança do que tipicamente faziam em casa.

Os comportamentos interactivos na situação de jogo livre

O **quadro 6.9** indica a frequência de casos em três zonas de distribuição dos resultados nas várias escalas do CARE-Index. Como se pode observar, encontra-se uma maior incidência de mães (69.39%) nas duas categorias de pontuação mais elevadas da escala da *Sensibilidade*. Efectivamente, os números não atingem expressão tão grande quando consideramos as escalas do *Controlo* (48.97%) ou da *Passividade* (28.57%).

Relativamente às crianças, a escala da *Cooperação* é a que concentra mais efectivos (73.47%) no intervalo compreendido entre os 5 e os 14 pontos. Esta prevalência contrasta de forma clara com as observadas nas escalas da *Compulsão* (34.69%) da *Dificuldade* (26.53%) e da *Passividade* (10.20%).

Quadro 6.9- Pontuações nas escalas do CARE-Index.

	Classificação entre 0-4 pontos	Classificação entre 5-9 pontos	Classificação entre 10-14 pontos
Sensibilidade materna	15	24	10
Controlo materno	25	19	5
Passividade materna	35	12	2
Cooperação infantil	13	26	10
Compulsão infantil	32	13	4
Dificuldade infantil	36	13	0
Passividade infantil	44	3	2
Nota global	14	24	11

A distribuição referente à nota global não se afasta das constatadas para as escalas da *Sensibilidade Materna* e da *Cooperação Infantil*. Nota-se, com efeito, que a esmagadora maioria dos casos (71.43%) cai dentro das classes definidas pelos limites de 5 e 14 pontos.

Se considerarmos as escalas de avaliação do comportamento das mães e dos bebês, verificamos que as correlações entre algumas delas são indubitavelmente elevadas (cf. **quadro 6.10**)¹. A sua análise faz sobressair, com nitidez, todo um conjunto de fenómenos e tendências gerais a que importa dar devido realce. Constata-se, assim, que:

Quadro 6.10- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre as escalas do CARE-Index.

	Sensibilidade materna	Controlo materno	Passividade materna
Cooperação infantil	.861***	-.400**	-.211
Compulsão infantil	-.389*	.733***	-.517***
Dificuldade infantil	-.057	-.083	.319*
Passividade infantil	.140	-.729***	.584***

*P<.05; **P<.005; ***P<.001

¹ O processo de cotação das escalas maternas do CARE-Index prevê a distribuição de um total de 14 pontos por cada uma das três. Significa isto que se uma mãe obtém, por exemplo, 11 pontos na escala do Controlo, só lhe restam 3 para repartir pelas escalas da sensibilidade e da passividade. A mecânica da atribuição de pontos nas escalas da criança é similar. Assim, o *score* alcançado por um caso numa das escalas condiciona, necessariamente, as notas nas outras duas. Tal característica representa a violação de um dos pressupostos fundamentais a respeitar quando se pretendem calcular coeficientes de correlação bivariada entre medidas. Por essa razão, não teria sentido determinar as correlações entre as pontuações das escalas maternas. Uma vez que a mecânica de atribuição de pontos nas escalas infantis é similar, a justificação estende-se a elas.

- as medidas da *Sensibilidade materna* e da *Cooperação infantil* mantêm uma forte relação de covariação;

- relativamente ao *Controlo materno*, os aspectos mais salientes são a sua elevada associação positiva com os valores da *Compulsão infantil* e a sua ligação negativa com as medidas da *Passividade infantil*;

- quando consideramos o caso da *Passividade materna* observa-se o padrão inverso, transparecendo uma associação negativa com a *Compulsão infantil* e uma positiva com a *Passividade infantil*;

- embora de forma quase marginal, apenas a *Passividade materna* esteve significativamente relacionada com as medidas da *Dificuldade infantil*.

Factores antecedentes associados às medidas das 76/78 semanas

Há soluções de continuidade no que diz respeito aos comportamentos interactivos das mães avaliados durante a *Situação de Still-face* (52/54 semanas) e a sessão de jogo livre (cerca de 6 meses mais tarde). Na verdade, pudemos verificar que, entre os dois momentos, a ordenação das participantes pouco se alterou quando as análises consideraram os resultados nas escalas da Sensibilidade ($\rho=.789$; $P=.000$), do Controlo ($\rho=.774$; $P=.000$) e da Passividade ($\rho=.761$; $P=.000$). Esta estabilidade é, também, constatável se considerarmos os juízos maternos acerca do temperamento dos bebés efectuados às 40/42 semanas e às 52/54 semanas de idade gestacional. De facto, a consulta do **quadro 6.11** ilustra que, tal como sucedeu 6 meses antes, (*cf. quadro 6.5*), as avaliações das mães estiveram negativamente relacionadas com as medidas da sensibilidade e positivamente com as da

passividade, não se apurando associações estatisticamente significativas no tocante à escala do controlo.

Quadro 6.11- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os resultados da escala de temperamento e as medidas referentes ao comportamento interativo das mães na situação de jogo livre.

	<i>Avaliação 40/42 semanas</i>	<i>Avaliação 52/54 semanas</i>
<i>Sensibilidade</i>	-.752**	-.684**
<i>Controlo</i>	.200	.160
<i>Passividade</i>	.326*	.336*

*P< .03; **P< .001

Foi, igualmente, possível verificar algumas das pontuações nas escalas maternas variaram significativamente com o nível de escolaridade (**figura 6.10**).

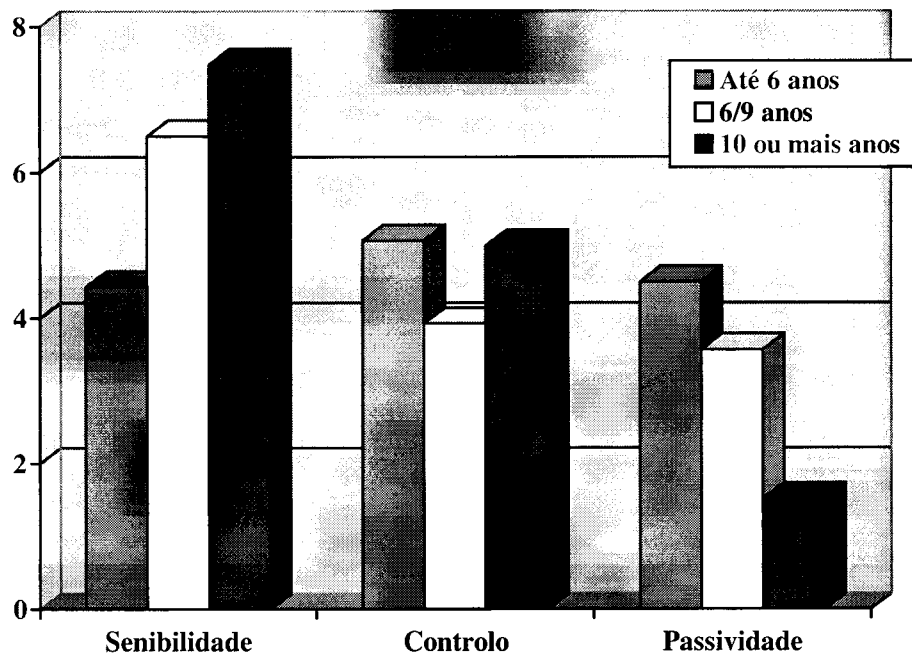


Figura 6.10- Média das pontuações maternas nas escalas do CARE-Index (situação de jogo livre) em função dos anos de escolaridade.

Os valores da sensibilidade materna parecem aumentar com o número de anos de educação formal (H de Kruskal-Wallis= 13.429; P=.001). No que respeita à passividade (H de Kruskal-Wallis= 7.210; P=.027), constatou-se a situação oposta. Já no que concerne as medidas do controlo, as relações não se mostraram significativas (H de Kruskal-Wallis= 1.329; n.s.).

Dadas as elevadas correlações entre os valores das escalas maternas e infantis, não será de espantar que estas últimas estejam associados a algumas das variáveis, atrás, analisadas. Considerando os comportamentos das mães avaliados na *Situação de Still-face*, verificamos que as medidas de sensibilidade prognosticavam, com 6 meses de antecedência, os valores da *Cooperação infantil* ($\rho=.732$; P=.000). Também a *Compulsão infantil* revelou forte associação com os *scores* do controlo ($\rho=.463$; P=.002). A *Dificuldade infantil* não demonstrou relações significativas com qualquer uma das variáveis, tal como a distribuição dos pontos da escala da *Passividade infantil* foi independente da apurada, anteriormente, para a passividade das mães. Conforme o **quadro 6.12** indica, as avaliações maternas do temperamento dos bebés só previram os valores da *Cooperação infantil*. O coeficiente negativo diz-nos que quanto mais difícil era percebido o comportamento das crianças, menos cooperantes se mostraram estas às 76/78 semanas.

Quadro 6.12- Coeficientes de correlação (ρ de Spearman) entre os resultados da escala de temperamento e as pontuações dos bebés nas várias escalas do CARE-Index.

RESULTADOS DA ESCALA DO TEMPERAMENTO		
BEBÉS (76/78 semanas)	Avaliação 40/42 semanas	Avaliação 52/54 semanas
Cooperação infantil	-.613*	-.627*
Compulsão infantil	.229	.199
Dificuldade infantil	.036	.150
Passividade infantil	-.067	-.057

*P<.001

O grau de instrução materna não esteve relacionado com os valores da *Cooperação infantil* (H de Kruskal-Wallis= 3.900; n.s.), da *Compulsão infantil* (H de Kruskal-Wallis= 1.644; n.s.), da *Dificuldade infantil* (H de Kruskal-Wallis= 0.411; n.s.) e da *Passividade infantil* (H de Kruskal-Wallis= 4.425; n.s.).

Constata-se, pois, que as medidas da *Cooperação infantil* são prognosticadas pelos níveis da sensibilidade interactiva das mães observados na *Situação de Still-face* e pelas avaliações maternas da dificuldade do temperamento dos bebés efectuadas às 40/42 e 52/54 semanas. Por sua vez os valores do *Controlo Materno* predizem os valores da *Compulsão infantil*.

Uma questão pertinente é a de sabermos até que ponto estes efeitos estatísticos são genuínos ou se não decorrem, apenas, de fenómenos de mediação relacionados com o comportamento interactivo das mães examinado às 76/78 semanas. A fim de melhor concretizarmos a ideia, tomemos, como exemplo, o caso das percepções maternas do temperamento infantil. Pudemos apreciar que estas medidas mantinham relações com os valores da *Cooperação infantil*. Vimos, igualmente, que estavam relacionadas com os *scores* da *Sensibilidade materna* que, por sua vez, mostraram fortes associações com aquela variável do comportamento infantil. Será que as percepções do temperamento contribuem para explicar, significativamente, a variância da *Cooperação infantil*? Ou a relação encontrada não resultará, simplesmente, da forte ligação existente entre aquele factor e as medidas da sensibilidade interactiva das mães?

As questões de mediação são potencialmente investigáveis mediante o recurso à técnica da Análise da Regressão Múltipla. Tal como Hair, Anderson, Tatham e Black (1998) salientam, "*Multiple regression provides a mean of*

objectively assessing the degree and character of the relationship between dependent and independent variables. (...) The independent variables in addition to their collective prediction of the dependent variable, may also be considered for their individual contribution (...) Correlation among the independent variables may make some variables redundant in their predictive effort. As such they are not needed to produce the optimal prediction” (p. 161). Sempre que tal redundância se verifica, conclui-se que os efeitos das variáveis em causa são mediados pelos efeitos das restantes.

Dado o número, relativamente, escasso de participantes, deveremos usar de alguma cautela na apreciação dos resultados da análise da regressão. Utilizá-la-emos com o mero propósito de identificar fenómenos de mediação, secundarizando os aspectos relacionados com o apuramento do grau em que são preditos os valores da variável dependente.

Relativamente à *Cooperação infantil*, avaliámos se os juízos das mães acerca do temperamento dos bebés, e as medidas da sensibilidade materna às 52/54 e 76/78 semanas contribuíam, independentemente, para a determinação dos valores daquela variável. A apreciação do R^2 ajustado (*cf.* **quadro 6.13**) indica que 74% da variância da *Cooperação infantil* é explicada pelo conjunto das variáveis analisadas.

Quadro 6.13- Valores dos Rs determinados pela análise da regressão múltipla.

R múltiplo	R ao quadrado	R ajustado ao quadrado
.874	.765	.740

Porém os coeficientes apresentados no **quadro 6.14** mostram que apenas as medidas da sensibilidade materna observadas na situação de jogo livre afectaram significativamente a variável dependente.

Quadro 6.14- Coeficientes de regressão e valores de t para as variáveis consideradas.

	Coeficiente regressão (B)	Coeficiente padronizado (Beta)	Coeficiente t
(Constante)	0.588		0.262
Sensibilidade ^a	0.600	0.124	0.713
Sensibilidade ^b	0.797	0.784	3.526*
Temperamento ^c	0.280	0.090	0.662
Temperamento ^a	-0.016	-0.058	-0.479

*P=.001

^aavaliação às 52/54 semanas

^bavaliada às 76/78 semanas

^cavaliado às 40/42 semanas

Este resultado ilustra com clareza que, no caso vertente, os efeitos estatísticos associados à sensibilidade interactiva das mães (*Situação de Still-face*) e às medidas do questionário do temperamento infantil são mediados pelos relacionados com a variável *Sensibilidade materna* –tal como pôde ser observada quando as crianças tinham 76/78 semanas de idade gestacional.

Encarando a *Compulsão infantil* como variável dependente, constatamos que cerca de 55% da sua variância total é conjuntamente explicada pelas medidas do controlo materno observadas nas situações de Still-face e de jogo livre (cf. **quadro 6.15**).

Quadro 6.15- Valores dos Rs respeitantes à previsão dos valores da *Compulsão infantil* determinados pela análise da regressão múltipla.

R múltiplo	R ao quadrado	R ajustado ao quadrado
.793	.568	.546

No entanto, os dados do **quadro 6.16**, revelam que o *Controlo materno* às 76/78 semanas desempenha funções de mediação na relação entre a outra variável independente e a variável dependente analisada.

Quadro 6.16- Coeficientes de regressão e valores de t para as variáveis consideradas.

	Coeficiente regressão (B)	Coeficiente padronizado (Beta)	Coeficiente t
(Constante)	-0.831		-1.199
Controlo materno ^a	-0.126	-0.181	-1.123
Controlo materno ^b	1.076	0.884	5.492*

*P=.000

^aavaliado às 52/54 semanas

^bavaliado às 76/78 semanas

O comportamento interactivo das crianças operacionalizado através das escalas do CARE-Index não revelou associações significativas com os valores do tónus vagal cardíaco medido às 40/42 semanas (*cf.* **quadro 6.17**).

Porém, o mesmo já não se poderá, inteiramente, dizer quando as análises consideram as medidas infantis elaboradas a partir das observações efectuadas no contexto da *Situação de Still-face*.

Quadro 6.17- Relações entre os *scores* das escalas infantis do CARE-Index (situação de jogo livre e as medidas do tónus vagal cardíaco) 40/42 semanas

	Índice FFT	Índice ARMA
Cooperação infantil	.187	.169
Compulsão infantil	-.149	-.172
Dificuldade infantil	.089	.117
Passividade infantil	.021	.035

De facto, o **quadro 6.18** ilustra que os valores da dificuldade infantil estiveram negativamente relacionados com as medidas globais da orientação social e da regulação de estado e positivamente ligadas aos *scores* da expressão negativa. No que respeita às outras variáveis não se detectou qualquer associação significativa.

Quadro 6.18- Correlações entre os valores das escalas infantis do CARE-Index (situação de jogo livre) e as variáveis do comportamento da criança avaliadas no Still-face.

	Orientação social positiva	Expressão negativa	Actividades de regulação de estado
Cooperação infantil	.231	.211	-.012
Compulsão infantil	-.019	-.222	.175
Dificuldade infantil	-.364*	.424**	-.346*
Passividade infantil	.232	-.011	-.124

*P<.03 **P<.01

É interessante verificar que os resultados nas escalas de cooperação, compulsão e de passividade puderam ser relacionadas com factores maternos. No caso da *Dificuldade infantil* constatámos ténues ligações com, apenas, uma dessas variáveis, sendo os seus valores mais fortemente previstos por medidas do comportamento do bebé observadas 6 meses antes. Admitindo que as medidas em causa espelhem disposições temperamentais, torna-se legítimo pensar que a *Dificuldade* –tal como surge operacionalizada no CARE-Index– reflectirá, também, essas propensões.

Conforme tivemos ocasião de apreciar, o recurso à técnica da *análise dos clusters* permitiu distinguir três grupos de crianças a partir das variáveis comportamentais avaliadas nos episódios da *Situação de Still-face*. Pelos motivos já explanados, pensamos que será lícito interpretá-los como aproximações a categorias tipológicas do temperamento.

Assim, perante o conjunto das relações examinadas, afigura-se pouco provável que os resultados nas escalas maternas do CARE-Index ou os relativos às da *Cooperação*, da *Compulsão* e da *Passividade infantil* do mesmo instrumento surjam relacionados com os “tipos temperamentais”. Ora, os valores de H do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis que transcrevemos no **quadro 6.19** confirmam

tal expectativa. Ou seja, nenhum dos grupos se diferencia significativamente entre si quando se consideram as variáveis mencionadas.

Por outro lado, a circunstância de as medidas da *Dificuldade infantil* se relacionarem negativamente com as da *Orientação Social Positiva* ou com as da *Actividades de Regulação de Estado* e positivamente com as da *Expressão Negativa*, suporta a conjectura de que os seus valores variarão de acordo com os “tipos temperamentais”. Em termos concretos a hipótese postulará que as crianças do grupo 2 –predominantemente caracterizadas por evidenciarem mais respostas identificadas na categoria da *Expressão Negativa*– obterão pontuações mais elevadas na escala da *Dificuldade infantil* do que as pertencentes aos grupos 1 e 3 –onde a *Orientação Social Positiva* e a *Actividades de Regulação de Estado* são, respectivamente, os que possuem maior saliência. Aparentemente, os resultados da **figura 6.11** apontam para a confirmação dessa hipótese.

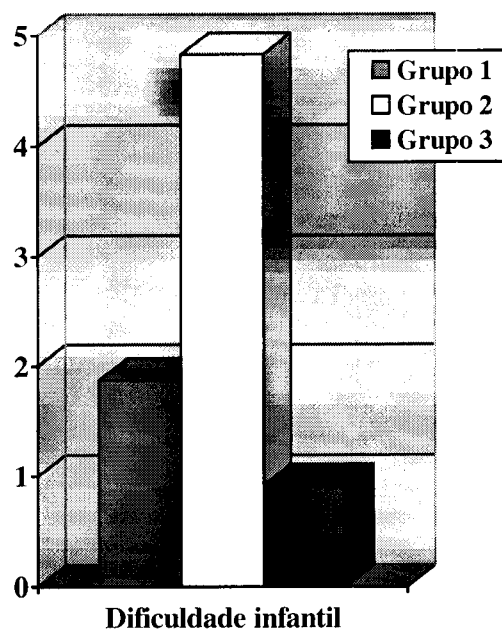


Figura 6.11- Médias na escala da Dificuldade infantil em função dos grupos constituídos a partir dos comportamentos observados na Situação de Still-face

Efectivamente, os indivíduos que, na observação das 52/54 semanas foram classificados no segundo grupo, tenderam a alcançar, seis meses depois, notas superiores na escala da *Dificuldade infantil*. A análise estatística revela que os grupos divergiram significativamente entre si (H de Kruskal-Wallis= 12.905; P=.002). Um exame mais detalhado mostra que o grupo 2 difere, claramente, dos grupos 1 (H de Kruskal-Wallis= 7.163; P=.007) e 3 (H de Kruskal-Wallis= 11.934; P=.001). Entre estes dois últimos grupos não foi, por outro lado, possível detectar contrastes significativos (H de Kruskal-Wallis= 0.409; n.s.).

Os factos acabados de referir parecem, assim, trazer apoio acrescido ao enunciado de que os comportamentos mensuráveis através da escala da *Dificuldade infantil* espelham, em grande parte, vectores de organização temperamental.

6.3. Observação das 88/92 semanas (cerca dos 12 meses corrigidos para IG)

Conforme de explicitámos no capítulo precedente, entre as 88 a as 92 semanas de idade de gestação, procedemos à avaliação da organização comportamental da vinculação, através do procedimento da Situação Estranha. Paralelamente, colhemos registos electrocardiográficos das crianças durante todo o tempo da nossa observação.

Comportamentos e organização dos processos de vinculação na Situação Estranha

Método descrito em detalhe por Ainsworth et al. (1978), a Situação Estranha activa ao longo de vários episódios —e de modo progressivo— o nível de

funcionamento do sistema da vinculação, permitindo avaliar a expressão da sua organização comportamental na criança.

Desde a publicação da obra seminal de Ainsworth et al. (op. cit.), têm sido propostos –em referência aos indivíduos de 12 meses– vários critérios e modelos de identificação dos padrões da vinculação infantil. No âmbito desta abordagem, optámos por utilizar o sistema expandido de classificação de Crittenden (2003c) cujas características gerais foram, já, mencionadas noutra parte desta obra.

Após análise cuidada dos registos videográficos, tipificámos as crianças segundo diferentes categorias. O **quadro 6.20** apresenta o número de casos em cada uma delas (por deficiências de filmagem não foi possível classificar 1 das crianças).

Quadro 6.20- Frequência de crianças em cada um dos padrões identificados

Pré A+	A1	A2	B1	B2	B3	B4	C1	C2	Pré C+
4	12	1	7	2	5	2	7	1	7

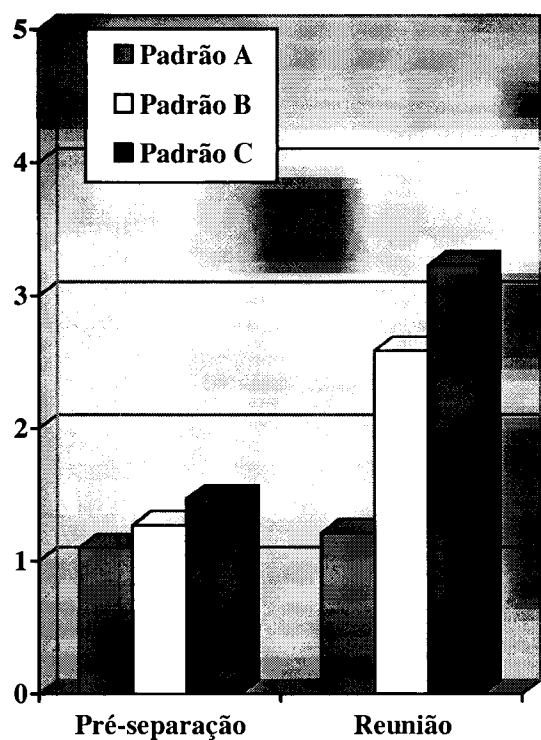
Distribuídos por diferentes sub-categorias, contabilizamos um total de 16 bebés B o que perfaz 33.33% de seguros. Os A –ditos evitantes–, em número de 17 (Pré A+, A1 e A2), correspondem a 35.42% da globalidade dos casos e os 15 C (Pré C+, C1 e C2) –designados como resistentes/ambivalentes– a 31.25%. Um dos aspectos mais salientes a considerar é que nenhuma das crianças da amostra evidenciou o padrão A/C.

Apesar de diversa, a abordagem classificatória de Crittenden manterá, em princípio, importantes zonas de sobreposição com a de Ainsworth. Tal circunstância determina que a organização dos comportamentos interactivos infantis durante as fases de pré-separação (episódios 2 e 3) e de reunião (episódios 5 e 8) evidencie

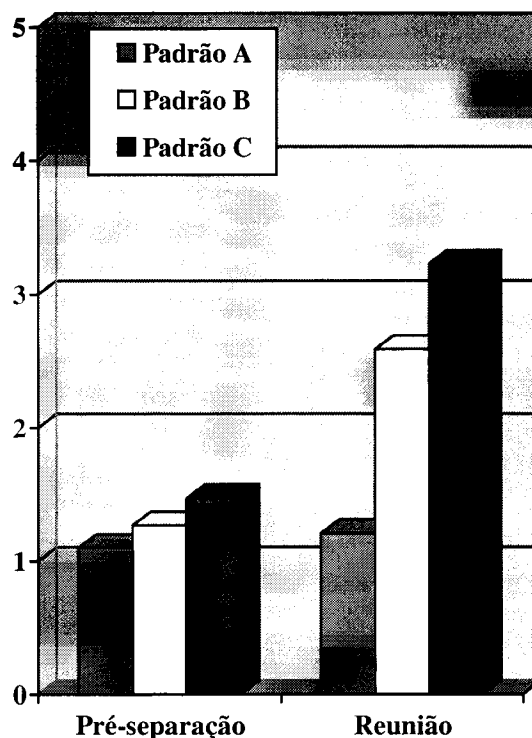
semelhanças quando se comparam ambas as categorizações em função dos grandes padrões A-B-C. Se atendermos aos resultados de Ainsworth et al. (1978), espera-se que entre a pré-separação e os momentos de reunião aumente a intensidade dos comportamentos de *Procura da Proximidade* e de *Manutenção do Contacto* junto dos indivíduos C e B. Por sua vez, a *Resistência ao Contacto* crescerá nas crianças C e as respostas de *Evitamento da Proximidade* registrarão maior incremento nas A.

A fim de testarmos estas hipóteses, consideramos, por participante, as médias obtidas no conjunto dos dois episódios de pré-separação e de reunião, relativamente às variáveis mencionadas. Comparámos, depois os *scores* observados entre ambas as condições, distinguindo, para o efeito, as crianças em função dos três grupos de classificação (A, B, e C).

PROCURA DA PROXIMIDADE



MANUTENÇÃO DO CONTACTO



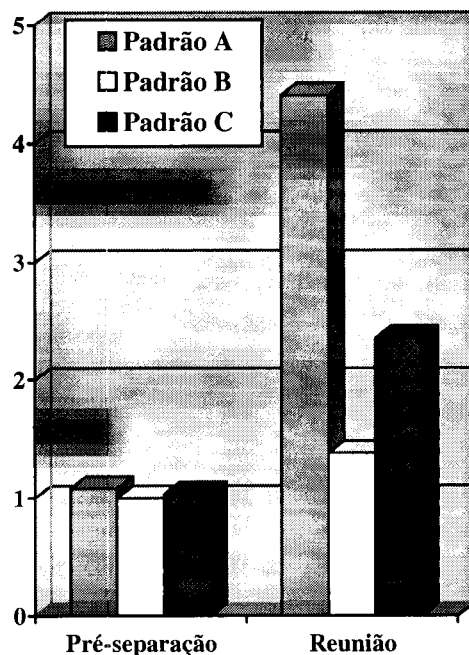
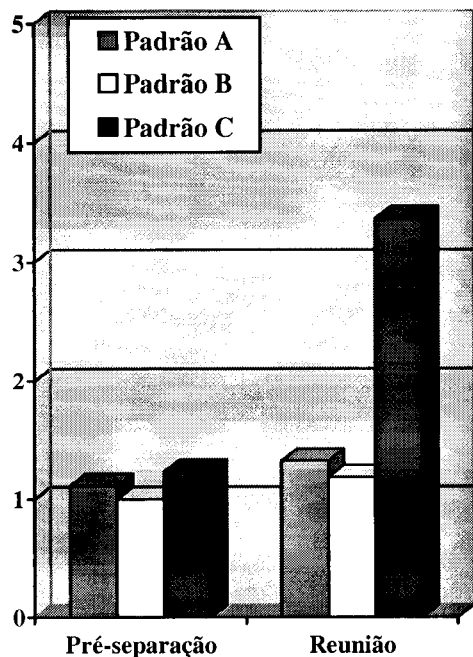


Figura 6.12 - Médias nos episódios de pré-separação e de reunião relativas às escalas interactivas do comportamento das crianças (Situação Estranha) em função dos grupos A, B e C.

A **figura 6.12** mostra os resultados. A análise estatística revelou que evitantes (A), seguros (B) e resistentes/ambivalentes (C) não se diferenciaram durante o período da pré-separação quando foram tidas em conta a *Procura da Proximidade* (H de Kruskal-Wallis= 4.56; n.s.), a *Manutenção do Contacto* (H de Kruskal-Wallis= 4.31; n.s.), a *Resistência ao Contacto* (H de Kruskal-Wallis= 4.02; n.s.) e o *Evitamento da Proximidade* (H de Kruskal-Wallis= 1.03; n.s.). Em contrapartida, nas reuniões a diferença entre os grupos foi globalmente significativa no que respeita à *Procura da Proximidade* (H de Kruskal-Wallis= 16.58; P=.000), à *Manutenção do Contacto* (H de Kruskal-Wallis= 20.59; P=.000), à *Resistência ao Contacto* (H de Kruskal-Wallis= 30.81; P=.000) e ao *Evitamento da Proximidade* (H de Kruskal-Wallis= 28.83; P=.000). Uma análise mais detalhada revelou que as

crianças classificadas nos padrões B e C só divergiram na variável *Resistência ao Contacto* (H de Kruskal-Wallis= 23.02; P=.000), não se detectando discrepâncias significativas quando se consideraram a *Procura da Proximidade* (H de Kruskal-Wallis= .004; n.s.), a *Manutenção do Contacto* (H de Kruskal-Wallis= 2.23; n.s.) ou o *Evitamento da Proximidade* (H de Kruskal-Wallis= 2.92; n.s.). Relativamente a esta última variável, o grupo A distinguiu-se significativamente dos grupos B (H de Kruskal-Wallis= 22.83; P=.000) e C (H de Kruskal-Wallis= 16.86; P=.000).

Quadro 6.21- Significância das diferenças entre as médias observadas nos episódios de pré-separação e de reunião para as quatro variáveis interactivas (Situação Estranha) junto das crianças A, B e C (grupos tomados separadamente)

	VALOR DE F medidas repetidas	SIGNIFICÂNCIA
GRUPO A		
PROCURA DA PROXIMIDADE	2.48	Não significativo
MANUTENÇÃO DO CONTACTO	1.15	Não significativo
RESISTÊNCIA AO CONTACTO	2.54	Não significativo
EVITAMENTO DA PROXIMIDADE	250.98	P=.000
GRUPO B		
PROCURA DA PROXIMIDADE	24.58	P=.000
MANUTENÇÃO DO CONTACTO	13.42	P=.002
RESISTÊNCIA AO CONTACTO	3.46	Não significativo
EVITAMENTO DA PROXIMIDADE	2.34	Não significativo
GRUPO A		
PROCURA DA PROXIMIDADE	17.86	P=.001
MANUTENÇÃO DO CONTACTO	27.97	P=.000
RESISTÊNCIA AO CONTACTO	78.13	P=.000
EVITAMENTO DA PROXIMIDADE	24.34	P=.000

Olhando individualmente cada um dos três grupos, verifica-se que, entre o conjunto dos episódios de pré-separação e de reunião, as médias da *Procura da Proximidade* e da *Manutenção do Contacto* só aumentaram junto dos indivíduos B e C (cf. quadro 6.21). As relativas à *Resistência ao Contacto* sofreram apenas

incremento significativo no grupo dos C e as respeitantes ao *Evitamento da Proximidade* cresceram quer nas crianças A e C.

Pese, embora, o facto de o sistema de classificação usado não se socorrer dos critérios definidos por Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978), a verdade é que quando tomamos como referência as grandes categorias A-B-C, os comportamentos dos participantes na Situação Estranha evoluem, entre os episódios de pré-separação e de reunião, da maneira prevista por aqueles autores. Poderemos, assim, concluir que, independentemente do método, a tipologia estabelecida a partir dos procedimentos recomendados por Crittenden (2003c) parece, nas suas grandes linhas, obter resultados congruentes com os relevados pelo grupo de Ainsworth.

Lembremos, a propósito, que, na identificação dos padrões de vinculação, Ainsworth *et al.* (1978) atribuem importância particular às respostas infantis nos episódios de reunião. Ora, no seguimento das relações já examinadas será interessante averiguar se a classificação, aqui, efectuada é igualmente coerente com o relevo que muitos estudiosos atribuem, na sua abordagem tipológica, ao comportamento durante aqueles episódios. Um meio apropriado de responder ao problema consiste no recurso à Análise da Função Discriminante (DISCRIM). Este procedimento estatístico pertence à classe das técnicas multivariadas e permite prever a pertença de um elemento a um grupo com base nos valores de uma série de variáveis. Quando se trata de avaliar a adequabilidade de uma classificação, a DISCRIM não impõe exigências de distribuição e de tamanho da amostra extraordinárias. Na verdade, o método lida razoavelmente com grupos que integrem um número desigual de efectivos e apenas exige que o tamanho do grupo mais pequeno não seja inferior ao número das variáveis utilizadas. Procurámos, então, ver através da Análise da Função Discriminante a consistência dos padrões gerais A-B-

C à luz dos valores das escalas de *Procura da Proximidade*, *Manutenção do Contacto*, *Resistência ao Contacto* e *Evitamento da Proximidade* nas alturas de reunião (episódios 5 e 8 tomados conjuntamente) com a figura de vinculação.

Conforme se pode apreciar no **quadro 6.22**, a DISCRIM calculou duas funções discriminantes e os centróides para cada um dos grupos. A primeira função maximiza a separação entre os grupos A e C. Por sua vez a segunda discrimina o grupo B dos restantes dois.

Quadro 6.22- Funções discriminantes e valores dos centróides para os três grupos.

	Primeira função	Segunda função
Grupos		
A (evitantes)	2.068	0.707
B (seguros)	-0.232	-1.676
C (resistentes/ambivalentes)	-2.096	0.988

Tendo como base os valores discriminantes, podemos constatar (*cf.* **quadro 6.23**) que 1 das crianças B passaria a ser incluída no grupo A, permanecendo as restantes 15 na mesma categoria. Entre as evitantes, uma integraria a classe dos bebés seguros. Relativamente ao tipo C, nota-se uma perda de 5 efectivos que se deslocariam para o grupo B. Constatamos, pois, que à luz da DISCRIM, 85.42% dos casos originalmente agrupados foram correctamente classificados.

Quadro 6.23- Correspondência entre a classificação prévia e a gerada pela DISCRIM.

Classificação prévia	GRUPO DE PERTENÇA PREVISTO			% de acordo entre os grupos
	A (evitantes)	B (seguros)	C (resistentes)	
A (evitantes)	16	1	0	94.12%
B (seguros)	1	15	0	93.75%
C (resistentes))	0	5	10	66.67%
Total	17	21	10	85.42%

Importa, aqui, sublinhar que a identificação das estratégias de vinculação nos sistemas de Ainsworth et al. (op. cit.) ou de Crittenden (2003c) não repousa, exclusivamente, sobre a apreciação do peso de determinadas variáveis. Na verdade, parte-se, antes, de descrições prototípicas dos diversos padrões, cabendo a quem classifica detectar a correspondência entre tais descrições e o que efectivamente foi observado. Os padrões, em causa, são constructos que pretendem, apenas, representar diferenças qualitativas no modo como os indivíduos organizam as relações de vinculação. Nessa ordem de ideias, técnicas estatísticas como a DISCRIM, não substituem os procedimentos de classificação codificados nos guiões da avaliação. A sua função é, essencialmente, a de testar “(...) *the hypothesis that the behaviors highlighted in the instructions for classification are indeed the major behaviors in terms of which main groups differ*” (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall., 1978, p.96).

Os chamados *Grupos de Pertença Previstos* constantes do **quadro 6.23**, não devem, pois, ser interpretados como o resultado objectivamente correcto de uma classificação efectuada sem os factores de enziejamento provenientes do observador. Aqueles grupos decorrem de processos de uma reconstituição baseada em cálculos estatísticos que se socorrem dos valores de variáveis que serão, em princípio, seus correlatos. Nessa perspectiva, a comparação da classificação original com a prevista deverá, servir de critério de validação da primeira. Feita a ressalva poderemos, então, avançar as seguintes conclusões:

- uma eventual classificação que privilegiasse os comportamentos da criança verificados durante os episódios de reunião, tenderia, presumivelmente, a agrupar os casos (em termos das grandes categorias A-B-C) de forma não muito discrepante (ter em conta os 85.42% de acordo global);

- é, igualmente, de presumir que se apurasse uma maior incidência de casos no grupo B (observam-se 43.75% nos resultados da DISCRIM contra 33.33% na classificação original) e um número menor de efectivos na categoria C (confrontar os 20.83% com os 31.25% da classificação prévia).

Referimos, no capítulo precedente, que a actividade cardíaca dos bebés havia sido continuamente monitorizada ao longo dos episódios da Situação Estranha. Por virtude de falhas técnicas só conseguimos obter registos analisáveis em 83.33% (N= 40) da totalidade dos 48 casos. Desses 40, 15 tinham sido classificados em distintas subcategorias do padrão A, 13 nas do padrão B e 12 nas do C. Determinámos a média do ritmo cardíaco por minuto, avaliando as diferenças entre o segundo episódio (linha de base) e cada um dos restantes episódios (*cf.* **figura 7.13**).

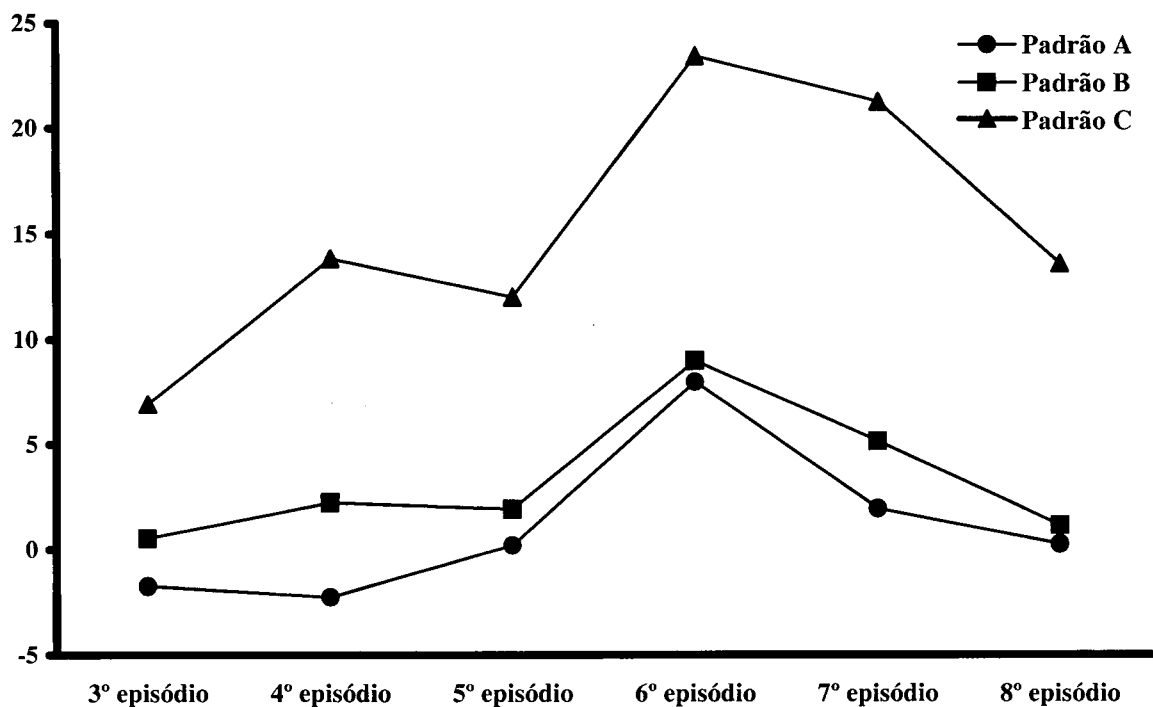


Figura 6.13- Variação das médias da frequência cardíaca das crianças durante os seis últimos episódios da Situação Estranha em função dos padrões A-B-C.

Para o objectivo pretendido, recorreremos à Análise da Variância com medidas repetidas (MANOVA), controlando a heterogeneidade da variância mediante a correcção de Greenhouse-Geisser em ordem ao ajustamento dos graus de liberdade. O estudo realizado não mostrou a existência de discrepâncias significativas entre os três grupos no que respeita à frequência cardíaca média na linha de base. Considerando os episódios posteriores, verificou-se globalmente uma diferença associada aos padrões de vinculação com níveis apropriados de significância estatística ($F= 4.003$; $P=.027$). Observa-se, também, um forte efeito principal devido aos episódios ($F= 41.251$; $P=.000$) e uma interacção significativa entre esta última variável e os grupos de crianças ($F= 3.680$; $P=.002$). O teste de Bonferroni com ajustamento para as comparações múltiplas diz-nos que a grande fonte de variação reside na diferença entre os indivíduos A e C ($P=.036$) já que os B não diferiram significativamente dos A nem dos C. A discrepância entre as crianças A e C só é constatável nos episódios 4 ($F= 5.253$; $P=.031$), 6 ($F= 5.033$; $P=.038$), 7 ($F= 7,909$; $P=.031$) e 8 ($F= 5.430$; $P=.028$), não se detectando diferenças significativas quando as análises consideraram o episódio que antecedeu as separações –episódio 3– ($F= 2.034$; n.s.) e o primeiro episódio de reunião ($F= 2.989$; n.s.).

Este conjunto de dados sugere que as crianças resistentes/ambivalentes evidenciam um aumento sensível da activação autonómica logo desde a primeira separação, com ligeiro abaixamento no subsequente retorno da figura de vinculação, atingindo os picos mais elevados na segunda separação. Por sua vez, os seguros e os evitantes só parecem começar, verdadeiramente a reagir no episódio 6, quando ficam sós dentro da sala experimental, “acalmado” com a entrada da Estranha (episódio 7) e um pouco mais com o retorno da Mãe.

Factores temperamentais e padrões de vinculação

Os fenómenos acabados de analisar sugerem que os processos de regulação autonómica da frequência cardíaca durante os episódios da Situação Estranha estão, até certo ponto, relacionados com a organização comportamental da vinculação infantil. Tal circunstância justifica que nos interroguemos em que medida esses mesmos processos não reflectirão disposições do temperamento estruturadas a partir de determinismos constitucionais cujo impacto se manifestará, de forma mais ou menos linear, na génese e consolidação dos padrões de comportamento evidenciados pelas crianças ao longo dos episódios da *Situação Estranha*. Sob o ponto de vista teórico a questão é crítica e exige um trabalho de escrutínio que se encontra longe de esgotar na mera consideração das variáveis de natureza fisiológica. De qualquer modo, começarmos a tentativa de esclarecer o problema, centrando-nos neste aspecto poderá representar um ponto de partida pertinente.

Caso admitamos, a título de conjectura, que os índices avaliados configuram marcadores inequívocos de uma arquitectura de índole temperamental, é de esperar a identificação de teias de relação mostrando a prevalência, no tempo, de certas linhas de continuidade entre fenómenos de natureza idêntica ou análoga. Isto significa, por exemplo, que os indicadores da reactividade autonómica constatados na *Situação de Still-face* deverão revelar, de uma maneira ou de outra, associações com os verificados durante a *Situação Estranha*. Foi, assim, que calculámos os coeficientes de correlação entre os valores da variação inter-episódios das frequências cardíacas médias em ambos os contextos (*cf. quadro 6.24*).

Quadro 6.24- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os valores de variação da frequência cardíaca média por minuto na Situação de Still-face e na Situação Estranha, determinados a partir das respectivas linhas de base.

	SITUAÇÃO ESTRANHA					
	Episódio 3	Episódio 4	Episódio 5	Episódio 6	Episódio 7	Episódio 8
STILL-FACE						
Episódio 2	.280	.283	-.054	.037	.241	.247
Episódio 3	.157	.294	.096	.241	.298	.295

Conforme se pode apreciar, as correlações apresentam, na sua generalidade, um sentido positivo. Porém, as análises indicaram que nenhuma das probabilidades associadas a esses coeficientes atingiu os níveis de significância estatística normalmente aceites.

A mesma conclusão pôde ser tirada quando as análises procuram estabelecer as relações entre os resultados da Situação Estranha e as medidas do tónus vagal cardíaco observadas às 40 semanas de gestação (*cf.* **quadro 6.25**).

Quadro 6.25- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os valores de variação da frequência cardíaca média por minuto na Situação Estranha e as medidas do tónus vagal às 40 semanas de gestação.

	SITUAÇÃO ESTRANHA					
	Episódio 3	Episódio 4	Episódio 5	Episódio 6	Episódio 7	Episódio 8
TÓNUS VAGAL						
Índice FFT	-.123	.196	.019	.157	.233	.049
Índice ARMA	-.120	.201	.015	.157	.282	.072

Se os indicadores fisiológicos obtidos às 40 semanas e às 52/54 semanas parecem não manter qualquer relação com as medidas análogas que observámos no decurso da Situação Estranha, poderá suceder circunstância inversa quando procuramos averiguar potenciais relações entre elas e os padrões de vinculação.

Considerando a diferença das frequências médias cardíacas entre o primeiro e os dois últimos episódios da *Situação de Still-face* avaliámos até que ponto ambos os valores possibilitavam distinguir as crianças agrupadas segundo o tipo de vinculação (cf. **figura 6.14**). Para o efeito testámos as eventuais discrepâncias através da utilização da MANOVA, controlando a heterogeneidade da variância pela técnica de Greenhouse-Geisser. Tal como seria de esperar a partir de anteriores análises (e.g. resultados constantes da **figura 6.4**), não se verificaram flutuações estatisticamente significativas associadas à variável episódios ($F= 0.050$; n.s.). No que diz, particularmente, respeito às discrepâncias observadas entre as médias relativas aos três grandes padrões de vinculação, os dados também estiveram longe de permitir a infirmação da hipótese nula ($F= 2.524$; n.s.).

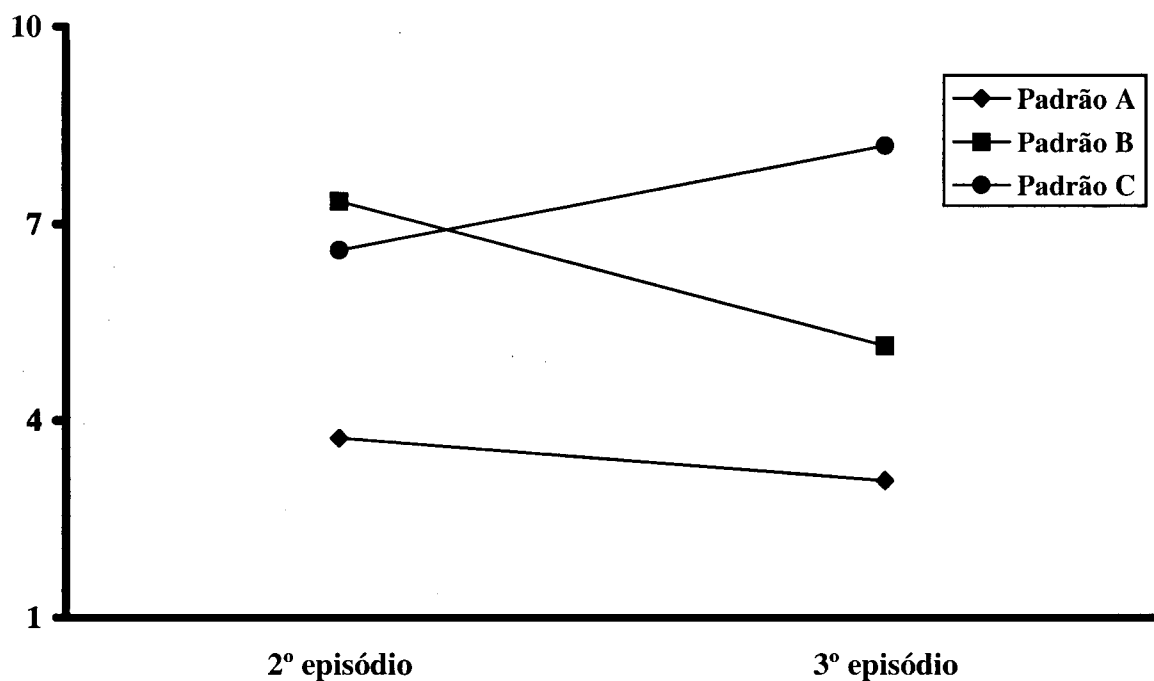


Figura 6.14- Variação das médias da frequência cardíaca das crianças durante os dois últimos episódios da *Situação de Still-face* em função dos padrões de vinculação.

De igual modo, conforme as médias da **figura 6.15** sugerem, as crianças evitantes, as seguras e as resistentes/ambivalentes não se distinguiram entre si quando as análises compararam as medidas do seu tônus vagal cardíaco, operacionalizadas pelos índices FFT (H de Kruskal-Wallis= 4.962; n.s.) ou ARMA (H de Kruskal-Wallis= 4.201; n.s.).

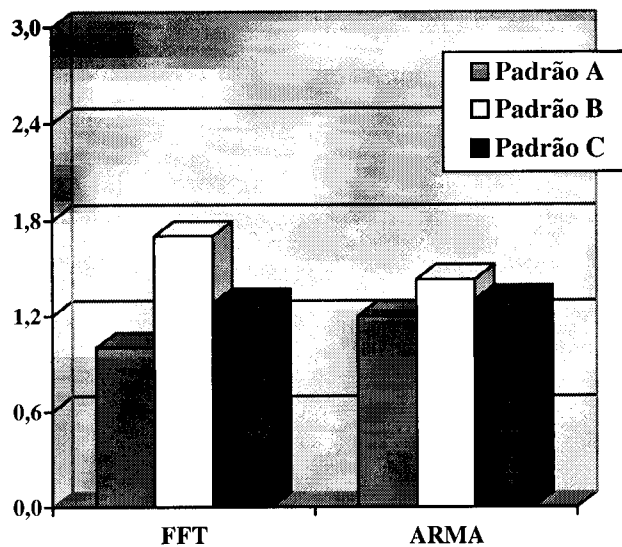


Figura 6.15- Medidas do tônus vagal cardíaco às 40 semanas (índices FFT e ARMA) em função dos padrões de vinculação.

Os factos apresentados ao longo das páginas precedentes permitem, pois, destacar os seguintes pontos:

Os fenómenos de regulação autonómica da frequência cardíaca observados por volta das 88/92 semanas de idade gestacional das crianças parecem estar, inequivocamente, relacionados com a organização diferencial dos processos de vinculação;

Tal facto poderia sugerir que os padrões de vinculação seriam a mera expressão de vectores de ordem temperamental, naturalmente espelhados nas características da actividade fisiológica dos indivíduos;

Uma vez que o temperamento é concebido como organização comportamental primária e estável cuja diversidade das formas reflecte a influência dos predicados genéticos ou constitucionais dos indivíduos, era, então, lógico supor que os indicadores fisiológicos observados durante a Situação Estranha estivessem relacionados com medidas de idêntico ou análogo teor apuradas ao longo dos meses anteriores;

Os dados obtidos contrariaram, claramente, essa suposição, verificando-se, por acréscimo, que os índices de cariz fisiológico avaliados às 40 semanas e às 52/54 semanas não possuíam valor prognóstico relativo aos padrões de vinculação.

Em face do que ficou exposto, a evidência parece não suportar a tese segundo a qual os ditos padrões decorrem de processos primários de organização comportamental dotados de estabilidade e coerência.

Todavia a questão assume contornos mais complexos. Aceita-se, hoje, sem controvérsia maior que as aferências centrais aos sistemas de regulação motora e autonómica afectam, decisivamente, as características do temperamento. Sendo certo que um número substancial de estudos pôde identificar múltiplos correlatos fisiológicos de várias tendências comportamentais, a verdade é que, nem sempre, esses resultados conseguiram ser, cabalmente, reproduzidos pela investigação. As fontes de erro abundam e conforme Kagan (1998) enfatiza, as medidas periféricas usadas para ajudar a definir atributos do temperamento –e.g., níveis de cortisol, pressão arterial, variabilidade da frequência cardíaca...– não chegam, muitas vezes, a apreender satisfatoriamente os aspectos que pretendem captar. Assim, autores como Rothbart e Bates (1998) propõem que, no estado actual, os métodos de pesquisa do temperamento privilegiem a utilização de estratégias múltiplas de

recolha de dados (e.g., medidas psicofisiológicas, observações de teor naturalístico, manipulação experimental das condições de resposta...). Factos ou regularidades que não se detectam inequivocamente com umas técnicas, poderão transparecer mais claramente com outras.

No nosso caso, a constatação de que as medidas fisiológicas foram incapazes de revelar possíveis relações entre os padrões de vinculação e o temperamento, não significa que a hipótese de existência dessas associações deva ser, desde logo, descartada. Lembremos, a propósito, que certas variáveis analisadas pareciam indiciar a presença de fortes componentes temperamentais. Até que ponto não terão elas valor prognóstico relativo às reacções observadas e aos grupos identificados no âmbito da Situação Estranha?

A Orientação Social Positiva, a Expressão Negativa e as Actividades de Regulação de Estado avaliadas no conjunto dos episódios da *Situação de Still-face* representam três desses factores. Do mesmo modo, as medidas do CARE-Index referentes à *Dificuldade infantil* parecem ser, em grande parte, influenciadas por vectores de índole temperamental. Procurámos, então, verificar se estas variáveis estavam relacionadas com as escalas do comportamento interactivo das crianças durante a Situação Estranha. Nessa perspectiva, o **quadro 6.26** ilustra que os valores da *Orientação Social Positiva* não estiveram significativamente associados a qualquer uma das medidas consideradas. Revela-se, também, a mesma tendência quando as análises tomam em linha de conta todas as outras variáveis examinadas durante os episódios da pré-separação.

Quadro 6.26- Coeficientes de correlação (rho de Spearman) entre os valores das escalas do comportamento interactivo das crianças no conjunto dos episódios de pré-separação e de reunião na Situação Estranha e o comportamento infantil avaliadas nos meses antecedentes.

Situação Estranha	Orientação Positiva ¹	Expressão Negativa ¹	Regulação de Estado ¹	Dificuldade Infantil ²
Pré-separação				
Procura da proximidade	.138	.152	-.274	-.022
Manutenção do contacto	-.126	.279	.218	.170
Resistência	.034	-.086	-.067	.246
Evitamento	-.157	-.009	-.238	.019
Reunião				
Procura da proximidade	.024	.450**	-.462***	.152
Manutenção do contacto	-.059	.441**	-.455**	.318*
Resistência	-.232	.365*	-.525***	.316*
Evitamento	-.051	-.269	.261	-.242

*P<.05; **P<.01; ***P<.001

¹ Situação de Still Face (52/54 semanas de gestação).

² Escala do CARE-Index administrada na situação de jogo livre (76/78 semanas).

Olhando os episódios de reunião, pode-se ver que as crianças que nove meses mais cedo evidenciavam, na *Situação de Still-face*, níveis superiores de respostas pertencentes à categoria da *Expressão Negativa* tendiam, agora, a procurar mais a proximidade com a figura de vinculação, a manter mais o contacto com ela, mas também a resistir-lhe mais. Por sua vez os bebés que obtiveram os maiores *scores* na escala das Actividades de Controlo de Estado, revelaram, no decurso da Situação Estranha, menos propensão para procurar a proximidade e manter o contacto com a mãe, ao mesmo tempo que exteriorizavam, igualmente, menos resistência. Por último, os bebés que às 76/78 semanas pontuaram mais alto na escala da *Dificuldade infantil* manifestaram, posteriormente, maior predisposição para manter o contacto com a figura materna e resistir-lhe.

Parece haver, assim, no plano dos comportamentos relações entre algumas repostas exteriorizadas durante a Situação Estranha e outras reacções que, aparentemente, espelham vectores de organização temperamental. E o que dizer acerca dos padrões de vinculação propriamente ditos?

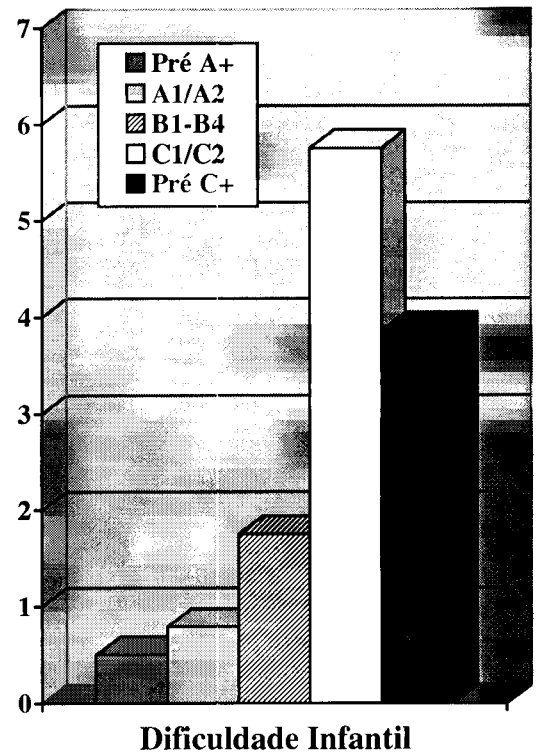
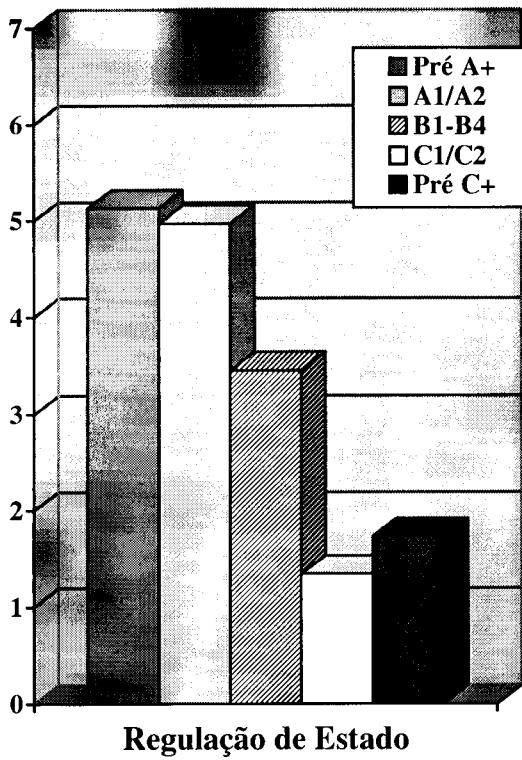
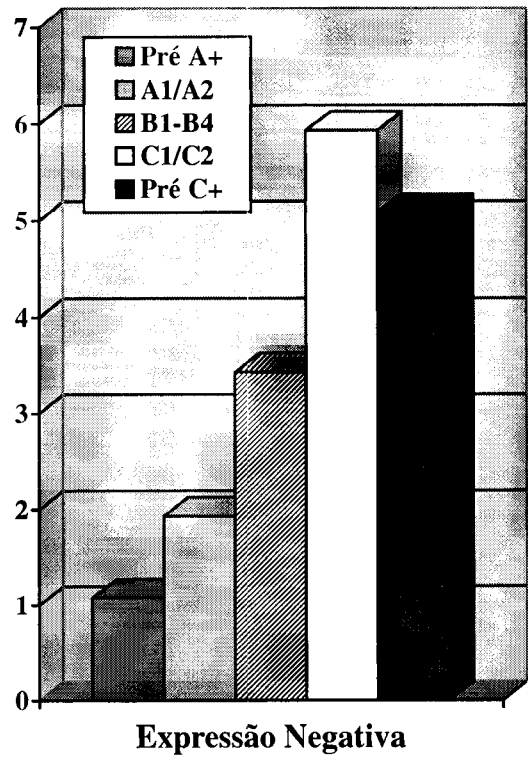
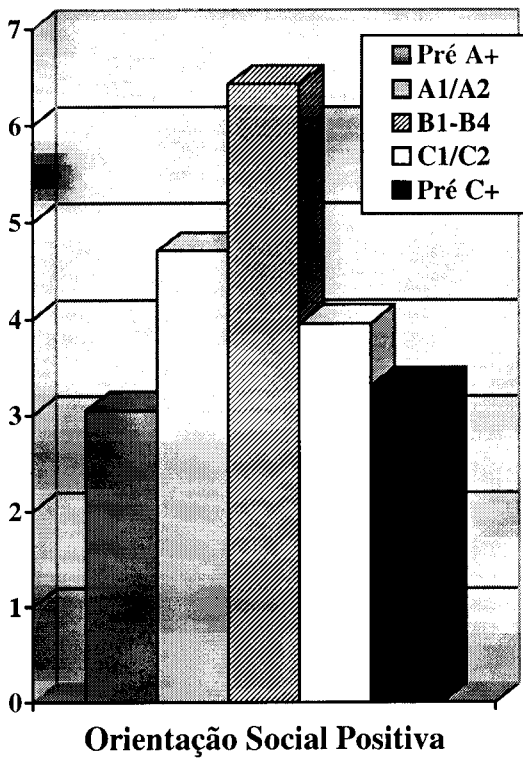


Figura 6.16- Médias nas escalas do comportamento da criança avaliadas na Situação de Still-fac e na escala da Dificuldade infantil em função dos padrões de vinculação.

Apresentamos na **figura 6.16** as médias da *Orientação Social Positiva*, da *Expressão Negativa*, das *Actividades de Regulação de Estado* e da *Dificuldade infantil* em função dos padrões de vinculação. A fim de fornecermos um melhor panorama do perfil dos resultados, separámos, no gráfico, os Pré A+ dos A1 e A2, incluindo-os em dois grupos distintos. Seguimos idêntico procedimento no caso dos Pré C + e dos C1/C2. Atendendo ao reduzido número de efectivos nalguns destes grupos, tal divisão não será necessariamente contemplada nos cálculos da estatística inferencial.

As crianças seguras foram aquelas que, nove meses antes, evidenciavam, genericamente, pontuações médias mais elevadas na escala da *Orientação Social Positiva*. Enquanto grupo, diferenciaram-se, aqui, significativamente das Pré A+, A2 e A1 tomadas no seu conjunto (H de Kruskal-Wallis= 3.837; P=.05). Da mesma forma, os valores significância estatística permitem distinguir os B de todos os C (H de Kruskal-Wallis= 4.560; P=.033) ou os B dos Pré C+ (H de Kruskal-Wallis= 3.574; n.s.). Entre os evitantes (A1, A2 e Pré A+) e os resistentes/ambivalentes (C1, C2 e Pré C+) as análises não revelaram discrepâncias estatisticamente significativas (H de Kruskal-Wallis= 0.595; n.s.).

Em relação à *Expressão Negativa*, os bebés que posteriormente vieram a ser classificados como C apresentaram pontuação média superior. Apesar disso, não foi possível discriminá-los dos futuros B (H de Kruskal-Wallis= 2.207; n.s.), nem quando contrastámos os seguros com os C1/C2 (H de Kruskal-Wallis= 2.174; n.s.) ou com os Pré C+ (H de Kruskal-Wallis= 0.783; n.s.). Já no que toca à comparação com o conjunto dos A, os C diferiram significativamente (H de Kruskal-Wallis= 9.527; P=.002), à semelhança do que, aliás, sucedeu entre os seguros e os evitantes (H de Kruskal-Wallis= 4.948; P=.026).

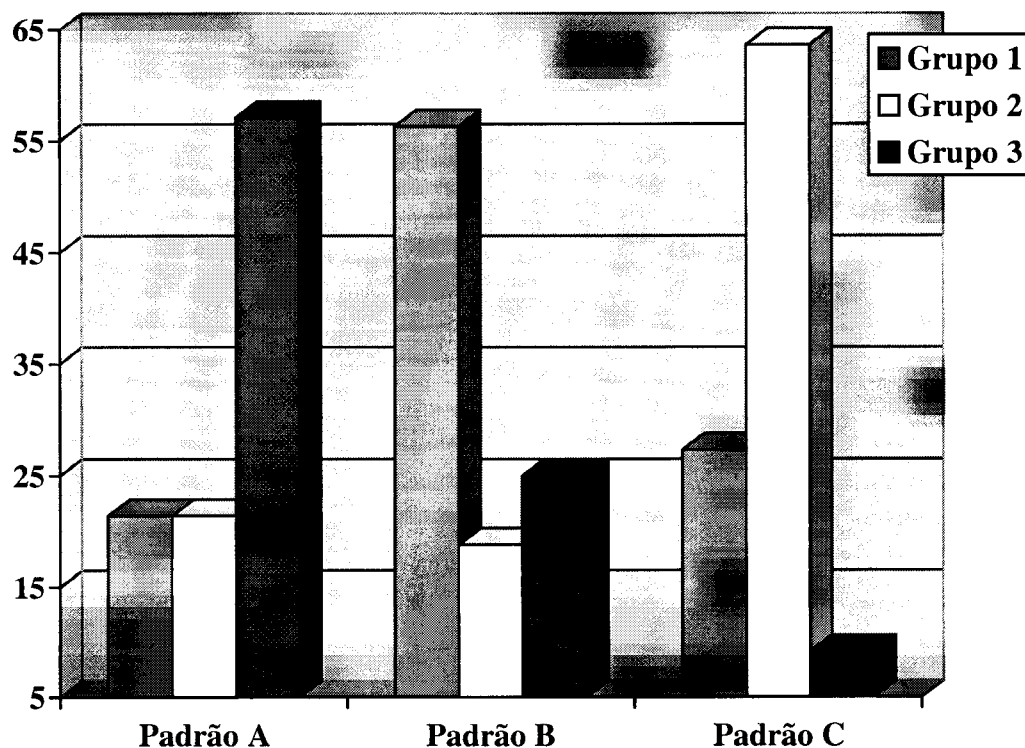
As crianças que mais tarde foram identificadas como incluídas no padrão A (A1/A2 e Pré A+) exibiram, durante toda a *Situação de Still-face*, frequência maior de comportamentos da classe *Actividades de Regulação de Estado*. Essa superioridade é confirmada marginalmente em relação às B (H de Kruskal-Wallis= 3.982; P=.05) e com clara nitidez relativamente a todas as C (H de Kruskal-Wallis= 12.233; P=.000).

As pontuações obtidas na escala da *Dificuldade infantil*, por volta das 76/78 semanas, estiveram associadas à probabilidade de os bebés serem classificados no grupo C. Efectivamente, os resistentes/ambivalentes pontuaram mais alto nessa escala do que os seguros ou os evitantes. Este facto, pôde ser observado quando os indivíduos C foram comparados com os B (H de Kruskal-Wallis=6.221; P=.013) e com os A (H de Kruskal-Wallis= 11.309; P=.001). As crianças classificadas nestes dois últimos grupos não diferiram significativamente entre si (H de Kruskal-Wallis= 3.347; n.s.).

É, assim, plausível pensarmos que os “tipos de temperamento” definidos a partir da análise das variáveis de comportamento avaliadas ao longo dos três episódios da *Situação de Still-face*, possam ter áreas de sobreposição importantes com os três grandes padrões de vinculação. Dadas as características desses “tipos” e as relações já estabelecidas, antecipámos que haveria uma maior prevalência de crianças do grupo 1 no conjunto dos indivíduos B, do grupo 2 nos C e do grupo 3 nos A. Em ordem a averiguarmos tal hipótese, determinámos, para o total dos efectivos contabilizados dentro de cada um dos padrões, o número de casos que haviam sido, anteriormente, classificados nos grupos 1, 2 e 3. A **figura 6.17** mostra esses resultados em termos percentuais. Conforme se pode apreciar, os valores de percentagem nas condições onde eram esperadas as maiores concentrações de casos

são efectivamente mais elevadas. Infelizmente, o pouco número de participantes impediu análises feitas através de testes de estatísticas inferenciais.

Figura 6.17- Percentagem de casos nos padrões de vinculação A, B ou C, previamente classificados nos grupos 1, 2 e 3.



Tal circunstância leva a que os resultados devam ser tidos enquanto mera indicação heurística destinada a posterior exploração em futuros estudos.

Factores ambientais e padrões de vinculação

A teoria postula que os indivíduos estão biologicamente programados para estruturarem laços de vinculação com as pessoas que lhes prodigalizam, normalmente, cuidados maternos. De uma forma genérica, os autores acordam na ideia de que esses laços se organizam de acordo com as características do ambiente

onde a criança cresce. Por conseguinte, importará atender às configurações diferenciais que informam a manifestação destes fenómenos.

As teses dominantes sustentam que as diferenças inter-individuais, comumente, observadas ao nível da organização dos processos de vinculação são construídas a partir da história de repetidas interacções mantidas pela criança com os mesmos adultos no tempo. Durante tais trocas, ela elaborará memórias procedimentais generalizadas acerca da relação que lhe permitirão antecipar e atribuir significados ao comportamento das figuras de vinculação. As memórias em causa suportarão a constituição de esquemas enactivos que o indivíduo utilizará para adoptar, no plano comportamental e mental, estratégias organizadas de relacionamento (estratégias de vinculação) em ordem a maximizar o sentido de protecção face à percepção do perigo ou dos indícios de uma sua eventual ocorrência. Nesta perspectiva as ditas estratégias reflectirão o conhecimento acerca de *quem* são as figuras de vinculação, *onde* podem elas ser encontradas e de *como* provavelmente reagirão caso sejam solicitadas.

Daqui decorre que os padrões de vinculação se organizem na base das relações estabelecidas com o adulto e espelhem de algum modo os seus atributos. Curiosamente, os dados até agora analisados parecem apontar numa outra direcção. Embora não tenhamos, ainda, avaliado as classificações efectuadas na Situação Estranha à luz da qualidade das interacções materno-infantis, a verdade é que vêm sendo, inesperadamente encontradas associações entre a organização diferencial das expressões comportamentais da vinculação e factores plausivelmente ligados ao temperamento. Importará, pois, esclarecer que peso terão, aqui, as variáveis directa ou indirectamente relacionadas com as dimensões sócio-interactivas.

Poderemos apreciar no **quadro 6.27** a frequência de evitantes, seguros, seguros e resistentes ambivalentes junto das mães cujos anos de escolaridade formal se estendiam até aos 9 anos ou se prolongavam para além desse nível. Os resultados mostram que a prevalência de crianças seguras aumenta, ligeiramente, com as habilitações literárias das mães, registando-se, concomitantemente uma diminuição sensível da incidência de resistentes. Esta variação ronda muito de perto –sem verdadeiramente os atingir– os limites de significância normalmente aceites ($\chi^2=5.79$; $P=.055$).

Quadro 6.27- Frequência de crianças A, B ou C em função dos anos da escolaridade materna

Anos de escolaridade	Evitantes (A)	Seguras (B)	Resistentes (C)
Até 9 anos	9	6	12
Mais de 10 anos	8	10	3

Vimos, já, que as estimativas das mães acerca da dificuldade do temperamento dos bebés tendiam a reflectir menos as características efectivas das crianças e mais factores pessoais de enviezamento que influenciavam as suas percepções. A análise dos resultados (apresentados em termos de médias na **figura 6.18**) revela que os julgamentos maternos prognosticaram, globalmente, os padrões da vinculação infantil quando as avaliações foram feitas às 40/42 (H de Kruskal-Wallis= 24.491; $P=.000$), ou às 52/54 semanas (H de Kruskal-Wallis= 22.550; $P=.000$). As pontuações associadas ao grupo dos B foram inferiores às atribuídas às crianças que mais tarde vieram a ser classificadas como A –40/42 semanas (H de Kruskal-Wallis= 16.780; $P=.000$); 52//54 semanas (H de Kruskal-

Wallis= 9.971; $P=.002$)– ou como C –40/42 semanas (H de Kruskal-Wallis= 16.924; $P=.000$); 52/54 semanas (H de Kruskal-Wallis= 18.446; $P=.000$). Tomando, apenas, como referência os evitantes e os resistentes ambivalentes, não se detectaram contrastes estatisticamente significativos nas avaliações das 40/42 semanas (H de Kruskal-Wallis= 2.728; n.s.) e das 52/54 semanas (H de Kruskal-Wallis= 3.583; n.s.).

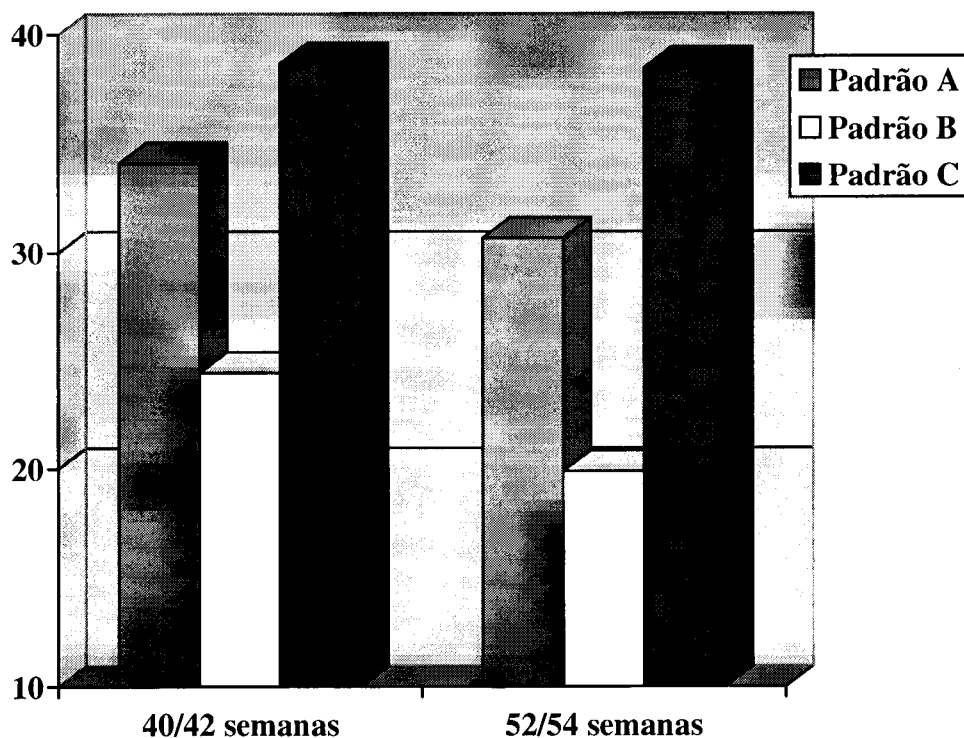


Figura 6.18- Médias das pontuações atribuídas pelas mães aos bebês na escala da dificuldade do temperamento infantil (administrada às 40/42 semanas e às 52/54 semanas) em função dos padrões de vinculação identificados no contexto da Situação Estranha.

Quisemos, igualmente, investigar se as características do comportamento interactivo das mães se encontrava relacionado com os padrões de vinculação. Para tal, considerámos as medidas na *Situação de Still-face* (52/54 semanas) e as

observadas na situação de jogo livre (76/78 semanas) e avaliámos a sua variabilidade em função dos tipos de vinculação identificados posteriormente. No que respeita a esta última variável, apresentaremos os dados descritivos, tomando em linha de conta os Pré A+, os A1/A2, a globalidade dos B, os C1/C2 e os Pré C+. Não quer isto dizer, que, à semelhança do que fizemos anteriormente, respeitemos essa separação dos grupos nas abordagens analíticas a efectuar.

A **figura 6.19** apresenta as médias das escalas de sensibilidade materna para cada uma das categorias mencionadas. Constata-se que os valores da sensibilidade, em ambas as situações, foram globalmente diversas consoante os grupos –*Situação de Still-face* (H de Kruskal-Wallis= 26.884; P=.000); situação de jogo livre (H de Kruskal-Wallis= 35.169; P=.000). Na primeira circunstância, as mães das crianças que vieram a ser classificadas como seguras, obtiveram as pontuações mais elevadas, diferenciando-se significativamente daquelas cujos filhos viriam a ser A1 ou A2 (H de Kruskal-Wallis=14.886; P=.000), Pré A+ (H de Kruskal-Wallis= 9.354; P=.002), C1/C2 (H de Kruskal-Wallis=11.472; P=.001) e Pré C+ (H de Kruskal-Wallis= 10.802; P=.001). Da mesma forma, na segunda situação experimental, estas progenitoras distinguiram-se, igualmente daquelas cujos filhos elaboraram padrões do tipo A1 ou A2 (H de Kruskal-Wallis=20.917; P=.000), Pré A+ (H de Kruskal-Wallis= 9.560; P=.002), do tipo C1 ou C2 (H de Kruskal-Wallis=15.899; P=.000) e do tipo Pré C+ (H de Kruskal-Wallis= 14.442; P=.000).

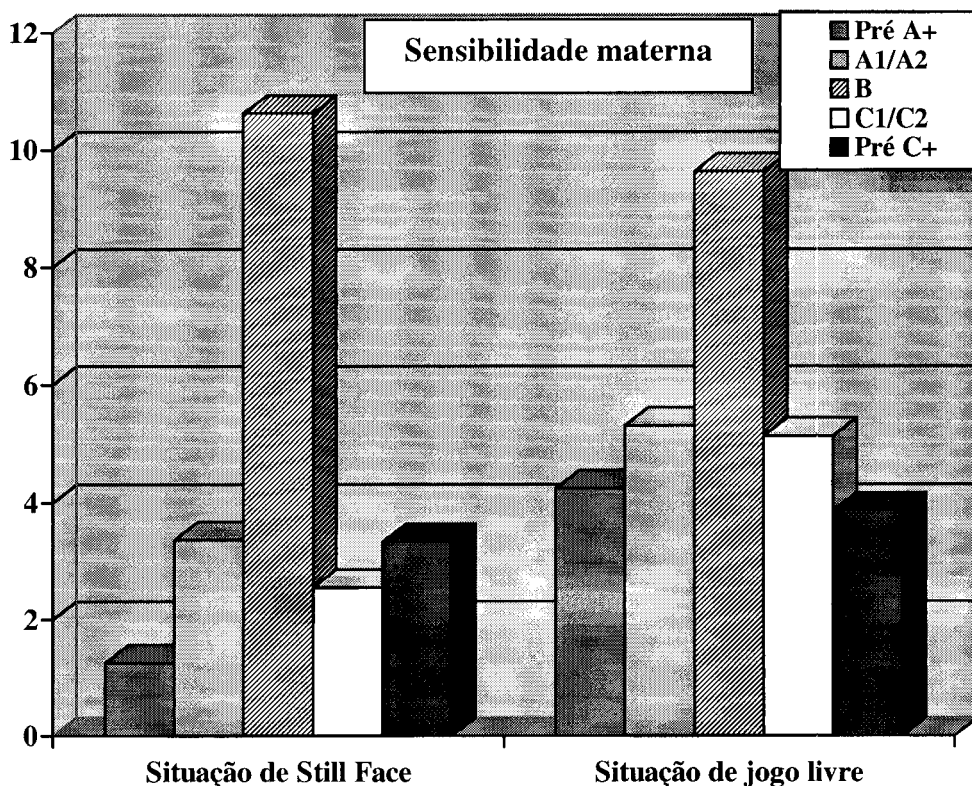


Figura 6.19- Médias na escala da sensibilidade materna em função dos padrões de vinculação posteriormente identificados.

Quando as análises foram feitas, retirando os bebês B, as não se detectaram diferenças sensíveis entre os restantes grupos, quer na primeira (H de Kruskal-Wallis= 3.001; n.s.), quer na segunda situação (H de Kruskal-Wallis= 4.688; n.s.). Podemos, então, concluir que os valores da sensibilidade materna possuem valor prognóstico em relação à segurança da vinculação infantil, permitindo distinguir as crianças que desenvolverão um padrão seguro daquelas que apresentarão qualquer um dos padrões ditos não seguros.

Foi feito idêntico estudo para a escala do controlo materno (*cf.* **Figura 6.20**). À semelhança do que sucedeu no caso da sensibilidade, os grupos diferiram global e significativamente quando as análises se referenciaram à *Situação de Still-face* (H de Kruskal-Wallis= 15.804 ; P=.003), ou à situação de jogo livre (H de Kruskal-Wallis= ; P=.000).

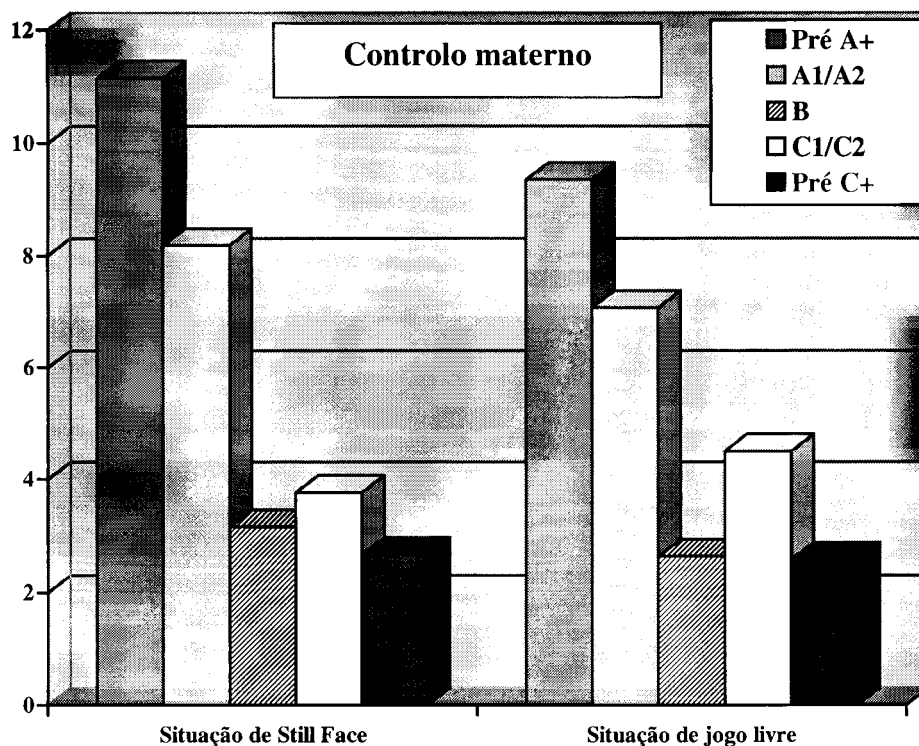


Figura 6.20- Médias na escala do controlo materno em função dos padrões de vinculação posteriormente identificados.

Cingindo-nos à *Situação de Still-face*, as medidas do controlo materno são mais elevadas para os bebés que mais tarde vieram a ser identificados como A (Pré A+ e A1-A2) do que para aqueles que desenvolveram o padrão B (H de Kruskal-Wallis=10.612; P=.001) ou foram classificados nas categorias C1/C2 (H de Kruskal-Wallis= 5.653 ; P=.017) ou Pré C+ (H de Kruskal-Wallis= 6.616; P=.01). De igual modo, às 76/78 semanas, as pontuações associadas aos futuros A (Pré A+, e A1-A2) superiorizaram-se relativamente aos B (H de Kruskal-Wallis= 16.879; P=.000), aos C1/C2 (H de Kruskal-Wallis= 5.184; P=.023) e ao conjunto dos Pré C+ (H de Kruskal-Wallis= 9.577; P=.002). Subtraindo todas as crianças A da amostra, os restantes grupos não se diferenciam entre si, tendo como marco de referência a *Situação de Still-face* (H de Kruskal-Wallis= .227; n.s.) ou a situação de jogo livre (H de Kruskal-Wallis= 3.280; n.s.). Assim, a escala do *Controlo materno* revela

genericamente valor preditivo relativo aos evitantes, permitindo prognosticar os que o serão e os que desenvolverão inespecificamente qualquer um dos outros padrões.

Relativamente à escala da passividade materna, a **figura 6.21** mostra as médias desta medida na *Situação de Still-face* e na situação de jogo livre, em função dos padrões de vinculação posteriormente identificados.

Globalmente, detectou-se uma variabilidade estatisticamente significativa associada aos grupos, quer no primeiro (H de Kruskal-Wallis= 22.961; P=.000), quer no segundo contexto de observação (H de Kruskal-Wallis= 26.961; P=.000). Os C1/C2 considerados em conjunto não se diferenciaram do total dos Pré C+ quando as análises consideraram os *scores* da passividade materna na *Situação de Still-face* (H de Kruskal-Wallis= 0.149; n.s.). Porém, na situação de jogo livre, as discrepâncias já se revelaram significativas (H de Kruskal-Wallis= 4.923; P=.027).

Tendo em conta os C na sua globalidade, observou-se que, às 52/54 semanas, as respectivas mães eram mais “passivas” do que as dos B (H de Kruskal-Wallis= 15.057; P=.000) e as dos A (H de Kruskal-Wallis= 11.509; P=.001). A mesma tendência verificou-se de forma bastante nítida às 76/78 semanas quando usámos como termo de comparação os C1/C2 –constatação de diferenças efectivas relativamente às mães dos B (H de Kruskal-Wallis= 6.789; P=.009) e dos A (H de Kruskal-Wallis= 7.169; P=.007)– ou os Pré C+ –existência de contrastes estatisticamente significativos em relação às mães das crianças A (H de Kruskal-Wallis= 12.017; P=.000) e B (H de Kruskal-Wallis= 14.028; P=.000).

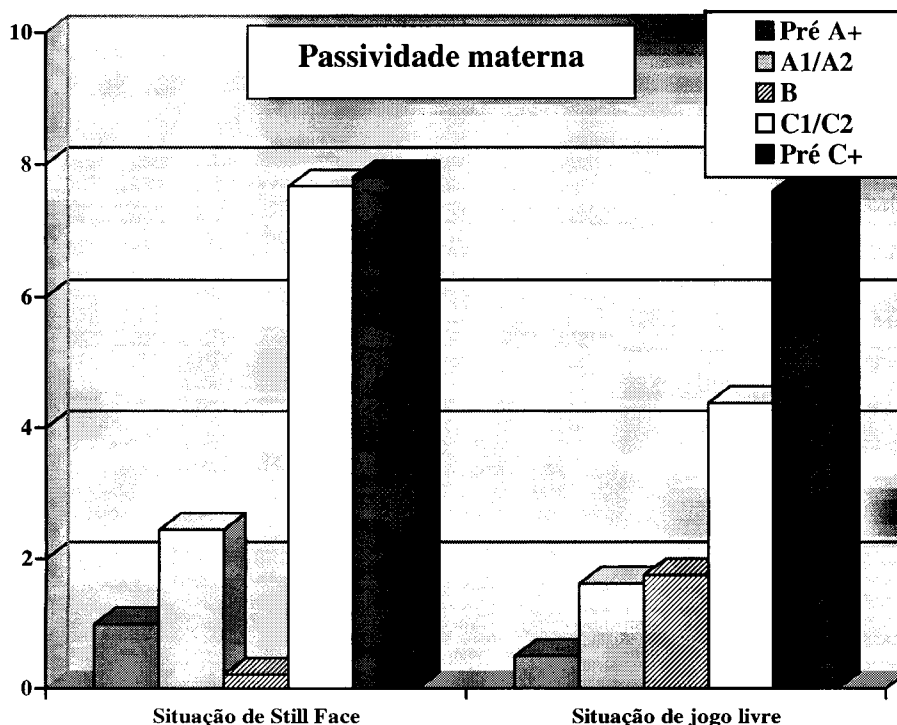


Figura 6.21- Médias na escala da passividade materna em função dos padrões de vinculação.

Também, aqui, quando retirámos da amostra as mães do conjunto das crianças C, verifica-se a ausência de diferenças significativas entre os restantes grupos tanto na *Situação de Still-face* (H de Kruskal-Wallis= 3.846; n.s.) como na de jogo livre (H de Kruskal-Wallis= 3.495; n.s.). Por conseguinte, as medidas da passividade materna parecem prognosticar, especificamente, a posterior emergência do padrão C.

Olhados de modo global, os resultados mostram, então, que, independentemente dos factores do temperamento, há toda uma série de variáveis relacionadas com a mãe e a qualidade dos seus comportamentos interactivos que predizem os padrões de vinculação A, B e C (*cf. quadro 6.28*).

No que respeita à escala do Controlo materno, trata-se de uma medida que antecipa de forma particular o surgimento das formas do padrão A. Por sua vez, as

avaliações que as mães efectuam acerca da dificuldade do temperamento dos bebés e a escala da Sensibilidade materna, parecem, particularmente, adequadas a prognosticarem a emergência das modalidades do padrão B. Por último, a escala da Passividade materna encontra-se especificamente associada à elaboração dos diversos tipos do padrão C.

Quadro 6.28- Variáveis analisadas com valor preditivo em relação aos padrões de vinculação.

Momento da Avaliação	Prognóstico das configurações do Padrão A	Prognóstico das configurações do Padrão B	Prognóstico das configurações do Padrão C
40/42 semanas		Avaliação da dificuldade do temperamento do bebé efectuada pela mãe	
52/54 semanas		Avaliação da dificuldade do temperamento do bebé efectuada pela mãe	
	Escala do Controlo materno –CARE-Index– avaliada na <i>Situação de Still-face</i> .	Escala da Sensibilidade materna –CARE-Index– avaliada na <i>Situação de Still-face</i> .	Escala da Passividade materna –CARE-Index– avaliada na <i>Situação de Still-face</i> .
76/78 semanas	Escala do Controlo materno –CARE-Index– avaliada na situação de jogo livre	Escala da Sensibilidade materna –CARE-Index– avaliada na situação de jogo livre	Escala da Passividade materna –CARE-Index– avaliada na situação de jogo livre

Considerando, em cada uma das colunas, o conjunto das variáveis de prognóstico, tivemos, já, oportunidade de verificar que as correlações entre elas eram muito elevadas. Se nos abstrairmos da associação moderada das avaliações maternas do temperamento infantil com as medidas da sensibilidade na *Situação de Still-face*, recordaremos que as pontuações decorrentes das duas administrações daquele questionário correlacionavam, aos níveis de $-.752$ e de $-.684$, com os valores desta última variável avaliada no contexto do jogo livre. Por sua vez, o coeficiente relativo a entre as duas medidas do *Controlo materno* foi de $.774$, entre as da *Sensibilidade materna* de $.789$ e entre as da *Passividade materna* de $.761$. O nível de

magnitude de tais coeficientes suscita, em termos da previsão estatística, condições de alguma redundância. De facto, o grau de covariação é tão grande que, em princípio, nenhuma variável acrescenta algo de substancial ao prognóstico feito a partir de qualquer uma das outras que lhe esteja associada. Por esse motivo eventuais análises de efeitos de moderação ou de mediação são, sob o ponto de vista prático pouco relevantes. Não obstante, decidimos proceder ao estudo desses efeitos através da *Análise da Regressão Logística Multinomial* (Multinomial Logistic Regression).

Esta técnica permite examinar a distribuição de uma variável categorial a partir de uma série de medidas cuja natureza pode ser contínua, discreta, dicotómica ou mista. Em contraste com outros métodos, trata-se de um procedimento bastante mais flexível, pois não exige que as variáveis preditoras respeitem assunções muito restritivas. Na verdade, relativamente às condições a prognosticar, está longe de se requerer que essas variáveis possuam, em referência a cada grupo, distribuição normal, equivalência de variâncias ou linearidade de relação. Entre as suas diversas potenciais utilizações, interessou-nos, apenas, indagar se os factores enumerados no **quadro 7.28** prestavam, individualmente, um contributo próprio para a determinação dos valores da variável dependente.

As análises contemplaram, separadamente, os blocos de variáveis agrupados nas colunas referentes ao prognóstico dos Padrões A, B e C. Assim, conforme se pode observar no **quadro 6.29**, considerámos, em três passos distintos, cada uma das grandes categorias de referência. No primeiro –referido à categoria A–, apreciámos os efeitos conjugados do *Controlo materno* avaliado às 52/54 e às 76/78 semanas. No segundo –relativo à categoria B–, ponderámos os efeitos da percepção

materna do temperamento do bebé (40/42 e 52/54 semanas) e as medidas da *Sensibilidade materna* (52/54 e 76/78 semanas). Finalmente, –no terceiro–, referenciado à categoria C, tomámos em conta os valores da *Passividade materna* (52/54 e 76/78 semanas).

Os resultados mostraram que as variáveis relativas ao comportamento interactivo das mães avaliados, segundo o CARE-Index, às 76/78 semanas mediavam, por inteiro, os efeitos estatísticos associados aos restantes factores.

Quadro 6.29- Variáveis que explicam os valores observados para cada padrão de vinculação à luz da Análise da Regressão Logística Multinomial.

PADRÃO A COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	71.278	18.36	P=.000
Controlo materno (52/56 semanas)	59.399	0.49	P=.784
Controlo materno (76/78 semanas)	66.272	7.36	P=.025
PADRÃO B COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	40.524	7.76	P=.022
Avaliação materna do temperamento 1	32.903	0.14	P=.930
Avaliação materna do temperamento 2	34.780	2.02	P=.364
Sensibilidade materna (52/56 semanas)	32.771	0.01	P=.994
Sensibilidade materna (76/78 semanas)	46.290	13.53	P=.001
PADRÃO C COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	51.283	12.38	P=.002
Passividade materna (52/56 semanas)	36.871	3.96	P=.137
Passividade materna (76/78 semanas)	47.466	8.565	P=.014

Em termos concretos, isto significa que as variáveis *Controlo materno*, *Sensibilidade materna* e *Passividade materna*, observadas na situação de jogo livre funcionaram, respectivamente, como as grandes medidas de prognóstico dos

padrões A, B e C. Todas as restantes não trazem qualquer achegas próprias e específicas para a explicação dos valores da variável dependente. Por conseguinte, muitos dos efeitos estatísticos detectados no âmbito das análises univariadas são, consoante os casos, justificados a partir das relações primariamente mantidas com uma daquelas três variáveis.

Tal como sugerimos, a determinação destes fenómenos de mediação não traz acréscimos significativos de informação. Atendendo a que na maior parte das circunstâncias examinámos o contributo das mesmas variáveis observadas em momentos diferentes (escalas maternas do CARE-Index) era de esperar, face aos resultados anteriormente obtidos, que o maior grau de proximidade temporal entre as situações de avaliação da qualidade do comportamento interactivo das mães e de identificação dos padrões da vinculação infantil ditassem os fenómenos verificados.

Comportamentos interactivos da criança às 76/78 semanas e padrões de vinculação

A administração do CARE-Index às 76/78 semanas revelou que existiam fortes correlações entre as escalas infantis e as maternas. Tal constatação, leva-nos a supor que as primeiras possuam valor prognóstico relativamente aos padrões de vinculação. Sendo certo que, a propósito da *Dificuldade infantil*, a suposição foi já confirmada quando avaliávamos as associações entre os vectores de organização temperamental e a vinculação, encontramos-nos em posição de formular hipóteses relativamente às restantes. Assim, atendendo às relações apuradas entre os dois grupos de escalas (*cf. quadro 6.10*) e às ligações entre as medidas maternas e as classificações das crianças feitas a partir da análise da Situação Estranha, esperávamos que:

- a probabilidade de um indivíduo vir a ser identificado como pertencente ao grupo dos seguros (B) aumentasse com a pontuação obtida na escala da *Cooperação infantil*;

- aqueles que evidenciaram estratégia de tipo evitante (A), tenderiam a alcançar, comparativamente aos outros membros da amostra, notas superiores na escala da *Compulsão infantil*;

- as crianças resistentes/ambivalente (C) distinguir-se-iam por revelarem os *scores* mais elevados na escala da *Passividade infantil*.

Olhando os resultados da **figura 6.22**, as expectativas enunciadas na primeira asserção parecem comprovar-se. De facto, a análise estatística mostra que os grupos diferiram, globalmente, entre si no tocante às pontuações da *Cooperação infantil* (H de Kruskal-Wallis=27.464 ; $P=0.000$). Retirando da amostra os indivíduos classificados como B, verifica-se que entre os restantes grupos não há discrepâncias estatisticamente significativas (H de Kruskal- Wallis=4.228 ; n.s.).

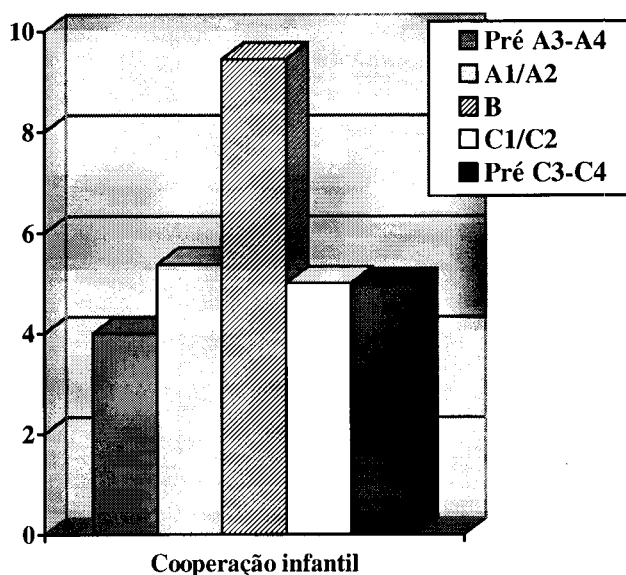


Figura 6.22- Médias na escala da *Cooperação infantil* em função dos padrões de vinculação posteriormente identificados.

Por sua vez, a **figura 6.23** representa as médias obtidas na escala da *Compulsão infantil* em função da mesma variável. Tal como no caso precedente, os grupos contrastam, em termos globais, significativamente entre si (H de Kruskal-Wallis= 26.618; P=.000). Sem os evitantes (A1/A2 e Pré A+) as análises indicam que a hipótese nula não consegue ser descartada (H de Kruskal-Wallis= 0.013; n.s.).

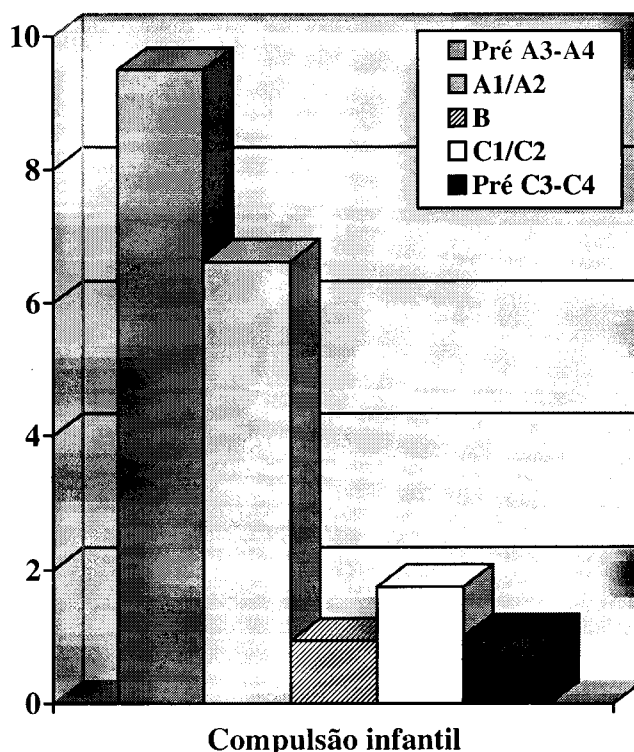


Figura 6.23- Médias na escala da Compulsão infantil em função dos padrões de vinculação.

Finalmente, a **figura 6.24** mostra os resultados relativos à *Passividade infantil*. Ao contrário do que sucedeu nas duas circunstâncias anteriores, as diferenças entre os grupos não são, genericamente significativas (H de Kruskal-Wallis= 6.331; n.s.).

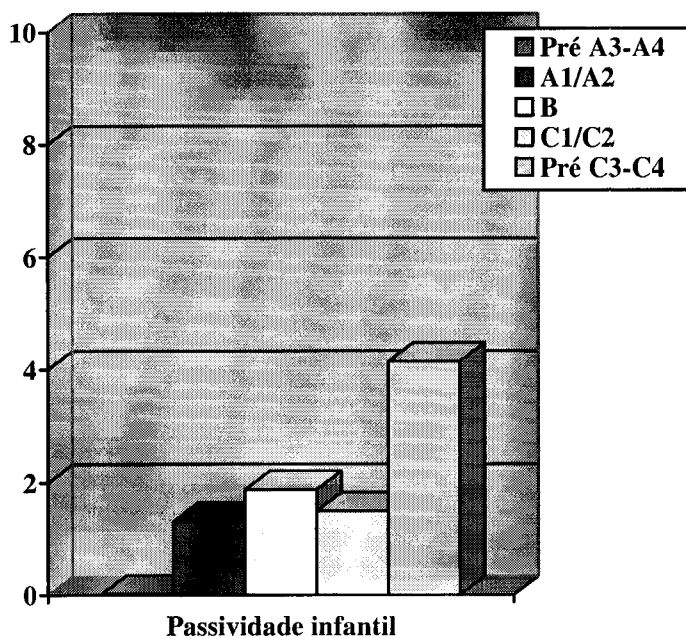


Figura 6.24- Médias na escala da Cooperação infantil em função dos padrões de vinculação posteriormente classificados.

Perante o que ficou dito, concluir-se-á que a *Cooperação infantil* possui valor prognóstico relativo à variabilidade associada com o padrão B e a *Compulsão infantil* com a referenciada ao padrão A. Relembremos que era, de antemão, conhecida a relação entre a *Dificuldade infantil* –factor que reflecte, em larga medida, disposições de cariz temperamental– e a organização das estratégias de tipo C.

Ora, à semelhança do que fizemos anteriormente, quisemos averiguar se os contributos das escalas maternas e da criança (CARE-Index às 76/78 semanas) na explicação estatística da variabilidade dos padrões poderiam ser independentemente considerados. Nessa perspectiva, recorreremos igualmente à técnica da *Análise da Regressão Logística Multinomial*, examinando em três passos distintos a eventual conjugação de efeitos dos preditores de cada um dos padrões (*cf. quadro 6.30*).

Quadro 6.30- Estudo do impacte estatístico das variáveis da interacção materna e infantil através da Análise da Regressão Logística Multinomial.

PADRÃO A COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	65.282	13.49	P=.001
Compulsão infantil (76/78 semanas)	54.052	2.26	P=.323
Controlo materno (76/78 semanas)	59.457	7.67	P=.022
PADRÃO B COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	84.597	56.24	P=.000
Cooperação infantil (76/78 semanas)	33.355	5.00	P=.082
Sensibilidade materna (76/78 semanas)	54.139	25.79	P=.000
PADRÃO C COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	71.596	28.81	P=.000
Dificuldade infantil (76/78 semanas)	60.572	17.78	P=.000
Passividade materna (76/78 semanas)	64.355	21.55	P=.000

Conforme se pode apreciar, os efeitos estatísticos relacionados com as variáveis maternas foram, em todos os casos avaliados, significativos. As medidas da *Compulsão infantil* e da *Cooperação infantil*, quando introduzidas na equação juntamente com as escalas do comportamento interactivo das mães deixaram de revelar qualquer valor prognóstico. Em contrapartida, a *Dificuldade infantil*, conjugada com a *Passividade materna* manteve-se significativamente associada à variabilidade referida ao padrão C. Tal constatação não é, de modo algum, surpreendente porquanto análises precedentes haviam indicado que o grau de relação entre as duas primeiras variáveis era marginalmente significativo. Uma vez que ambas prediziam a pertença ao grupo das crianças C, o seu baixo nível de covariação fazia prever que não se verificaria qualquer fenómeno de mediação.

Por razões acrescidas, tornava-se lógico supor que as medidas do comportamento dos bebés na *Situação de Still-face* –fortemente marcadas por dinâmicas de ordem temperamental– evidenciariam contributo próprio no prognóstico dos padrões de vinculação quando simultaneamente analisadas com as variáveis maternas. Tal asserção justifica-se pelo facto de não termos observado correlações significativas entre estes dois conjuntos de factores. Em princípio os efeitos de ambos obedeceriam ao princípio da aditividade. Por outras palavras, esperávamos que a sua consideração conjunta faria aumentar a acurácia dos prognósticos. Embora reservemos a secção seguinte para avaliar este aspecto, gostaríamos, desde logo, enfatizar que a questão maior não se prende tanto com a demonstração da existência de relações de aditividade, mas mais com o peso relativo dos seus efeitos e com os impactes dessa mesma aditividade.

Padrões de vinculação à luz das variáveis do temperamento e da interacção

Os factores temperamentais e a qualidade do comportamento interactivo das mães evidenciaram valor prognóstico em relação aos padrões da vinculação infantil. A independência dos seus efeitos ficou, já, comprovada no que respeita às medidas da *Passividade materna* e da *Dificuldade infantil*. Relativamente à *Orientação Social Positiva*, à *Expressão Negativa* e às *Actividades de Regulação de Estado* –avaliadas na *Situação de Still-face*–, os resultados do **quadro 6.31** parecem fazer ressaltar fenómeno idêntico.

Quadro 6.31- Variáveis do comportamento infantil (*Situação de Still-face*) e da interacção materna (jogo livre) que explicam os valores de cada padrão de vinculação (Análise da Regressão Logística Multinomial).

PADRÃO A COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	78.142	23.42	P=.000
Regulação de estado (52/54 semanas)	67.264	10.55	P=.005
Controlo materno (76/78 semanas)	75.531	20.82	P=.000
PADRÃO B COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	86.861	23.54	P=.000
Orientação social positiva (52/54 semanas)	69.492	6.18	P=.046
Sensibilidade materna (76/78 semanas)	83.931	20.82	P=.000
PADRÃO C COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA			
Efeitos	Log likelihood (modelo reduzido)	X²	Nível de Significância
Intercept	84.118	23.78	P=.000
Expressão negativa (52/54 semanas)	70.939	10.59	P=.005
Passividade materna (76/78 semanas)	79.288	18.95	P=.000

Efectivamente, examinada –pela técnica da *Análise da Regressão Logística Multinomial*– a conjugação dos dois tipos de variáveis na determinação dos padrões A, B e C, observa-se que as associações são sempre estatisticamente significativas.

Qual o contributo dos factores maternos e do temperamento nos resultados?
Qual a magnitude dos seus efeitos? Uns explicarão melhor os valores da variável dependente do que outros?

O método da regressão multinomial permite obter coeficientes análogos ao R² do modelo linear que se interpretam de maneira semelhante. No caso vertente,

recorremos ao ρ^2 de McFadden, determinando-o para cada variável da criança considerada isoladamente na equação da regressão e para a sua conjugação com a medida materna referenciada ao padrão prognosticado (cf. **quadro 6.32**).

Quadro 6.32- Coeficientes ρ^2 de McFadden calculados para cada uma das variáveis do comportamento dos bebés e para os efeitos dessas mesmas variáveis conjugadas com as medidas maternas.

PADRÃO A COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA		
Determinante	Regulação de estado	Junção do controlo materno
Coeficiente de McFadden	.176	.403
PADRÃO B COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA		
Determinante	Regulação de estado	Junção do controlo materno
Coeficiente de McFadden	.085	.310
PADRÃO C COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA		
Determinante	Regulação de estado	Junção do controlo materno
Coeficiente de McFadden	.135	.342
PADRÃO C COMO CATEGORIA DE REFERÊNCIA		
Determinante	Regulação de estado	Junção do controlo materno
Coeficiente de McFadden	.183	.387

Quando as análises tomam como referência o padrão A, verifica-se que o coeficiente de McFadden ligado às *Actividades de Regulação de Estado* é de .176. Este valor indica que há pouco menos de 18% de variância partilhada entre os padrões de vinculação e aquela medida. A entrada da variável *Controlo materno* no modelo de regressão, determinou uma subida do coeficiente para .403 (cerca de 40% da variância explicada). Ou seja, a adição do factor mencionado trouxe um acréscimo de previsão que se aproxima dos 150%. No que respeita à *Sensibilidade*

materna, esse aumento ronda os 270%. Em ambas as circunstâncias nas quais se junta a *Passividade materna*, o incremento é, respectivamente, de 153% e de 111%. Os factos apurados são, assim, congruentes com a ideia segundo a qual as relações entre a qualidade da vinculação e as características dos comportamentos interactivos da mãe são mais fortes do que as associações mantidas entre aquela primeira variável e os factores relacionados com o temperamento.

Como equacionar a ligação das variáveis maternas com as determinantes temperamentais?

Sugerimos, atrás, que elas operariam segundo um modelo de aditividade. À luz de uma tal perspectiva, a probabilidade de uma criança vir a ser classificada em certo padrão tenderia a aumentar com os valores das variáveis que o prognosticam. Situações intermédias ser-nos-iam dadas por circunstâncias de não convergência entre os preditores (e.g., factor temperamental não propício/medida da interacção da mãe favorável ou vice versa). Infelizmente, o tamanho da amostra impede o desenvolvimento exaustivo de análises susceptíveis de explorarem, devida e inequivocamente, fenómenos de amortecimento ou de amplificação do risco decorrentes da articulação de ambos os tipos de variáveis. Os dados que doravante apresentaremos, deverão ser entendidos como meras sugestões, essencialmente, destinadas a servirem de hipóteses para a investigação futura.

Numa primeira abordagem, dicotomizámos, a partir das respectivas medianas, as variáveis de prognóstico. No caso da Sensibilidade materna, por exemplo, reduzimos o espaço de dispersão a dois valores. O primeiro agregando todos os efectivos cujas pontuações se situavam abaixo da mediana e o segundo reunindo todos os casos acima daquele ponto. Considerámos, então, que, em

referência ao padrão B, haveria uma circunstância de proclividade ambiental para a sua emergência quando, na escala da Sensibilidade materna, as mães obtivessem nota superior à mediana. Efectuando idêntica divisão relativamente à distribuição da Orientação Social Positiva, estabelecemos o espaço de uma proclividade temperamental para a categoria B (valores acima da mediana).

Resulta, assim, que, a respeito dos padrões de vinculação, poderemos enumerar 4 condições referidas ao seu prognóstico:

- ausência de proclividade, significando que um padrão (A, B ou C) foi identificado sem a verificação de qualquer proclividade ambiental ou temperamental;

- proclividade temperamental, explicitando que no tocante a certo padrão observado havia, apenas, um factor de proclividade associado com o temperamento

- proclividade ambiental, indicando a falta de proclividade temperamental

- proclividade total, assinalando a presença de ambos os tipos de proclividade.

Com base neste sistema de classificação, contabilizámos a frequência de casos que, a propósito de cada padrão, pertencia a cada uma das categorias¹. Calculámos, depois, o número de efectivos representantes dos vários tipos de proclividade, tendo em conta a globalidade dos padrões. Conforme se pode apreciar na **figura 6.25**, a ausência de qualquer tipo de proclividade ligada aos padrões de

¹ Obviamente para o padrão A as variáveis de referência para a determinação das proclividades eram o *Controlo materno* e as *Actividades de Regulação de Estado*, para o padrão B a *Sensibilidade materna* e a *Orientação Social Positiva* e, finalmente, para o C a *Passividade materna* e a *Expressão Negativa*.

vinculação é inexpressiva. Pelo contrário, a grande concentração de casos ocorre na condição de proclividade total. A proclividade temperamental, com cerca de 15% dos efectivos, confirma que os factores do temperamento são susceptíveis de prestar um contributo para a determinação dos padrões, embora, –reiterando o sentido das constatações feitas ao longo da Análise da Regressão Logística Multinomial– o peso da proclividade ambiental pareça ser mais importante.

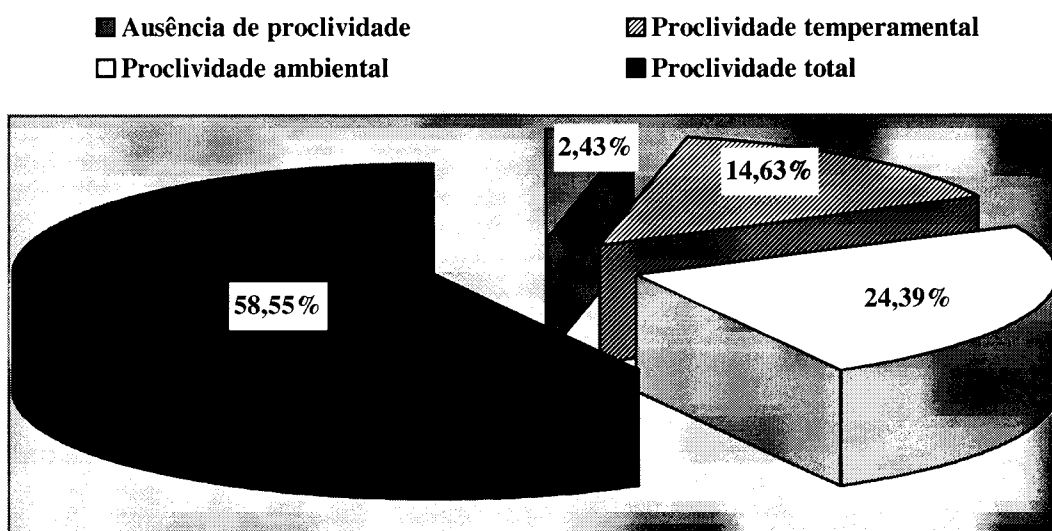


Figura 6.25- Percentagem de casos nas quatro condições de proclividade, considerando a totalidade dos padrões A, B e C.

Aliás, se considerarmos as situações onde as proclividades ambientais se encontram presentes, verificaremos que essa grande categoria abrange perto de 83% dos casos.

Se estes dados mostram configurações fenoménicas que, de certa forma, havíamos, já, relevado mediante outros procedimentos, permanece aberta a questão de sabermos até que ponto o quadro desta dupla determinação fornece instrumentos para uma melhor compreensão do risco e da resiliência.

Koslowzka e Hanney (2002) distinguem entre as chamadas *estratégias normativas da vinculação* e as *estratégias indiciadoras de risco* (endangered strategies). As primeiras englobam os vários tipos que Ainsworth et al. (1978) delimitaram junto da célebre amostra de Baltimore: A1, A2, B1, B2, B3, B4, C1 e C2. As outras, nas quais se englobam os sub-padrões A3, A4, C3 e C4, correspondem a categorias que são mais frequentemente vistas em populações de crianças com alterações do comportamento. Como tivemos ocasião de referir, estas últimas estratégias organizam-se com maior estabilidade e consistência por volta dos 18 meses de vida. Todavia, cerca de meio ano antes, é já possível detectar configurações precursoras que, no sistema de classificação aqui utilizado, se designam pelos termos de Pré A+ ou de Pré C+.

Ao longo desta apresentação, pudemos definir grupos de bebés que, segundo a nossa interpretação, constituíam aproximações a categorias tipológicas do temperamento. Recordemos, a propósito, que uma boa percentagem dos membros do grupo 1 evidenciava, meses depois, um padrão de vinculação seguro. Por sua vez, os do grupo 2 mostravam tendência para se organizarem de acordo com as características do padrão C e os do grupo 3 revelavam alguma propensão para estruturarem a relação de vinculação em concordância com o padrão A. Sendo certo que tais correspondências não atingiram, de modo algum, os 100% (há, por exemplo, crianças do grupo 1 que vieram a ser classificadas nas categorias A ou C), afigurou-se-nos pertinente esclarecer a proveniência dos casos que exibiam as ditas *estratégias de vinculação indiciadoras de risco*.

A circunstância de que nem todos os bebés avaliados no contexto da Situação Estranha foram observados na *Situação de Still-face*, introduziu uma limitação importante. Efectivamente, tal eventualidade ditou que dentro do universo

dos 11 Pré+ (4 Pré A+ e 7 Pré C+), dispusessemos, para efeitos de análise, de apenas 8 (2 Pré A+ e 6 Pré C+). Apesar desta limitação –que nos deverá, obviamente, merecer cautelas nas conclusões a extrair– pudemos constatar o seguinte:

- nenhuma criança, previamente, incluída no grupo 1 apresentou estratégias do tipo Pré A+ ou Pré C+;

- do conjunto de indivíduos, inicialmente, classificados no grupo 2, cinco vieram a revelar-se Pré C+ e um Pré A+;

- entre os bebés pertencentes ao grupo 3, um revelou-se, posteriormente, Pré A+ e outro Pré C+.

Quererá isto significar que o “tipo temperamental” associado ao grupo 1 representará um factor de protecção relativamente ao desenvolvimento das estratégias indiciadoras de risco? Antes de avançarmos na análise da questão, importa mencionarmos o contributo que o recurso aos valores do Care-Index global pode prestar.

Até agora, as menções a esta medida foram escassas. Interessa, todavia, referir que os seus *scores* são, fundamentalmente, calculados a partir dos resultados obtidos nas escalas da *Sensibilidade materna* e da *Cooperação infantil*. Sob o ponto de vista estatístico, esses valores apresentam-se, tipicamente, mais elevados nas crianças B. Considerando os A os C normativos, as notas do CARE-Index global tendem a não distinguir os dois grupos de forma sensível. Por outro lado, os níveis de pontuação mais baixos da escala parecem possuir razoável valor prognóstico em relação às *estratégias indiciadoras de risco*.

Ora, conforme o **quadro 6.33** ilustra, as crianças provenientes do grupo 1 que vieram a ser identificadas como A ou C não se diferenciaram das A+ e C+ em termos das pontuações no Care-Index global. O mesmo sucedeu quando as comparações contrastaram os A+ e C+ com os A ou C provenientes dos grupos 2 e 3. Porém, as notas referidas a estas últimas crianças foram superiores às observadas para as A ou C do grupo 1.

Quadro 6.33- Comparação entre os resultados do CARE-Index global em referência às crianças A+ ou C+ e às A ou C normativas.

A OU C PROVENIENTES DO GRUPO 1 VERSUS A+ E C+			
	Médias	Média das ordens	Significância
A ou C (Proveniência: Grupo 1)	4.14	7.06	U de Mann-Whitney=20.50
A+ e C+	4.33	8.08	P=.628
A OU C PROVENIENTES DOS GRUPO 2 E 3 VERSUS A+ E C+			
	Médias	Média das ordens	Significância
A ou C (Proveniência: Grupos 2 e 3)	5.36	11.09	U de Mann-Whitney=21.00
A+ e C+	4.33	7.00	P=.097
A OU C PROVENIENTES DO GRUPO 1 VERSUS A OU C DOS GRUPOS 2 E 3			
	Médias	Média das ordens	Significância
A ou C (Proveniência: Grupo 1)	4.14	10.91	U de Mann-Whitney=12.00
A ou C (Proveniência: Grupos 1 e 2)	5.36	5.50	P=.029

Estes dados, cujo carácter exploratório não deverá ser descartado, sugerem que a pertença ao grupo 1 é susceptível de tornar menos provável o desenvolvimento de estratégias do tipo A+ ou C+. Como tal, a “categoria temperamental” em causa poderá funcionar como factor de protecção ou de amortecimento em relação à emergência das estratégias de vinculação indiciadoras de risco.

Capítulo 7 - Discussão dos Resultados

A presente investigação inscrevem-se no propósito mais geral de esclarecer os processos que contribuem para determinar as diferenças da qualidade da vinculação infantil. À semelhança de outros estudos efectuados neste domínio (e.g. Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978; Grossmann, Grossmann, Spangler, Suess, & Unzner, 1985; Pederson & Moran, 1996; Seifer, Schiller, Sameroff, Resnick, & Riordan, 1994) a nossa abordagem possui, sob o ponto de vista metodológico, um cunho longitudinal. Com efeito, observámos um grupo de bebés desde o nascimento até cerca do ano de vida.

Decidimos que a nossa amostra incluiria, apenas, bebés de pré-termo. Ao fazê-lo não pretendíamos estudar questões específicas relacionadas com a organização dos fenómenos da vinculação nesta população particular. A opção deveu-se, antes, à expectativa –fundamentada nos dados da literatura– de que encontraríamos uma maior heterogeneidade relativamente às características dos bebés e do próprio funcionamento diádico. Tratou-se, assim, de uma estratégia adoptada com o intuito explícito de maximizarmos as margens da variabilidade inerente aos factores que desejávamos examinar.

Neste contexto, é interessante verificar que as classificações feitas com base na Situação Estranha revelam uma ampla dispersão dos participantes pelos diferentes padrões de vinculação. De facto, constatámos que, entre o total das crianças, 17 foram reunidas na categoria A (incluindo 4 Pré A+), 16 no grupo B e 15 no C (integrando 7 Pré A+). Estes números traduzem que apenas 33.33% dos casos observados evidenciaram um tipo de organização comportamental correspondente ao padrão seguro. Por outro lado, se admitirmos que as cotações Pré A+ e Pré C+ são susceptíveis de

indiciarem condições de risco, concluiremos que cerca de 23% dos bebés em estudo denotam essa vulnerabilidade. Embora estejamos perante uma amostra cuja constituição não obedeceu a critérios de representatividade, é interessante notar que observámos as três estratégias, i.e, verificou-se o *princípio da universalidade*. Utilizando as palavras de van Ijzendoorn e Sagi (1999), este princípio diz-nos que, independentemente da especificidade cultural, “(...) *all infants become attached to one or more specific (parental or non-parental) caregivers, except perhaps in the most extreme cases of neurophysiological impairments, such as extreme mental retardation*” (p.714). Os mesmos autores precisam, ainda, que o princípio em causa estende-se à própria expressão das configurações diferenciais do fenómeno da vinculação, salientando a propósito que “*The three basic patterns –avoidant, secure, and ambivalent– can be found in every culture in which attachment studies have been conducted thus far*” (van Ijzendoorn & Sagi, *op. cit.*, p.730).

A observação efectuada, permitiu, de facto, identificar aqueles três padrões básicos. E nem mesmo a circunstância de termos utilizado parâmetros de classificação que diferem dos originalmente propostos por Ainsworth et al., (1978) poderá servir de argumento para pôr em causa a plausibilidade de tal conclusão. Ao afirmá-lo alicerçamos o nosso juízo em três ordens de razão:

- 1- Comparando no contexto da Situação Estranha, os episódios de pré-separação (segundo e terceiro) com os de reunião (quinto e oitavo), verifica-se que há, entre eles, um aumento da intensidade das respostas de *Procura da Proximidade, Manutenção do Contacto, Resistência ao Contacto e Evitamento da Proximidade*;
- 2- pese, embora, a diversidade dos métodos de cotação, o registo de funcionamento dos bebés A, B e C em termos das variáveis supra

mencionadas reproduziu as tendências reiteradamente documentadas na literatura da especialidade¹;

- 3- a Análise da Função Discriminante feita sobre as medidas recolhidas nos episódios de reunião, indicou que cerca de oitenta e cinco por cento das nossas classificações eram previstas a partir das variáveis consideradas na equação; este dado sustenta a hipótese de que, no que respeita à delimitação dos padrões básicos, os procedimentos de avaliação de Crittenden (2003c) e de Ainsworth et al., (1978) tendem a alcançar resultados análogos.

A identificação das organizações comportamentais evitante, segura e resistente/ambivalente em amostras de crianças portuguesas está longe de representar uma novidade. Efectivamente, são numerosos os estudos onde esses padrões básicos puderam ser observados, quer junto de bebés com desenvolvimento normal (Costa, 2000; Silva, 1998; Soares, Lopes-dos-Santos, Martins, Jongenelen, Silva, Figueiredo, Mascarenhas, Almeida, Machado, Neves, Henriques, Serra, Silva & Costa, 1995; Soares, Lopes-dos-Santos, Jongenelen, Henriques, Silva, Figueiredo, Mascarenhas, Machado, Neves, Serra, Silva, Cunha & Costa, 1997) quer junto de crianças que apresentavam trissomia 21 (Osório, 2002) ou alterações neuromotoras severas (Fuentes & Lopes-dos-Santos, 2003).

Considera-se, de forma genérica, que a vinculação segura constitui o padrão mais vulgarmente encontrado nos primeiros anos de vida dos indivíduos. Autores como van Ijzendoorn e Sagi (1999) sustentam que parece existir uma "(...) *general cultural*

¹ Recordemos, aqui, que os procedimentos explicitados em Ainsworth *et al.*, (1978) para classificar os padrões A, B ou C, privilegiam o comportamento das crianças nos episódios de reunião, dando ênfase particular à análise dos resultados nas escalas da *Procura da Proximidade, Manutenção do contacto, Resistência e Evitamento*.

pressure toward the selection of the secure attachment pattern in the majority of children, and the preference for the secure child in parents across cultures” (p. 730).

Estes investigadores apoiam a sua hipótese, na contabilidade da percentagem de seguros detectados em amostras de bebés sem indicadores de risco provenientes de várias origens culturais (*cf.* **quadro 7.1**).

Quadro 7.2- Percentagem de bebés classificados no padrão seguro em África, China, Japão, Europa Ocidental e Estados Unidos (adaptado de van Ijzendoorn & Sagi, 1999).

Proveniência das amostras	Número de amostras reunidas	Total de crianças observadas	Percentagem de crianças seguras
África	3	80	60%
China	1	31	68%
Israel	3	165	65%
Japão	2	99	66%
Europa Ocidental*	9	510	66%
Estados Unidos	21	1584	67%

* Não incluídos países do chamado Sul da Europa.

Estes números devem ser, no entanto, lidos com toda a cautela. Na realidade, os dados constantes deste quadro concernem, na sua esmagadora maioria, a trabalhos que não se constituíam como estudos de população. Porém, atendendo à quantidade de crianças envolvidas, estas percentagens impressionam pela sua magnitude. A prevalência de casos com vinculação segura emerge, repetidamente, com valores iguais ou acima dos 60%. Aliás, face à hipótese de Bowlby (1969/1982) segundo a qual o desenvolvimento de vinculações de tipo seguro será resultado de uma propensão biológica da nossa espécie, existe, hoje, a expectativa de que aqueles quantitativos surjam reproduzidos –sem flutuações maiores– nos trabalhos que, por volta do ano de vida, avaliem a qualidade da vinculação infantil.

A distribuição dos nossos participantes pelos diferentes padrões viola, completamente, tais expectativas. Na realidade, apenas cerca de 33% das crianças

observadas integravam o grupo B. Ésta baixa percentagem de seguros deve ser atenuado pela circunstância de não estarmos perante uma amostra representativa do universo populacional das crianças portuguesas. Acresce, ainda, a circunstância de a avaliação ter incidido sobre bebés prematuros (embora caracterizados por não aparentarem uma condição de risco muito elevado). De facto, algumas observações efectuadas junto destas crianças registam prevalências de seguros situadas entre os 45 e os 50% (Wille, 1991; Brown & Bakeman, 1980), apesar de abordagens de teor metanalítico indicarem que essas percentagens tenderão a rondar os 58% (van Ijzendoorn, Goldberg, Kroonenberg, & Frenkel, 1992). Sem minimizarmos a hipótese de nos encontrarmos face a um mero fenómeno accidental ligado à singularidade do grupo de participantes observado, importa notar que um número baixo de seguros começa repetidamente a surgir em trabalhos nacionais conduzidos por investigadores das Universidades do Porto e do Minho. Agregando, por exemplo, as distribuições referentes a quatro grupos de crianças (amostras de conveniência) sem sinais indicadores de risco biológico classificadas no âmbito da Situação Estranha (Costa, 2000; Osório, 2002; Silva, 1998; Soares et. al., 1997), constata-se (**quadro 7.2**) que a percentagem de bebés B permanece, inequivocamente, em níveis inferiores aos 60%.

Quadro 7.1- Percentagem de bebés classificados no padrão B em quatro estudos nacionais.

Número de amostras	Proveniência das amostras	Total de crianças observadas	Percentagem de crianças seguras
Quatro	Grande Porto (3) e Viseu (1)	133	49%

Apesar de nenhum dos estudos referenciados ter tido o propósito de descrever os parâmetros normativos da população, a recorrência dos números sugere que a segurança da vinculação poderá não reflectir qualquer propensão de desenvolvimento típica da

nossa espécie. A circunstância de um padrão surgir com prevalência maior numa quantidade grande de amostras, apenas nos diz que existirão condições para que ele seja, eventualmente, observado com mais frequência. Tal como Belsky (1999) sublinha, “(...) *we have no way of knowing whether patterns that are more frequent today were always more frequent, or whether patterns of attachment that have been identified to date reflect the full range of patterns that exist within the human behavioral repertoire or just those that current ecological conditions evoke*” (p. 145).

A ideia de que os contextos de vida –muitas vezes marcados por factores de índole cultural– são susceptíveis de influenciar a qualidade das relações de vinculação encontra-se documentada nalgumas pesquisas. Grossmann, Grossmann, Huber e Wartner (1981) mostram, por exemplo, que, aos 12 e 18 meses de idade, há contrastes flagrantes entre a distribuição dos padrões na zona do norte da Alemanha (predomínio de evitantes) e na zona da Baviera (onde a prevalência de seguros é, nitidamente, maioritária). Bremner (1994) comenta a propósito que “(...) *although there appears to be a general tendency to seek attachment, this may be converted early into independence in cultures in which it is the norm to foster this, but may remain reflected as dependence in cultures in which mothers maintain proximity and take steps to reduce the stress that goes along with formation of independence*” (p.221). Prosseguindo a sua argumentação, o autor conclui que “(...) *when considering attachment across cultures we should probably abandon the notion that there is a single correct style of parenting or even that an insecure attachment is inevitably poorer than a secure attachment*” (Bremner, *op. cit.*, p.221).

A pressão selectiva terá favorecido a emergência das organizações comportamentais capazes de, face ao perigo, estruturarem as melhores soluções defensivas para os membros da nossa espécie. As situações de ameaça exigem, quase

sempre, respostas flexíveis, rápidas e eficazes. Faz, assim, todo o sentido que o processo de evolução dotasse os seres humanos de um rol diversificado de estratégias para lidar mais adequadamente com a multiplicidade dos desafios prevaletentes no ambiente primitivo de adaptação. Para diferentes meios ou situações teria sido, compreensivelmente vantajoso que, ao longo da filogénese, a espécie juntasse em seu repertório diferentes possibilidades de organização comportamental. Elaborando sobre este aspecto, Crittenden (1999) nota que *“An implication of this is that the secure strategy of open communication of intentions and feelings, together with interpersonal negotiation of these, might not be adaptive in all contexts; indeed one can imagine contexts where it could be endangered. Instead of conceptualizing attachment as promoting security, it should promote safety, with the strategy that best does so being considered most adaptive”* (p.145).

A hipótese de que qualquer um dos grandes padrões de vinculação é potencialmente adaptativo parece, pois, a considerar. Todavia, sob o ponto de vista psicológico, interessa também analisar os custos associados às diferentes estratégias. Nessa perspectiva, não podemos deixar de observar que na sociedade ocidental temos o privilégio de viver num espaço civilizacional onde o sentido de segurança experimentado não encontra, na história, outros paralelos. A nossa existência desenrola-se num contexto de abundância e de conforto no qual a doença se tornou tão rara que a mortalidade infantil constitui fenómeno quase marginal e a maioria das crianças não vê morrer os pais antes de atingir o estado adulto. À luz destes pressupostos não custa crer que uma estratégia baseada na comunicação aberta e directa das intenções ou desejos e na negociação das diferenças consubstancie um padrão bem adaptado. Inseridas num tal ambiente, as crianças seguras serão, certamente, mais felizes (Crittenden, 1999; 2000a).

Por esse motivo, a sugestão de que, na sociedade portuguesa possam existir factores susceptíveis de desfavorecerem o desenvolvimento de vinculações do tipo seguro preocupará todos se importam com o bem-estar infantil. Nesse sentido consideramos, que devem ser investidos esforços na realização de pesquisas normativas com o propósito de averiguar possíveis especificidades da realidade do nosso país. Importa, efectivamente, questionar se as condições de funcionamento das famílias e a natureza dos códigos culturais que, actualmente, regulam as práticas da parentalidade criam terreno propício à constituição de vinculações ditas inseguras. Ou seja, reconhecendo a pertinência das abordagens sócio-ecológicas (Bronfenbrenner, 1992; Sameroff & Fiese, 1990), torna-se, porventura, premente identificar até que ponto os traços da cultura dominante vêm operando no sentido de promoverem a reciprocidade, a cooperação e a partilha positiva entre pais e filhos. Trata-se, afinal, de uma questão aberta à futura investigação.

As observações efectuadas mostraram que as estratégias de vinculação exibidas pelas crianças no contexto da Situação Estranha estavam fortemente associadas à qualidade dos comportamentos de interacção das mães. Face à evidência acumulada, (e.g., Ainsworth, et al., 1978; Braungart-Rieker, Garwood, Powers & Wang, 2003; Grossmann, Grossmann, Spangler, Suess & Unzner, 1985; Isabella, 1993; Leyendecker, Lamb, & Scholmerich, 1997; Martins, 1996) este resultado não surpreende e apoia a hipótese segundo a qual o modo como a criança irá regular as ligações vinculativas é, em grande parte, marcado por componentes idiossincráticas que reflectem as características das experiências vividas no quadro das interacções com os adultos significativos. Aliás, a ideia de que a qualidade da vinculação é explicada a partir das características de funcionamento dos microssistemas diádicos não surge, apenas, suportada por enfoques de cariz correlacional. Deparamo-nos, efectivamente, perante

um fenómeno cuja validade se encontra suportada em pesquisas que, relatando os efeitos de programas de intervenção focalizados nas interacções diádicas (e.g., van den Boom, 1990; van Ijzendoorn, Juffer, & Duyvestyn, 1995), respeitam os critérios do modelo experimental. A esse propósito, Belsky (1999) comenta, judiciosamente, que *“These results extend those from correlational studies in documenting a truly causal effect of maternal care on attachment security”* (p. 254)

A tentativa de precisar os factores que explicam o desenvolvimento das estratégias comportamentais de vinculação tem sido dominada pela excessiva preocupação de identificar as variáveis determinantes da segurança. Conforme Vondra, Shaw e Kevenides (1995) assinalam, tal orientação levou a que sejam relativamente escassas as abordagens onde apareçam consistentemente elucidados os mecanismos através dos quais se organizam e diferenciam os restantes padrões. Neste aspecto, uma marca distintiva da nossa investigação foi sem dúvida a possibilidade de conseguirmos obter uma previsão bastante satisfatória das diversas estratégias de vinculação a partir das variáveis do comportamento das mães avaliadas pelas escalas do CARE-Index. Em termos genéricos constatámos que:

- as medidas da sensibilidade materna permitiram explicar a distinção entre as crianças seguras e as pertencentes aos outros grupos;
- o controlo materno esteve especificamente associado à emergência do padrão evitante;
- a passividade materna surgiu como o grande factor relacionado com a diferenciação da estratégia resistente/ambivalente.
- A sensibilidade materna não revelou qualquer valor prognóstico relativamente à discriminação entre as crianças A e C, tal como as medidas

do controlo materno não distinguiram as B ou C e os valores da passividade materna não diferenciaram as A das B.

Estas relações puderam ser observadas quando as análises consideraram as variáveis do comportamento das mães às 52/54 semanas e às 76/78 semanas de idade gestacional das crianças. Ou seja, foi possível prognosticar a qualidade da vinculação infantil cerca de 3 e 6 meses antes da sua identificação no contexto da Situação Estranha. Estas relações intensificaram-se de acordo com a proximidade temporal das avaliações. No entanto, convém ressaltar que as características dos cenários nos quais obtivemos as medidas relativas às mães –*Situação de Still-face* e *Situação de jogo livre*– são distintas, tornando legítima a questão de se saber até que ponto as discrepâncias existentes justificam o efeito encontrado. Parece, porém, que o factor temporal tem um papel crítico. Efectivamente, a teoria pressupõe que as estratégias vinculativas exprimem formas de adaptação aos atributos dos contextos relacionais e, nessa ordem de ideias, torna-se plausível supor que a organização das respostas da criança reflectirá o modo como ela percebe e antecipa, *na actualidade*, o padrão de comportamento do adulto com quem interage.

Conforme salientámos, o tipo B esteve particularmente associado com as medidas da sensibilidade materna. Para Claussen e Crittenden (2000), o constructo da sensibilidade incorpora “(...) *the ability both to interpret the infant’s signals accurately as well the ability to respond to these signals appropriately and promptly*” (p. 115). Esta noção, traduzida em termos operacionais, significa que a sensibilidade diz respeito a todo e qualquer padrão de comportamento por parte do adulto que satisfaz a criança, aumenta o seu conforto e reduz a sua ansiedade (Crittenden, 2003c). Nessas circunstâncias “(...) *infants are reinforced and learn to display the behavior more predictably. (...) these mothers assist their children to learn both the communicative*

meaning of their behavior and the predictability of its effects on others” (Crittenden, 1995; p. 370). A criança tende, nesse contexto, a adoptar um estilo directo e aberto de comunicação, exprimindo os desejos, as preocupações, os medos e até a raiva sem recear que tais manifestações possam diminuir a disponibilidade e acessibilidade da figura de vinculação. Trata-se de uma aquisição cujos sinais poderão ser detectados ao longo dos meses que antecedem a passagem do primeiro ano de vida. Efectivamente, as pontuações nas escalas do CARE-Index revelaram, às 76/78 semanas de idade gestacional dos bebés, a presença de uma estreita relação entre a sensibilidade materna e as medidas da cooperação infantil.

A sensibilidade é, eminentemente, um constructo interpessoal. Isto significa que deve ser observável em contextos de interacção diádica e definidor da qualidade dos mesmos. Todavia, os dados da literatura não excluem a hipótese de que as características intrapessoais do adulto desempenhem papel importante no processo da sua regulação. Como Belsky (1999) sublinha *“Because the provision of security-inducing sensitive care requires the accurate reading of, and timely and empathic responding to, a child’s affective and behavioral cues, there are theoretical grounds for expecting a caregiver’s psychological attributes to be related to the security of attachment that a child develops”* (p.255). Del Carmen, Pederson, Huffman e Bryan (1993), por exemplo, observaram que as mães com índices superiores de ansiedade pré-natal estavam sobre-representadas nas díades cujas crianças exibiam padrão inseguro ao ano de vida. O’ Connor (cit in Belsky, 1999) relata que as mães dos bebés seguros descreviam-se —em contraste com as restantes participantes da amostra— como sendo mais confiantes, independentes, alegres, adaptáveis e afectuosas. Sabe-se, também, que a probabilidade de uma criança evidenciar o padrão B diminui com o nível de depressão materna (e.g., Martins, 1996; Teti, 2000).

Sameroff e colegas (Fiese & Sameroff, 1990; Sameroff & MacKenzie, 2003) sustentam que os comportamentos de interacção dos pais estão sujeitos a uma multiplicidade de fenómenos de regulação sujeitos a diversos sistemas de códigos. Os autores reconhecem a importância dos códigos individuais que abrangem factores como a personalidade, os modelos de representação, as atitudes e as crenças da pessoa. Estas variáveis afectam decisivamente o modo como o adulto se relaciona com a criança. Ora, os nossos resultados mostraram que os juízos maternos acerca do temperamento dos filhos não se relacionavam com padrões de resposta dos bebés nem com os parâmetros fisiológicos estudados. Curiosamente, as análises ilustraram que aqueles juízos estavam associados as medidas das escalas maternas da sensibilidade e da passividade quer às 52/54 semanas quer às 76/78 semanas (aliás neste segundo momento o grau de relação com a sensibilidade foi muito elevado com os coeficientes de correlação situados por volta dos -.70). Pudemos, assim, concluir que as respostas fornecidas aos itens do questionário do temperamento difícil eram enviesadas a partir de modelos de representação marcados por fortes componentes subjectivas. Estas respostas prognosticaram, à semelhança da sensibilidade materna, a segurança da vinculação¹, discriminando as crianças que desenvolveram o padrão B das restantes. É pois plausível que os juízos produzidos acerca da dificuldade do temperamento infantil tivessem sido

¹ O recurso a técnicas que atribuem aos pais o estatuto de informantes privilegiados constitui, ainda hoje, o método mais popular na investigação do temperamento do bebé. Embora, face aos objectivos do presente trabalho, o assunto nos surja como tema lateral, é interessante notar que, no plano da sincronia, os dados fornecidos pelas mães estiveram longe de mostrar relações com o comportamento efectivo das crianças. Em contrapartida estiveram associados às características das suas respostas interactivas que, conforme apreciámos, teriam exercido função determinante no desenvolvimento da segurança da vinculação infantil. À luz da perspectiva diacrónica, os juízos maternos acerca das características temperamentais dos filhos interviriam, assim, com valor análogo às expectativas que se cumprem segundo os mecanismos das chamadas *profecias auto-cumpridas*. Até que ponto este tipo de efeito não deverá ser devidamente considerado e investigado no âmbito dos debates acerca da validade das várias técnicas de investigação do temperamento na criança?

organizados na base dos códigos pessoais das mães, envolvendo dimensões implicadas nas estruturas disposicionais do comportamento que regulam a sua sensibilidade interactiva.

Referimos, já, que a estratégia de vinculação evitante esteve associada a um estilo de interacção materna predominantemente controlador ou intrusivo. Tal constatação indica que as mães destas crianças tendem a agir de acordo com programas rígidos e pré-definidos, organizando as sequências comunicativas num registo que ignora, praticamente, os sinais e iniciativas do bebé. Crittenden e Claussen (2000) admitem que este reaja, inicialmente, com irritação ou outras exteriorizações de resistência. Porém, com o decorrer dos meses, irá aprendendo que a demonstração do afecto negativo só faz aumentar a intensidade das respostas intrusivas da mãe e, por consequência, o seu próprio desconforto. Tal aprendizagem levá-lo-á a inibir, na medida do possível, as expressões emotivas e a adoptar uma estratégia de submissão face às iniciativas da figura de vinculação –curiosamente a observação efectuada às 76/78 semanas relevava já a existência de uma relação positiva entre as medidas do controlo materno e da compulsão infantil. Segundo Crittenden (1995) *“Interfering caregivers may use affective signals in misleading ways (...). When their infants offer few affective signals, they often intrude with false positive affect as though signalling a desire for closeness. When, however, their infants reciprocate, these caregivers both inhibit their own negative affect and reject their infants. (...) these mothers create a situation in which infants cannot discern the meaning of affective signals and learn to inhibit their own signals of desire and anger”* (p. 371).

Segundo Crittenden (1992), o subtipo Pré A+ é uma estratégia indicadora de risco. O reduzido número de casos naquele grupo não permitiu determinar que factores se encontram estatisticamente associados à sua discriminação (nomeadamente face aos

A1/A2). Se atendermos às simples médias aritméticas parece desenhar-se a sugestão de que o aumento dos níveis do controlo materno fornece condições propícias à emergência do padrão A+. Na impossibilidade de confirmarmos tal facto, limitamo-nos a reconhecer que se trata de problema a abordar de forma mais conclusiva pela investigação futura.

As crianças que exprimem com mais nitidez e intensidade os comportamentos de vinculação ao longo da Situação Estranha são tipicamente classificadas como resistentes/ambivalentes. Tal como enfatizámos, as mães destas crianças distinguiram-se por apresentarem os *scores* mais elevados na escala da passividade materna. Trata-se de uma observação que parece coadunar-se com as previsões teóricas. Efectivamente, de acordo com os dados da literatura, os bebés que desenvolvem o padrão de tipo C vivem em contextos nos quais os adultos respondem erraticamente aos seus sinais (e.g., Ainsworth et al., 1978; Braungart-Rieker et al., 2001; Crittenden, 1995 e 1999; Grossmann & Grossmann, 2000; Isabella, 1993; Martins, 1996). Essa inconsistência deixa uma marca de imprevisibilidade que favorece, na criança, a organização de respostas de ansiedade e irritação. Segundo as palavras de Crittenden (1995), “(...) *infants of such mothers are on a schedule of unpredictable, intermittent reinforcement. It is well known that such a reinforcement schedule maintains behavior at high rates, even in the context of intermittent negative outcomes*” (p. 371). Num outro lugar, a mesma autora acrescenta que quando ficam perturbadas “(...) *these children cannot organize their behavior on the basis of either affect or cognition. Instead they learn to express feelings at increasingly low thresholds of arousal and with great intensity. Especially when ambiguous stimuli and inconsistent outcomes are combined with danger, this condition may result in many competing dispositions to action, that is, to attack, to flee, and to seek comfort*” (Crittenden, 1999; p. 150). Sob o ponto de vista

funcional, o exagero e a aparente desregulação da expressão emocional pode ser encarada como estratégia de comportamento cujo resultado provável consistirá em fumentar maior atenção junto dos adultos menos responsivos (Cassidy, 1994; Main, 1999). Dito de outra maneira, as crianças de tipo C evidenciam um padrão comportamental que tende a aumentar a previsibilidade das respostas maternas, assegurando um envolvimento interactivo mais intenso ao nível da díade.

O grau de passividade do adulto pode repartir-se por diferentes registos de grandeza. Postula a teoria (*cf.* Crittenden, 1999; Kozłowska & Hanney, 2002) que, nas circunstâncias em que a não responsividade do adulto é maior, a criança tende a exagerar as exteriorizações emocionais, evidenciando perfis de comportamento classificáveis na categoria C+. Embora, como adiante comentaremos, as variáveis maternas não expliquem integralmente, as diferenças observadas entre os bebés, os nossos resultados parecem plausíveis com essa hipótese. De facto, os casos incluídos no grupo C+ distinguiram-se dos reunidos na classe dos C1/C2 por terem mães que, às 76/78 semanas pontuaram significativamente mais alto na escala da passividade materna.

O presente estudo, ao monitorizar a actividade cardíaca das crianças no decurso da Situação Estranha, conta-se entre as poucas abordagens dos fenómenos da vinculação que incluem variáveis de índole fisiológica no seu conjunto de medidas. Os resultados mostraram que, em termos globais, o segundo episódio de separação –considerado como a circunstância desencadeante dos níveis mais elevados de ansiedade– trouxe um aumento significativo da frequência cardíaca média que foi, aliás, diminuindo com a entrada da estranha e, posteriormente, com a reunião à mãe. Esta evolução correspondeu às expectativas originais, reproduzindo basicamente as tendências verificadas no quadro

de outros trabalhos que recorreram a medidas idênticas (e.g., Donovan & Leavitt, 1984; Soares, Silva, Cunha, Costa & Lopes-dos-Santos, 1998; Spangler & Grossmann, 1993).

Os bebês pertencentes ao grupo C evidenciaram um aumento da activação autonómica logo na primeira separação, reagindo com maior intensidade durante o segundo episódio de separação. As análises não revelaram discrepâncias sensíveis entre a variabilidade da frequência cardíaca das crianças A e B que, aparentemente, só começaram a evidenciar reacções bem nítidas no decurso do sexto episódio, quando ficaram sós dentro da sala experimental. Neste aspecto, as nossas observações confirmam os resultados de Soares, Silva et al. (*op.cit.*) bem como os de Spangler e Grossmann (1993).

Pudemos, assim, constatar que a organização diferencial dos comportamentos de vinculação estiveram, genericamente, relacionados com os padrões de regulação da frequência cardíaca avaliados no contexto da Situação Estranha. Fox e Card (1999) enfatizam que o recurso a medidas fisiológicas como a reactividade cardíaca permite à investigação avaliar um marcador autonómico associado a disposições de ordem constitucional que influenciam o comportamento da criança nos cenários onde ela actua e interage. A esse propósito os autores mencionados concluem que *"The use of these measures has aided our understanding of the manner in which attachment may act as a buffer or moderator of initial physiological dispositions"* (p. 242). Importa, contudo, referir que os efeitos de amortecimento ou de moderação implicam processos cujo papel se traduz, basicamente, na atenuação de efeitos precisos (Gore & Eckenrode, 1996; Martins, 2004). Isto quer dizer que os padrões de variabilidade da frequência cardíaca obtidos na Situação Estranha deveriam estar, em maior ou menor grau, relacionados com indicadores fisiológicos semelhantes aos obtidos nos meses anteriores. Com efeito, as análises mostraram a ausência de qualquer associação entre aqueles padrões e as

medidas do tónus vagal avaliadas às 40 semanas ou a variação do ritmo cardíaco observada nos episódios da Situação de Still-face (52/54 semanas). Ressalvando o facto de que, no conjunto de marcadores possíveis, apenas examinámos um índice específico, os nossos dados parecem sugerir que, independentemente das disposições iniciais, a organização dos processos psíquicos relacionada com a qualidade da vinculação, longe de ser influenciada, tenderá a funcionar como factor de regulação da actividade fisiológica.

Tal como profusamente mencionámos, entre os dispositivos de avaliação utilizados conta-se a Situação Estranha que foi administrada às 88/92 semanas de idade de gestação dos bebés. Trata-se de um procedimento laboratorial que envolve oito episódios eliciadores de *stress* moderado. Dada a sua natureza, a sequência desses episódios leva à progressiva activação do sistema de vinculação. Cerca de nove meses antes, as crianças haviam sido examinadas no contexto da Situação de Still-face que tende a suscitar estados de perturbação, também moderados. Conforme se sabe, essa perturbação é, em princípio, induzida experimentalmente pela adopção materna de uma postura de alheamento não reactiva aos sinais e aberturas comunicativas do bebé.

Os resultados não deixam qualquer dúvida quanto ao facto de que as crianças teriam experienciado perturbação em resposta às condições instituídas pela Situação de Still-face. Com efeito, a entrada no segundo episódio trouxe uma diminuição sensível dos comportamentos de Orientação Social Positiva e um aumento importante das reacções de Expressão Negativa e das Actividades de Regulação de Estado. Por outro lado, os parâmetros fisiológicos medidos indiciam, ainda, que tais manifestações surgiram a par de uma clara elevação dos níveis de excitação autonómica.

A presença de estímulos eliciadores de *stress* representa, pois, um elemento que nos permite estabelecer analogias entre a Situação Estranha e a Situação de Still-face.

Acresce, igualmente, que, no segundo caso, o factor desencadeante da perturbação infantil –i. e., a disrupção do curso normal da comunicação provocada pela “estranha” atitude do adulto– constitui ocorrência que tende, naturalmente, a activar o sistema comportamental da vinculação (e.g., Bowlby, 1969/1982; Simpson, 1999). Com esta última nota não pretendemos dizer que os processos de resposta observados nas duas circunstâncias se inscrevam, necessariamente, na mesma linha de construção ontogénica. Com efeito, os resultados obtidos parecem suportar a ideia de que as respostas na Situação de Still-face reflectem disposições reactivas estruturadas na base de vectores de organização temperamental. Trata-se, com efeito, de uma hipótese que se apoia em três ordens de constatação:

- as diferenças entre o comportamento dos bebés não mostraram qualquer relação com as medidas das escalas de interacção das mães, nem com outras variáveis maternas associadas à qualidade da vinculação infantil;
- essas diferenças estiveram estatisticamente ligadas aos valores do tónus vagal cardíaco (tido, pela generalidade dos estudiosos, como marcador fisiológico de certas propensões do temperamento) avaliado cerca das 40 semanas do tempo de gestação;
- a distribuição dos *scores* nas escalas de Orientação Social Positiva, da Expressão Negativa e das Actividades de Regulação de Estado mantiveram correlações significativas com os níveis da Dificuldade Infantil (escala do CARE-Index que, a par de outras características, capta tendências do temperamento do bebé) medidos cerca de 6 meses depois.

Importa ver, contudo, que os sistemas comportamentais se organizam e estabilizam ao longo do desenvolvimento, integrando organizações de resposta

inicialmente diferenciadas. Nas palavras de Marvin e Britner (1999) “*This often takes the form of a simpler system becoming incorporated into a more complex system of goal corrected behaviors organized into plan hierarchies*” (p. 49). Aparentemente, esse fenómeno de incorporação das propensões detectadas durante a Situação de Still-face no sistema comportamental da vinculação teria ocorrido. Na verdade, os nossos dados ilustraram que:

- 1- as medidas da escala de Expressão Negativa estiveram positivamente correlacionadas com a intensidade dos comportamentos de Procura da Proximidade, Manutenção do Contacto e de Resistência ao contacto observados cerca de 9 meses mais tarde durante os episódios de reunião da Situação Estranha;
- 2- os *scores* relativos às Actividades de Regulação de Estado evidenciaram relação negativa com os valores daquelas mesmas três variáveis;
- 3- as crianças que às 88/92 semanas de idade de gestação foram classificadas no padrão B haviam tido, comparativamente às dos restantes dois grupos, médias superiores na escala de Orientação Social Positiva ao longo da Situação de Still-face;
- 4- as crianças B e C revelaram, em contraste com as do grupo A, pontuações mais elevadas na escala de Expressão Negativa;
- 5- as notas na escala das Actividades de Regulação de Estado foram, em média, maiores junto das crianças que, posteriormente, vieram a evidenciar o padrão de vinculação de tipo A.

Acresce, também, que recorrendo a técnicas de *clusterização*, pudemos identificar três grandes grupos de bebés a partir dos comportamentos analisados na Situação de Still-face. O primeiro distinguiu-se dos restantes por evidenciar ao longo

dos três episódios uma maior incidência de respostas classificadas na categoria da Orientação Social Positiva. O segundo caracterizou-se por manifestar uma expressividade negativa superior acompanhada do escasso recurso a estratégias de controlo dos estados. Finalmente, o terceiro grupo exibiu baixos níveis de envolvimento na interacção e de desorganização comportamental em paralelo com a prevalente adopção de reacções incluídas na classe das Actividades de Regulação de Estado.

Ora, se pensarmos que o padrão de vinculação de tipo B reflecte “(...) *the functional use of behavior to establish open and direct communication of thoughts and feelings*” (Crittenden, 2000b; p. 369), tendo em conta as propriedades das situações. Se considerarmos, igualmente, que o padrão C revela uma estratégia organizada em torno do exagero da exteriorização dos afectos –em particular os negativos (Crittenden, 1992)– e o padrão A indicia a persistente activação de processos de controlo e contenção da expressão emocional, não será descabido reconhecermos que existem, no mínimo, semelhanças morfológicas entre as características comportamentais dos grupos identificados na Situação de Still-face e dos três grandes tipos de vinculação. Esta similitude parece, aliás, ultrapassar o registo da mera analogia formal. Com efeito, cerca de 55% dos bebés do grupo 1 vieram a evidenciar, nove meses mais tarde, o padrão de vinculação B, no grupo 3, perto da mesma percentagem, exibiram o padrão A e à volta de 65% das crianças do grupo 2 integraram o padrão C.

Perante este conjunto de resultados, poder-se-á especular que as estratégias de vinculação observáveis a partir do primeiro ano de vida espelharão o desenvolvimento maturativo de disposições inatas de reacção. Tal perspectiva desafia frontalmente a ideia de que as diferenças individuais na organização dos processos de vinculação emergem em resultado da qualidade das interacções adulto-criança. Esta explicação adquiriria particular pertinência caso pudessem ser verificadas as seguintes condições:

- 1- os atributos de índole temperamental observáveis desde os meses iniciais de vida explicariam directa e primariamente as diferenças individuais a nível da organização dos comportamentos de vinculação;
- 2- esses mesmos atributos afectariam aspectos do comportamento infantil que estarão relacionados com os padrões de vinculação emergentes ou já constituídos;
- 3- as características das interacções que inúmeros trabalhos de pesquisa indicam estar associados à qualidade da vinculação seriam basicamente influenciados pelas variáveis do temperamento¹.

Vimos já que certos dados da literatura mostram a pouca plausibilidade desta hipótese. Recordemos, por exemplo, a menção feita aos estudos de teor interventivo que promovendo a modificação do teor das interacções parentais produziram alterações a nível da qualidade da vinculação dos filhos (Belsky, 1999b; van den Boom, 1990; van Ijzendoorn, Juffer & Duyvestyn, 1995). Da mesma forma, outros trabalhos documentam que a organização dos vínculos infantis varia, muitas vezes, em função da figura relativamente à qual se estabelecem (e.g. mãe, pai...), dependendo as suas características do estilo de interacção com ela mantida (Grossmann, Grossmann, Huber & Wartner, 1981; Howes, 1999; Main & Weston, 1981).

¹ Comentando as abordagens geneticistas acerca do desenvolvimento humano, Fonagy (2001) enfatiza este mesmo aspecto quando refere que as correlações “(...) *between characteristics of early parenting and later child behavior can be reinterpreted so that the child’s characteristics are seen as determining the parent’s response, rather than assuming that parenting influences the child. For example, the observed associations between parenting sensitivity and attachment classification may be driven by the behavior of the child and accounted by the child’s predispositions. (...) This is sometimes termed evocative covariance, when children with different predispositions elicit complementary responses from the caregiver*” (p. 430-431).

Por outro lado, os resultados da presente investigação também não parecem validar aqueles três pressupostos. Embora as medidas de cariz temperamental tenham revelado um valor prognóstico relativamente às estratégias de vinculação, os factores da interacção diádica tem maior peso explicativo. Do mesmo modo, variáveis do comportamento dos bebés como a cooperação ou a compulsão infantil –cuja avaliação foi feita às 76/78 semanas– estiveram longe de mostrar relações com os indicadores do temperamento. Para todos os efeitos, os resultados indicam que as disposições do temperamento e os fenómenos da relação diádica concorreram para a determinação da qualidade da vinculação. Esta observação que vai ao encontro das constatações ou interpretações efectuadas em diversas abordagens (e.g., Belsky & Rovine, 1987; Frodi & Thompson, 1985; Osório, 2002; Vaughn & Bost, 1999) deixa questões em aberto.

Um dos problemas prende-se com a elucidação dos processos que governam o contributo das variáveis “constitucionais” e “ambientais” na organização dos padrões de vinculação. A título de conjectura, avançamos a tese de que a influência directa dos factores constitucionais tenderá a diminuir com a idade das crianças. Com esta afirmação estamos longe de querer significar que o seu peso não se prolongue, eventualmente, através de outros mecanismos como, por exemplo, os da participação em cadeias transaccionais do género das descritas por Sameroff e Fiese (1990). Mas, em tal circunstância, depararmo-nos-emos sempre com efeitos que se inscrevem em complexas teias de determinação, envolvendo, necessariamente, fenómenos de moderação e de mediação associados a diversos tipos de variáveis.

A hipótese de que as determinações de ordem temperamental vão perdendo importância, encontra suporte na constatação da relativa instabilidade dos padrões de vinculação identificados em momentos distintos do desenvolvimento. Efectivamente, ao contrário do sugerido por alguns autores (e.g., Sroufe & Waters, 1977; van Ijzendoorn,

Schuengel & Bakersman-Kranenburg, 2000), a investigação mostra que as estratégias vincuativas revelam grande flexibilidade, reformulando-se, continuamente, na sequência de alterações da relação estabelecida entre o indivíduo e o meio (e.g., Belsky, Campbell, Cohn, & Moore, 1996; Crittenden, 1999; Kozłowska & Hanney, 2002). Considerando os dados da literatura em função da idade dos participantes, Crittenden (2000a), realça a extensão desses fenómenos de mudança quando conclui que “*It appears (...) that preschool-aged children are substantially less secure than infants and, possibly, that adults may also be less secure*” (p. 359).

Embora dotadas de alguma estabilidade, as organizações comportamentais estão sujeitas, enquanto sistemas abertos, à introdução de factores de desequilíbrio “*(...) from which they reorganize to attain a new, more complex form of organization. (...) attachment strategies change and become more varied and complex as a result of both development and interactions between the person and his or her relationship context*” (Kozłowska & Hanney, *op. cit.*; p. 294).

Se, de início, o comportamento do bebé surge, em grande parte, regulado por esquemas onde as eferências provenientes das redes neuronais primitivas desempenham importante papel na estabilização dos sistemas de comportamento, a verdade é que, com a crescente sofisticação das capacidades de processamento da informação, as suas respostas tornam-se cada vez mais flexíveis e adaptadas aos tipos de relacionamento estabelecidos com o meio. Percebe-se, pois, que a organização dos padrões de vinculação revelem, progressivamente, menor dependência relativamente às propensões de natureza constitucional e maior labilidade face aos factores da experiência. Para Crittenden (2000b), a criança nasce com o potencial para organizar qualquer uma das estratégias. Uma vez que durante os primeiros meses de vida tendem a responder “*(...) to experience in innate and preconscious ways, flexibility of strategy is not wholly*

possible in infancy. When their environment does not readily meets their needs, they are uncomfortable and protest" (Crittenden, *op. cit.*; pp. 379-380).

À luz desta ideia entende-se que os padrões de resposta observados na Situação de Still-face possam ser vistos como organizações embrionárias de comportamento passíveis de integrarem as futuras estratégias de vinculação. Notemos, a propósito, que a experiência do *stress* é factor comum ao Still-Face e à Situação Estranha. No que respeita a este último procedimento, recordemos, também, que algumas tentativas de observar os mesmos quadros comportamentais em condições naturalistas e sem promoção de stress (e.g., Q-sort) não se revelaram tão bem sucedidas (*cf.* Solomon & George, 1999, van IJzendoorn, Vereijken et al., 2004)). Por outro lado, as perspectivas evolucionistas sustentam que a pressão selectiva terá favorecido aqueles que perante "o perigo" foram capazes de organizar melhores soluções defensivas para si e para a sua descendência. Ora, as conjunturas onde o *stress* tende a ser, naturalmente, eliciado correspondem a circunstâncias que exigem, quase sempre, respostas rápidas e eficazes. Faz, assim, sentido pensar que, ao longo da evolução, tivessem sido seleccionadas formas de comportamento, articulando componentes inatas (o que asseguraria a mobilização mais rápida de respostas apropriadas às condições eminentes de perigo) e aprendidas (mais adequadas à organização de estratégias preventivas de comportamento face a perigos antecipados).

Quando consideramos as variáveis ambientais e do temperamento, equacionar o seu peso em termos da dicotomia *nature* versus *nurture* terá pouca pertinência. Na verdade, o desenvolvimento dos padrões da vinculação é, pelo menos inicialmente, suportada por uma relação aditiva. Mais do que analisar a influência (separada ou somada!) dos factores constitucionais e ambientais, deveremos antes questionarmo-nos como a *biologia* se conjuga com a experiência. Em primeiro lugar, parece que na

presença de condições ansiogénicas o comportamento infantil tende para formas específicas de organização. Estas oportunidades comportamentais, por serem precoces e limitadas em número podem fazer parte de uma disponibilidade individual. No entanto, verificamos que estes quadros comportamentais evoluem de forma dinâmica e cada vez mais sensível à influência externa, ou seja, ao serviço das necessidades de adaptação. Nas palavras, de Matt Ridley (2003) *“No longer is it nature versus nurture but nature via nurture. Genes are designed to take their cues from nurture. To appreciate what has happened, you will have to abandon cherished notions and open your mind. You will have to enter a world where genes are not puppet masters pulling the strings of your behavior but puppets at the mercy of your behavior; a world where instinct is not the opposite of learning, where environmental influences are sometimes less reversible than genetic ones, and where nature is designed for nurture”* (p. 4).

Conclusões

A presente dissertação insere-se na linha de estudo sobre a organização dos processos da vinculação. Bowlby (1969/1982) postulou que o apego tem como função biológica permitir à criança obter protecção, mantendo a proximidade com o prestador de cuidados. Embora esta motivação seja universal, a diversidade das condições de vida e dos cuidados recebidos proporcionam oportunidades para a diferenciação do funcionamento infantil. Foi nosso propósito procurar perceber como se desenrola este processo num grupo de prematuros de moderada fragilidade.

De um modo sintético, a pesquisa desenvolvida permitiu concluir que:

1 - na amostra seleccionada, os padrões de vinculação distribuíram-se de modo quase proporcional: 16 casos de crianças seguras (Tipo B), 17 evitantes (Tipo A) e 15 resistentes (15 casos). No seio do grupo participantes identificados como evidenciando estratégia defensiva (evitantes), quatro apresentaram reacções indiciadoras risco (Pré-A+). As sequências interactivas de sete crianças resistentes também foram assinaladas como pertencentes a classe idêntica (Pré-C+);

2 - os resultados da análise da função discriminante sugerem que a respeito da identificação dos grandes grupos A, B e C não se detectam distribuições muito discrepantes, quer se recorra aos critérios de classificação de Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978) ou à metodologia proposta por Crittenden (2003c);

3 - a frequência cardíaca das crianças classificadas como resistentes foi significativamente superior à registada nas crianças do tipo A. O primeiro grupo evidenciou um aumento significativo da actividade cardíaca desde a primeira

separação e não obteve uma recuperação tão evidente, no último episódio, como a registada pelos seguros e pelos evitantes;

4 - noutra situação experimental também com condições elicitoras de stress para o bebé –o Still-Face- foi possível discriminar 3 *estilos* comportamentais na experiência Still-Face. Inspirados no sistema de cotação IRSS (Tronick & Weinberg, 1996), estabelecemos três grandes categorias comportamentais: *orientação social positiva, orientação social negativa e auto regulação dos estados emocionais*. A forma como os bebés de cada grupo agiram nestas dimensões variou. O primeiro caracterizou-se por apresentar elevados índices de orientação social positiva e baixa expressão social negativa. Este grupo parece, recorrer, apenas moderadamente ao auto-conforto. No segundo grupo prevalece uma elevada expressão negativa às solicitações sociais. A orientação positiva e regulação sócio-emocional nestes bebés é muito baixa. Por fim, o terceiro grupo apresenta pouca a moderada orientação social positiva. Já os comportamentos negativos foram raros. Este último grupo de bebés caracteriza-se, ainda, por evidenciar um elevado número de comportamentos de auto-apaguizamento.

5 - os grupos identificados na experiência Still-Face distinguiram-se em termos da regulação fisiológica. Com efeito, os três grupos apresentam perfis de variabilidade cardíaca e de tónus vagal distintos e consistentes com os resultados da investigação previamente realizada neste domínio;

6 - os tipos de comportamento infantil registados no Still-Face estão associados aos padrões de vinculação avaliados na Situação Estranha. O primeiro grupo correlaciona-se com a vinculação segura, o segundo grupo com a vinculação resistente e o terceiro grupo com a vinculação evitante;

7 - as estratégias de vinculações surgem a diferentes prestações infantis. Com efeito, as crianças do tipo A distinguem-se das restantes por apresentarem, na situação de Still-Face, médias superiores de comportamentos de regulação de estado e de compulsão infantil na situação de jogo livre; as crianças seguras manifestaram uma orientação social positiva superior à dos resistentes e dos evitantes no Still-Face e foram mais cooperativos no jogo livre; o último grupo destaca-se pela expressão negativa observada no Still-Face e pela dificuldade em cooperar com o adulto em interacção livre;

8 - existe continuidade entre o comportamento difícil avaliado às 52/54 semanas e às 76/78 semanas. Esta categoria comportamental aparece associada ao padrão de vinculação C observado ao 12 meses revelando, assim, uma relativa manutenção ao longo deste período de desenvolvimento;

9 - o comportamento materno está associado à variação individual da qualidade da vinculação: as mães das crianças evitantes apresentam médias superiores de comportamento de controlo, enquanto as mães dos seguros se distinguem pela sensibilidade e as mães dos resistentes pela passividade;

10 - as mães das crianças seguras, em comparação com as progenitoras dos outros dois grupos, atribuem aos seus filhos *scores* menos elevados de temperamento difícil;

11 - a prevalência de crianças seguras é maior no grupo de mães com mais de 10 anos de escolaridade. Situação inversa é obtida no caso das crianças evitantes (cuja significativa maioria das mães frequentou até 9 anos de escolaridade);

12 - a análise das proclividades temperamentais e ambientais permitiu verificar que são mais os casos em se verifica a presença de dois tipos de factores

(individuais e ambientais) do que os casos em que apenas uma destas condições está presente.

Tratando-se de uma amostra diferenciada (formada por bebés nascidos antes das 36 semanas de gestação), estes resultados requerem validação junto de amostras normais, em particular, os relativos aos estilos comportamentais identificados na situação de Still-Face. A comprovar-se que existem disposições comportamentais distintas para responder a situações de *stress* em idades tão precoces, parece-nos pertinente continuar a averiguar a sua origem, a respectiva afectação às variáveis individuais e ambientais e possíveis contributos para o desenvolvimento sócio-emocional.

Para apurar a continuidade dos quadros observados seria pertinente prolongar a presente investigação ao longo do desenvolvimento das crianças em estudo (*life-span*). Tendo presente o quadro teórico da perspectiva da maturação dinâmica e da Psicologia Evolucionária, faria sentido continuar adoptar observações em contexto livre e ansiogénico e aplicar metodologias resultantes destas abordagens.

Bibliografia

- Ahnert, L., Meischner, T., & Schmidt, A. (2000). Maternal sensitivity and attachment in east german and russian family networks. In P. M. Crittenden & A. H. Claussen (Eds.), *The Organization of Attachment Relationships: Maturation, Culture and Context* (pp.61-74). Cambridge: Cambridge University Press.
- Ainsworth, M. D. (1965). Further research into the adverse effects of maternal deprivation. In J. Bowlby *Child Care and Growth of Love*. London: Penguin Book.
- Ainsworth, M. D. (1967). *Infancy in Uganda: Infant Care and Growth of Love*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Ainsworth, M. D. (1969). Object relations, dependency, and attachment: a theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1025.
- Ainsworth, M. D. (1979). Infant-mother attachment. *American Psychology*, 34, 932-937.
- Ainsworth, M. D. (1985). Attachment across life-span. *Bulletin of New York Academy of Medicine*, 61, 791-812.
- Ainsworth, M. D. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychology* 44, 709-716.
- Ainsworth, M. D., & Bell, S. M. (1970). Attachment, exploration, and separation: illustrated by the behavior of one-year-olds in a strange situation. *Child Development*, 41, 49-67.
- Ainsworth, M. D., & Bell, S. M. (1977). Infant crying and maternal responsiveness: a rejoinder to Gewirtz and Boyd. *Child Development*, 48, 1208-1216.

- Ainsworth, M. D., Bell, S., & Stayton, D. (1971). Individual differences in Strange Situation behavior of one-year-olds. In H. R. (Ed.), *The Origins of Human Social Relations*. London: Academic Press.
- Ainsworth, M. D., Bell, S., & Stayton, D. (1974). Infant mother attachment and social development: "socialization" as a product of reciprocal responsiveness to signals. In *Integration of a Child into a Social World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ainsworth, M. D., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment - A Psychological Study of the Strange Situation*. Lawrence Erlbaum Associates: New Jersey.
- Ainsworth, M. D., & Eichberg, C. (1991). Effects on infant-mother attachment of mother's unresolved loss of an attachment figure, or other traumatic experience. In C. Parkes & J. Hinde (Eds), *Attachment Across the Life Cycle*. London: Routledge.
- Ainsworth, M. D., & Wittig, B. (1969). Attachment, exploration, and separation: illustrated by the behavior of one-year-olds in a strange situation. In B. M. Foss (Ed.) *Determinants of infant behaviour*. London: MethuenAltman, I., & Rogoff, B. (1987). World Views in Psychology: Trait, Interactional, Organismic, and Transactional Perspectives. In S. Stokols & I. Altman (Eds.) *Handbook of Environmental Psychology*. New York: Wiley.
- Allred, K. D., Morrison, C. A., & Carlson, S. D. (1989). Cardiovascular reactivity and interpersonal influence: Active coping in a social context. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 209-218.
- Anderson, J.W. (1972). Attachment behaviour out doors. In N. Blurton Jones (Ed.) *Ethological studies of child behaviour*. London: Cambridge Press.
- Atkinson, L., Chisholm, V. C., Scott, B., Goldberg, S., Vaughn, B. E., Blackwell, J., Dickens, S., & Tam, F. (1999). Maternal sensitivity, child functional level and attachment in Down Syndrome. *Monographs of the society for research in child development*, 258, 64, 45-66.

- Axelrod, R. (1984). *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books.
- Axelrod, R., & Hamilton, W.D. (1981). The evolution of cooperation. *Science*, *211*, 1390-1396.
- Bacharach, V., & Baumeister, A. (1998). Effects of maternal intelligences, marital status, income and home environments on cognitive development of low birthweight infants. *Journal Pediatrics Psychological*, *23*, 3, 197-205.
- Barkow, J. H., Cosmides, L. & Tooby, J. (1992). *The Adapted mind - Evolutionary Psychology and the generation of culture*. NY: Oxford University Press.
- Barnard, K., Bee, H., & Hammod, H. (1984). Developmental changes in maternal interactions with terms and preterms infants. *Infant Behavior and Development*, *7*, 101-113.
- Barnett, D., Butler, C., & Vondra, J. I. (1999). Atypical patterns of early attachment: discussion and future directions. In J. I. Vondra & D. Barnett (Eds.) Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. *Monographs of the society for research in child development*, *258*, *64*, 172-192.
- Barnett, D., Ganiban, J., & Cicchetti, D. (1999). Maltreatment, negative expressivity, and development of type D attachment from 12 to 24 months of age. In J. I. Vondra & D. Barnett (Eds.) Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. *Monographs of the society for research in child development*, *258*, *64*, 97-118.
- Barnett, D., & Vondra, J. I. (1999). Atypical patterns of early attachment: theory, research, and current directions. In J. I. Vondra & D. Barnett (Eds.) Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. *Monographs of the society for research in child development*, *258*, *64*, 1-24.
- Barros, L. (2001) A unidade de cuidados intensivos de neonatologia como unidade de promoção do desenvolvimento. In M. C. Canavarro (coord.) *Psicologia da Gravidez e da Maternidade* (pp. 297-316). Coimbra: Editora Quarteto.

- Bates, J. E. (1987). Temperament in infancy. In J. D. Osofsky (Eds.), *Handbook of Infant Development*. (pp. 1101-1149). NY: Wiley.
- Bates, J. E., & Bayles, K. (1984). Objective and subjective components in mother's perceptions of their children from the age 6 months to 3 years. *Merrill-Palmer Quarterly*, *30*, 111-130.
- Bates, J. E., Olson, S. L., Pettit, G. S., & Bayles, K. (1982). Dimensions of individuality in the mother-infant relationship at six months of age. *Child Development*, *53*, 2, 446-61.
- Bazhenova, O.V., Plonskaa, O., & Porges, S. W. (2001). Vagal reactivity and affective adjustment in infants during interaction challenges. *Child Development*, *72*, 5, 1314-26.
- Beauchaine, T. (2001). Vagal tone, development, and Gray's motivational theory: toward an integrated model of autonomic nervous system functioning in psychopathology. *Developmental Psychopathology*, *13*, 2, 183-214.
- Beckwith, L., Cohen, S., Kopp, C., & Parmelee, A. (1976). Caregiver-infant interaction and early cognitive development in preterms infants. *Child Development*, *47*, 579-589.
- Bell, S. M., & Ainsworth, M. D. (1972). Infant crying and maternal responsiveness. *Child Development*, *43*, 1171-1190.
- Belsky, J. (1999). Modern evolutionary theory and patterns of attachment. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.
- Belsky, J., Campbell, S. B., Cohn, J. F. & Moore, G. (1996). Instability of infant-parent attachment security. *Developmental Psychology*, *32*, 921-4.
- Belsky, J., & Cassidy, J. (1994). Attachment: Theory and Evidence. In M. Rutter & D. Hay (eds.) *Development through life: A handbook for clinicians*. Oxford: Blackwell.

- Belsky, J., & Rovine, M. (1987). Temperament and attachment security in the strange situation: an empirical rapprochement. *Child Development, 58*, 787-795.
- Belsky, J., Steinberg, L., & Draper, P. (1991). Childhood experience, interpersonal development, and reproductive strategy: and evolutionary theory of socialization. *Child Development, 62*, 4, 647-670.
- Benasich, A., & Brooks-Gunn, J. (1996). Maternal attitudes and knowledge of child-rearing: association with family and child outcome. *Child Development, 67*, 3, 1186-1205.
- Bergstrom, C. (2002). An introduction to the theory of honest signalling. (*in press*).
- Bertherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology, 28*, 5, 759-775.
- Bjorklund, D. F., Younger, J. L., & Pellegrini, A. D. (2002). The evolution of parenting and evolutionary approaches to childrearing. In M. H. Bornstein (ed.) New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Blasi, C. H., & Bjorklund, D. F. (2003). Evolutionary developmental Psychology: A new tool for better understanding human ontogeny. *Human Development, 46*, 5, 259-281.
- Bowlby, J. (1940). The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. *International Journal of Psycho-Analysis, 21*, 154-178.
- Bowlby, J. (1951). *Maternal care and mental health*. Geneva: WHO.
- Bowlby, J. (1953). *Child Care and Growth of Love*. London: Penguin Book
- Bowlby, J. (1958) The nature of the child's tie to his mother. *International Journal of Psycho-Analysis, 39*, 350-373.
- Bowlby, J. (1969, 1982). *Attachment and Loss* (Vol. I) London: Penguin Book

- Bowlby, J. (1976). *Human Personality Development in Ethological Light in Animal Models in Human Psychobiology*. London: Plenum Press.
- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Tavistock.
- Bowlby, J. (1980) *Attachment and Loss (Loss - Sadness and Depression, Vol. III)* London: Penguin Books.
- Bowlby, J. (1982). Attachment and loss: retrospect and prospect. *American Journal Orthopsychiatry*, 52, 664-678.
- Bowlby, J. (1984). Violence in the family as a disorder of the attachment and caregiving systems. *American Journal Psychoanalysis*, 44, 9-27, 29-31.
- Bowlby, J. (1988). *A Secure Base - Clinical Applications of Attachment Theory*. London: Routledge.
- Bradley, R., & Crowyn, R. (2002). Socio-economic status and child development. *Annual Review of Psychology*, 53, 371-399.
- Bradley, R., Whiteside, L., Mundfrom, D., Casey, P., Kelleher, K., & Pope, K. (1994). Early indications of resilience and their relation to experiences in the home environments of low birthweight, premature children living in poverty. *Child Development*, 65, 346-360.
- Braungart-Rieker, J. M., Garwood, M. M., Powers, B. P., & Wang, X. (2001). Parental sensitivity, infant affect and affect regulation: predictors of later attachment. *Child Development*, 72, 1,252-270.
- Brazelton, T. (1981). *On Becoming a Family: The Growth of Attachment*. New York: Delacorte Press.
- Bremner, J. (1994). *Infancy*. Oxford: Blackwell
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: Jonh Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775.

- Brooks-Gunn, J. Klebanov, P., & Duncan, G. (1996). Ethnic differences in children's intelligences test scores: role of economic deprivation, home environment and maternal characteristics. *Child Development, 67*, 2, 369-408.
- Brody, G. H., Stoneman, Z., & McCoy, J. K. (1994). Forecasting sibling relationships in early adolescence from child temperaments and family processes in middle childhood. *Child Development, 65*, 3, 771-784.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1992). Ecological systems theory. In R. Vasta (Ed.) *Six theories of child development: Revised formulations and current issues* (pp.187-248). Philadelphia: Jessica Kingsley.
- Bronfman, E., Parsons, E., & Lyons-Ruth, K. (1999). AMBIANCE (escala não publicada). Harvard Medical School.
- Bornstein M. H., & Suess, P. E. (2000). Child and mother cardiac vagal tone: continuity, stability, and concordance across the first 5 years. *Developmental Psychology, 36*, 1, 54-65.
- Brown, J. V., & Bakeman, R. (1980). Relationships of human mothers with their infants during the first year of life: Effect of prematurity. In R. W. Bell & W. P. Smotherman (Eds.) *Maternal influences and early behavior* (pp. 353-375). Lancaster: MTP.
- Brown, J.V., LaRossa, M. M, Aylward, G. P., Davis, D. J., Rutherford, P. K., & Bakeman, R. (1980). Nursery-based intervention with prematurely born babies and their mothers: are there effects? *Journal of Pediatrics, 97*, 3, 487-91.
- Buss, A. H., & Plomin, R. (1975). *A temperament theory of personality development*. NY: Wiley.

- Burlingham, D., & Freud, A. (1944). *Infants Without Families*. London: Allen & Unwin.
- Cairns, R. B. (1991). Multiple metaphors for a singular idea. *Developmental Psychology*, 27, 23-26.
- Calkins, S. D. (1997). Cardiac vagal tone indices of temperamental reactivity and behavioral regulation in young children. *Developmental Psychobiology*, 31, 2, 125-35.
- Calkins, S. D., & Fox, N. (1992). The relations among infant temperament, security of attachment, and behavior inhibition at twenty-four months. *Child Development*, 63, 1456-1472.
- Canavarro, M. C. (1999) *Relações Afectivas e Saúde Mental*. Quarteto: Coimbra.
- Caporael, L. R. (2001). Evolutionary Psychology: Toward a unifying theory and a hybrid science. *Annual Review of Psychology*, 52, 607-628.
- Carlson, V., Cicchetti, D., Barnett, D., & Baunwald. K. (1989). Disorganized/disoriented attachment relationships in maltreated infants. *Developmental Psychology*, 25, 4, 525-531.
- Carter, A. S., Mayes, L. C., & Pajer, K. A. (1990). The role of Dyadic Affect in play and infant sex in predicting infant responses to the Still-Face situation. *Child Development*, 61, 764-773.
- Cassidy J. (1988). Child-mother attachment and the self in six-year olds. *Child Development*, 59, 121-134.
- Cassidy, J. (1994). Emotion regulation: influences of attachment relationships. In N. A. Fox (Ed.) *The development of emotion regulation: biological and behavioral considerations. Monographs of the society for research in child development*, 59, 228-49.
- Cassidy, J. (1999). The nature of the child's ties. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.

- Centers for Disease Control and Prevention. (2002) *National Vital Statistics Report*, vol. 50, n°5.
- Cicchetti, D., & Beeghly (1990). An organizational approach to the study of Down syndrome: contributions to an integrative theory of development. In D Cicchetti & M Beeghly (Eds.), *Children with Down Syndrome: A Developmental Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cicchetti, D., & Mans-Wagener, L. (1987). Stages, sequences, and structures in the organization of cognitive development in Down syndrome infants. In I. Uzgiris & J. Hunt (Eds.), *Research with Scales of Psychological Development in Infancy*. Urbana: University of Illinois Press.
- Cicchetti, D., & Sroufe, L. A. (1976). The relationship between affective and cognitive development in Down's Syndrome infants. *Child Development*, 47, 4, 920-929.
- Cicchetti, D., & Wagner, S. (1990). An interdisciplinary model of infant assessment. In S. Meisels & J. Shonkoff (Eds), *Handbook of Early Childhood Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chisholm, J. S. (1993a). Death, hope, and sex. Life-history and the development of reproductive strategies. *Current Anthropology*, 34, 1-24.
- Chisholm, J. S. (1993b). The evolutionary ecology of attachment organization. *Human Nature*, 7, 1-38.
- Chomsky, N. (1975). *Reflections on language*. NY: Pantheon.
- Claussen, A., & Crittenden, P.M. (2000). Maternal sensitivity. In P. M. Crittenden & A. Claussen (Eds.) *The organization of attachment relationships: Maturation, culture and context*. NY: Cambridge University Press.
- Colin, V. L. (1996). *Human Attachment*. McGraw-Hill.

- Coll, C., Halpern, L., Vohr, B., Seifer, R., & Oh, W. (1992). Stability and correlates of change early temperament in preterms and full-terms infants. *Infant Behavior and Development, 15*, 137-153.
- Cosmides, L. (1989). The logic of social exchange: Has natural selection shaped how human reason? *Cognition, 31*, 187-276.
- Cosmides, L. & Tooby, J. (2004). Evolutionary Psychology: A primer. Artigo on-line: www.psych.ucsb.edu/research/cep/primer.html.
- Costa, A. (2000). Qualidade da integração sensorial e organização dos comportamentos de vinculação. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Crawford, J. (1982). Mother-infant interaction in premature and full-terms infants. *Child Development, 53*, 957-962.
- Crinc, K., Ragozin, A., Greenberg, M., Robinson, N., & Basham, R. (1983). *Child Development, 54*, 1199-1210.
- Crittenden, P. M. (1988a). Relationships at risk. In J. Belsky & T. Nezworski (Eds.) *The clinical implications of attachment*. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum.
- Crittenden, P. M. (1988b). Family and dyadic patterns of functioning in maltreating families. In K. Browne, C. Davies & P. Stratton (Eds.), *Early prediction and prevention of child abuse*, 161-189. Chichester, Eng.: Wiley.
- Crittenden, P. M. (1992). Quality of attachment in the preschool years. *Development and Psychopathology, 4*, 209-241.
- Crittenden, P. M. (1995a). Children's strategies for coping with adverse home environments: an interpretation using attachment theory. *Child Abuse & Neglect, 16*, 329-343.
- Crittenden, P. M. (1995b). Attachment and risk for psychopathology: the early years. *Journal of developmental and behavioral pediatrics, 16*, 3, 12-16.

- Crittenden, P. M. (1995c). Attachment and psychopathology. In S. Goldberg, R. Muir & J. Kerr (Eds.), *John Bowlby's attachment theory: Historical, clinical, and social significance*. New York: The Analytic Press.
- Crittenden, P. M. (1997a). Patterns of attachment and sexuality: Risk of dysfunction versus opportunity for creative integration. In L. Atkinson & K. J. Zuckerman (Eds.) *Attachment and psychopathology*. NY: Guilford Press.
- Crittenden, P. M. (1997b). Toward an integrative theory of trauma: a dynamic-maturational approach. In D. Cicchetti & S. Toth (Eds.), *The Rochester symposium on Developmental Psychopathology*, vol. 10, Rochester, NY: University of Rochester Press.
- Crittenden, P. M. (1999). A dynamic-maturational approach to continuity and change in pattern of attachment. In J. I. Vondra & D. Barnett (Eds.), *Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. Monographs of the society for research in child development*, 258, 64, 145-171.
- Crittenden, P. M. (2000a). Moldear la arcilla. El proceso de construcción del self y su relación con la psicoterapia. *Revista de Psicoterapia*, 41, 67-82.
- Crittenden, P. M. (2000b). A dynamic-maturational approach to continuity and change in pattern of attachment. In P. M. Crittenden, A. Claussen (Eds.) *The organization of attachment relationships: Maturation, culture and context*. NY: Cambridge University Press.
- Crittenden, P. M. (2000c). A dynamic-maturational exploration of the meaning of security and adaptation: empirical, cultural and theoretical considerations. In P. M. Crittenden, A. Claussen (Eds.) *The organization of attachment relationships: Maturation, culture and context*. NY: Cambridge University Press.
- Crittenden, P. M. (2002). *Attachment and Psychopathology Course*. UK: Broadstairs.
- Crittenden, P.M. (2003a). Transformations in attachment relationship in adolescence: adaptation versus need for psychotherapy (on line in www.soton.ac.uk).

- Crittenden, P. M. (2003b). *CARE-Index Manual* (não publicado).
- Crittenden, P. M. (2003c). *A guide to expansions and modifications of the Ainsworth Infant Strange Situation* (não publicado).
- Crittenden, P. M. (2003d). *Attachment and Culture* (apresentation). UK: Broadstairs.
- Crittenden, P. M. & Claussen, A. (2000). Adaptation to varied environments. In P. M. Crittenden, A. Claussen (Eds.) *The organization of attachment relationships: Maturation, culture and context*. NY: Cambridge University Press.
- Crittenden, P. M., Claussen, A., & Sugarman, D. (1994). Physical and psychological maltreatment in middle childhood and adolescence. *Development and Psychopathology*, 6, 145-164.
- Crittenden, P. M. & DiLalla, D. (1988). Compulsive compliance: The development of an inhibitory coping in infancy. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 3, 491-512.
- Crittenden, P. M., Partridge, M., & Claussen, A. (1991). Family patterns of relationships in normative and dysfunctional families. *Development and Psychopathology*, 3, 491-512.
- Criss, M. M., Pettit, G. S., Bates, J. E., Dodge, K. A., & Lapp, A. L. (2002). Family adversity, positive peer relationships, and children's externalising behavior: a longitudinal perspective on risk and resilience. *Child Development*, 73, 1220-1237.
- Crockenberg, S. B. (1981). Infant irritability, mother responsiveness, and social support influences on the security of infant-mother attachment. *Child Development*, 52, 3, 857-865.
- Damásio, A. (1994). *Erro de Descartes*. Lisboa: Europa-America.
- Darwin, C. (1859). *On the origins of the species*. London: J. Murray.
- Dawkins, R. (1989). *O gene egoista*. Lisboa: Gradiva.

- Del Carmen, R., Pedersen, F. A., Huffman, L. C. & Bryan, Y. E. (1993). Dyadic distress management predicts subsequent security of attachment. *Infant Behavior and Development*, 16, 131-147.
- De Mulder E ,& M Radke-Yarrow (1991). Attachment with affectively ill and well mothers: concurrent behavioral correlates. *Development and Psychopathology*, 3, 227-242.
- De Wolff, M., & van Ijzendoorn, M. (1997). Sensitive and attachment: A meta-analysis on a parental antecedents of infant attachment. *Child Development*, 68, 4, 571-591.
- Dickstein, S., St Andre, M., Sameroff, A., Seifer, R., & Schiller, M. (1999). Maternal depression, family functioning, and child outcomes: a narrative assessment. *Monographs of the society for research in child development*, 64, 2, 84-104.
- Dilalla, D., & Crittenden, P. M. (1990). Dimensions of maltreated children's home behavior: a factor analytic approach. *Infant Behavior and Development*, 13, 439-460.
- DiPietro, J. A., & Porges, S. W. (1991). Vagal responsiveness to gavage feeding as an index of preterm status. *Pediatr Res.* 29, 3, 231-6.
- Di Vitto, B., & Golberg, S. (1979). The effects of newborn medical status on early parent-infant interaction. In T. M. Field (Eds.) *Infants born at risk*. NY: Spectrum.
- Donovan, W. L., & Leavitt, L. A. (1985). Physiologic assessment of mother-infant attachment. *Journal American Academy of Child Psychiatry*, 24, 1, 65-70.
- Doussard-Roosevelt, J., Porges, S., Scanlon, J., Alemi, B., & Scanlon, K. (1998). Vagal Regulation of Heart Rate in the Prediction of Development Outcome for Very Low Weight Preterm Infants. *Child Development*, 68, 2, 173-186.
- Drillien, C., Thomson, A., & Burgoyne, K. (1980). Low-birthweight children at early school-age: a longitudinal study. *Dev Medical Child Neurology*, 22, 1, 26-47.

- Easterbrooks, M. A., & Graham, C. A. (1999). Security of attachment and parenting: homeless and low-income housed mothers and infants. *American Journal of Orthopsychiatry*, 69, 3, 337-346.
- Egeland, B. & Farber, E. (1984). Infant-mother attachment: Factors related to its development and change over time. *Child Development*, 55, 753-771.
- Egeland, B. & Sroufe, A. (1995). Attachment and early maltreatment. *Child Development*, 52, 44-52.
- Eneroth-Grimfors, E., Westgren, M., Ericson, M., Ihrman-Sandahl, C., & Lindblad, L. E. (1994). Autonomic cardiovascular control in normal and pre-eclamptic pregnancy. *Acta Obstet Gynecol Scand*, 73, 9, 680-684.
- Escalona, S. K. (1984). Social and other environmental influences on the cognitive and personality development of low birthweight infants. *American Journal of Mental Deficiency*, 88, 5, 508-512.
- Everitt, B. S. (1993). *Cluster Analysis*. London: Chapman and Hall.
- Farran, D., Kasari, C., Comfort, M. & Jay, S. (1986). *Parent/Caregiver Involvement Scale*.
- Fewell, R., Casal, S., Gilck, M., Wheeden, C. & Spider, D. (1996). Maternal education and maternal responsiveness as predictors of play competence in low birth weight, premature infants: a preliminary report. *Journal of Development Behavior Pediatrics*, 17, 2, 100-104.
- Fiddick, L., Cosmides, L., & Tooby, J. (2000). No interpretation without representation: the role of domain-specific representations and inferences in the Wason selection task. *Cognition*, 77, 1, 1-79.
- Field, T. (1979). Interaction patterns of preterm and term infants. In T. M. Field, A. Sostek, S. Goldberg & H. Shuman (Eds.) *Infants born at risk*. NY: Spectrum.

- Fonagy, P., & Target, M. (1997). Attachment and reflective function: Their role in self-organization. *Development and Psychopathology*, 9, 679-700.
- Fox, N. A. (1989). Psychophysiological correlates of emotional reactivity during the first year of life. *Developmental Psychology*, 25, 364-372.
- Fox, N. A. (1994). Dynamic cerebral process underlying emotion regulation. In N. A. Fox (Ed.) The development of emotion regulation: behavioral and biological considerations. *Monographs of the society for research in child development*, 59, (2-3), 240,152-166.
- Fox, A. N., & Card, J. A. (1999). Psychophysiological measures in the study of attachment. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.
- Franca, R. (1998) *Caracterização da Experiência Social do Recém-Nascido Prematuro no Contexto da Unidade de Cuidados Neonatais* Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Frodi, A., & Bridges, L., & Shonck, S. (1989). Maternal correlates of infant temperament ratings and of infant-mother attachment: A longitudinal study. *Infant Mental Health Journal*, 10, 273-289.
- Frodi, A., & Thompson, R. (1985). Infant's affective responses in the Strange Situation: effects of prematurity and of quality of attachment. *Child Development*, 56, 1280-1290.
- Frosch, C. A., Mangelsdorf, S. C., & McHale, J. L. (2000). Marital behavior and the security of preschooler-parent attachment relationships. *Journal of Family Psychology*, 14, 1, 144-161.
- Fuertes, M. (1998). *A organização dos comportamentos de vinculação na criança com alterações neuromotoras*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Fuertes, M., & Lopes dos Santos, P. (2003). *Interação mãe-filho e a qualidade da vinculação em crianças com alterações neuromotoras*. *Revista Psicologia*, XVII, 1, 43-64.
- Goldberg, S., Benoit, D., Blokland, K., & Madigan, S. (1995). Atypical maternal behavior, maternal representations, and infant disorganized attachment. *Development and Psychopathology*, 15, 2, 239-257.
- Goldberg, S., & DiVitto, B. (1995). Parenting children born perterm. In Bornstein, M. H. (Ed.) *Handbook of Parenting*, vol.1. Mahwah, NJ: Erlbaum Publishers, pp. 209-32.
- Goldberg, S., Gotowiec, A., & Simmons, R. (1995). Infant-mother attachment and behavior problems in healthy and chronically ill preschoolers. *Development and Psychopathology*, 7, 267-282.
- Goldberg, S., Muir, R., & Kerr, J. (2000). Attachment theory – Social, development and clinical perspectives. NJ: The Analytic Press.
- Goldsmith, H., & Alansky, J. (1987). Maternal and infant temperamental predictors of attachment: A meta-analytic review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55, 6, 805-816.
- Goldsmith, H. H., Buss, A. H., Plomin, R., Rothbart, M. K., Thomas, A. Chess, S., Hinde, R. A., & McCall, R. R. & (1987). What is temperament? Four approaches. *Child Development*, 58, 505-529.
- Goldsmith, H. H., & Campos, J. J. (1986). Fundamental issues in the study of early temperament: The Denver Twin Temperament Study. In M. Lamb, A. Brown & B. Rogoff (Eds.), *Advances in developmental psychology* (vol. 4, pp.7-37). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Greene, J., Fox, N., & Lewis, M. (1983). The relationship between neonatal characteristics and three-month mother-infant interaction in high-risk infants. *Child Development*, 47, 3, 613-621.

- Grolnick, W., Bridges, L. & Connel, J. (1996). Emotion regulation in two-years-olds: strategies and emotional expression in four contexts. *Child Development*, 67, 928-941.
- Grossmann, K. E. & Grossmann, K. (1991). Attachment quality as an organizer of emotional behavioral responses in a longitudinal perspectives. In C. Parkers, J. Stevenson-Hinde & P. Marris (Eds.) *Attachment Across the Life Cycle*. London: Routledge.
- Grossmann, K., Grossmann, K. E., Huber, F. & Wartner, U. (1981). German children's behavior towards their mothers at 12 months and their fathers at 18 months in Ainsworth's Strange Situation. *International Journal of Behavioral Development*, 4, 157-181.
- Grossmann, K., Grossmann, K. E., Spangler, G., Suess, G., & Unzner, L. (1985). Maternal sensitivity and newborns' orientation responses as related to quality of attachment in northern Germany. *onographs of the society for research in child development*, 50(1-2), 233-56.
- Guedeney (2004). A teoria da vinculação: a história e as personagens. In N. Guedeney & A. Guedeney (Cords.) *Vinculação – Conceitos e aplicações*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Guilford, J. P. & Fruchter, B. (1973). *Fundamental Statistics in Psychology and Education*. New York: McGraw-Hill.
- Gunnar, M. Mangelsdorf, S. Larson, M., & Hertsgaard, L. (1989). Attachment, temperament and adrenocortical activity in infancy: A study of psychoendocrine regulation. *Developmental Psychology*, 25, 355-363.
- Hack, M., Taltor, H., Klein, N., Eibe, R., & Schatschneider, C. (1994). School-age outcomes in children with birth weights under 750g. *N Engel J Med*, 3331, 753-759.
- Hair, J. F. Jr., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (1998). *Multivariate Data Analysis with Readings*. Maxwell Macmillan Internactional.

- Hamilton, W. D. (1964). The genetical evolution of social behaviour. I. *Journal Theoretical Biology*, 7, 1, 1-16.
- Harlow, H. F. (1958). The nature of love. *American Psychologist*, 13, 673-685.
- Heinicke, C. M., & Westheimer, I. (1966). Brief separations. NY: International Universities Press.
- Hinde, R. A. (1969). The bases of aggression in animals. *Journal of Psychosomatic Responses*, 13, 3, 213-219.
- Hinde R, & Stevenson-Hinde J (1987). Interpersonal relationships and child development. *Developmental Review*, 7, 1-21.
- Holmes, D., Nagy, J., Slaymaker, F., Sosnowski, R., Prinz, S. Pasternak, J. (1982). Early influences of prematurity, illness and prolonged hospitalization on infant behavior. *Developmental Psychology*, 18, 744-750.
- Howes, D. Brandon, M., Hinings, D. & Schofield, G. (1999). Attachment theory, child maltreatment and family support. UK: Palgrave.
- Huffman, L., Brian, Y., Carmen, R., Pedersen, F., Doussard-Roosevelt, J., & Porges, S. (1998). Infant Temperament and Cardiac Vagal Tone: Assessments at Twelve Weeks of Age. *Child Development*, 69, 3, 624-635.
- Hughes, M., & Mccollum, J. (1994). Neonatal Intensive Care: Mothers and fathers perceptions of what is stressful. *Journal of Early Interventions*, 18, 258-268.
- Isabella, R. (1993). Origins of attachment: maternal interactive behavior across the first year. *Child Development*, 64, 605-621.
- Izard, C., Porges, S., & Cohen, B. (1991). Infant Cardiac Activity: Developmental Changes and Relations with Attachment. *Developmental Psychology*, 27, 3, 432-439.

- Izeda, A. M. (2002). Qualidade da vinculação e funcionamento meta-cognitivo na criança pré-escolar. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- James, W. (1890). *Principles of Psychology*. NY: Henry Holt.
- Jones, D. (1999). Evolutionary Psychology. *Annual Review of Anthropology*, 28, 553-575.
- Jong, H. L. & Steen, W. J (1998). Biological thinking in evolutionary psychology: rockbottom or quicksand? *Philosophical Psychology*, 11, 2, 183-205.
- Juffer, F., Hoksbergen, R. A., Riksen-Walraven, J. M., & Kohnstamm, G. A. (1997). Early intervention in adoptive families: supporting maternal sensitive responsiveness, infant-mother attachment, and infant competence. *J Child Psychol Psychiatry*, 38, 8, 1039-1050.
- Kagan, K. (1984). *The nature of the child*. Cambridge: Harvard University Press.
- Kagan, K. (1994). On the Nature of emotion. In N. A. Fox (Ed.) The development of emotion regulation: biological and behavioural considerations. *Monographs of the Society for Research on Child Development*, 59, 7-24.
- Kagan, J. (1998). Biology and the child. In W. Damon (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of Child Development: Volume 3 Social, Emotional and Personality Development* (pp. 178-235). New York: Wiley.
- Kemp, V. (1987). Mother's perceptions of children's temperament and mother-child attachment. *Scholarly Inquiry for Nursing Practice*, 1, 51-68.
- Kobak, R. (1999). The emotional dynamics of disruptions in attachment relations: Implications for theory, research and clinical intervention. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.

- Kogan, M. (1995). Social causes of low birth weight. *Journal of Royal Society Medicine*, 88, 11, 611-615.
- Korner, A., Brown, B., Reade, E., Stevenson, D., Fernbach, S., Thom, V. (1988). State behavior of preterms infants as a function of development individual and sex differences. *Infant Behavior and Development*, 11, 111-124.
- Kozłowska, K., & Hanney, L. (2002). The network perspective: an integration of attachment and family systems theories. *Family Process*, 41, 3, 285-312.
- Landry, S., Samth, K., Miller-Loncar, C., Swank, P. (1997). Predicting Cognitive-Language and social Growth curves from early maternal behaviors in children at varying degrees of biological risk. *Developmental Psychology*, 33, 6, 1040-1053.
- Lederman, R. P. (1997). *Psychosocial adaptation in pregnancy: assessment of seven dimensions of maternal development*. NY : Springer.
- Lee, I., & Barrat, M. (1993). Cognitive development of preterm low birth weight children at 5 to 8 years old. *Journal of Development Behavior Pediatrics*, 14, 4, 242-249.
- Leonard, C., & Piecuch, R. (1997). School age outcome in low birthweight preterms infants. *Semin. Perinatol.* 21, 3, 240-253.
- Lester, B., Hoffman, J., & Brazelton, T. (1985). The rhythmic structure of mother-infant interaction in term and preterm infants. *Child Development*, 54, 1, 209-217.
- Levy-Shiff, R., Einat, G., Mogilner, M., Lerman, M., & Krikler, R. (1994). Biological and environmental correlates of developmental outcome of prematurely born infants in early adolescence. *Journal of Pediatric Psychology*, 19, 1, 63-78.
- Light, K. C., & Obrist P. A. (1983). Task difficulty, heart rate reactivity, and cardiovascular responses to an appetitive reaction time task. *Psychophysiology*, 20, 3, 301-12.

- Lopes dos Santos, P. (1990) *Papel dos Factores da Interação Mãe-Filho no Crescimento Somático do Recém-Nascido* (Dissertação de Doutoramento). Universidade do Porto: FPCE.
- Lopes-dos-Santos, P., Silva, A. P., & Sousa, A. M. (1995). A escala Mother-Father-Peer. In L. S. Almeida, M. R. Simões & M. M. Gonçalves (Eds.), *Provas Psicológicas em Portugal*. Braga: APPORT.
- Lorenz, K. Z. (1958). The evolution of behavior. *Scientific American*, 199, 6, 67-74.
- Lourenço, O. (1997). *Psicologia de desenvolvimento cognitivo: teoria, dados e implicações*. Coimbra: Editora Almedina.
- Lyons-Ruth, K., Connell, D., Zoll, D., & Stahl, J. (1987). Infants at social risk: Relations among infant maltreatment, maternal behavior and infant attachment behavior. *Developmental Psychology*, 23, 681-692.
- Lyons-Ruth, K., Bronfman, E., & Parsons, E. (1999). Maternal frightened, frightening or atypical behavior and disorganized infant attachment patterns. In J. I. Vondra & D. Barnett (Eds.) *Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. Monographs of the society for research in child development*, 258, 64, 67-98.
- Lyons-Ruth, K. & Jacobvitz, D. (1999). Attachment disorganization. In J. Cassidy & P. Shaver, *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications* (pp. 520-554). NY: Guilford.
- Macey, T., Harmon, R., & Easterbrooks, M. (1987). Impact of premature birth on the development of the infant in the family. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55, 6, 846-852.
- Main, M. (1999). Epilogue. Attachment Theory: Eighteen Points. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.

- Main, M., & Cassidy, J. (1988). Categories of response to reunion with the parent at age six: Predictability from infant attachment classifications and stable across a one-month period. *Developmental Psychology*, 24, 415-426.
- Main, M., & Hesse, E. (1990). Parents unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parental behavior the linking mechanism? In M. Greenberg, D. Cicchetti & E. Cummings (Eds) *Attachment in the Preschool Years: Theory, Research and Intervention*. Chicago: Chicago University Press.
- Main, M. & Solomon, J. (1986). Discovery of an insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In T. Brazelton & M. Yogman (Eds), *Affective Development in Infancy*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation.
- Main, M., & Solomon, J. (1990a). Discovery of a new, insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In Yogman & Brazelton (Eds), *Affective development in infancy*. Norwood, NJ: Ablex.
- Main, M. & Solomon, J. (1990b). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In M. Greenberg, D. Cicchetti & E. Cummings (Eds.), *Attachment in the Preschool Years: Theory, Research and Intervention*. Chicago: Chicago University Press.
- Main, M., & Weston, D. (1981). The quality of the toddler's relationships to mother and to father: related to conflict behavior and the readiness to establish new relations. *Child Development*, 52, 932-940.
- Main, M., & Weston, D. (1982). Avoidance of attachment figure in infancy: descriptions and interpretations. In C. Parkes & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behavior*. New York: Basic Books.
- Malalesta, C., Grigoryev, P., Lamb, C., Albin, M., & Culver, C. (1986). Emotion Socialization and Expressive Development in Preterm and Full-Term Infants. *Child Development*, 57, 316-330.

- Mann, J. (1992). Nurturance or negligence maternal psychology and behavioral Preference among preterm twins In J. H. Barkow, L. Cosmides & J. Tooby (Eds.), *The Adapted mind - Evolutionary Psychology and the generation of culture*. NY: Oxford University Press.
- Mangelsdorf, S., Gunnar, M., Kestenbaum, R., Lang, S. & Andreas, D. (1990). Infant proneness-to-distress, temperament, maternal personality, and mother-infant attachment. *Child Development*, 61, 820-831.
- Mangelsdorf, S., Plunkett, J., Dedrick, C., Berlin, M., Meisels, S., MccHale, J., & Dichtellmiller, M. (1996). Attachment security in very low birth weight infants. *Developmental Psychology*, 32, 5, 914-920.
- Martins, C. (1996). *Are Effects of Maternal Depression on Infant-Mother Attachment Mediated by Early Maternal Interactive Characteristics? - A Meta-Analytic Approach*. Dissertação de Mestrado, University of Reading.
- Martins, P. C. (2004). Protecção de crianças e jovens em risco: representações sociais, modos e espaços. Dissertação de Doutoramento defendida no Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Marvin, R. S. (1977). An ethological-cognitive model for the attenuation of mother-child attachment behavior. In T. M. Alloway, I. Karmes, & P. Pliner (Eds.), *Advances in the study of communication and affect*. NY: Plenum Press.
- Marvin, R. S. & Britner, P. A. (1999). Normative development: the ontogeny of attachment. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.
- Matos, P. M. (2002) *(Des)continuidades na vinculação aos pais e aopar amoroso em adolescentes*. Dissertação de Doutoramento defendida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Matheny Jr., A., Wilson, R., & Thoben, A. (1987). Home and mother: relations with infant temperament. *Developmental Psychology*, 23, 323-331.

- Mayes, L. C., & Carter, A. S. (1990). Emerging social regulatory capacities as seen in the Still-Face situation. *Child Development*, 61, 754-763.
- Miljković, R. (2004). A vinculação ao nível das representações. In N. Guedeney & A. Guedeney (Cords.), *Vinculação – Conceitos e aplicações*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Miyake, K., Chen, S. J., & Campos, J. J. (1985). Infant temperament, mother's mode of interaction, and attachment in Japan: an interim report. *Monographs of the society for research in child development*, 50, 1-2, 276-297.
- Montagner, H. (1983). *A Vinculação - A Aurora da Ternura*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Moss, E., Parent, S., Gosselin, C., Rousseau, D., & St-Laurent, D. (1996). Attachment and teacher reported behavior problems during the pre-school and early school-age period. *Development and Psychopathology*, 8, 511-525.
- Nachmias, M., Gunnar, M., Mangelsdorf, S., Parritz, R., & Buss, K. (1996). Behavioral inhibition and stress reactivity: the moderating role of attachment security. *Child Development*, 67, 508-522.
- Oehler, J. Hanna, T. & Catlett, A. (1993) Maternal views of preterms infants responsiveness to social interaction. *Neonatal network*, 12, 6, 361-367.
- Osório, M. I. (2002). Subsídios para o estudo da organização dos comportamentos de vinculação em crianças com Síndrome de Down. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Pankespp, J. (1998). *Affective Neuroscience – The foundations of human and animal emotions*. NY: Oxford University Press.
- Papalia, D. E.; Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2001) *O Mundo da Criança*. Portugal: McGraw Hill.
- Pederson, D.R., & Moran, G. (1996). Expressions of the attachment relationship outside of the strange situation. *Child Development*. 67, 3, 915-27.

- Pereira, A. (1999) *Guia prático de utilização do SPSS – análise de dados para ciências sociais e Psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2000) *Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pfeiffer, S., & Aylward, G. (1990). Outcome for preschoolers of very low birthweight: sociocultural and environmental influences. *Percept Mot Skills*, 70, 3, 1367-1378.
- Pipp-Siegel, S., Siegel, C. H., & Dean, J. (1999). Neurological aspects of the disorganized/disoriented attachment classification system: differentiating quality of the attachment relationship from neurological impairment. In J. I. Vondra & D. Barnett (Eds.), *Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. Monographs of the society for research in child development*, 258, 64, 3, 25-44.
- Pinker, S. (1994). *The Language Instinct*. NY: Morrow.
- Porges, S. (1992). Vagal Tone: A Physiologic Marker of Stress Vulnerability. *Pediatrics*, 90, 3, 498-504.
- Porges, S. (1995). Orienting in a defensive world: mammalian Modifications of our evolutionary heritage. A Polyvagal Theory. *Psychophysiology*, 32, 301-318.
- Porges, S. (1996). Physiological regulation in high-risk infants: A model for assessment and potencial intervention. *Development and Psychopathology*, 8, 43-58.
- Porges, S. (1998). Love: an emergent property of the mammalian autonomic nervous system. *Psychoneuroendocrinology*, 23, 8, 837-861.
- Porges, S. (1999). Emotion: An evolutionary by-product of the neural regulation of the autonomic nervous system. *Ann N Y Acad Sci*, 807, 62-77.
- Porges, S. W. (2001). The polyvagal theory: phylogenetic substrates of a social nervous system. *International Journal Psychophysiology*, 42, 2, 123-146.

- Porges, S. W. (2003). Social engagement and attachment: a phylogenetic perspective. *Ann N Y Acad Sci*, 1008, 31-47.
- Porges, S. W., Doussard-Roosevelt, J. A., & Maiti A. K. (1994). Vagal tone and the physiological regulation of emotion. *Monogr Soc Res Child Dev.*, 59, 2-3,167-86.
- Ridley, M. (1993). *The Red Queen - Sex and the Evolution of the Human Nature*. London: Penguin Books.
- Ridley, M. (2003). *The Agile Gene – How Nature turns on Nature*. London: Penguin Books.
- Ridley, M. (2004). *A Rainha de Copas – O Sexo e a evolução da natureza humana*. Lisboa: gradiva.
- Ricciuti, A. (1993). Child-mother attachment: a twin study. *Dissertation Abstracts International*, 54, 3364.
- Riese, M. (1988). Temperament in full-term and preterms infants: stability over ages 6 to 24 months. *Journal of Development Behavior Pediatrics*, 59, 3, 544-570.
- Robertson, J., & Bowlby, J. (1952). Responses of the young children to separation from their mothers. *Courr.Cent. Int. Enf.*, 2, 131-142.
- Rosekrantz, A. C. & Huston, A.C. (2004). The mother-infant relationship in single, cohabiting, and married families: a case dor marriage? *Journal of Family Psychology*, 18, 1, 5-18.
- Rosenblum, K. L., McDonough, S., Muzik, M., Miller, M., & Sameroff, A. (2002). Maternal representaions of the infant: associations with infant responses to the Still Face. *Child Development*, 73, 4, 999-1015.
- Rothbart M. K., Ahadi S. A. Hershey K. L., & Fisher P. (2001). Investigations of temperament at three to seven years: the Children's Behavior Questionnaire. *Child Development.*, 72, 5, 1394-408.

- Rothbart, M. K., & Bates, J. E. (1998). Temperament. In W. Damon & N. Eisenberg (Eds.) *Handbook of Child Psychology* (vol.3 – *Social, Emotional, and Personality Development*). NY: Wiley.
- Rothbart, M. K., & Derryberry D. (1981). Development of individual differences in temperament. In M. E. Lamb & A.L. Brown (Eds.) *Advances in developmental psychology* (vol. 1, pp.37-86). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rothbart, M. K., Chew, K. H., & Gartstein, M. A. (2001). Assessment of temperament in early development. In L. T Singer & P. S. Zeskind (Eds.), *Biobehavioral Assessment of the Infant* (pp. 190-208). New York: Guilford.
- Rothbart, M. K. & Hwang, J. (2002). Measuring infant temperament. *Infant Behavior and Development*, 25, 113-116.
- Sagi, A., Lamb, M. E., Lewkowicz, K. S., Shoham, R., Dvir, R., & Estes, D. (1985). Security of infant-mother, -father, and -metapelet attachments among kibbutz-reared Israeli children. *Monographs of the Society for Research on Child Development*, 50, 257-275.
- Sameroff, A., & Fiese, B. (1990). Transactional regulation and early intervention. In S. Meisels & J. Shonkoff (Eds.), *Handbook of Early Childhood Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sameroff, A. J., & Mackenzie, M. J. (2003). Research strategies for capturing transactional models of development: the limits of the possible. *Developmental Psychopathology*, 15, 3, 613-40.
- Schall, B. (1984). La compétence olfactive du nouveau-né humain: aspects fonctionnels. *Psychologie médicale*, 16, 305-314.
- Seifer, R., Sameroff, A. J., Barrett, L. C., & Krafchuk, E. (1994). Infant temperament measured by multiple observations and mother report. *Child Development*, 65, 5, 1478-90.

- Seifer, R., Schiller, M., Sameroff, A., Resnick, S., & Riordan, K. (1996). Attachment, maternal sensitivity, and infant temperament during the first year of life. *Developmental Psychology, 32*, 12-25.
- Shaw, D. S. & Vondra, J. I. (1995). Infant attachment security and maternal predictors of early behavior problems: a longitudinal study of low-income families. *Journal of Abnormal Child Psychology, 23*, 3, 335-357.
- Sigelman, C. K., & Shaffer, D. R. (1994). *Life-span Human Development*. California: Brooks/Cole Publishing Company.
- Silva, A. P. (1998). Vinculação e funcionamento cognitivo: diferenças e variabilidade no contexto e interação mãe-filho. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Simpson, J. A. (1999). Attachment theory in modern evolutionary perspective. In *Handbook of Attachment- Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.
- Smith, T. W., Allred, K. D., Morrison, C. A., & Carlson, S.D. (1989). Cardiovascular reactivity and interpersonal influence: active coping in a social context. *J Pers Soc Psychol., 56*, 2, 209-18
- Soares, I. (1996). *Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência*. Universidade do Minho: Instituto de Educação e Psicologia.
- Soares, I., Lopes dos Santos, P., Jongenelen, I., Henriques, M., Silva, A., Figueiredo, B., Mascarenhas, C., Machado, G., Neves, L., Serra, M., Silva, C., Cunha, J. & Costa, O. (1995). Organização comportamental da vinculação na Situação Estranha: avaliação da estabilidade através do método de teste-reteste. In L Almeida & I Ribeiro (Org.) *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (Vol. III). Braga: APPORT.
- Soares, I., Lopes dos Santos, P., Jongenelen, I., Henriques, M., Silva, A., Figueiredo, B., Mascarenhas, C., Machado, G., Neves, L., Serra, M., Silva, C., Cunha, J. & Costa, O. (1997). A avaliação da vinculação e da regulação autonómica da

- frequência cardíaca na Situação Estranha. *Rorschach e Psicologia da Saúde*, 247-258.
- Soares, I., Silva, M. C., Cunha, J. P., Costa, O., & Lopes dos Santos, P. (1998). Attachment organization and heart-rate variability in the Strange Situation. *Aquém e Além do Cérebro*, 285-291. Porto: Fundação Bial.
- Solomon, J., & George, C. (1999). The measurement of attachment security in infancy and childhood. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.) *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications* (pp.287-316). NY: Guilford.
- Spangler, G., & Grossmann, K. E. (1993). Biobehavioral organization in securely and insecurely attached infants. *Child Development*, 64, 5, 1439-1450.
- Spitz, R. (1946). Anaclitic depression. *Psychoanalytic Study of the Child*, 2, 313-342.
- Sroufe, L. A. (1988). The role of infant caregiver attachment in development. In J. Besky & T. Neworski (Eds.), *Clinical applications of attachment*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Sroufe, L. A., & Waters, E. (1977). Attachment as an organizational construct. *Child Development*, 48, 1148-1199.
- Suomi, S. J (1999). Attachment in Rhesus Monkeys. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.) *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications* (pp181-197). NY: Guilford.
- Stam, G. J., Juffer, F., & van Ijzendoorn, M. (2002). Maternal sensitivity, infant attachment, and temperament in early childhood predict adjustment in middle childhood: the case of adopted children and their biologically unrelated parents. *Developmental Psychology*, 38, 5, 806-821.
- Steck, B. (1998). Parent child relations problems in adoption. *Prax Kinderpsychol Kinderpsychiatr*, 47, 4, 240-262.

- Stern, M., & Hildebrandt, K. (1986). Prematurity stereotyping: effects on mothers-infant interaction. *Child Development, 59*, 3, 554-570.
- Stevenson-Hinde, J., & Shouldice, A. (1995). Maternal interactions and self-reports related to attachment classification at 4.5 years. *Child Development, 66*, 583-596.
- Taylor, H., Klein, N., Schatschneider, C., & Hack, M. (1998). Predictors of early school age outcomes in very low birth children. *Journal of Development Behavior Pediatrics, 19*, 4, 235-243.
- Teglasi, H. (1998). Temperament constructs and measures. *School Psychology Review, 27*, 564-585.
- Teti, D. M. (2000). Maternal depression and child-mother attachment in the first three years: A view from the intermountain west. In P. M. Crittenden & A. H. Claussen (Eds.), *The Organization of Attachment Relationships: Maturation, Culture and Context* (pp. 190-213). Cambridge: Cambridge University Press.
- Teti, D. M., & Gelfand, D. M. (1991). Behavioral competence among mothers of infants in the first year: the mediational role of maternal self-efficacy. *Child Development, 62*, 918-929.
- Teti, D. M., & Gelfand, D. M. (1997). The Preschool Assessment of Attachment: construct validity in a sample of depressed and nondepressed families. *Developmental Psychopathology, 9*, 3, 517-536.
- Tinbergen, N. (1951). *The study of instinct*. London: Clarendon Press.
- Thomas, A. & Chess, S. (1977). *Temperament and Development*. New York: Brunner/Mazel.
- Thomas, A., Chess, S., & Birch, H. G. (1968). *Temperament and behavior disorders in children*. NY: New York Press.

- Thompson, R. (1998) Early Sociopersonality Development. In W. Damon & N. Eisenberg (Eds). *Handbook of Child Psychology* (5^a ed - Vol. III).
- Thompson, R., Cichetti, D., & Lamb, M. (1985). Emotional responses of Down syndrome and normal infants in the Strange Situation: the organization of affective behavior in infants *Developmental Psychology*, 21, 5, 914-920.
- Thompson, R., Connell, J., & Bridges, L. (1988). Temperament, emotion and social interactive behavior in Strange Situation: a component process analysis of attachment system functioning. *Child Development*, 59, 1102-1110.
- Tooby, J., & Cosmides, L. (1992). Psychological foundations of culture. In J. H. Barkow, L. Cosmides & J. Tooby (1992) *The adapted mind*. NY: Oxford University Press.
- Travisano, M., & Velicer, G. J. (2004). Strategies of microbial cheater control. *Trends Microbiology*, 12, 2, 72-78.
- Trivers, R. (1971). The evolution of reciprocal altruism. *Quarterly Review of Biology*, 46, 35-57.
- Tronick, E. (1982). *Affect, cognition and communication*. Baltimore University Park Press.
- Tronick E., Als H., Adamson L., Wise S., & Brazelton T. B. (1978). The infant's response to entrapment between contradictory messages in face-to-face interaction. *Journal of American Academy of Child Psychiatry*, 17, 1, 1-13.
- Tronick, E., & Weinberg, M. K. (1996). *Infant Regulatory Scoring System/IRSS*. Não publicado.
- Tulving, E. (1979). *Memory research: What kind of progress?* In L. g. Nilsson (ed.) *Perspectives on memory research*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- van den Boom (1990). Preventive intervention and the quality of mother-infant interaction and infant exploration in irritable infants. In W. Koops (Ed.), *Developmental psychology behind the dikes*. Amsterdam: Eburon, pp.249-70.
- van IJzendoorn, M. (1995). Adult attachment representations, parental responsiveness, and infant attachment: a meta-analysis on the predictive validity of the Adult Attachment Interview. *Psychological Bulletin*, 117, 387-403.
- van IJzendoorn, M., Goldberg, S., Kroonenberg, P., & Frenkel, O. (1992). The relative effects of maternal and child problems on the quality of attachment: a meta-analysis of attachment in clinical samples. *Child Development*, 63, 840-856.
- van IJzendoorn, M., Juffer, F., & Duyvesteyn, M. (1995). Breaking the intergenerational cycle of insecure attachment: a review of the effects of attachment-based interventions on maternal sensitivity and infant security. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36, 2, 225-248.
- van IJzendoorn, M., & Kroonenberg, P. (1988). Cross cultural patterns of attachment: a meta-analysis of the strange situation. *Child Development*, 59, 147-156.
- van IJzendoorn, M., & Sagi, A. (1999). Cross-Cultural patterns of attachment: Universal and contextual dimensions. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.
- van IJzendoorn, M., Schuengel, C. & Bakermans-Kranenburg, M. J. (1997) Disorganized attachment in early childhood: meta-analysis of precursors, concomitants and sequelae. Manuscripto não publicado.
- van IJzendoorn, M. H., Vereijken, C. M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Riksen-Walraven, J. M. (2004). Assessing attachment security with the Attachment Q Sort: meta-analytic evidence for the validity of the observer AQS. *Child Development*. 75, 4,1188-213
- Vaughn, B. E., & Bost, K. (1999). Attachment and temperament: redundant, or interacting influences on interpersonal adaptations and personality development?

- In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.
- Vaughn, B. E., Goldberg, S., Atkinson, L., Marcovitch, S., MacGregor, D., & Seifer, R. (1994). Quality of toddler-mother attachment in children with Down syndrome: limits to interpretation of strange situation behavior. *Child Development*, *65*, 95-108.
- Vaughn, B. E., Taraldson, B., Crichton, L., & Egeland, B. (1980). Relationships between neonatal behavioral organization and infant behavior during the first year of life. *Infant Behavior and Development*, *3*, 47-66.
- Velicer, G. J. (2003). Social strife in the microbial world. *Trends Microbiol*, *11*, 7, 330-337.
- Vondra, J., Shaw, D., & Kevenides, M. (1995). Predicting infant attachment classification from multiple, contemporaneous measures of maternal care. *Infant Behavior and Development*, *18*, 415-425.
- Vondra, J. I., Hommerding, K. D., & Shaw, D. S. (1999). Stability and change in infant attachment in a low-income sample In J.I. Vondra & D. Barnett (Eds.) Atypical attachment in infancy and early childhood among at developmental risk. *Monographs of the society for research in child development*, *258*, *64*, 119-144.
- Volling, B. E., & Waters, E. (1992). Infant, father, and marital antecedents of infant-father attachment security in dual-earner and single-earner families. *International Journal of Behavioral Development*, *15*, 83-100.
- Wachs, T., & Desai, S. (1993). Parent reports of toddler temperament and attachment: their relation to each other and to the social microenvironment. *Infant Behavior and Development*, *15*, 83-100.
- Wason, P. (1966). Reasoning. In B. M. Foss (Ed.), *New horizons in psychology*, Harmondsworth: Penguin.

- Wason, P., & Johnson-Laird, P. (1972). *The psychology of reasoning: Structure and content*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Waters, E., Vaughn, B. E., & Egeland, B. R. (1980). Individual differences in infant-mother attachment relationships at age one: antecedents in neonatal behavior in an urban, economically disadvantaged sample. *Child Development, 51*, 208-215.
- Weber, R., Levitt, M., & Clark, C. (1986). Individual variation in attachment security and Strange Situation behavior: The role of maternal and infant temperament. *Child Development, 57*, 56-65.
- Weinfield, N. S., Sroufe, L.A., & Egeland, B. (1999). The nature of individual in infant-caregiver attachment. In *Handbook of Attachment - Theory, research and clinical applications*. J. Cassidy & P. Shaver NY: Guilford.
- Wille, D. (1991). Relation of preterm birth with quality of infant-mother attachment at one year. *Infant Behavior and Development, 14*, 227-240.
- Williams, G. (1966). *Adaptation and natural selection*. Princeton: Princeton University Press.
- Williams, S. W., & Blunk, E. M. (2003). Sex differences in infant-mother attachment. *Psychol Rep, 92*, 1, 84-88.
- Wolke, D. (1998). Psychological development of prematurely born children. *Arc. Dis. Child, 78*, 6, 567-570.
- Zarling, C., Hirsh, B., & Landry, S. (1988). Maternal social networks and mother-infant in full-term and very low birthweight, preterms infants. *Child Development, 59*, 178-185.

Anexo 1

Entrevista à mãe na maternidade

Gravidez

- 1 - Recorda-se do momento em que soube de estava grávida? Como é que se sentiu?
- 2 - Qual foi a reacção do seu parceiro/marido? E da sua família?
- 3 - Como se sentiu ao longo da gravidez?
- 4 - Como foi o acompanhamento médico ao longo da gravidez?
- 5 - Sentiu-se apoiada durante a gravidez (pelos amigos, parceiro e família)?

Emoções na gravidez

- 6 - Recorda-se do que sentiu a primeira vez que o seu bebé mexeu dentro de si?
- 7 - Enquanto o seu bebé crescia na sua barriga, como é que o imaginava?
- 8 - Sentia receio de que alguma coisa pudesse acontecer ao seu bebé?

Reacção à Prematuridade

- 9 - Qual foi a sua reacção quando soube que o seu bebé ia nascer antes do tempo?

Relação com o recém nascido

- 10 - Lembra-se do momento em que sentiu pela primeira vez amor pelo seu filho?
- 11 - O que é que sentiu quando pegou o seu filho pela primeira vez? Em situação é que se deu esse momento?
- 12 - Depois teve de separar dele, o que é que sentiu?

13 - Seria capaz de descrever o temperamento do seu bebê?

Conhecimento das capacidades sensório/preceptivas do bebê

14 - Algumas pessoas julgam que os bebês recém-nascidos já ouvem, mas outras defendem que não. Pelo o que pode observar no seu bebê pensa que ele já ouve?
E já vê?

Futuro imediato

15 - Como será cuidar do seu filho quando sair da maternidade (alimentar, limpar e dar mimos)?

16 - Quais serão as principais dificuldades que imagina vir a ter?

Data:

Código do bebê:

Anexo 2

Código do bebé:

Idade do bebé (semanas):

Data de recolha de dados:

Gostaríamos de conhecer as reacções do seu bebé. Por isso, assinale em que medida as frases propostas estão de acordo com o comportamento do seu bebé.

O meu bebé	Quase nunca		Algumas vezes		Muitas vezes		Quase sempre
1. É difícil de acalmar	1	2	3	4	5	6	7
2. Tem um sono agitado	1	2	3	4	5	6	7
3. Sossega facilmente com chupeta	1	2	3	4	5	6	7
4. Tem um apetite irregular	1	2	3	4	5	6	7
5. Só consegue adormecer ao colo	1	2	3	4	5	6	7
6. Pára de chorar quando se fala para ele	1	2	3	4	5	6	7
7. Adormece e acorda sensivelmente às mesmas horas	1	2	3	4	5	6	7
8. Aceita ser vestido ou despido sem resmungar	1	2	3	4	5	6	7
9. Chora exageradamente	1	2	3	4	5	6	7

Anexo 3

**Sistema de cotação e de análise
dos comportamentos infantis expressos no Still-Face
em termos de *orientação positiva, expressão negativa e
actividade de regulação de estado***

**Lopes dos Santos, P. & Fuertes, M. (2004)
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade do Porto**

1. Descrição dos comportamentos infantis no Still-Face segundo as categorias: *orientação positiva, expressão negativa e actividade regulação de estado*

Com base na saturada observação de 49 casos e com base no sistema de cotação proposto por Tronick & Weinberg (1996) –IRSS- foram descritos os comportamentos infantis mais frequentes na experiência de Still-Face. Posteriormente, foi procurada a função comunicativa e regulatória destes comportamentos. Fruto deste trabalho aferimos três categorias comportamentais e definimos os seguintes conjuntos de comportamentos

» **ORIENTAÇÃO SOCIAL POSITIVA:**

(1) *Olhar para o rosto do adulto* – considera-se que o bebé está a olhar para o rosto do adulto mesmo que este esteja de lado ou quando o olhar do bebé se dirige para uma zona específica do rosto como o queixo ou a boca. Se a mãe esconder a cara numa actividade de jogo, este comportamento deve ser cotado durante o tempo que o adulto tem a cara coberta (sempre que a criança continua a olhar na direcção do rosto da mãe).

(2) *Olhar para o corpo do adulto* – quando o bebé observa as mãos ou o peito da mãe.

(3) *Sorri* – vai do mero esboço do sorriso até a gargalhada declarada.

(4) *Alcançar o adulto* – considera-se alcançar o adulto quando o bebé estende uma ou as duas mãos para o adulto (e só para o adulto). Não requer contacto físico e nem necessita que a criança esteja a olhar para o adulto (pode ser cotado mesmo que o bebé afaste o olhar do adulto).

(5) *Vocalizações Positivas/Neutras* – a vocalização vai do neutro ao positivo. Inclui fala de bebé, murmúrios e sons neutros.

» **EXPRESSÃO NEGATIVA:**

(6) *Vocalizações de Protesto* – Inclui sons em tom negativo ou de protesto

(7) *Escapar* – a criança tenta afastar-se do adulto voltando-se ou rodando. A criança deve ter os ombros e o tronco virados para a direcção oposta ao adulto (embora a rotação possa não ser completa, tem de ser relativamente evidente). A cabeça da criança deve estar virada para o lado ou para cima, ou a olhar noutra direcção.

Os braços estão usualmente vergados, ou na direcção da cabeça. As costas podem estar arqueadas.

Não se cota se a criança estiver interessada num brinquedo que esteja nas costas da cadeira (mesmo que apresente alguns destes comportamentos).

(8) *Arquear-se* - os ombros estão juntos à cadeira e dorso para a frente. Não existe rotação dos ombros ou do tronco. Os braços estão habitualmente para baixo, embora possam estar elevados. Olhar e cabeça da criança podem estar arredios embora a criança olhe o adulto.

(9) *Empurrar* – Empurrar o corpo, as mãos ou a cabeça da mãe. Só se cota quando existe contacto físico.

(10) *Choro* – O choro deve ser declarado. Na dúvida entre um choro e um protesto cota-se como *Vocalizações de Protesto*.

» **ACTIVIDADE DE REGULAÇÃO DE ESTADO:**

(11) *Afastar o olhar* – a criança afasta o olhar do adulto sem olhar ou focar nenhum objecto. Inclui a exploração visual.

(12) *Fechar os olhos* – por exemplo, em situações de choro.

(13) *Mão à boca* – o bebé suga a sua mão e leva a sua mão à boca, sem sugar, mas tem de existir contacto físico entre a mão e a boca do bebé.

(14) *Oral ao outro* – levar à boca coisas que não o seu corpo, como uma peça de roupa ou uma cadeira.

(15) *Toque* – contacto físico entre a mão da criança e o corpo do adulto. Inclui o contacto com jóias, roupa, óculos ou cabelo do adulto. A criança deve tocar com as mãos e não com o pé ou com a cabeça. Se o toque não for claro, não deve ser cotado.

A cotação termina no fim do contacto físico. Se a mãe tira a mão da criança deve ser cotado até ao acto da mãe. Não deve ser cotado se o contacto for obtido por iniciativa da mãe.

(16) *Apertar as mãos uma contra a outra* – ou auto-abraçar-se.

(17) *Baloiçar-se* – para trás e para a frente, ou para os lados. Devem ser observados pelo menos dois movimentos seguidos.

2. Instruções de Cotação

Os comportamentos são cotados segundo a segundo. Em cada segundo, os comportamentos cotados só podem corresponder a uma categoria funcional (i.e. em cada segundo entende-se que o bebé só pode estar a desempenhar uma dos três seguintes funções: (i) apresentar uma orientação social positiva ou (ii) a expressão o seu desconforto ou (iii) a desenvolver actividades de auto-regulação). Por outras palavras, as categorias comportamentais: *orientação positiva*, *expressão negativa* ou *actividade de regulação de estado* são mutuamente exclusivas. No caso do cotador observar um comportamento que considere como próprio de mais do que uma categoria, deve atender aos seguintes critérios de anotação:

- a observação de uma unidade de comportamento pertencente à categoria da *Expressão Negativa*, exclui a possibilidade de se registar no mesmo intervalo de tempo quaisquer instâncias de resposta agrupáveis nas outras duas categorias;

- a observação de comportamentos incluídos no grupo das *Actividades de Regulação de Estado* impede a cotação concorrente de qualquer reacção agrupada na categoria da *Orientação Social Positiva*.

Para além de uma cotação meramente quantitativa, este sistema prevê uma avaliação qualitativa. Com efeito, é tido em conta em que intensidade de determinado comportamento representa uma determinada dimensão. Tomando a título de exemplo o caso da *Expressão Negativa*, ninguém duvidará que a ocorrência de uma instância de choro possui uma carga expressiva superior ao mero registo de uma vocalização de protesto. De igual modo, a intensidade inerente à co-ocorrência de duas ou mais unidades será, em princípio, superior à ocorrência de uma só delas (e.g. supõe-se que *olhar o rosto do adulto sorrindo* indicará um nível de orientação social mais positivo do que simplesmente a resposta de *olhar o rosto do adulto*). Assim, a cotação atende ao sistema de pontuação que é apresentado no seguinte quadro:

Comportamentos e critérios de ponderação para a análise da situação de *Still-Face*

ORIENTAÇÃO SOCIAL POSITIVA	
Unidades de comportamento	Sistema de ponderação
<ul style="list-style-type: none"> - olha o corpo do adulto - olha o rosto do adulto - sorri - alcança o adulto - vocalização positiva 	<ul style="list-style-type: none"> 1- Olha o rosto do adulto 2- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que sorri 3- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que vocaliza positivamente 4- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que o alcança 5- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que o alcança e sorri 6- Olha o rosto ou o corpo do adulto ao mesmo tempo que o alcança e vocaliza positivamente
Unidades de comportamento	Sistema de ponderação
<ul style="list-style-type: none"> - vocalização de protesto - escapa - arqueia-se - empurra - chora 	<ul style="list-style-type: none"> 1- Vocalização de protesto 2- Escapa ou arqueia-se ou empurra¹ 3- Escapa ou arqueia-se ou empurra ao mesmo tempo que produz vocalização de protesto 4- Chora 5- Escapa ou arqueia-se ou empurra ao mesmo tempo que chora
ACTIVIDADE DE REGULAÇÃO DE ESTADO	
Unidades de comportamento	Sistema de ponderação
<ul style="list-style-type: none"> - afasta o olhar - fecha os olhos - mão à boca - oral outro - toca-se - aperta as mãos uma contra a outra - baloiça-se 	<ul style="list-style-type: none"> 1- Afasta o olhar ou fecha os olhos 2- Mão à boca ou oral outro ou toca-se ou aperta as mãos uma contra a outra ou baloiça-se² 3- Afasta o olhar ou fecha os olhos ao mesmo tempo que evidencia qualquer um dos restantes comportamentos

3. Recolha de dados e soma das pontuações

Os dados são recolhidos nas grelhas 1, 2 e 3 (em anexo) por episódio. Em cada dez segundos são somados as pontuações que foram introduzidas em cada grelha. Deste modo obtêm-se, os valores totais nesse período temporal de *orientação positiva*, *expressão negativa* ou *actividade de regulação de estado*.

Exemplo:

1º Episódio

Tempo (segundos)	<i>Orientação positiva</i>	<i>Expressão negativa</i>	<i>Actividade de regulação de estado</i>
0-10	17	2	4
11-20	14	1	6
21-30	18	0	3

Como as escalas tem ponderações diferentes (a orientação positiva varia entre 1 a 6 pontos, a expressão negativa entre 1 e 5 pontos e a actividade de regulação de estado entre 1 e 3 pontos), para comparar os totais finais das três dimensões comportamentais é necessário recorrer a uma regra de três simples. Encontrados os valores ponderados, são calculadas as médias por episódio e por categoria comportamental.

GRELHA 1

Caso: _____ Episódio: _____

Data de recolha: _____ Data de cotação: _____

Assinale com uma cruz a ocorrência dos seguintes comportamentos na categoria de **Orientação Positiva**: (1) *Olhar para o rosto do adulto*; (2) *Olhar para o corpo do adulto*; (3) *Sorri*; (4) *Alcançar o adulto*; (5) *Vocalizações Positivas/Neutra*.

Tempo	1	2	2	4	5	Total

GRELHA 2

Caso: _____ Episódio: _____

Data de recolha: _____ Data de cotação: _____

Assinale com uma cruz a ocorrência dos seguintes comportamentos na categoria da **Expressão Negativa**: **(6)** *Vocalizações de Protesto*; **(7)** *Escapar*; **(8)** *Arquear-se*; **(9)** *Empurrar*; **(10)** *Choro*.

Tempo	6	7	8	9	10	Total

GRELHA 3

Caso: _____ Episódio: _____

Data de recolha: _____ Data de cotação: _____

Assinale com uma cruz a ocorrência dos seguintes comportamentos na categoria da Actividade de Regulação de Estado: (11) *Afastar o olhar*; (12) *Fechar os olhos*; (13) *Mão à boca*; (14) *Oral ao outro*; (15) *Toque*; (16) *Apertar as mãos uma contra a outra*; (17) *Baloiçar-se*.

Tempo	11	12	13	14	15	16	17	Total

